CAPA PROMOCIONAL

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Sexta-feira 28 de FEVEREIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47981 | estadao.com.br

ELE ESTÁ NOS 4 CANTOS DO BRASIL. REPRESENTA A ESSÊNCIA DE SER BRASILEIRO. LEVA NOSSA BELEZA PARA O MUNDO.

Estamos falando do Carnaval,
mas poderia ser do Grupo Boticário.

Acesse nossas redes para saber como faremos
o maior carnaval da nossa história.

GrupoBoticário

oBOTICÁRIO · EUDORA · Quem Disse, Berenice? · vult · AU.MIGOS pets · beleza NA WEB · O.U.i · Dr. JONES · TRUSS PROFESSIONAL

MARCAS LICENCIADAS: Bio-Oil · Linha de cuidados Pampers · Australian Gold

*PAMPERS SOB LICENÇA DA P&G

ELE ESTÁ NOS
4 CANTOS DO BRASIL.
REPRESENTA A ESSÊNCIA
DE SER BRASILEIRO.
LEVA NOSSA
BELEZA
PARA O MUNDO.

Estamos falando do Carnaval,
mas poderia ser do Grupo Boticário.

Acesse nossas redes para saber como faremos
o maior carnaval da nossa história.

GrupoBoticário

oBOTICÁRIO EUDORA Quem Disse, Berenice? vult AU.MIGOS pets beleza NA WEB
O.U.i Dr. JONES TRUSS PROFESSIONAL

MARCAS LICENCIADAS Bio-Oil Linha de cuidados Pampers Australian Gold

*PAMPERS SOB LICENÇA DA P&G

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Sexta-feira 28 de FEVEREIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47981 | estadao.com.br

Dicas de cinema, shows, gastronomia e lazer em SP

Sextou! GUIA SEMANAL

Cinema __C1, C2, C6 e C7

Onde ver os candidatos a melhor filme

'O Reformatório Nickel' é o último entre os 10 na categoria a chegar ao Brasil

Carnaval __A19

Alegorias e adereços, a postos para 1º dia de desfiles em SP



WERTHER SANTANA / ESTADÃO

Nova opção em SP __ C9

Uma livraria especializada em livros sobre livros

TABA BENEDICTO/ ESTADÃO



'Tem gente que não gosta de vê-lo ao meu lado', diz Lula a Tarcísio

O presidente e o governador de São Paulo dividiram em Santos palco no lançamento do edital para construção do túnel que ligará a cidade ao Guarujá. O investimento de R$ 6 bilhões na obra será dividido. Tarcísio foi hostilizado. __A7

Sob investigação __C12

Mistério cerca morte de Gene Hackman, sua mulher e um cão

MARK J. TERRILL / AP - 18/1/2003

Ganhador de 2 Oscars, ator de 95 anos morreu em casa. Não havia sinal de violência ou vazamento de gás.

E&N Guerra comercial __B35

Trump diz que vai retomar tarifaço a Canadá e México e taxar mais a China

Taxas de 25% para México e Canadá e tarifa extra de 10% para a China devem vigorar a partir de 4 de março.

E&N Decepção com resultados __ B1 e B2

Valor da Petrobras cai R$ 24,7 bi após relato de prejuízo de R$ 17 bi

__Alta no mercado externo evitou queda maior

A Petrobras perdeu R$ 24,7 bilhões em valor de mercado após prejuízo de R$ 17 bilhões no quarto trimestre de 2024, ante lucro de R$ 31 bilhões no mesmo período de 2023. As ações ON da companhia (com direito a voto) caíram 5,56%, enquanto os papéis PN (sem direito a voto) tiveram queda de 3,53%. O anúncio de dividendos de R$ 9,1 bilhões, aquém do esperado pelo mercado, também contribuiu para a desvalorização das ações, que só não caíram mais por causa da alta do preço internacional do petróleo. A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, classificou o resultado como revés "puramente contábil", atribuído por ela à valorização do dólar no fim de 2024 e à antecipação de investimentos.

Elena Landau __B8

Desestatização deveria voltar em versão radical

Prevenção __ A18

Marina declara emergência contra incêndios, o que permite mais gasto

Decisão da ministra do Meio Ambiente viabiliza contratação emergencial de brigadistas e orienta ações de prevenção com base em dados.

'Anti-imperialista' __A10

'Deixamos de ser colônia em 7 de setembro de 1822', diz Moraes

Ministro do STF reage a manifestação do Departamento de Estado americano, que criticou o bloqueio de redes sociais no Brasil.

Notas e Informações __A3

A marra de Lula na Eletrobras

Fernando Gabeira __A6

Estrela e coadjuvantes na tentativa de golpe

Celso Ming __B2

Muda PT. Mas para onde?





ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Lula impopular: 'tripé da rejeição' explica derretimento da aprovação do presidente

A popularidade do governo Lula derrete em todo o País e a reprovação da gestão petista já passa de 60% em pelo menos seis Estados, de acordo com pesquisa Quaest divulgada esta semana. E, por mais que o presidente Lula e seus asseclas tentem apontar culpados ou eventos isolados, fato é que o chefe do Executivo estabeleceu um "tripé de rejeição", ao longo dos últimos dois anos, até amargar esse resultado. Os três fatores que empurram o governo ladeira abaixo são apontados por integrantes da própria base aliada a Lula: erros na economia, apatia política e desconexão com a vida real do brasileiro. A *Coluna* ouviu líderes governistas, ministros e ex-ministros, magistrados e presidentes de partidos políticos. Os termos compilam decisões e declarações de Lula.

● **ERROS NA ECONOMIA.** Lula desautorizou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em relação ao ajuste fiscal. Obrigou a idas e vindas em temas como taxa das blusinhas, reoneração da folha de pagamento, atualização da faixa de isenção do Imposto de Renda e portaria do Pix.

● **APATIA POLÍTICA.** Duas frases são repetidas à exaustão entre antigos aliados do petista. "Lula não é mais o mesmo" e "Lula perdeu a paciência para fazer política". A queixa é que ele não conversa mais com a base, não recebe parlamentares, nem tem diálogo com governadores e prefeitos. Com isso, políticos aliados começam a se distanciar e não fazem esforço nos Estados para melhorar a avaliação de Lula.

● **DESCONEXÃO.** Com o lema "O Brasil voltou", Lula focou a agenda exterior por dois anos e esqueceu que a preocupação do brasileiro na vida real é com segurança e saúde.

● **CONTRA-ATAQUE.** O PT acionou ontem o Conselho de Ética da Câmara contra o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), como antecipou a *Coluna*. A sigla acusa o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro de tentar, por meio de articulações nos Estados Unidos, constranger o STF e "criar embaraço" às investigações conduzidas pelo ministro Alexandre de Moraes sobre suposta tentativa de golpe.

● **ARGUMENTO.** Os petistas dizem que, desde a posse de Donald Trump, Eduardo esteve três vezes nos EUA para articular com deputados republicanos um projeto de lei para impedir Moraes de entrar naquele país.

● **EXTENSÃO.** Autora do requerimento, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, diz que a ação configura uma tentativa de constranger, além de um integrante, o próprio Supremo Tribunal Federal, que vai julgar as ações penais sobre os atos do 8 de Janeiro.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

● **ESTRATÉGIA.** Os líderes do PL no Congresso, o deputado Sóstenes Cavalcante (RJ) e o senador Carlos Portinho (RJ), têm feito reuniões para unificar a comunicação da sigla nas duas casas. O objetivo é alinhar o discurso dos parlamentares e adotar uma ação conjunta para aumentar a pressão a favor da anistia aos condenados do 8 de Janeiro.

● **INTEGRAÇÃO.** A ofensiva inicial é para que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), paute a anistia, mas os bolsonaristas do Senado também devem acompanhar as discussões de perto.

PRONTO, FALEI!



Angelo Guerra Netto
Sócio-fundador da EXM Partners

"O ciclo de alta da Selic, podendo chegar a 15% no decorrer deste ano, é um catalisador para que empresas já fragilizadas entrem em colapso financeiro."

CLICK

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Geraldo Alckmin
Vice-presidente da República

Com o presidente Lula e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, em evento de lançamento do edital para a construção do túnel Santos-Guarujá.

ESTADÃO
NEWSLETTER
Saúde & Bem-Estar
Inscreva-se para receber notícias sobre qualidade de vida que vão inspirar você.
Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber seleções de notícias sobre **rotina saudável**, às **segundas e quintas-feiras**.
bit.ly/news-bemestar

Eufrázio

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

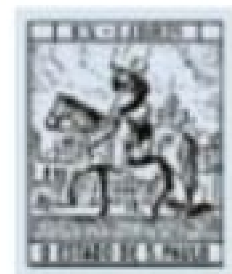
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A marra de Lula na Eletrobras



Após quase dois anos de disputa no STF, Eletrobras capitula, aprova aumento no número de vagas em seu Conselho e abre espaço para governo retomar sua influência na empresa

Em assembleia-geral extraordinária, os acionistas da Eletrobras aprovaram o aumento de nove para dez no número de assentos no Conselho de Administração da companhia. Foi a saída encontrada para acomodar os interesses do governo Lula da Silva, que não se conformava com a redução de sua participação no colegiado desde a privatização da empresa.

A assembleia toda durou apenas 15 minutos, mas foi fruto de uma longa discussão, iniciada há quase dois anos. Em maio de 2023, a Advocacia-Geral da União ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo o reconhecimento da inconstitucionalidade "parcial" da lei que permitiu a desestatização da Eletrobras, aprovada em 2021.

Para não afrontar o Legislativo, que deu amplo apoio à proposta, o governo não questionou a privatização da empresa, por meio da qual sua participação foi diluída num processo de capitalização, mas investiu contra um dos pilares do modelo escolhido para viabilizar a desestatização, conhecido como *corporation*, consagrado no exterior.

Nele, cada acionista tem o poder de voto limitado a 10%, independentemente do número de papéis detidos. Com pouco mais de 40% do capital social da empresa, a União tinha uma vaga e reivindicava mais duas no Conselho de Administração da companhia, alegando que sua participação havia sido reduzida de maneira desproporcional.

A Eletrobras inicialmente resistiu ao pedido e argumentou que o negócio havia sido conduzido em conformidade com a lei e a Constituição. Mas o ministro Kassio Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, em vez de rejeitar o pedido, decidiu abrir um processo de conciliação entre as partes, cujo prazo foi prorrogado diversas vezes.

Nesse ínterim, a companhia deve ter ponderado o quanto o governo poderia prejudicá-la caso colocasse seu arsenal contra ela. Assim, capitulou e tentou negociar a oferta de assentos para se livrar de problemas bilionários, como a conclusão da usina nuclear de Angra 3. O Ministério da Fazenda era contra, o de Minas e Energia era a favor, e foi por pouco que o governo não fechou um negócio tão arriscado quanto a compra de um carro usado.

A Eletrobras, no entanto, não saiu de mãos abanando e conseguiu vender termoelétricas que tomavam calote da Amazonas Energia para os irmãos Batista – uma operação que ninguém conseguiu entender até que, menos de uma semana depois, o governo federal os recompensou, repassou débitos bilionários da distribuidora para as contas de luz e facilitou a compra de uma empresa agora saneada pela dupla de sorte.

Há coisas que não precisam ser ditas para serem compreendidas. A ata da assembleia-geral extraordinária, por exemplo, não afirma explicitamente que o assento adicional será reservado à União. O documento tampouco explica por que apenas seis dos dez membros do Conselho de Administração devem ser independentes, o que sugere que as negociações por assentos entre as partes não necessariamente acabam por aqui.

O governo Lula conseguiu o que queria e, de quebra, ofereceu um exemplo de que a lei está a serviço dos interesses do governo de plantão. Não poderá reclamar quando ouvir de investidores estrangeiros que o Brasil não oferece a segurança jurídica necessária para trazer seu capital ao País nem a certeza de que contratos serão respeitados.

Lula, que chamou o processo de crime de lesa-pátria, convenientemente esqueceu que a companhia se comprometeu a pagar R$ 25,3 bilhões ao Tesouro Nacional em outorga no processo, cerca de R$ 32 bilhões aos consumidores para abater as tarifas de energia e que assumiu a realização de investimentos de mais de R$ 9 bilhões para recuperar bacias no Norte, Nordeste e Sudeste.

A privatização da Eletrobras, em junho de 2022, movimentou R$ 33,7 bilhões no mercado, com o preço da ação a R$ 42. Se hoje as ações valem menos do que isso, é sobretudo pela pressão desabrida do governo para retomar sua fatia na empresa na marra e sem ter de despender um centavo. Para Lula, espernear tanto valeu a pena, e os acionistas minoritários que lidem com isso a partir de agora. ●

A inconveniente adesão à Opep

Governo faz malabarismo verbal para justificar a participação numa Opep cada vez mais influenciada por Rússia e Estados Unidos e na qual, como já afirmou Lula, não apitará nada

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou o Brasil a aderir à Carta de Cooperação entre Países Produtores de Petróleo (CoC), fórum consultivo da Opep+, uma versão estendida da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

O tema gera constrangimento desde o final de 2023, quando o convite de adesão à Opep foi anunciado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ao mesmo tempo que o presidente Lula da Silva participava da COP de Dubai, buscando projetar-se como grande líder global da causa ambiental.

Àquela altura, Lula afirmou achar importante que o Brasil participasse da Opep para "convencer os países que produzem petróleo de que eles precisam se preparar para reduzir os combustíveis fósseis", adicionando que o Brasil "não apitará nada" no cartel.

Tudo o que conseguiu naquela ocasião foi receber o "prêmio" Fóssil do Dia, *honraria* concedida pela rede global de ONGs Climate Action Network.

Agora, a poucos meses da COP de Belém, o governo confirma participação no cartel, mas sempre ressaltando que isso não gera obrigação vinculante ao Brasil, malabarismo verbal que tenta mitigar as críticas de ambientalistas.

Realmente, não faria sentido algum se unir a um grupo que procura controlar os preços internacionais do petróleo por meio da redução ou da elevação conjunta da produção, num momento em que o Brasil não apenas se tornou um dos maiores produtores globais de petróleo, como visa a aumentar tal produção por meio da exploração da Margem Equatorial.

Aliás, a defesa que Lula da Silva faz da exploração de petróleo na Região Norte desmonta o argumento do presidente de que o Brasil buscará influenciar os membros da Opep a descarbonizar. Se o Brasil, com matriz energética diversificada, quer explorar mais petróleo, como exatamente vai convencer nações cujas economias basicamente dependem dessa commodity a desistir dela?

É natural que distintos governos tenham de lidar com contradições e complexidades. E a transição energética é tema de extrema relevância e cheio de nuances. A gestão Lula, porém, é mestre em se afundar em contradições, sem se preocupar com as complexidades.

Sem foco, o governo mistura temas que, por terem natureza complexa, deveriam ser tratados cada um a seu tempo, se a gestão Lula da Silva soubesse determinar prioridades e traçar planos de ação. Mas como coordenação interministerial não é, definitivamente, uma virtude deste governo, repete-se agora o embaraço de ter a controversa adesão à Opep embolada com a realização da COP-30 em território brasileiro.

Para além das contradições internas, há ainda o quadro geopolítico. É inegável que a Opep, que já legou ao mundo grandes crises globais como os choques de petróleo dos anos 70, tem grande poder de fogo. Contudo, a emergência de novas potências petrolíferas, entre as quais o próprio Brasil e os Estados Unidos (maior produtor mundial na atualidade), desafia o poder de influência do cartel. Além disso, a saída do Catar abalou a imagem de união na Opep, que na prática se transformou num duopólio Arábia Saudita-Rússia.

A Rússia, em particular, além de ignorar as demandas da transição energética, por diversas vezes violou as cotas impostas pela própria Opep, produzindo acima do volume combinado para financiar sua guerra de agressão contra a Ucrânia.

Ademais, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que é muito próximo da Arábia Saudita, não só vem pressionando a Opep a ampliar sua produção, para derrubar os preços dos combustíveis, como já acenou com a normalização de relações comerciais com a Rússia.

No momento, Trump quer inundar o mundo de petróleo para baratear os preços, mas tanto ele quanto Vladimir Putin agem de acordo com lógicas tortuosas. Logo, bem faria o Brasil se seguisse com sua independência, que até aqui garantiu ao País um lugar de destaque no mercado de petróleo.

De onde quer que se observe, não há ganho expressivo para o País com a entrada num cartel de países produtores de petróleo no qual reconhecidamente não "apitará" nada e, ao contrário, sofrerá pressão para adaptar-se a demandas que nada têm que ver com os interesses brasileiros. ●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Medicina de qualidade e exame de proficiência

José Hiran Gallo

O Brasil precisa de mais ou de melhores médicos? Esse dilema permeia as políticas públicas nas áreas da saúde e da educação no que se refere à formação e distribuição de profissionais da medicina pelo País.

Trata-se de uma questão urgente, que demanda análise criteriosa sob pena de repercussões graves no bem-estar dos cidadãos, pois, ao avaliar dados sobre o ensino médico nacional, parece-nos que as escolhas feitas nos últimos anos são preocupantes ao priorizar o caminho da quantidade em detrimento da qualidade.

Neste contexto, a aprovação do Projeto de Lei n.º 2.294/24, que institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, torna-se uma solução confiável. Por isso, essa proposta, que já passou por unanimidade pela Comissão de Educação do Senado – e agora segue para nova votação na Comissão de Assuntos Sociais –, conta com o apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM) e de todas as entidades médicas nacionais.

Esse exame permitirá a avaliação rigorosa do egresso quanto ao seu nível de conhecimento, habilidades e atitudes esperadas no exercício da profissão. Além disso, incentivará os cursos de medicina a aperfeiçoarem o processo formador dos futuros médicos, identificando suas fragilidades e corrigindo-as em benefício dos alunos e da sociedade.

O principal ganho será para o cidadão, pois o exame contribuirá para a oferta de um melhor atendimento, mais seguro e eficaz. Isso porque o egresso somente poderá atuar se comprovar suas competências profissionais e éticas com base em padrões exigidos para a profissão.

Pela proposta, só poderão se inscrever nos Conselhos Regionais de Medicina os aprovados em Exame Nacional de Proficiência em Medicina, oferecido duas vezes por ano em todo o País, coordenado pelo CFM. Inegavelmente, essa prova – uma etapa obrigatória para os que ingressarem na faculdade, após a entrada em vigor da lei – configuraria um crivo para manter a credibilidade e a confiança na profissão médica, bem como a integridade da vida e da saúde dos pacientes, diante do risco de exposição a profissionais carentes de adequada formação.

A questão da formação e distribuição de médicos no País é urgente e demanda análise criteriosa, sob pena de repercussões graves no bem-estar dos cidadãos

O painel Radiografia das Escolas Médicas, organizado pelo CFM, dá a dimensão do problema ao apontar 390 escolas de medicina em funcionamento no País. Nos últimos 14 anos, 210 cursos foram abertos, além de vários incrementos de vagas. Desse total, 70% são privados, concentrados em Estados onde já existia número alto de escolas desse tipo, como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em consequência da abertura indiscriminada de escolas médicas, os cenários de prática – parte fundamental para a boa formação dos profissionais – apresentam defasagem. Em 78% dos municípios que abrigam escolas médicas, faltam leitos para que o ensino seja concretizado adequadamente. Em 45%, o número de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) é insuficiente para acolher os alunos. Em 57%, não existem hospitais de ensino, sem contar com a carência de professores com doutorado aptos à condução do processo de ensino e aprendizagem.

Infelizmente, as perspectivas são de agravamento desse quadro no ensino médico. Estima-se que 294 processos de cursos de medicina estão em tramitação na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação por ordem administrativa ou por força judicial. No conjunto, eles pleiteiam funcionamento em 182 municípios, dos quais 130 já abrigam, no mínimo, uma escola médica. De forma geral, 73% dessas localidades apresentam déficit em pelo menos um parâmetro essencial ao funcionamento desses estabelecimentos, como números insuficientes de leitos de internação, de equipes de ESF e/ou de hospitais de ensino.

Os problemas decorrentes da falta de infraestrutura nas escolas não tardam a apresentar sua fatura: afetam alunos em sua formação, expõem a diagnósticos e tratamento inadequados e incrementam os custos assistenciais por conta de questões como o aumento no número de pedidos de exames e a baixa resolubilidade dos atendimentos.

Assim, com cerca de 45 mil médicos sendo formados anualmente no Brasil, boa parte em locais que não observam os critérios recomendados para um ensino de qualidade, é mandatório a implementação de um instrumento de controle de qualidade desses profissionais, como o Exame de Proficiência em Medicina.

Precedentes internacionais sugerem que uma avaliação dessa envergadura se mostra eficaz para padronizar e garantir a qualidade dos profissionais da saúde, ao mesmo tempo em que cria um ciclo virtuoso de aperfeiçoamento do sistema formador em medicina. É o que ocorreu em países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha e Austrália.

Em todos esses, os candidatos a exercer a medicina são avaliados em provas teóricas e práticas, sendo a aprovação obrigatória. Quem não passa faz reciclagem para corrigir suas deficiências. Agora, no Brasil, há a oportunidade de seguir essa tendência internacional, que dá à população acesso a médicos preparados para honrar os compromissos éticos expressos no Juramento de Hipócrates. Será que os brasileiros não merecem profissionais altamente qualificados e comprometidos?●

PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada • **E-mail**: forum@estadao.com

Redes sociais

Sonho de poder

EUA chamam bloqueio de rede social de censura; governo reage (**Estadão**, 27/2). Não causa estranheza que o Departamento de Estado dos EUA, sob orientação do atual governo, classifique de "censura" decisões judiciais de países "amigos". O *sonho americano* como o conhecemos não existe mais. Foi substituído pelo *sonho de poder* de Trump e seus amigos. Resistamos, enquanto não vem uma colonização pela força ou uma anexação como pretendem em relação ao Canadá, à Groenlândia, ao Panamá, à Faixa de Gaza e aos minerais ucranianos, além dos próximos sonhos de dominação que virão.

Antonio Ferreira
São Paulo

Oriente Médio

A Gaza de Trump

O presidente Donald Trump postou um vídeo gerado por inteligência artificial sobre como a Riviera de Gaza seria maravilhosa, não fossem os *chatos* palestinos que não aceitam ser refugiados pela segunda vez no Egito e na Jordânia. Para *esfregar sal na ferida*, o vídeo mostra Elon Musk jogando dinheiro ao ar para uma plateia entusiasmada, enquanto Trump e Netanyahu tomam cerveja à beira da piscina. Diante da fenomenal insensibilidade a tanto sofrimento e tanta destruição em Gaza, resta parafrasear o que já disse Albert Einstein: duas coisas são infinitas, o universo e a crueldade humana.

Omar A. El Seoud
São Paulo

Governo federal

Equilíbrio político-eleitoral

Quem pensa que a demissão da ministra da Saúde e outras mudanças no primeiro escalão do governo constituem uma reforma ministerial está seguramente enganado. As mudanças não passam de movimentos do presidente para conseguir chegar competitivo à eleição de 2026, quando pretende concorrer a mais um mandato. Para fazer frente ao declínio de sua aprovação, Lula anuncia medidas populistas e paternalistas: Pé-de-Meia para premiar estudantes, ampliação do Farmácia Popular, auxílio-gás e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil/mês. Investindo assim o dinheiro do povo, será mais fácil vencer a eleição. Acautelem-se enquanto é tempo, porque logo não haverá mais o que fazer pelo equilíbrio político-eleitoral.

Dirceu Cardoso Gonçalves
São Paulo

'Tudo de graça'

Sobre o editorial *'Tudo de graça'* (**Estadão**, 26/2, A3), não há dúvida de que o governo petista está rodando em círculos, sem saber como sair das cordas. A questão nos remete às eleições de 2022, quando, em tom salvacionista, Lula pregava aos quatro cantos que sua candidatura representava a manutenção da democracia e do Estado de Direito contra Bolsonaro. Vendeu o peixe certo na hora certa, mas cometendo um grave erro: não apresentar um plano efetivo de governo, que deveria ser amplamente discutido antes da chancela dos adesistas de centro e centro-esquerda que se juntaram a Lula, com apoio irrestrito de outros segmentos da sociedade. O que se viu foi sua aderência aos gastos públicos, como se vivêssemos a bonança de anos atrás, e utilizando a mesma retórica com o povo mais humilde, que ele acreditava cativo de sua mensagem demagógica. O resultado deste estado de coisas é a sensação de frustração com a política, seja em razão dos aproveitadores no Congresso, seja de um governo de esquerda que não consegue superar o que está por trás deste roteiro ultrapassado: a manutenção do poder a qualquer custo, como fez Dilma para se reeleger, em detrimento do avanço sustentável do País e da prosperidade de seu povo. Deveria ser proibida pela lei eleitoral a implantação de programas sociais que não fossem temporários, que visam, na verdade, a manter um eleitorado subjugado e fiel.

Paulo Chiecco Toledo
São Paulo

Rejeição a Lula

Não é com comunicação (enganosa?) que se combate a falta de segurança ou a inflação de alimentos. Admitir a necessidade de "sangue, suor e lágrimas" e tomar as medidas condizentes, mas não populistas, podem, ao cabo, ter mais efeito positivo na popularidade dos governantes.

José Guilherme Beccari
São Paulo

Congresso Nacional

Emendas liberadas

Dino aprova plano sobre emendas (**Estadão**, 27/2, A9). Esta novela das emendas está mais para uma novela mexicana dos velhos tempos. É um tal de vaivém que, todo mundo já sabe, só serve para tudo ficar como está. Jogo de cena.

Silvano Antônio Castro
São Paulo

Eufrázio



QUANTO MAIS VOCÊ CURTE, MAIS A PREFEITURA TRABALHA



O MAIOR CARNAVAL DO BRASIL

O maior Carnaval do Brasil vai começar com uma expectativa de mais de **16 milhões de foliões** lotando os blocos em cada canto da cidade, vibrando no Sambódromo do Anhembi, se divertindo nos desfiles de rua e transformando São Paulo na capital da folia.

E para essa festa ser inesquecível, é preciso muito **planejamento e trabalho.**

A cidade segue pulsando, organizada para que tudo aconteça com segurança.

O **Smart Sampa** monitora em tempo real, o **sistema de trânsito** foi preparado e adaptado, a **limpeza** com número recorde de equipamento e de profissionais é um show à parte. E quando a folia esquentar, a **hidratação** está garantida e os **serviços de saúde** estão a postos.

A Prefeitura se move para que a alegria e a cidade não parem.



Para ver a programação dos blocos e acessar outros serviços importantes, acesse

CARNAVALSP.COM



CIDADE DE SÃO PAULO

ESPAÇO ABERTO

Estrela e coadjuvantes na tentativa de golpe

Fernando Gabeira

O processo sobre a tentativa de golpe deve ser julgado em setembro. Até lá, o debate entre juristas pode esclarecer alguns pontos. No entanto, existem certos aspectos que permanecem um pouco nebulosos para mim.

Um deles é o elo entre os preparativos para a tentativa de golpe e as invasões de 8 de janeiro em Brasília. É possível depreender dos depoimentos, provas e gravações que a virada de mesa dependia basicamente de dois fatores.

O primeiro deles era a suspeição sobre as urnas eletrônicas. Bolsonaro investiu pesado nisso. Começou por duvidar de sua própria vitória nas eleições de 2018; fez reuniões com embaixadores para disseminar a suspeita; recebeu hacker no Palácio da Alvorada e, de uma certa forma, introduziu a ambiguidade num relatório da comissão das Forças Armadas que não encontrou indício de fraude.

O segundo fator era a mobilização popular. Bolsonaro achava que a denúncia de fraude seria um fator importante para colocar gente nas ruas. A porta dos quartéis foi o lugar de encontro, e no dia 12 de dezembro houve conflitos em Brasília, numa espécie de ensaio geral para o desejado caos.

Os dois fatores essenciais, denúncia das urnas e agitação popular, eram o que Bolsonaro contava para assinar um decreto de golpe e obter o apoio das Forças Armadas para sua aventura. No entanto, quando ocorreu o 8 de Janeiro, uma tríplice invasão aos Poderes da República, Bolsonaro não estava mais no governo, assim, ele não poderia assinar nenhuma minuta de golpe.

Outro aspecto da conjuntura que havia sido alterado entre dezembro e janeiro foi que os comandos das Forças Armadas foram trocados, conforme advertiu, numa mensagem, o general reformado Mário Fernandes.

Portanto, a chamada festa da Selma, que reuniu gente de todo o País em Brasília, tinha a característica de um ato de desespero: Bolsonaro já não podia assinar decretos, as Forças Armadas, que recusaram apoio em dezembro, estavam ainda mais predispostas a se afastar de um golpe. Os líderes mais informados sabiam que a conjuntura mudara. Quem assinaria um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) seria o Lula, um político experiente que perceberia o perigo de uma decisão dessa natureza.

> *A grande curiosidade é saber como se fará justiça a pessoas que tiveram papéis diferentes neste caso*

Ainda assim, a manifestação preparada em escala nacional aconteceu. Foi como se dissessem: falhou toda a articulação de cúpula, a iniciativa popular que se resolva.

Para os líderes, era tranquilo porque, na verdade, quem arriscaria o pelo seria a multidão. Bolsonaro estava nos Estados Unidos. Seu ex-ministro da Justiça Anderson Torres também foi para os Estados Unidos, licenciando-se do cargo de secretário de Segurança de Brasília.

A única esperança que movia a multidão era a ideia de que as Forças Armadas, indiferentes ao movimento na porta dos quartéis, iriam se sensibilizar com os conflitos da tríplice ocupação.

Não sei como esses episódios serão examinados juridicamente. Mas a verdade é que os líderes foram incapazes de desmobilizar os manifestantes e esperavam, em lugares seguros, o desfecho daquele drama histórico.

Os participantes do 8 de Janeiro foram uma verdadeira massa de manobra. Colocaram a cara para as câmeras, quebraram o que podiam com as próprias mãos, possivelmente contando com a impunidade e futuras menções de honra.

Certamente, foram iludidos pelas análises, inclusive uma de Olavo de Carvalho, divulgada depois de sua morte, antes da festa da Selma, na qual afirmava que o Exército só se mobiliza quando o caos se instala.

Mas foram iludidos também pelas mensagens ambíguas de generais e militares de outras patentes indicando que algo iria acontecer. O próprio Bolsonaro estava esperando algo, uma esperança bem vaga, mas suficiente para manter as pessoas mobilizadas.

O julgamento é de uma tentativa de golpe contra o Estado de Direito. Mas houve também golpe contra a ingenuidade popular, uma suposição de que todos cumpririam seu papel, quando, na verdade, os líderes estavam abrigados longe dali.

O ideal seria um julgamento que abordasse o conjunto dos acontecimentos, envolvendo todos os acusados. Os manifestantes do 8 de Janeiro foram julgados e condenados por seus atos, é verdade. Mas, vistos num quadro mais amplo, mostraram-se mais destemidos do que seus líderes e, nestes primeiros anos, por outro lado, confirmam o ditado de que a corda arrebenta sempre do lado mais fraco.

Faltam ainda detalhes sobre a preparação do 8 de Janeiro. Assim como algumas informações sobre a preparação do golpe no mês de dezembro ainda podem aparecer. Mas a grande curiosidade é saber como se fará justiça a pessoas que tiveram papéis diferentes, inclusive aquelas condenadas a longa penas: em caso de êxito do golpe de Estado, talvez continuassem sua vida modesta e obscura, completamente esquecidas dos líderes que viriam recolher os aplausos pela tomada do poder. ●

JORNALISTA

TEMA DO DIA

AP - 30/11/2009



Luto no cinema

Ator Gene Hackman, sua mulher e seu cachorro são encontrados mortos em casa

Gene Hackman, 95 anos e vencedor de dois prêmios do Oscar, a mulher, a pianista Betsy Arakawa de 63 anos, e ainda o cachorro da família foram encontrados mortos em casa no estado do Novo México, nos Estados Unidos. ●

12.611 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Grande ator de Mississippi em Chamas, Operação França e do primeiro Superman."
BRUNO ZOLOTAR

● "O maior e melhor ator que interpretou Lex Luthor de todos os tempos."
JAIR ROCHA MATOS

● "Triste. Um grande ator, com trabalhos memoráveis."
CIBELE SANTOS

● "Um ator excepcional, apesar que já estava afastado do cinema há mais de 20 anos. Seu trabalho era impecável."
ISABEL PAZ

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LDBEstadao

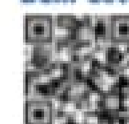
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

AFRICA STUDIO/ADOBE STOCK



Bem-estar



Carnaval tranquilo: confira 5 dicas para fugir da folia. ●
https://bit.ly/3QDkZZh

Smartphones



Veja 4 celulares de 2023 que ainda valem a compra. ●
https://bit.ly/4hUDbtv

Newsletter



'Pílula': dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHP0

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP: 02588-900 - São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central do assinante: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● Central ao leitor: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 Preços venda avulsa: SP: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC E DF: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). ES, RS, GO, MT E MS: R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). BA, SE, PE, TO E AL: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$ 13,00 (domingo). ● Vendas de assinaturas: 0800-014-9000 ● Whatsapp: (11) 99248-2333 ● Vendas corporativas: (11) 3856-2524 ● Agências de publicidade: (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Federação

Lula enaltece ‘parcerias’ com Tarcísio; governador é hostilizado em evento

Presidente diz que chefe do Executivo estadual ‘está fazendo história’ ao trabalhar com governo federal, mas aliado de Bolsonaro é vaiado e ouve críticas sobre golpe e 8 de Janeiro

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO
SANTOS (SP)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), “está fazendo história” nas parcerias com o governo federal. Adversários políticos – Tarcísio é aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) –, os dois dividiram o palanque durante evento em Santos que lançou o edital para a construção do túnel que ligará a cidade ao Guarujá. A obra custará R$ 6 bilhões, valor que será dividido pelas duas administrações.

Antes, Tarcísio também havia agradecido a Lula pela parceria que possibilitou o empreendimento. Mesmo com a deferência e a tentativa de conferir à cerimônia um clima amistoso, o governador foi vaiado em vários momentos pela plateia no evento organizado pelo governo federal.

Além das vaias, Tarcísio presenciou gritos de “sem anistia” – ele já defendeu perdão para o 8 de Janeiro – e assistiu ao vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), criticar o plano de golpe, que, segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República, foi liderado por Bolsonaro. Nesta semana, o governador disse que a denúncia que atinge o padrinho político é “uma forçação de barra”.

“Tarcísio, você está fazendo história nessas parcerias que estamos construindo. Pode ficar certo de que o povo compreende o que está acontecendo. Tem gente do lado do Tarcísio que não gosta de vê-lo do meu lado e vice-versa. Nós só temos um lado: o do povo”, afirmou Lula ontem.

ENFARTE’. O presidente disse que ele e o governador ainda terão muitas fotos juntos, o que foi considerado uma provocação a Bolsonaro. “E o que é mais grave para os nossos adversários, é a gente estar rindo na foto. Pode até ter enfarte”, declarou. “Não estou propondo casamento para ele nem ele para mim. O que estamos propondo é um jeito de trabalhar juntos.”

Lula e Tarcísio dividiram o palco em meio à queda de popularidade do presidente e ao aumento de rumores de uma candidatura do governador à Presidência em 2026, hipótese que ele rechaça. Lula já disse que pode disputar o quarto mandato. Pesquisa Genial/Quaest divulgada anteontem mostrou que a reprovação do presidente disparou em redutos do PT (PE e BA), e ultrapassou 60% em São Paulo, Rio, Minas, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul.

Já Tarcísio mantém-se aprovado por 61% dos eleitores de São Paulo, segundo rodada da Genial/Quaest divulgada ontem. O índice é o mesmo de dezembro. A desaprovação oscilou dois pontos para cima, de 26% em dezembro para 28%.

Em Santos, Tarcísio ignorou as hostilidades, principalmente quando falou da privatização da Sabesp. “Quero agradecer ao senhor porque, desde quando tivemos conversas sobre o túnel, o senhor colocou o assunto como prioridade”, disse a Lula. “Voltamos a falar e lembro que o senhor falou que não está na hora de ter disputa política e que o momento é de atender ao cidadão”, completou.

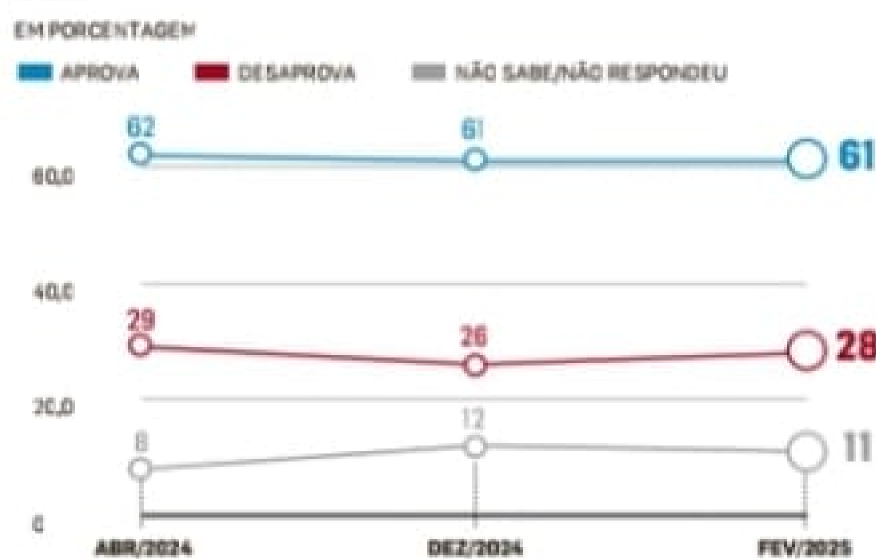
SAIA-JUSTA. Os dois lados se esforçaram para transmitir a mensagem de que deixaram diferenças políticas de lado, mas houve saias-justas. Alckmin disse que, “enquanto alguns tramavam o assassinato de adversários, Lula prega o diálogo”, em referência a um plano para matar ele próprio e Lula, conforme a denúncia da Procuradoria no inquérito do golpe. Titular da Casa Civil, Rui Costa (PT) defendeu a valorização da democracia.

O ministro do Empreendedorismo, Márcio França (PSB), criticou a proposta da gestão Bolsonaro para privatizar o Porto de Santos. A iniciativa era capitaneada por Tarcísio, à época em que ele era ministro da Infraestrutura. ●

Presidente da Câmara
Presente no evento, Hugo Motta também ouviu gritos de ‘sem anistia’; ele falou em buscar ‘convergência’

APROVAÇÃO DA GESTÃO TARCÍSIO

Pesquisa ouviu 1.644 eleitores de 19 a 23 de fevereiro



MARGEM DE ERRO: 2 PONTOS PORCENTUAIS; NÍVEL DE CONFIANÇA: 95%

FONTE: GENIAL/QUAEST/INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Valor por km do pedágio do túnel será 9 vezes o da ponte Rio-Niterói

Considerando a extensão, a tarifa-base de pedágio do túnel Santos-Guarujá será, proporcionalmente, nove vezes mais cara do que a cobrada na ponte Rio-Niterói, obra de infraestrutura que também teve custos bilionários.

O edital de concessão do túnel estabelece a base de R$ 6,15 para que se percorra 1,5 km. A cada km, portanto, será cobrado o equivalente a R$ 4,1. Na Rio-Niterói, a tarifa-base atual é de R$ 6,20 para seus 13,3 km, equivalente a R$ 0,46. As obras do túnel são estimadas em R$ 6 bilhões. Em valores atualizados, a ponte inaugurada em 1974 custou R$ 9 bilhões.

O valor-base apresentado no edital é de R$ 6,15 para carros, R$ 3,07 para motos e R$ 18,35 para ônibus e caminhões de dois a três eixos. Mas ele deve ficar acima disso, uma vez que o edital prevê correção pela inflação daqui até o começo da operação. ● LUIZ ARAÚJO E CIRCE BONATELLI

Métodos ultrapassados ampliam impopularidade

ANÁLISE

RICARDO CORRÊA

A histórica impopularidade do governo Lula, sobretudo em um momento de bastante polarização, não foi construída com um só motivo. Tem a ver com resultados ruins no campo econômico, na gestão da segurança e saúde, mas também com métodos cultivados pelo presidente em seus mandatos anteriores e que, na conjuntura atual, não funcionam mais e ajudam a agravar a desconfiança no Executivo.

Lula sempre foi conhecido em seu entorno por produzir balões de ensaio e adiar decisões para que sejam tomadas a seu próprio tempo. É assim com o anúncio de medidas de impacto ou a troca de ministros. Solta-se um nome ou uma ideia aqui, outra ali e a repercussão é usada para confirmá-la ou descartá-la.

Mas os tempos mudaram. Agora, o vazamento de uma ideia ou proposta faz, por si só, um baita estrago. A velocidade com que a informação corre e a capacidade de ganhar proporções gigantes em poucas horas interdita esse tipo de atuação. Quando o governo vai desmentir certa proposta, ela já se tornou verdade. E o anúncio de que aquilo não será implementado é entendido como recuo, não desmentido. O que mina a credibilidade da gestão.

A paciência de Lula para lidar com decisões importantes também é vista como fraqueza e desnorteamento do governo. Em um momento em que tudo acontece mais rápido e a ansiedade está nas alturas, ninguém quer esperar meses até que a isenção de imposto de renda seja apresentada ou que um ministro que não traz resultados seja demitido. Sobretudo pelo fato de que o Brasil pintado na campanha eleitoral era muito mais bonito do que a realidade oferece. E as próprias intervenções públicas de Lula são enxergadas como mais do mesmo.

Também a busca por fazer a contraposição com a oposição, o chamado “nós contra eles”, técnica histórica do PT e de Lula, parece ter esgotado um pouco seu efeito diante do flagrante incômodo da população com a polarização exacerbada. Não é por outro motivo que 35,1% pedem um nome que não seja ligado nem a Lula nem a Bolsonaro em 2026, segundo a pesquisa CNT.

Parece cada vez mais próxima a constatação de que se cristalizou a imagem de que há no País um governo sem ideias para resolver os dramas diários do brasileiro e sem capacidade de dialogar. E isso é fatal para qualquer força política. ●

‘Nós contra eles’
Técnica histórica parece ter esgotado um pouco seu efeito diante do incômodo com a polarização

COORDENADOR DE POLÍTICA DO ESTADÃO EM SP

Eufrázio

Executivo

Lula defende Ministério com 'um pouco mais de agressividade na política'

Presidente atribui substituição na Saúde e 'algumas trocas' à necessidade de dar 'mais agilidade e rapidez' ao governo

ADRIANA VICTORINO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que está "fazendo algumas trocas" no governo, a exemplo da substituição de Nísia Trindade no Ministério da Saúde, porque precisa de mais "agressividade na política". O petista disse ser "amigo pessoal" da agora ex-ministra, a quem chamou de "companheira de alta qualidade".

"A Nísia é uma companheira da mais alta qualidade, minha amiga pessoal, mas eu estou precisando de um pouco mais de agressividade na política. O governo tem que aplicar mais agilidade, mais rapidez e, por isso, estou fazendo algumas trocas", declarou o petista à TV Record Litoral e Vale.

Lula demitiu Nísia na terça-feira, após uma "fritura" pública de meses, motivada por insatisfações do Congresso, de integrantes do governo e do próprio presidente, que cobrava uma marca da pasta. No ano passado, Nísia já havia enfrentado pressões para deixar o cargo, mas foi blindada pelo petista, que chegou a pedir a ela: "Cuide da gestão e se preserve. Da política, a gente cuida".

SUBSTITUTO. O nome de Alexandre Padilha, que comanda a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), foi confirmado para substituir Nísia. Durante a entrevista, o presidente afirmou já ter escolhido o novo titular da pasta, mas disse que ainda não conversou com a pessoa. O cargo é visado por integrantes do Centrão, que antes cobiçavam o Ministério da Saúde, e também por membros do PT.

> ***"Eu já tenho a pessoa escolhida (para comandar a Secretaria de Relações Institucionais no lugar de Alexandre Padilha), mas eu não posso avisar porque não conversei com a pessoa ainda"***
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente da República**

"Eu já tenho a pessoa escolhida, mas eu não posso avisar porque eu não conversei com a pessoa ainda. Então, eu não quero que a pessoa saiba que ela vai ser ministro ou que ele vai ser ministro pela Record. Eu quero que ele saiba da minha boca", declarou Lula.

'TIME'. Pressionado pela queda de popularidade, o presidente disse ter muito cuidado ao promover a reforma ministerial. "Você sabe, um técnico de futebol, quando ele tem que tirar um e colocar outro, sabe? Normalmente, o que sai, sai de cara feia, o que entra sabe que tem que fazer melhor do que ele. E, como eu tenho um time muito coeso, as pessoas são muito decentes comigo."

Após a demissão, Nísia evitou criticar Lula e ressaltou que a saída não a "diminui em nada". "O governo pode ser pensado como um grande time ou orquestra, e o técnico desse time tem todas as bases e os elementos para definir que perfil, que jogador ele quer no momento, no segundo tempo", disse a ex-ministra. ●

Desconfiança do petista limita a reforma

ANÁLISE

SILVIO CASCIONE

Não se devem esperar mudanças radicais no governo com a reforma ministerial. Em seu terceiro mandato, Lula tem se mostrado mais fechado e mais resistente a pessoas fora de seu círculo de confiança, o que diminui a probabilidade de grandes surpresas. O PT pode até ceder algum espaço na Esplanada, mas continuará a controlar áreas estratégicas para a operação do governo, como o Ministério da Saúde, e para a relação com o Congresso.

As próximas nomeações deverão deixar isso ainda mais claro, especialmente os cargos do Planalto. Lula tem resistido à pressão do Centrão para indicar um integrante do grupo para a Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela articulação com parlamentares e deixada vaga por Alexandre Padilha.

Segundo integrantes do governo, o problema não é a filiação partidária em si; no passado, Lula já teve aliados de outros partidos à frente da SRI. A questão, porém, é que ele faz questão de ter alguém de sua confiança pessoal nessa função, para ter mais segurança de que estará adequadamente informado para as decisões que terá de tomar. De forma mais direta: Lula não quer ser enrolado. E tem se mostrado mais inclinado a indicar outro petista para a função.

Ao mesmo tempo, Lula parece reservar uma vaga para Gleisi Hoffmann no palácio, possivelmente a Secretaria-Geral. Tê-la ao seu lado, após anos na presidência do PT, é mais do que um ato de gratidão; é uma forma de continuar cercado por pessoas de confiança à medida que se prepara a campanha eleitoral de 2026.

Os aliados do Centrão, provavelmente, ganharão algum espaço. Resta saber em quais ministérios e em quais cargos de liderança no Congresso. A indicação de deputados e senadores de fora do PT para posições de liderança pode servir para oxigenar a relação com o Legislativo pelo menos um pouco, permitindo que propostas como a isenção do Imposto de Renda para a classe média tenham mais chances de sucesso. Mais importante do que os cargos são as emendas, que ainda precisam ser objeto de negociação para 2025.

Qualquer acordo político, porém, deve ser limitado às condições de governabilidade em 2025. A menos que haja um choque maior de popularidade, a cara do governo não deve mudar muito; enquanto isso, o Centrão continuará a evitar um compromisso mais firme de apoio à reeleição de Lula, sempre flertando com nomes para uma candidatura de oposição. ●

DIRETOR DA CONSULTORIA EURASIA GROUP

INFORME PUBLICITÁRIO

Entre aspas

Ano 5 Nº 207 São Paulo, 28/2/2025

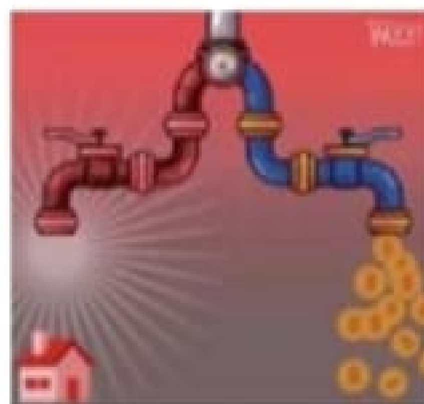


SINDUSCON SP

Duas decisões lamentáveis

Fica difícil escolher entre o que é mais lamentável: a decisão do governo de não acabar com o saque-aniversário do FGTS, ou a Medida Provisória permitindo que os trabalhadores demitidos de janeiro de 2020 até a data de hoje possam retirar os saldos de suas contas.

A MP não beneficia todos os trabalhadores. Por ela, a partir da semana que vem o trabalhador que optar pelo saque-aniversário voltará a ficar impedido de retirar o saldo do Fundo, em caso de demissão. Também não poderá utilizá-lo nesse período para financiar a casa própria. E não poderão se beneficiar da MP aqueles que de 2020 para cá tomaram empréstimo no banco para antecipar o saque-aniversário.



> "Mais uma vez recursos do FGTS não irão para habitação e saneamento"

A medida retirará até R$ 12 bilhões do Fundo, nos cálculos do governo. Desde a criação do saque-aniversário em 2019, o FGTS já perdeu mais de R$ 141 bilhões. Todos esses recursos poderiam ter sido utilizados para financiar a construção de 671 mil novas moradias e gerar 1,7 milhão de empregos.

Esse rombo corre o risco de ser bem maior, na medida em que os trabalhadores não beneficiados pela MP poderão alegar na Justiça o direito à isonomia e obter o acesso aos seus saldos. Isto sem falar do risco evidente de parlamentares ampliarem as possibilidades de uso dos depósitos do FGTS para outras finalidades que não habitação e saneamento, na votação da medida pelo Congresso.

O governo alega esperar "desestimular" o saque-aniversário a partir da próxima entrada em vigor do empréstimo consignado. Entretanto, a modalidade seguirá existindo e exaurindo os recursos do Fundo. Ademais, a injeção de até R$ 12 bilhões na economia a serem utilizados no consumo e, em menor parte, no pagamento de dívidas, é uma péssima sinalização de que o governo está menos preocupado com a inflação do que com a popularidade do presidente da República.

ENTRE ASPAS é uma publicação do SindusCon-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - www.sindusconsp.com.br
Presidente: Yorki Oswaldo Estefan; Vice-presidentes: Renato Genioli Jr., Daniela Ferrari, Eduardo Zaidan, Victor Bassan de Almeida, Francisco Vasconcellos, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Messias, Marisella Honda, Maurício Bianchi, Odair Senra, Rodrigo Ivan, Ronaldo Cury; Diretores regionais: Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauru), Marcio Benvenutti (Campinas), Marcos Aurélio Cesco (Presidente Prudente), João Carlos Moreira Filho (Ribeirão Preto), Claudio Pompeo (Santo André), Lucas Muniz Elias Teixeira (Santos), Rafael Luis Coelho (São José do Rio Preto), Elias Stefan Junior (Sorocaba); Representantes à Fiesp: Eduardo Capobianco, Romeu Ferraz, Odair Senra, Sergio Porto

Presidente especula sobre Gleisi na SRI

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva perguntou a opinião de aliados, nos últimos dias, sobre a possibilidade de nomear a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, como ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), pasta responsável pela articulação política. Segundo relatos, Lula ouviu avaliações negativas sobre a ideia.

Em janeiro, Gleisi foi convidada para assumir a Secretaria-Geral da Presidência da República, comandada por Márcio Macêdo. Nos últimos dias, no entanto, ela teria se movimentado para assumir a SRI, e seu nome passou a ser citado para o ministério. Uma ida da petista para a Secretaria-Geral, porém, não está descartada.

O fato de Lula ter perguntado a aliados o que achavam de Gleisi ser chamada para comandar a articulação política no lugar de Alexandre Padilha – transferido para o Ministério da Saúde – foi entendido por governistas não como um sinal de que ele vá colocá-la nesse ministério, mas, sim, como um "balão de ensaio" para testar a receptividade do nome da presidente do PT. Por esse raciocínio, Lula só executará a ideia se não julgar o custo político alto demais.

OUTROS. O Centrão, por exemplo, quer que o próximo ministro da SRI seja alguém de fora do PT. Os nomes mais mencionados são os do líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), e do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, deputado federal licenciado pelo Republicanos de Pernambuco. ● CAIO SPECHOTO

Eufrázio



Eliane Cantanhêde *E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; X: @ecantanhede*

Lula, cansado e impopular

Impopularidade de presidentes é como inflação: ambas começam por motivos objetivos, passam a sofrer efeito psicológico, se retroalimentar e fugir do controle. Lula enfrenta impopularidade e inflação em alta ao mesmo tempo, até porque as duas têm tudo a ver e, juntas, foram decisivas, por exemplo, para Trump e Milei derrotarem os candidatos à reeleição nos EUA e na Argentina.

E não estavam sozinhas, pois foram e são embaladas pela crise e o descrédito do sistema político e instituições mundo afora e foram e são massificadas pela orquestração da oposição na internet, que se transformou no grande fator político, capaz de confundir líderes e opinião pública.

A pesquisa Quaest desta semana é devastadora para Lula, reprovado por mais de 60% em São Paulo, Minas e Rio, os maiores eleitorados do País, e em queda acentuada em Pernambuco, seu Estado natal, onde é campeão de votos faça chuva ou faça sol, e na Bahia, governada pelo PT há duas décadas. Aliás, por Rui Costa e Jaques Wagner. Lula venceu em 2022 por margem apertada. E sem o Nordeste?

Lula 3 concilia um líder cansado e desatualizado, falta de estratégia, rumo e marca, base parlamentar frágil e oposição feroz e ativa nas redes sociais, sem perspectiva de melhora. Lula, seu governo, Congresso e oposição não vão mudar – nem com a "reforma ministerial", que está virando dança de cadeiras do PT, nem com a eventual, ou previsível, prisão de Jair Bolsonaro.

> ***Impopularidade e inflação andam juntas e, quando disparam, ninguém segura***

Lula teve o grande momento na vitória, na posse colorida, no enfrentamento do 8/1 e no belo slogan "o Brasil voltou", mas foram todos simbólicos, animadores de torcida. O problema começou junto com a rotina, decisões, ações, sinalizações, quando foi ficando claro algo constrangedor: Lula não tinha assimilado as mudanças do Brasil e do mundo, nem na política, nem na economia, nem na comunicação. Estava no passado.

Teria sido fácil brilhar na comparação com Bolsonaro em política externa, saúde, educação, cultura, ambiente..., mas alguém é capaz de lembrar algum golaço em alguma delas? O que todos lembramos é Lula estendendo tapete vermelho para Maduro, a dengue disparando, as interferências na Petrobras, a insistência na exploração de petróleo na Margem Equatorial.

Se algo andou bem foi na economia no primeiro ano, mas, assim como São Sidônio Palmeira, Dom Fernando Haddad não faz milagre e vem dando sinais de cansaço ao ser atacado pelo PT e desautorizado por Lula.

Sobre Janja, não se fala, mas não custa lembrar que Lula reclamou nas redes de coluna minha publicada neste espaço, em setembro de 2021, que me parece bem atual. Título: "Golpe de mestre". Um golpe de mestre que Lula não soube dar. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DA GLOBONEWS

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Poderes

Supremo avalia decisão de Dino sobre emendas até quarta-feira

RAYSSA MOTTA

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir até a próxima quarta-feira se confirma ou não a decisão do ministro Flávio Dino que destrava o pagamento de emendas parlamentares a partir do plano de trabalho definido pelo governo Lula e o Congresso.

O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, pautou ontem o julgamento no plenário virtual. Nessa modalidade, não há debate entre os ministros. Os votos são registrados em uma plataforma online. A análise terá início hoje e se estende pelo carnaval, até o dia 5.

O processo foi pautado com urgência a pedido de Dino. Ele solicitou uma sessão extraordinária para os colegas se posicionarem sobre o tema, já que sua decisão monocrática teve efeito imediato. Assim, a decisão final será do colegiado.

Anteontem, o ministro homologou o plano negociado com Executivo e Legislativo para dar mais transparência e rastreabilidade às emendas, liberando parcialmente o pagamento dos recursos. Entre os avanços citados por Dino estão a abertura de contas para transferências de recursos para a Saúde e a reformulação do Portal da Transparência. ●

DOLCE & GABBANA
SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · GOIÂNIA · BRASILIA · RECIFE · PORTO ALEGRE · CAMPINAS

Redes sociais

‘Deixamos de ser colônia em 7 de setembro de 1822’

Após manifestação do Departamento de Estado americano, Moraes sai em defesa da soberania nacional e contra o ‘imperialismo’

RAYSSA MOTTA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez ontem um discurso em defesa da soberania do Brasil e contra o “imperialismo”. As declarações ocorreram durante sessão de julgamentos da Corte, no dia seguinte à manifestação do Departamento de Estado dos Estados Unidos que criticou o bloqueio de redes sociais pela Justiça brasileira e multas aplicadas às plataformas, classificando as decisões como “censura” e ato “incompatível com os valores democráticos”.

Moraes participou da sessão por videoconferência. “Nosso juramento integral de defesa da Constituição brasileira e pela soberania do Brasil, pela independência do Poder Judiciário e pela cidadania de todos os brasileiros e brasileiras. Deixamos de ser colônia em 7 de setembro de 1822 e, com coragem, estamos construindo uma República independente e cada vez melhor”, afirmou ele.

> ***“Deixamos de ser colônia em 7 de setembro de 1822 e, com coragem, estamos construindo uma República independente e cada vez melhor”***
> **Alexandre de Moraes**
> Ministro do STF

O ministro disse ainda que todos os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) têm o compromisso de agir “sem discriminação, sem coação ou hierarquia entre Estados, com respeito à autodeterminação dos povos e igualdade entre os países”.

‘LUTA’. Moraes acrescentou que essas nações permanecem unidas na “luta contra o fascismo, contra o nazismo e contra o imperialismo em todas as suas formas, seja presencial, seja virtual”.

Em comunicado divulgado anteontem, o Departamento de Estado americano afirmou que “bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar indivíduos que lá vivem é incompatível com valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão”.

Embora tenham sido dirigidas diretamente a Moraes, as críticas foram recebidas no STF como um ataque institucional. O ministro já mandou tirar do ar, temporariamente, duas empresas sediadas nos EUA, o X e a Rumble – esta última segue sob bloqueio –, por descumprirem exigências previstas na legislação brasileira para operar no País. ●

STF recebeu crítica como um ataque institucional

BASTIDORES

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ficaram satisfeitos com a nota divulgada anteontem pelo Ministério das Relações Exteriores em resposta às críticas dirigidas pelo governo Donald Trump a decisões da Corte. Integrantes do STF vinham cobrando nos bastidores uma reação do governo em defesa do tribunal. Os ministros esperavam uma resposta mais ágil, mas reconhecem que o assunto é delicado e que a “demora” é compreensível.

As críticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos foram dirigidas a decisões do ministro Alexandre de Moraes, mas, no STF, foram recebidas como um ataque institucional. O magistrado já mandou tirar do ar, temporariamente, o X, o Telegram e a plataforma de vídeos Rumble por descumprirem exigências previstas na legislação brasileira. Uma delas é a nomeação de um representantes legal no Brasil para responder a intimações da Justiça brasileira.

Em resposta, anteontem, o Itamaraty afirma que o governo brasileiro recebeu a manifestação americana “com surpresa” e que “rejeita, com firmeza, qualquer tentativa de politizar decisões judiciais”. “A manifestação do Departamento de Estado distorce o sentido das decisões do Supremo Tribunal Federal”, diz o comunicado.

A Rumble move ação contra Moraes na Justiça dos Estados Unidos, em conjunto com a empresa Trump Media, ligada ao presidente americano, Donald Trump. No STF, a iniciativa foi recebida como uma tentativa de intimação do ministro. As companhias alegam que Moraes violou a soberania americana ao ordenar a suspensão do perfil do blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça brasileira. O pedido, no entanto, foi rejeitado pela Justiça americana. ● R.M. E FAUSTO MACEDO

REPÓRTERES

VEM AÍ

/ EM MARÇO • 2ª TEMPORADA /

COLEÇÃO DE LIVROS

Grandes **personalidades** abrem suas **bibliotecas**, revelam **preferências** e contam **histórias** inusitadas de suas **relações** com a **literatura**

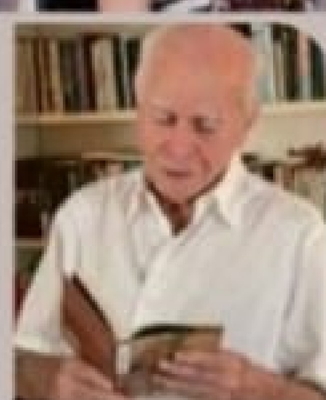


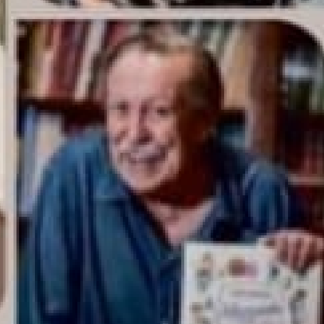
ACESSE A 1ª TEMPORADA

Carol Moreira


Maria Homem


Professor Hoc



Ignácio de Loyola Brandão


Pedro Bandeira


Sérgio Vaz

Tamara Klink


QUER SABER COMO A SUA MARCA PODE INSPIRAR UM NOVO MUNDO DE IMAGINAÇÃO?

CONHEÇA AS OPORTUNIDADES DE PATROCÍNIO.

ESCREVA PARA

publicacoes@estadao.com

Realização:

ESTADÃO 150

Amazonas

Magistrado liberou quase R$ 150 milhões da Eletrobras em 38 minutos, diz investigação

Jean Carlos Pimentel, da Vara da Comarca de Presidente Figueiredo (AM), acolheu pedido feito por advogado e autorizou o saque

RAYSSA MOTTA

Treze minutos. Esse foi o intervalo entre a decisão do desembargador Elci Simões de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Amazonas, que autorizou a execução de quase R$ 150 milhões em desfavor da Eletrobras, e o pedido do advogado Bruno Eduardo Thomé de Souza para levantar o dinheiro.

A movimentação no processo ocorreu no dia 10 de fevereiro, uma segunda-feira. O desembargador despachou às 15h03. Elci Simões de Oliveira retirou uma restrição – que ele próprio havia decretado – que impedia a execução do dinheiro penhorado da Eletrobras.

Às 15h16, o advogado solicitou o levantamento dos valores penhorados em favor de dez pessoas físicas e jurídicas. O pedido foi direcionado ao juiz Jean Carlos Pimentel dos Santos, da Vara Única da Comarca de Presidente Figueiredo, na região metropolitana de Manaus, onde tramita o processo.

Passados 38 minutos, às 15h54, o juiz homologou as cessões e deferiu o levantamento do dinheiro, sem determinar nenhuma garantia e sem ouvir antes a Eletrobras. Foram emitidos dez alvarás referentes a títulos de créditos emitidos em 1966 pela empresa que, juntos, somaram R$ 146.594.251,79.

Uma agência bancária de Presidente Figueiredo processou os levantamentos e transferiu a maior parte do dinheiro no mesmo dia, entre 17h58 e 22h03.

As decisões levaram ao afastamento do juiz Jean Carlos Pimentel dos Santos e do desembargador Elci Simões de Oliveira. Eles foram desligados do trabalho por tempo indeterminado. O afastamento foi decretado pelo ministro Mauro Campbell, corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que fiscaliza o Poder Judiciário.

Fora das funções
Juiz e desembargador foram afastados pelo corregedor do CNJ por tempo indeterminado

Procurados pelo **Estadão**, os magistrados não comentaram a investigação.

'ACELERADÍSSIMO'. Em sua decisão, Campbell chamou atenção para a rapidez do caso. "As circunstâncias narradas na inicial são estarrecedoras, revelando que, em aceleradíssimo trâmite processual, mais de R$ 150 milhões foram liberados por decisões judiciais, possibilitando a percepção, em juízo preliminar, de que os respectivos prolatores das decisões não tenham adotado a cautela necessária que o caso demandava", escreveu.

A Eletrobras conseguiu recuperar a maior parte do dinheiro. A empresa recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e obteve uma decisão favorável do ministro Benedito Gonçalves para determinar aos bancos que estornassem os valores. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
CASA RESIDENCIAL
VILA SANTA HELENA - POÁ - SP
CASA RESIDENCIAL SITUADA NA RUA JORGE VELHO, Nº 505, NO PERÍMETRO URBANO DESTA CIDADE E COMARCA DE POÁ, COM A ÁREA TOTAL DE 1.000,00M², COM AS SEGUINTES MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES: 20,00M DE FRENTE PARA A REFERIDA RUA JORGE VELHO, POR 50,00M DA FRENTE AOS FUNDOS DE AMBOS OS LADOS. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 16.507 DO CARTÓRIO DE REGISTO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE POÁ/SP. LOCADO. VISITAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AGENDADAS COM O EMERSON, NO TELEFONE: (11) 2464-6460 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR
ÁREA TOTAL 1.000,00 M²
LANCE INICIAL: R$400.000
10/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE
CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Estatal defende apuração de 'vícios processuais'

Procurada pelo **Estadão**, a Eletrobras informou que seguirá defendendo os direitos da empresa "em juízo e em outras searas" para que sejam "reconhecidos os vícios processuais ocorridos nesta execução, com a devida apuração das condutas dos responsáveis".

À época do afastamento do desembargador Elci Simões de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM), e do juiz Jean Carlos Pimentel dos Santos, da Vara Única da Comarca de Presidente Figueiredo, na região metropolitana de Manaus, a Corte estadual declarou que "os fatos serão devidamente esclarecidos com transparência e respeito às instituições".

'CAUTELA'. "O momento exige cautela e serenidade, permitindo que as investigações sigam seu curso com a devida observância ao contraditório e à ampla defesa. Ressaltamos, ainda, que o tribunal não é objeto de qualquer investigação", destacou a Corte na manifestação assinada pelo presidente do TJ do Amazonas, desembargador Jomar Fernandes. ● R.M.



Reunião na Casa Branca

Premiê britânico pede garantias para Ucrânia; Trump diz confiar em Putin

Keir Starmer diz que está pronto para enviar tropas e quer salvaguardas para evitar que Rússia retome guerra; presidente americano garante que russo manterá sua palavra

WASHINGTON

Segundo líder europeu a visitar a Casa Branca esta semana, o premiê britânico, Keir Starmer, se reuniu ontem com o presidente dos EUA, Donald Trump, para tentar convencê-lo a não abandonar a Ucrânia. O objetivo central de Starmer foi o mesmo do francês Emmanuel Macron, que passou por Washington na segunda-feira: o governo americano precisa garantir o cessar-fogo, para que a Rússia não retome a guerra.

Em conversa com a imprensa, após a reunião, Trump reiterou que seu plano de paz deve passar pela Rússia, responsável pela invasão, em 2022, mas disse acreditar que a maior garantia é a "palavra" do presidente russo, Vladimir Putin. "Acho que ele manterá sua palavra. Já conversei com ele. Eu o conheço há muito tempo", disse Trump. "Não acredito que ele volte atrás na sua palavra."

Starmer, no entanto, insistiu que era importante obter garantias dos EUA de que a paz seria mantida. "Se houver um acordo, precisamos ter certeza de que é um acordo duradouro, que não é temporário", afirmou. O premiê britânico disse ainda que está pronto para enviar tropas à Ucrânia, para garantir o acordo de paz – uma ideia que a Rússia já rejeitou.

Para seduzir o presidente americano, Starmer chegou à Casa Branca com uma promessa e um convite. Primeiro, ele convidou Trump para uma visita ao Reino Unido e entregou uma carta do rei Charles, para que ele fizesse antes uma escala na Escócia para um jantar de gala com a monarquia. "Ele é um grande cavalheiro", disse o presidente, se referindo ao rei.

GASTOS. A promessa, que também soou como música para os ouvidos do presidente, foi aumentar os gastos militares britânicos, de 2,3% do PIB para 2,5%, em 2027, até atingir 3%, em 2029 – desde o primeiro mandato, Trump pressiona os países da Otan a aumentarem os gastos com defesa.

Apesar da troca de elogios e de gentilezas diplomáticas, Starmer voltou a Londres sem garantias concretas dos EUA com relação à Ucrânia. Quando questionado sobre o assunto, Trump se referiu ao acordo para a exploração de minerais, que o presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, deve assinar hoje em Washington – o tratado dará aos americanos o direito de extrair titânio, lítio, gás, petróleo e elementos de terras raras da Ucrânia. Para Trump, seria uma forma de retribuição pela ajuda americana nos três anos de guerra.

"O acordo será importante, porque estaremos dentro do país (*Ucrânia*). Acho que ninguém vai se aventurar lá, se estivermos com muitos trabalhadores, explorando terras raras e outros minerais dos quais precisamos", declarou o presidente americano.

Assessores de segurança nacional da Casa Branca e funcionários do governo, no entanto, disseram ontem – antes do encontro entre Trump e Starmer – que a parceria econômica com os ucranianos não inclui nenhuma garantia específica de financiamento para a guerra. O acordo de minerais também não implicaria o envio de americanos para a região.

Segundo a última minuta do acordo, os dois países receberiam 50% de "todos os rendimentos da futura monetização dos recursos naturais". Trump chegou a mencionar que o valor seria perto de US$ 500 bilhões – bem mais do que os US$ 100 bilhões que o país enviou à Ucrânia.

MISTÉRIO. No entanto, o que os EUA de fato ganharão é um mistério. Segundo fontes do governo ucraniano, citadas pelo site Politico, o valor dos depósitos de minerais tem como base pesquisas da era soviética, realizadas nos anos 80. As informações são incompletas e os relatórios foram lacrados desde que Zelenski impôs a lei marcial, no início da guerra.

O Serviço Geológico Ucraniano (UGS) estima que o custo de exploração das 10 maiores jazidas da Ucrânia seja de US$ 15 bilhões, incluindo a construção de minas, pedreiras e instalações de processamento. O depósito de Novopoltasvke, um dos maiores do país, exigiria investimento de US$ 300 milhões. Um relatório da UGS afirma que o local é "difícil" de explorar, em razão dos riscos de inundação e deslizamento de terra. ● NYT, AFP e AP

SAUL LOEB / AFP



Keir Starmer (E) e Trump na Casa Branca: troca de gentilezas, mas sem garantias dos EUA à Ucrânia

Aumento

3% do PIB
é o quanto o Reino Unido pretende gastar com Defesa até 2029

Coreia do Norte envia mais soldados à Rússia, diz governo sul-coreano

SEUL

O Serviço Nacional de Inteligência (NIS), a agência de espionagem da Coreia do Sul, disse ontem que a Coreia do Norte enviou mais tropas à Rússia, depois que seus soldados sofreram pesadas baixas no fim do ano passado. O NIS afirmou que estava tentando determinar exatamente quantos soldados a mais os norte-coreanos enviaram para a guerra.

O jornal sul-coreano *JoongAng Ilbo* afirma que, entre janeiro e fevereiro, foram enviados para a região russa de Kursk cerca de 2 mil soldados norte-coreanos. O NIS disse que as tropas norte-coreanas chegaram na primeira semana de fevereiro, após uma retirada temporária.

O presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, no dia 7 de fevereiro, confirmou uma nova ofensiva em Kursk e disse que as tropas norte-coreanas estavam lutando ao lado dos russos no local. A Coreia do Norte tem fornecido uma grande quantidade de armas convencionais para a Rússia e, no fim de 2024, enviou cerca de 10 mil soldados, de acordo com autoridades de inteligência de EUA, Coreia do Sul e Ucrânia.

Os norte-coreanos são altamente disciplinados e bem treinados, mas observadores dizem que eles se tornaram alvos fáceis de drones e artilharia da Ucrânia devido à falta de experiência em combate e à pouca familiaridade com o terreno.

Em janeiro, o NIS disse que cerca de 300 soldados norte-coreanos haviam morrido e outros 2,7 mil haviam sido feridos. Zelenski estimou o número de norte-coreanos mortos ou feridos em 4 mil. Os EUA calculam os mortos e feridos em 1,2 mil.

PARCERIA. O líder supremo da Coreia do Norte, Kim Jong-un, e o presidente russo, Vladimir Putin, se reuniram várias vezes nos últimos anos para reforçar laços e escapar das sanções ocidentais. Coreia do Sul, EUA e seus aliados temem que Putin possa recompensar a Coreia do Norte transferindo tecnologia de armas que possa aprimorar consideravelmente seu programa nuclear. Espera-se que a Coreia do Norte também receba assistência econômica da Rússia. A declaração do NIS vem em um momento em que se intensificaram as negociações para o fim da guerra na Ucrânia, que completou três anos na segunda-feira. ● AP

Aliança estratégica
Kim e Putin se reuniram várias vezes para reforçar laços e escapar das sanções ocidentais

Eufrázio

Oriente Médio

Israel se recusa a sair de corredor estratégico de Gaza

Rejeição pode desencadear crise com o Egito, que atua como negociador da trégua entre governo israelense e Hamas

TEL-AVIV

Israel não retirará suas tropas de um corredor estratégico na Faixa de Gaza, apesar de a saída estar previsto no acordo de cessar-fogo com o Hamas. Segundo uma autoridade israelense, citada pela agência Associated Press, a recusa pode desencadear uma crise com o Egito, que atua como negociador da trégua.

A autoridade de Israel, que pediu anonimato, disse que os soldados precisam permanecer no chamado Corredor Filadélfia, faixa de terra entre Gaza e Egito, para evitar o contrabando de armas. A retirada deveria começar amanhã e terminar em até oito dias.

Além de ameaçar o acordo de cessar-fogo com os palestinos, a decisão pode afetar também a relação com o Egito. O governo egípcio rejeita a presença militar israelense na fronteira e deixou claro que ela ameaça o tratado de paz assinado entre os dois países, em 1979.

O acordo de cessar-fogo, mediado por EUA, Egito e Catar, pôs fim a 15 meses de guerra na Faixa de Gaza, que começou após os ataques terroristas do Hamas, no dia 7 de outubro de 2023, que resultaram na morte de 1,2 mil pessoas e no sequestro de outras 250.

LÍBANO. Ontem, o ministro da Defesa israelense, Israel Katz, anunciou que o Exército também vai permanecer por tempo indefinido em uma zona-tampão na fronteira com o Líbano, incluindo em postos dentro do território libanês, sob alegação de evitar ataques do Hezbollah contra o norte do país. "Recebemos sinal verde dos EUA, fornecemos a eles um mapa e ficaremos por tempo indeterminado", disse Katz.

Após a queda do regime de Bashar Assad, na Síria, Israel também assumiu o controle do Monte de Hermon, além de uma área até então desmilitarizada, que estava sob controle da ONU. Katz afirmou que também não pretende se retirar da região. Essa nova ocupação viola acordos e leis internacionais.

> **7 de Outubro**
> **Militares israelenses classificaram sua resposta ao ataque do Hamas como um 'fracasso completo'**

O novo presidente sírio, Ahmad al-Sharaa, pediu a retirada das tropas israelenses e afirmou que o território sírio é "indivisível". Sharaa faz parte do Hayat Tahrir al-Sham (HTS), que comandou os insurgentes que derrubaram Assad. O grupo nasceu como um braço da Al-Qaeda no Iraque e é considerado terrorista por vários países ocidentais.

INVESTIGAÇÃO. O Exército de Israel apresentou ontem as conclusões da investigação sobre as falhas de segurança que permitiram que o atentado terrorista do Hamas ocorresse e alcançasse o nível de destruição constatado. Os militares israelenses reconheceram que subestimaram as capacidades do Hamas e classificaram a resposta imediata ao ataque como um "fracasso completo". O ex-chefe do Exército, general Herzi Halevi, que renunciou no mês passado, voltou a assumir a culpa. "A responsabilidade é minha. Eu era o comandante do Exército em 7 de outubro", disse. ● NYT e AP

LEILÃO EXCLUSIVO DE FINANCEIRAS
28/02 ÀS 14H
SOMENTE ONLINE
É HOJE!











ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!
NOVIDADE!
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO
B3 Capital



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Relações homossexuais

Província indonésia açoita 2 homens em público

Dois estudantes foram açoitados em público ontem depois que foram declarados culpados de manter um relacionamento homossexual por um tribunal islâmico na Província de Aceh, na Indonésia. As relações entre pessoas do mesmo sexo não são ilegais em outras regiões do país. ●


YASUYOSHI CHIBA / AFP

México

EUA receberão 29 narcotraficantes extraditados

O México anunciou ontem a extradição de 29 narcotraficantes para os EUA, entre eles Rafael Caro Quintero, Omar Treviño e Vicente Carrillo, três dos mais famosos do país. As extradições ocorrem em meio à pressão do governo americano para que o México contenha o contrabando de fentanil. ●

Acordo político

Líder curdo pede fim da luta separatista na Turquia

Isolado em prisão em uma ilha desde 1999, Abdullah Öcalan pede que PKK entregue as armas, o que teria impacto para a região

ANCARA

O líder e fundador do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), Abdullah Öcalan, preso em uma remota ilha turca, pediu ontem que seus seguidores entreguem as armas, abrindo o caminho para encerrar o conflito que matou dezenas de milhares de pessoas nas últimas quatro décadas e desestabilizou a Turquia e o Oriente Médio.

Öcalan, de 75 anos, também pediu a dissolução do grupo e propôs que suas facções se desarmem, em uma mensagem lida por aliados em Istambul. O PKK é considerado uma organização terrorista na Turquia, assim como no Reino Unido e nos EUA. "A Turquia e os curdos devem agora avançar com o espírito de fraternidade", acrescentou Öcalan, dizendo que "a democracia era o único caminho".

O fim do sangrento conflito na Turquia também poderia ecoar através das fronteiras, em razão da profunda influência de Öcalan sobre membros

Efetividade
Há pouca informação sobre quem monitoraria o desarmamento e qual seria o futuro dos combatentes

do grupo na Turquia e no Iraque, assim como sobre milícias curdas na Síria – apoiadas pelos EUA – e no Irã.

Se efetivado, o desmantelamento do PKK seria visto como uma grande vitória política para o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, algo que poderia aumentar a segurança doméstica em um momento de intensa turbulência na região.

Mas há pouca indicação ou discussão sobre quem monitoraria o cumprimento da proposta de Öcalan, o que aconteceria com os combatentes ou se o governo ofereceu algo em troca do desarmamento.

CONVERSAS. O apelo veio após uma série de conversas que envolveram integrantes do governo turco, o próprio líder do PKK e membros do principal partido pró-Curdistão da Turquia, o Partido da Igualdade e Democracia do Povo (DEM).

Em um discurso, em janeiro, Erdogan garantiu que o governo turco não havia oferecido concessões ao grupo. Mas, segundo ele, o fim do conflito beneficiaria turcos e curdos igualmente. Öcalan foi preso em 1999 na ilha-prisão de Imralie, onde está em regime de isolamento desde então. ● NYT, AP e AFP

METIN YOKSU/AP



Simpatizantes com bandeiras de Abdullah Öcalan, em Diyarbakir

Conflito sangrento

● Origem
O PKK lançou uma insurgência armada contra o Estado turco no início da década de 80, buscando inicialmente a independência para os curdos, que compõem cerca de 15% ou mais da população da Turquia.

● Violência
Das montanhas no leste e sul da Turquia, combatentes do PKK atacaram bases militares e delegacias turcas, provocando severas respostas do governo. Mais tarde, o conflito se espalhou para outras partes do país, com devastadores ataques do PKK em cidades turcas.

● Líder
Em 1999, a Turquia capturou Öcalan e o condenou por liderar uma organização terrorista. Ele recebeu uma sentença de morte, que mais tarde foi comutada para perpétua.

● Negociações
Desde que Öcalan foi preso, houve várias tentativas de pôr fim ao derramamento de sangue. A última rodada de negociações fracassou em meio à violência, em 2015.



FIQUE POR DENTRO DOS CAMINHOS QUE AS **MARCAS** PERCORREM ATÉ CHEGAR AO **CONSUMIDOR** FINAL

Turismo corporativo: Ecossistema, com diferentes eventos, impulsionado pelo live marketing

CONVIDADO



ALDO LEONE FILHO
CEO da Agaxtur



Apresentação:
JOÃO FARIA
Jornalista e colunista da Rádio Eldorado



01 MAR 25
SÁBADO 10H

Realização: ESTADÃO 150 | ELDORADO FM 107,3
Patrocínio: GPA | QuintoAndar

FOTO DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

ESTADÃO
150
ANOS
+
Alice
Ferraz

Qual fato
do presente
molda o futuro?

Alice Ferraz
conta no Estadão.

Apresentamos nossa nova
colunista, que traz em sua página
um retrato social com curadoria
baseada na relevância do fato,
da notícia e da imagem
no momento presente.
Um lugar múltiplo tanto na forma
quanto no conteúdo.



DIARIAMENTE
NO DIGITAL

O Estado
de S. Paulo

1875

Vigilância sanitária

Antes do carnaval, aumentam testes positivos para covid-19, gripe e VSR

No DF, há positividade de 30%, seguido de PR, com 27%, e SP, com 24%; pandemia ainda levou a uma mudança na sazonalidade de transmissão de outros vírus

GABRIEL DAMASCENO

A poucos dias do carnaval, a positividade para o vírus Sars-CoV-2, causador da covid-19, subiu sete pontos porcentuais em um mês. O número saltou de 17,1% para 24,1% entre os dias 25 de janeiro e 15 de fevereiro, o que representa o maior registro do ano até o momento. As análises são do Instituto Todos pela Saúde (ITpS) e foram baseadas nos dados de diagnósticos moleculares conduzidos pelos laboratórios parceiros Dasa, DB Molecular, Fleury, Hermes Pardini, Hilab, HLAGyn, Hospital Israelita Albert Einstein, Sabin e Target.

O destaque fica para o Distrito Federal, com uma positividade de 30% dos testes, seguido pelo Paraná, com 27%. O Estado de São Paulo aparece em terceiro lugar, com 24%. Em relação às faixas etárias, o público entre 50 e 59 anos é o mais afetado (30%). "O aumento sempre é guiado pela introdução de uma nova variante. O vírus ainda está circulando mundo afora e continua evoluindo enquanto infecta pessoas", afirma Anderson Brito, virologista e coordenador científico do ITpS. "As novas variantes acabam tendo uma capacidade maior de transmissão ou de escaparem de nossas defesas. Com isso, se disseminam mais facilmente."

"Esse crescimento da positividade se deve justamente a isso. Desde o fim do ano passado, uma nova variante vem sendo detectada no Brasil, da linhagem LP.8.1. É uma variante que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera digna de monitoramento", diz ele.

Qual é a questão?
No caso do coronavírus, especialistas falam em avanço da linhagem LP.8.1. no Brasil

As vacinas, segundo o virologista, são eficazes contra a nova variante. "As orientações continuam as mesmas e os grupos de risco – idosos, gestantes e indivíduos imunocomprometidos – devem tomar reforço", destaca Brito.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Segundo Uip, ainda é preciso 'convencer as pessoas a se vacinar'

O período de carnaval é marcado por festas e aglomerações, o que pode facilitar ainda mais a disseminação. "Depende de as pessoas infectadas estarem presentes naquele meio", diz Igor Thiago Queiroz, infectologista e membro da Sociedade Brasileira de Infectologia. "Caso a pessoa tenha sintomas, não deve ir a aglomerações. É preciso utilizar máscara e lavar as mãos. São medidas preventivas."

INFLUENZA A E VSR. O aumento da positividade não é apenas do coronavírus. No caso do influenza A, que causa gripe, os testes positivos no começo do ano giravam em torno de 6% e, agora, ultrapassaram os 10%. Também chama a atenção o crescimento da positividade dos registros de vírus sincicial respiratório (VSR), uma das principais causas de infecções respiratórias em recém-nascidos e crianças pequenas. O porcentual foi inferior a 3% até o dia 25 de janeiro, mas subiu para quase 8% nas semanas seguintes.

Segundo o virologista, isso tem a ver com uma mudança na sazonalidade da transmissão. Até 2019, o aumento de casos de influenza e VSR costumava acontecer durante o inverno. Mas, por causa do isolamento social necessário para conter a covid-19, o ciclo sazonal desses outros vírus acabou alterado. "É como se estivessem dessincronizados. Antes, era algo previsível, e agora não é mais. Isso faz com que a gente tenha um olhar quase em tempo real da transmissão, já que esses vírus podem aumentar em momentos que, antes, a gente não esperava", afirma. ●

'Ainda estou internando pacientes com covid. Está longe de acabar', diz Uip

ENTREVISTA

David Uip
Diretor de infectologia da rede D'or e Reitor na FMABC

LEON FERRARI

Era 26 de fevereiro de 2020 quando o Ministério da Saúde anunciou que o Brasil havia registrado o primeiro caso de covid-19. O infectologista David Uip foi considerado alarmista por colegas ao estimar que de 1% a 10% da população brasileira poderia ser infectada. Hoje, conforme dados atualizados pelo Ministério da Saúde no último dia 20 de fevereiro, o País acumula mais de 39 milhões de casos confirmados e 715 mil mortes. E ele alerta: "Ainda estou internando pacientes com covid, principalmente os que não completaram o esquema vacinal e os não vacinados."

Naquele dia em que foi registrado o primeiro caso no Brasil, o senhor imaginava que a covid tomaria essa proporção toda?

O governador João Doria me ligou, era Quarta-Feira de Cinzas, e pediu que eu montasse um grupo de experts para ajudar o governo do Estado de São Paulo. Em 48 horas, montei o grupo de contingência. Para o governo do Estado de São Paulo, estimamos quantos leitos de terapia intensiva seriam necessários. No primeiro instante, São Paulo tinha 3,5 mil UTIs para adultos. Já falamos de cara que íamos precisar de mais de 5 mil leitos. Para ter uma dimensão, no fim São Paulo tinha 14 mil leitos.

O Brasil teve cerca de 10% das mortes mundiais. Por que a covid foi tão letal por aqui?

O Brasil é um país de desigualdades. Temos populações extremamente vulneráveis. Isso, somado à falta de recursos na área de saúde, é uma catástrofe planejada.

O combate à pandemia foi marcado por um protagonismo dos Estados. O governo federal demorou a entrar nessa tarefa?

Tem de dividir isso direito. No começo, o governo federal teve uma postura muito adequada. Na gestão do Mandetta e do Nelson Teich (*no Ministério da Saúde*), eles estavam muito próximos dos Estados. Com a entrada do (*Eduardo*) Pazuello, houve um distanciamento muito grande.

E isso prejudicou o combate à pandemia?

Não tenho a menor dúvida. Era preciso ter uma unidade muito forte entre os governos estadual e federal, além dos municípios. Nada foi simples.

Durante esse período, houve desinformação e notícias falsas. O movimento antivacina tomou uma proporção enorme. Por quê?

Sobre as vacinas
'Tem pessoas que vêm no consultório para me confrontar, porque sou a favor das vacinas'

O que é desmotivador é que isso não acabou. Tem pessoas que vêm no meu consultório e pagam uma consulta para me confrontar, porque sou a favor das vacinas. Foi uma desinformação proposital, generalizada e muito incentivada, por diversos objetivos. Essas pessoas devem ser ouvidas e investigadas.

O que ainda não entendemos sobre a covid?

Eu acho que o começo da pandemia é desconhecido para todos nós até hoje. Mas eu quero dizer uma outra coisa. A covid não acabou. A covid mudou a história do mundo. Não só do ponto de vista epidemiológico, mas em termos de resposta imune inflamatória. Nós estamos vendo doenças que não víamos. Acho que a covid funcionou como um gatilho importantíssimo para outras condições de saúde.

Comparando com os números do início da pandemia, temos menos casos e mortes. Isso significa que os números atuais são baixos?

Achar que 6 mil mortes em 2024 é pouco, não acho. É um número extravagante. Quase 700 mil notificações. E cada vez mais vão aparecer as formas subclínicas, pouco sintomáticas, que não vão ser notificadas. É óbvio que (*a covid*) não acabou, e aparecem novos subtipos. As vacinas vão ser anuais ou bianuais, têm de fazer parte do calendário de imunização. Está longe de acabar, e nós temos que convencer as pessoas a se vacinar. ●

Eufrázio

Oficina Mobilidade ESTADÃO

Apresentado por:
bradesco seguros



Vai viajar de carro?
Aqui você encontra as melhores informações para garantir a tranquilidade da sua família.

Confira no Portal **Oficina Mobilidade**



estadaooficinamobilidade.com.br



Bradesco Seguro **Auto**
Especialista no seu carro

Patrocínio: bradesco seguros
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Viabilização: Mobilidade ESTADÃO
Realização: ESTADÃO 150

Eufrázio

Ambiente

Governo declara emergência contra incêndios

Portaria permite contrato de emergência de brigadistas; quadro mais crítico projetado hoje é do Pantanal, que terá sala de situação

JULIANA DOMINGOS DE LIMA

A ministra do Meio Ambiente Marina Silva assinou portaria que estabelece estado de emergência ambiental nas áreas vulneráveis a incêndios, viabilizando contratação emergencial de brigadistas e orientando ações de prevenção com base em dados climáticos. Será retomada ainda a sala de situação para a preparação de ações de prevenção inicialmente no Pantanal, bioma com a situação mais crítica projetada.

"É um ato declaratório, do mesmo jeito que a Agência Nacional de Águas declara que uma área está em alta escassez hídrica, média escassez hídrica e assim por diante. Com essa informação, os agentes públicos terão de tomar as medidas necessárias para poder agir em conformidade com o risco", afirmou ela.

A portaria deve trazer prazos e informações específicas por região para detectar riscos, identificando áreas e momentos críticos para que Estados e municípios se planejem em parceria com a União e adotem medidas preventivas ao longo do ano. "Teremos pela primeira vez um planejamento estratégico faseado ao longo do ano, considerando a evolução do clima e da gravidade do risco de incêndio", disse o secretário executivo do MMA, João Paulo Capobianco.

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima também anunciou que reforçará a estrutura federal de prevenção e combate ao fogo em 2025, com 231 brigadas e 4.608 profissionais distribuídos entre Ibama e ICMBio, o que representaria aumento de 25% em relação ao ano anterior.

De 1.º janeiro a 27 de fevereiro, o País registrou 4.925 focos de incêndio, segundo dados do Inpe. A Amazônia é o bioma com mais focos até o momento, com 33% do total. Normalmente, a temporada mais intensa de fogo ocorre no 2.º semestre, mas ela tem se antecipado e sido agravada pela seca prolongada em biomas como o Pantanal. Em 2024, o País teve o maior número de focos desde 2010 e aumento de 46% em relação ao ano anterior.

Plano de manejo
Segundo resolução, será obrigatório a imóveis rurais em área de risco e que usem queima prescrita

Segundo o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, o detalhamento maior da portaria de 2025 é resultado de um trabalho com cientistas para elaborar mapas de déficit de chuvas e histórico dos focos de calor para ter previsões climáticas especializadas. Essas análises serão atualizadas no início de março e refeitas constantemente, sob coordenação do Prevfogo, do Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e do Ibama.

OUTRAS AÇÕES. Entre as ações, o MMA também prevê: recomendação ao Conselho Monetário Nacional para incluir ações de prevenção e combate a incêndio em propriedades rurais como atividades habilitadas a receber recursos no financiamento do Plano Safra; aporte de R$ 30 milhões do Fundo Nacional de Meio Ambiente para os primeiros planos de manejo integrado do fogo em áreas prioritárias federais, que serão definidas nas próximas semanas; destinação de recursos aos Corpos de Bombeiros; ações de fiscalização remotas, por meio de imagens feitas por satélite, e também notificação dos proprietários nas áreas com maior risco.

PRAZO A ESTADOS. Foi anunciada ainda uma resolução vinculativa – com força de lei –, segundo a qual imóveis rurais e unidades de conservação em regiões com alto risco de incêndio ou que utilizem a queima prescrita passem a contar obrigatoriamente com planos de manejo integrado do fogo. A norma atribui responsabilidades de prevenção, preparação e controle de incêndios entre entes federativos e privados e dá aos Estados um prazo de até dois anos para a elaboração desses planos. ●

Onda de calor atinge SP e mais 6 Estados a partir de hoje

Uma nova onda de calor atinge São Paulo e outros 6 Estados a partir de hoje. No Rio Grande do Sul, a temperatura pode chegar a 43°C em algumas cidades no carnaval, diz o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). O fenômeno deve durar até 5 de março. O calor acima do normal também afetará Santa Catarina, Paraná, Minas, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. ●

e|investidor
ESTADÃO

e-book gratuito

ONDE *INVESTIR* EM 2025

Tudo o que você precisa saber para fazer o seu dinheiro render mais no próximo ano

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito



FOTOS:WERTHER SANTANA/ESTADÃO







Alegorias que estarão no desfile do carnaval de SP são finalizadas por integrantes das escolas no Anhembi

Sextou! Carnaval

Anhembi verá da tradição negra e índia a tributos a Zé Celso e Cazuza

Jogatinas, universos literários e 'Aquarela' de Toquinho e Vinícius também terão lugar na passarela do samba paulistano

CAIO POSSATI

Começam hoje os desfiles das 14 escolas de samba do Grupo Especial do carnaval de São Paulo. Além da temática negra sempre presente nas exibições e das homenagens que vão de Zé Celso e Cazuza ao afoxé Filhos de Gandhy, será possível discutir questões da atualidade, como a jogatina.

Quem inicia as apresentações será a Colorado do Brás, às 23h. A agremiação do centro chega à elite ao lado da Estrela do Terceiro Milênio. Uma das "caçulas" da elite, faz 50 anos de fundação em 2025, com o enredo *Afoxé Filhos de Gandhy, no ritmo da fé*, um tributo ao tradicional bloco carnavalesco que nasceu em Salvador na década de 1940. Na sequência, surgirá a Barroca Zona Sul, que escolheu o enredo *Os Nove Oruns de Iansã* (a rainha dos raios).

Falando em história, a Mancha Verde completa 30 anos e, como quarta a desfilar, traz o enredo *Bahia: da Fé ao Profano*, em que pretende explorar a sinergia entre os costumes religiosos, as crenças e as festas, as danças e os batuques (que constituem o profano).

Quem vai passar pelo sambódromo antes da Mancha Verde será a Dragões da Real, segunda colocada do carnaval do ano passado. Sob a batuta do carnavalesco Jorge Freitas, a agremiação escolheu o enredo *A vida é um sonho pintado em aquarela!* O desfile será uma homenagem à música *Aquarela*, escrita por Guido Morra, Vinicius de Moraes, Mushi e Toquinho.

Depois da Mancha, a Acadêmicos do Tatuapé cantará Martin Luther King e Mandela em seu samba, no enredo *Justiça – A Injustiça Num Lugar Qualquer é Uma Ameaça à Justiça em Todo Lugar*. No fim da madrugada e início do sábado, mais duas campeãs estarão no Anhembi, a Rosas de Ouro e a Camisa Verde e Branco.

A Rosas trouxe para o seu barracão o carnavalesco Fábio Ricardo, profissional que fez carreira no Rio e já trabalhou ao lado de carnavalescos consagrados, como Joãosinho Trinta. Em *Grande Jogada*, vai contar sobre as jogatinas, os jogos de azar, e como esse hábito é tão antigo, histórico e cultural. Já a Camisa, com *O Tempo não Para!*, vai apostar em uma homenagem a Cazuza.

EM BUSCA DO TRICAMPEONATO. Amanhã, uma das atrações é a atual bicampeã do carnaval paulistano, a Mocidade Alegre, da Casa Verde (zona norte). A Morada do Samba se isolou como a segunda agremiação em número de títulos em São Paulo e tenta igualar a Vai-Vai como maior campeã da era Anhembi, além de buscar seu terceiro tricampeonato (após as vitórias de 1971 a 73 e de 2012 a 2014).

O enredo será *Quem não pode com mandinga não carrega patuá*, falando da história da diáspora negra e como objetos religiosos (terços, balangandãs e guias), já costurados à cultura brasileira, contribuíram para a resistência dos negros.

Para tentar superá-la, a Gaviões da Fiel, novamente com Sabrina Sato à frente da bateria, leva para o sambódromo o enredo *Irin Ajó Emi Ojisé*, com foco nos rituais com máscaras, representando a diversidade das etnias presentes na África.

Já a Vai-Vai, a maior campeã, com 15 títulos, escolheu como enredo *O Xamã Devorado y A Deglutição Bacante de Quem Ousou Sonhar Desordem*. O desfile fará uma homenagem ao diretor e dramaturgo José Celso Martinez Correa, o Zé Celso, e suas conexões com o Bexiga, onde a escola foi fundada.

A segunda noite será aberta com Águia de Ouro, homenageando o cantor Benito Di Paula, e terá ainda Império de Casa Verde *Cantando Contos*, passando por vários universos literários. Caberá à Acadêmicos do Tucuruvi a lembrança indígena, em *Assojaba – A Busca pelo Manto* (tupinambá). A Estrela do Terceiro Milênio, por sua vez, virá com *Muito além do Arco-Íris – Tire o Preconceito do caminho que nós vamos passar com o Amor*. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

UM AMBIENTE
PARA TODOS!

No Hotel Resort e Golfe Clube dos 500, você encontra o equilíbrio perfeito entre lazer e tranquilidade, ideal para todos os gostos e idades.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

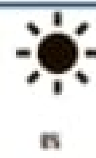
Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização 27/02


HOJE: MANHÃ 0% 25°


HOJE: TARDE 15% 28°


HOJE: NOITE 80% 23°

VOLUME DE CHUVA 2MM

UMIDADE RELATIVA 35 a 95%

AMANHÃ 20°/31° | SÁBADO 21°/31° | DOMINGO 20°/31° | SEGUNDA 20°/30°

SOL: NASCENTE: 6h00 POENTE: 18h27

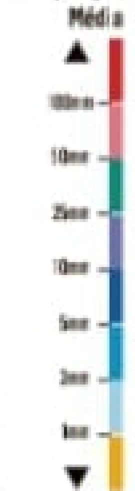
LUA: NOVA

NOVA	27/02	21h44
CRESCENTE	06/03	13h31
CHEIA	14/03	3h54
MINGUANTE	22/03	8h29

Regiões do Estado de SP Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)



Precipitação Média



Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	65%	1mm	26°C/31°C
BELÉM	70%	21mm	24°C/31°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	21°C/30°C
BOA VISTA	0%	0mm	25°C/34°C
BRASÍLIA	35%	1mm	18°C/28°C
CAMPO GRANDE	60%	6mm	22°C/30°C
CUIABÁ	80%	10mm	22°C/31°C
CURITIBA	10%	0mm	18°C/31°C
FLORIANÓPOLIS	10%	0mm	25°C/30°C
FORTALEZA	80%	21mm	25°C/27°C
GOIÂNIA	50%	1mm	18°C/30°C
JOÃO PESSOA	45%	6mm	25°C/31°C
MACAPÁ	55%	1mm	25°C/31°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	60%	7mm	24°C/31°C
MANAUS	30%	0mm	25°C/31°C
NATAL	75%	22mm	25°C/31°C
PALMAS	10%	1mm	22°C/31°C
PORTO ALEGRE	15%	4mm	25°C/31°C
PORTO VELHO	75%	7mm	24°C/30°C
RECIFE	60%	10mm	27°C/31°C
RIO BRANCO	100%	1mm	22°C/31°C
RIO DE JANEIRO	10%	0mm	25°C/31°C
SALVADOR	10%	1mm	25°C/30°C
SÃO LUÍS	70%	24mm	25°C/31°C
TERESINA	10%	14mm	25°C/31°C
VITÓRIA	25%	0mm	24°C/31°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	25°C/34°C	LOS ANGELES	-5h	11°C/20°C
ATENAS	+5h	11°C/17°C	MADRID	+4h	7°C/15°C
BARCELONA	+4h	8°C/14°C	MIAMI	-2h	17°C/25°C
BERLIM	+4h	2°C/4°C	MONTEVIDÉU	0h	24°C/28°C
BRUXELAS	+4h	3°C/7°C	MOSCOU	+6h	4°C/7°C
BUENOS AIRES	0h	25°C/28°C	NOVA YORK	-2h	6°C/15°C
CARACAS	-1h	21°C/28°C	PARIS	+4h	2°C/5°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	14°C/27°C	ROMA	+4h	7°C/17°C
ESTOCOLMO	+4h	0°C/3°C	SANTIAGO	0h	14°C/25°C
GENEBRA	+4h	0°C/7°C	SYDNEY	+14h	22°C/32°C
JOANESBURGO	+5h	17°C/28°C	TEL-AVIV	+5h	11°C/17°C
LIMA	-2h	21°C/28°C	TÓQUIO	+12h	7°C/16°C
LISBOA	+3h	8°C/14°C	TORONTO	-2h	6°C/2°C
LONDRES	+3h	1°C/4°C	WASHINGTON	-2h	7°C/12°C

Transportes

Justiça de SP declara inconstitucional decreto que veta mototáxi

Prefeitura diz que vai recorrer assim que for notificada; para juiz, legislação federal autoriza esse tipo de serviço

GONÇALO JUNIOR

A Justiça de São Paulo declarou inconstitucional o decreto do prefeito Ricardo Nunes (MDB) que proíbe o transporte de passageiros por motos na capital paulista. A decisão, de quarta-feira, atende a um mandado de segurança da empresa de aplicativo 99 Tecnologia. A Prefeitura entende que a decisão não permite a retomada imediata dos serviços e deve recorrer nos próximos dias.

Na decisão, o juiz Josué Vilela Pimentel, da 8.ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de SP (TJ-SP), considerou que a legislação federal autoriza esse tipo de serviço e cabe ao Município apenas regulamentá-lo, não proibi-lo. "De forma alguma o diploma normativo permitiu aos municípios a vedação à atividade econômica, que é lícita e permitida por lei federal, regulamento de comando constitucional."

O magistrado cita ainda a lei federal de 2009 (12.009/2009) que definiu regras para o exercício das atividades profissionais em transporte de passageiros e mototaxista. No entendimento do juiz, há previsão legal para a atividade. A discussão sobre serviço de mototáxi por aplicativo ganhou novo impulso em janeiro quando as empresas 99 e Uber passaram a oferecer o modal, o que intensificou a disputa judicial com a Prefeitura.

DECRETO. A medida de quarta abre caminho para que empresas possam retomar o serviço, suspenso desde 27 de janeiro. A Prefeitura alegava descumprimento do decreto municipal de 2023 que veda a modalidade e solicitava multa às companhias por desobediência à lei. O principal argumento da Prefeitura é de que a liberação do serviço elevaria as mortes no trânsito, já que motociclistas são as principais vítimas de acidentes, com consequente sobrecarga no sistema de saúde. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) disse que "as empresas só estão pensando no lucro" e afirmou que a realidade da capital paulista é diferente de outros municípios, cujo trânsito seria mais calmo.

As empresas 99 e Uber, por sua vez, afirmam que a legislação federal e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) amparam o serviço. A 99 Tecnologia celebrou a decisão de quarta-feira e disse que ela "reafirma a legalidade do serviço de motoapp e seu impacto ao ajudar na mobilidade das pessoas e gerar renda e trabalho na cidade".

REAÇÃO. A Prefeitura promete recorrer. "A Procuradoria-Geral do Município informa que recorrerá da decisão tão logo seja notificada formalmente, o que deve ocorrer nos próximos dias. A PGM ressalta que a sentença não implica a volta do serviço, uma vez que existe outra decisão judicial, ainda em vigor, proferida na ação civil pública ajuizada pela Prefeitura, que suspende as atividades."

> **Na prática**
> **A medida abre caminho para que as empresas possam retomar o serviço**

A determinação de quarta-feira está baseada em um mandado de segurança da 99. A outra decisão judicial, citada pela Prefeitura, refere-se a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pela Associação dos Motofretistas do Brasil (AMB), que corre no TJ desde setembro de 2024. ● COLABOROU CAIO POSSATI

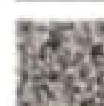
SÃO PAULO RECLAMA

Leitora relata buracos em via da zona leste

Reclamação de Maria Amélia Santos: "Peço ajuda do **Estadão** para que a autoridade responsável realize um serviço de que estamos precisando no bairro. Eu abri um chamado pelo 156 da Prefeitura de São Paulo para conserto de buracos. O endereço é Rua Carlos Gilberto Campaglia, 419, no Parque Residencial D'Abril, zona leste da capital paulista."

Resposta da Prefeitura de São Paulo por meio da Subprefeitura do Itaim Paulista: "A Subprefeitura do Itaim Paulista iniciou, na segunda-feira desta semana, a reforma da sarjeta na Rua Carlos Gilberto Campaglia. A concretagem está prevista para ocorrer nesta quinta-feira (*ontem*). Em obras desse tipo, é essencial que o concreto passe pelo processo de cura para evitar problemas como fissuras e trincas, além de prevenir danos causados por veículos. A secagem do material deve levar cerca de dez dias. Após esse período, a equipe da Operação Tapa-Buraco fará a regularização asfáltica no local e o buraco mencionado será tapado."

A leitora foi informada sobre a resposta da Prefeitura de São Paulo. Se necessário, pode entrar em contato novamente com o jornal. ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Noticiario

Mercado Novo –

Communicam-nos que, em consequencia das obras do Mercado Novo, com as chuvas, desabou hontem, pelas cinco horas mais ou menos da tarde, a taipa que separa a area da casa da viuva Bourroul da em que está estabelecida a Pharmacia Allemã.

Dizem-nos ainda que a casa da viuva Bourroul e seus filhos orphãos corre os mais serios perigos, e que é para receiar que a mesma venha a esboroar-se em breve tempo.

O nosso communicante appella para a consciencia do governo da provincia que não deve, impassivel, manter semelhante procedimento. ●


ANNUNCIOS
Restaurant Francez
HOJE
Gras double a la mode de Caen
RUA DA QUITANDA, 3

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena**.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2131 / (11) 3815-3023 / WHATSAPP (11) 99123-8051 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 9h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Divá Schiavo Perez - Dia 25, aos 94 anos. Era viúva de Edgard Perez. Deixa os filhos Edgard, Eliana, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Adalberto Fuoco Manzini - Dia 27, aos 85 anos. Era casado. Deixa os filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério de Santo Amaro.

In Memoriam

Nazira Simão Alexandre - Dia 5, às 18h30, na Igreja de São Gabriel, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista.

Elias Alexandre - Dia 5, às 18h30, na Igreja de São Gabriel, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista.

MISSAS

Luciola Angelina Iervolino - Amanhã, às 16 horas, na Igreja de Santa Rita de Cassia, na Pça. Santa Rita de Cassia, 133, Mirandópolis (7º dia).

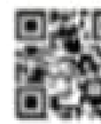
Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br

Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br

Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/

Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/



NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

NOTAS E INFORMAÇÕES

A demagogia do 'Prisômetro'



Painel com números do Smart Sampa diz pouco para uma população com medo de andar na rua

Quem transitar pelo centro histórico de São Paulo poderá saber quantos criminosos foram presos em flagrante delito e quantos foragidos da Justiça foram capturados com o auxílio das câmeras do programa Smart Sampa. Na manhã do dia 25 passado, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) inaugurou o chamado "Prisômetro", um painel eletrônico que, como o nome sugere, opera sob a mesma lógica quantitativa do "Impostômetro", instalado a poucos passos de distância, na Rua Boa Vista.

O objetivo do "Prisômetro", claro, é transmitir a ideia de que a Prefeitura estaria engajada num esforço conjunto com o governo de São Paulo para dar mais segurança aos paulistanos. Ademais, o painel serve como uma espécie de prestação de contas do Smart Sampa, programa que de fato é uma ótima tecnologia a serviço de uma metrópole de quase 12 milhões de habitantes.

Além de ajudar a colocar na cadeia criminosos que devem mesmo estar segregados da sociedade, o Smart Sampa, por estar integrado à Guarda Civil Metropolitana (GCM), à Secretaria de Segurança Pública do Estado, ao Samu e ao Corpo de Bombeiros, tem promovido até o resgate de pessoas desaparecidas.

Contudo, feito esse justo registro da pertinência do programa municipal, é forçoso dizer que, sozinho, o "Prisômetro" diz quase nada para uma população aterrorizada pela sensação de insegurança, causada em particular pelo aumento do crime de latrocínio na cidade de São Paulo, como tem mostrado o *Radar da Criminalidade* do **Estadão**.

No mesmo dia e por volta do mesmo horário em que o prefeito Ricardo Nunes inaugurava o "Prisômetro" – ocasião em que voltou a empilhar estatísticas para dizer que São Paulo nunca foi uma cidade tão segura como agora –, a cerca de 18 km dali um cidadão morreu ao levar um tiro no peito, vítima de mais um latrocínio. O haitiano Ariol Elvariste, de 46 anos, estava num ponto de ônibus no Jardim Boa Vista, na região do Butantã, quando foi assaltado por dois homens em uma moto.

Como este jornal registrou recentemente, na região do Parque do Ibirapuera os assaltos também têm sido rotineiros, a ponto de comerciantes e moradores espalharem placas de alerta aos transeuntes sobre o alto índice de roubo de celulares no local. Resta claro que, se a Prefeitura pretende fazer do "Prisômetro" um totem do sucesso de sua vigilância, estas placas espalhadas por paulistanos desamparados cidade afora mostram que não haverá propaganda que baste para aplacar o medo de muitos de seus habitantes de sair às ruas da maior cidade do País.

Uma política de segurança pública séria requer muito mais do que luminosos e números frios. Ela decorre de planejamento estratégico, baseado em inteligência, de patrulhamento ostensivo e coordenação entre as diferentes forças policiais. É sabido que só isso tem o condão de reduzir a criminalidade, mas é justamente o que parece não haver em São Paulo.

O sucesso de uma política de segurança não é medido apenas em número de prisões, mas sim numa diminuição perceptível dos índices de criminalidade, capaz de restabelecer a confiança dos cidadãos em seu direito de ir e vir sem medo. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
CASA RESIDENCIAL

MACHADINHO
JARINU - SP

20/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 983,12M²

LANCE INICIAL: R$4.700.000











• 3 VAGAS DE GARAGEM (COBERTAS) • QUADRA DE SQUASH INDOOR • PISCINA • VARANDA INTEGRADA C/ ESPAÇO GOURMET • SAUNA • QUARTOS COM CLOSET

JARINU/SP. MACHADINHO. CASA, LOCALIZADA NO LOTE 6-A, UNIFICADO DOS LOTES 06, 07 E 08 DA QUADRA 24, DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL LAGOS DE JARINU, NO ENDEREÇO ESTRADA MUNICIPAL PEDRO CONTESINI COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 983,12M², SOB O Nº 107 DA RUA LEMAN E INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº DE 0650.024.0006.00-00, 0650.024.0007.00-0 E 0650.024.0008.00-0, MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 147.088 DO OFICIAL DE REGISTO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE ATIBAIA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP – OCUPADO. VISITAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AGENDADAS COM EMERSON (SETOR DE IMÓVEIS), NO TELEFONE: (11) 2464-6460 – RAMAL: 6460 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Motorista e dono do caminhão

2 são indiciados por acidente que matou 39 em MG

A Polícia Civil de Minas concluiu que um caminhão carregado com pedras causou o acidente que resultou na morte de 39 passageiros de um ônibus, em dezembro, na BR-116, em Teófilo Otoni. Além do motorista, que está preso desde a tragédia, o relatório concluiu pelo indiciamento do proprietário da empresa detentora do veículo de carga.

Os dois vão responder por homicídio e lesão corporal, além de outros crimes. A defesa do motorista rebateu o indiciamento, alegando que ele "tomou todas as cautelas para evitar a colisão"; o dono não teve a defesa localizada.

Segundo a polícia, houve uma mudança estrutural na suspensão do caminhão para suportar mais peso, o que facilitou o deslocamento da carga que atingiu o ônibus. Havia ainda sobrepeso de 77% no carregamento. ● JOSÉ MARIA TOMAZELA



Mercado da bola

E-mails à Fifa e 8 advogados: as armas do Palmeiras na luta por Vitor Roque

Com advogados no Brasil e na Espanha, clube recebeu duas negativas de LaLiga antes de conseguir o aval da Fifa para liberar a transferência do atacante

RICARDO MAGATTI

Vitor Roque será jogador do Palmeiras, graças, principalmente, ao departamento jurídico do clube. Os advogados que atuaram em São Paulo e na Espanha foram fundamentais para superar o imbróglio jurídico imposto por LaLiga e permitir que o departamento de futebol concluísse a negociação. Até a noite de ontem, faltavam apenas detalhes burocráticos para o atacante de 19 anos ser comprado por R$ 150 milhões e anunciado como o atleta mais caro da história do futebol brasileiro.

A ideia inicial do Palmeiras era contratar Vitor Roque no meio do ano, antes do Super Mundial de Clubes, e não neste momento, devido à complexidade da operação. Mas o diretor de futebol Anderson Barros resolveu consultar os advogados do clube. Ouviu deles uma notícia positiva: seria possível, sim, mesmo com a janela europeia fechada, antecipar a busca e trazer o jogador imediatamente.

Ressabiado, o Barcelona entendia que as regras de LaLiga não permitiam a venda do atacante brasileiro com a janela de transferências na Espanha fechada. No entanto, os cartolas e advogados do time catalão foram rapidamente convencidos pelo departamento jurídico do Palmeiras.

O Alviverde, então, montou uma força-tarefa para viabilizar o acordo. Contratou um escritório com um advogado na Espanha, além da atuação de seus próprios profissionais. Foram dias de conversas com LaLiga, Real Federação Espanhola de Futebol (RFEF) e e-mails disparados à Fifa.

O problema é que LaLiga interveio na segunda-feira, dia 24, e decidiu bloquear a operação por considerar que a transferência feria o Artigo 159.2 do regulamento da Federação Espanhola. Conforme o protocolo da entidade que organiza o Campeonato Espanhol, o atacante brasileiro teria de ser "devolvido" ao Barcelona com a janela espanhola aberta para poder concretizar a rescisão do contrato.

O advogado contratado pelo Palmeiras na Espanha passou a dialogar com LaLiga e com a federação, sem a participação do Barcelona, que não poderia se indispor. Os representantes jurídicos do Alviverde argumentaram que a Fifa é soberana em transferências internacionais e o Regulamento de Status e Transferências de Jogadores, da entidade que comanda o futebol mundial, deveria ser seguido.

O órgão descreve este tipo de movimentação como "technical registration" (registro técnico). Se ocorresse o mesmo no Brasil, a CBF permitiria a operação.

RESISTÊNCIA. Houve nova negativa de LaLiga. Mas o clube mandou um novo e-mail à Fifa, que, de posse de toda a documentação, respondeu que a federação espanhola e LaLiga tinham de liberar a transferência. A argumentação foi tão convincente que a federação entendeu que há falhas em seu regulamento e irá mudá-lo.

Seguro de que seus argumentos eram corretos, o Palmeiras cogitava até abrir um litígio na Fifa pelo certificado de transferência internacional (ITC, na sigla em inglês) de Vitor Roque. Mas não foi preciso.

Assim, o Palmeiras, respaldado pela Fifa, crê que, mesmo que o tempo seja exíguo, conseguirá finalizar as burocracias que ainda restam e concluir a operação. Tudo tem de estar finalizado até hoje, data em que fecha a janela de transferências no futebol brasileiro.

É preciso ser assinada a rescisão de contrato com Bétis e com Barcelona e enviadas as documentações de posse dos clubes espanhóis para o Palmeiras registrar o jogador no BID da CBF. ●

Paulistão

O Palmeiras luta por vaga na semifinal amanhã às 20h30 contra o São Bernardo, no ABC

REALBETISBALOMPIE/INSTAGRAM



Vitor Roque chega para tentar ser nova referência do Palmeiras

Zagueiros Micael e Bruno Fuchs são apresentados

Os zagueiros Micael e Bruno Fuchs vestiram a camisa do Palmeiras pela primeira vez ontem, em apresentação oficial no novo clube.

Eles celebraram a oportunidade e agradeceram o voto de confiança do técnico Abel Ferreira, responsável pelas contratações.

Micael, de 24 anos, assinou com o clube um longo contrato de cinco anos e terá tempo para mostrar seu valor no Palmeiras. Já Bruno Fuchs, de 25 anos, está emprestado até dezembro pelo Atlético-MG. ●

Transferência

150
milhões de reais é o valor que o Palmeiras pagará ao Barcelona pelo atacante

7
gols em 33 partidas pelo Bétis foi a marca atingida por Vitor Roque no clube

Corinthians

Argentino Angileri é contratado e vai ser o 4º lateral-esquerdo do elenco

O Corinthians fechou ontem a contratação do lateral-esquerdo do argentino Fabrizio Angileri, que estava no Getafe, da Espanha. O jogador de 30 anos assinou contrato válido até 31 de dezembro de 2025, com multa rescisória de R$ 300 milhões para o futebol nacional e 100 milhões de euros (cerca de R$ 606,8 milhões) em caso transferência internacional.

"Quando surgiu a oportunidade do Corinthians, não pensei duas vezes. Alguns outros clubes me procuraram, mas o Corinthians é um clube gigante da América do Sul", disse o defensor à Corinthians TV. "Estou muito feliz por este grande passo e, agora, focado nos nossos objetivos."

Com a chegada do argentino, o clube do Parque São Jorge passa a ter quatro laterais-esquerdos no elenco. Os outros são Matheus Bidu, Hugo e Diego Palacios. Os dois primeiros têm disputado a posição de titular, até porque o equatoriano voltou a jogar recentemente, após recuperar-se de uma grave lesão. É possível até que Palacios seja negociado.

Bidu, por sua vez, terminou 2024 em boa fase, mas perdeu espaço para Hugo no início da atual temporada, até recuperar a posição na quarta-feira, quando o time sofreu para vencer por 3 a 2, na Neo Química Arena, o frágil Universidad Central da Venezuela, em jogo pela fase preliminar da Copa Libertadores.

Novo reforço corintiano, Angileri não atuou pelo Getafe nesta temporada e teve poucas oportunidades desde sua chegada à Espanha. Antes disso, fez praticamente toda a carreira na Argentina, vestindo as camisas de Godoy Cruz e River Plate. Sua melhor temporada foi em 2021, quando disputou 47 jogos pelo River, marcou três gols e deu 12 assistências, além de conquistar o Campeonato Argentino. ●

RIVERPLATE/ X



Angileri assinou com o clube até o final desta temporada

Concorrência

Angileri vai disputar a posição com Matheus Bidu e Hugo, com Diego Palacios correndo por fora

Eufrázio

Fórmula 1

Motivado com ida para a Ferrari, Hamilton diz ser 'incomparável'

GIUSEPPE CACACE/AFP



Hamilton está iniciando a trajetória na Ferrari; espírito competitivo

Heptacampeão, de 40 anos, diz ter condição única na categoria, pois não tem mulher nem filhos e seu único foco é vencer

NOVA YORK

Prestes a iniciar uma nova etapa em sua carreira, Lewis Hamilton parece não querer deixar a idade — já um tanto avançada para pilotos da Fórmula 1 — afetar seus objetivos. Um dos representantes da Ferrari a partir desta temporada, o heptacampeão mundial pretende chegar ainda mais longe: quer ganhar o seu oitavo título, o que seria inédito na categoria, e se consolidar de uma vez por todas como o maior nome da modalidade.

Ao menos foi isso que ele afirmou para a revista americana *Time*. Na primeira entrevista aprofundada desde que saiu da Mercedes, o britânico contou detalhes sobre sua mudança para a escuderia italiana e revelou os seus planos para os próximos anos.

Um deles é continuar correndo. "O que posso dizer é que a aposentadoria não está no meu radar", afirmou ele. "Poderia ficar aqui até os 50, quem sabe."

Hamilton se contrapôs às críticas de quem diz que ele já está velho para o esporte e que a Ferrari estaria cometendo um erro ao contratá-lo. "O velho é um estado de espírito. É claro que seu corpo envelhece. Mas eu nunca serei um velho", disse. Ele citou outros atletas que atingiram a longevidade em suas carreiras: Tom Brady, no futebol americano, e LeBron James, no basquete.

O britânico se disse incomparável. "Sou o primeiro e único piloto negro que já esteve neste esporte. Sou construído de forma diferente. Já passei por muita coisa. Tive minha própria jornada. Você não pode me comparar a outro piloto de Fórmula 1 de 40 anos, passado ou presente, na história. Porque eles não são em nada como eu", reforçou. "Estou com fome, motivado, não tenho esposa e filhos. Estou focado em uma coisa: vencer. Essa é minha prioridade número 1."

MOTIVAÇÃO. Hamilton contou que a mudança para a Ferrari depois de 11 anos na Mercedes o empolga. "Eu precisava me jogar em algo desconfortável novamente. Honestamente, eu pensei que todas as minhas primeiras vezes já tinham acabado. Seu primeiro carro, seu primeiro acidente, seu primeiro encontro, primeiro dia de aula. A excitação que eu tinha com a ideia de, 'Esta é minha primeira vez no terno vermelho, a primeira vez na Ferrari'. Eu nunca fiquei tão animado", explicou o heptacampeão.

Ele recordou o momento da proposta, feita no ano passado, quando recebeu uma ligação convidando-o para a equipe italiana: "Lembro-me de desligar o telefone e, tipo, quase tremer. Eu estava tipo, 'Oh Deus'!"

Na época, falou sobre a possibilidade de pilotar uma Ferrari com poucas pessoas próximas. "Era muita coisa para assimilar, e minhas emoções estavam realmente altas", disse.

A mudança, porém, pareceu a decisão mais certa depois de alguns dias. "Estamos em um momento de reimaginar o futuro, reimaginar o que realmente significa sonhar. Vou para a Ferrari, cara, e esse é o maior sonho", concluiu.●

Treinos no Bahrein
Carlos Sainz Jr., com uma Williams, foi o mais rápido ontem; Hamilton fez o segundo tempo

Xadrez

Boris Spassky, campeão mundial e um dos maiores da modalidade, morre aos 88 anos

O russo Boris Spassky, um dos maiores enxadristas de todos os tempos, morreu ontem em Moscou aos 88 anos. Nascido em São Petersburgo, ele se tornou o 10º campeão mundial de xadrez em 1969, mas ficou globalmente conhecido três anos depois, ao perder o título para o norte-americano Bobby Fischer naquele que foi chamado de "o jogo do século".●

Vasco

Clube traz três atacantes: Nuno Moreira, Benjamim Garre e Loide Augusto

A campanha de altos e baixos do Vasco no ano fez o clube ir ao mercado em busca de alternativas. Ontem, foram apresentados três atacantes: o português Nuno Moreira, o argentino Benjamin Garre e o angolano Loide Augusto. Em campo, amanhã o time disputa o jogo de ida da semifinal do Campeonato Carioca com o Flamengo, às 17h45, no Nilton Santos.●

Campeonato Italiano

Milan perde para o Bologna de virada e fica mais longe da Champions League

Em partida atrasada da 9ª rodada do Campeonato Italiano, o Bologna venceu o Milan de virada por 2 a 1. Rafael Leão fez para o Milan e Santiago Castro (foto) e Ndoye marcaram para o Bologna. Com a derrota, o Milan segue com 41 pontos, caiu para a oitava colocação e ficou oito pontos distante da zona de classificação para a próxima Champions League. Já o time da casa chegou aos 44 pontos, na sexta posição. A Inter lidera o torneio com 57 pontos, um a mais que o Napoli. Todos os times estão com 26 jogos.●

MASSIMO PAOLONE/AP



Tênis

Doping impede o italiano Jannik Sinner de concorrer ao Prêmio Laureus

O Laureus, principal premiação do esporte mundial, anunciou que o tenista Jannik Sinner não poderá ser indicado a melhor atleta de 2025 por conta da sua punição por doping. O número um do ranking da ATP cumpre suspensão de três meses, negociada com a Agência Mundial Antidoping (Wada, por uso de clostebol, um anabolizante e antibiótico proibido.●

Fluminense

Ganso é liberado para voltar a treinar após novos exames

O meia Paulo Henrique Ganso foi liberado pela equipe médica que o atendia para retornar aos treinos no Fluminense. Ele foi examinado em novos exames, além de avaliações clínicas. Ele seguirá monitorado, conforme protocolo após o diagnóstico de miocardite.

Por enquanto, Ganso só fará atividades no CT Carlos Castilhos. Segundo o clube, a previsão é de que ele continue sob avaliação por 30 dias. Depois, haverá uma nova análise, que definirá sobre o retorno do meia aos jogos.

O diagnóstico de miocardite foi feito nos exames de pré-temporada. Ganso não apresentou sintomas e teve provavelmente a doença de forma recente, já que, em seis anos, o Fluminense nunca detectou situação semelhante. É possível que a condição tenha sido em decorrência de uma gripe muito forte que o atleta contraiu em novembro.

"Tem (risco de) miocardite em qualquer infecção viral. A miocardite ganhou um cenário mais destacado pós-Covid, que era um vírus também. Nos atletas, ficou mais rigoroso depois da pandemia", explica o cardiologista Fabrício Braga, do Departamento de Ergometria, Exercício, Cardiologia Nuclear e Reabilitação Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Após golear o Águia de Marabá por 8 a 0 pela Copa do Brasil, o Fluminense joga domingo, contra o Volta Redonda, pela semifinal do Campeonato Carioca.●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● ATP 500 de Dubai
Semifinais
10h / ESPN 2 e Disney+
● ATP 500 de Acapulco
Semifinais
22h / ESPN 3 e Disney+

FUTEBOL
● Campeonato Alemão
Stuttgart x Bayern de Munique
16h15 / SporTV
● Copa da Inglaterra
Oitavas de final
Aston Villa x Cardiff City
17h / ESPN e Disney+
● Campeonato Espanhol
Valladolid x Las Palmas
17h / ESPN 4 e Disney+
● Campeonato Argentino
Boca Juniors x Rosario Central
20h / ESPN 4 e Disney+

VÔLEI
● Superliga Feminina
Pinheiros x Brasília
17h55 / SporTV 2
Paulistano Barueri x Maringá
20h40 / SporTV 2

BASQUETE
● NBA
Cleveland Cavaliers x Boston Celtics
21h30 / ESPN 2 e Disney+
Los Angeles Clippers x Los Angeles Lakers
23h55 / ESPN 2 e Disney+

Espaço

Alinhamento raro do Sistema Solar será visível hoje

Todos os planetas vão se alinhar e poderão, na ausência de nuvens ou outros obstáculos, ser vistos a olho nu

CAIO POSSATI

Hoje, todos os planetas do Sistema Solar – Terra, Marte, Vênus, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno e Mercúrio – vão se alinhar e poderão, na ausência de nuvens e outros obstáculos, ser vistos a olho nu e sem a necessidade de instrumentos ópticos.

O processo de alinhamento já vem sendo formado desde janeiro, mas vai atingir o seu auge neste dia 28, com a chegada de Mercúrio à mesma linha dos demais planetas. O alinhamento está relacionado com a velocidade com que os astros giram em torno do Sol. A Terra, por exemplo, leva um ano (365 dias) para completar uma volta, enquanto Júpiter leva 12.

"Óbvio que eles só vão estar aparentemente próximos, já que eles estão a distâncias muito diferentes da Terra, mas vão estar na mesma linha de visada, então vai ser possível observá-los no céu, em uma mesma direção", diz Roberto Costa, professor do Departamento de Astronomia do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da Universidade de São Paulo (USP).

É por isso que esse fenômeno é considerado muito raro, diz Costa. Para acontecer, ele explica, é necessário que todos os planetas – que possuem velocidades diferentes – consigam se posicionar em sua respectiva órbita a ponto de estarem em uma mesma linha. "É difícil que ocorra essa coincidência", afirma o especialista.

Só em 400 anos
'No mesmo arranjo que estão agora, isso só vai acontecer no fim do século 25', diz Costa, da USP

Ele dá uma dimensão dessa raridade. "Para os planetas se alinharem da mesma forma, no mesmo arranjo que estão agora, isso só vai acontecer daqui a mais ou menos quatro séculos, lá para o fim do século 25 ."O que não significa que outros alinhamentos, com os planetas em posições diferentes, não possam acontecer.

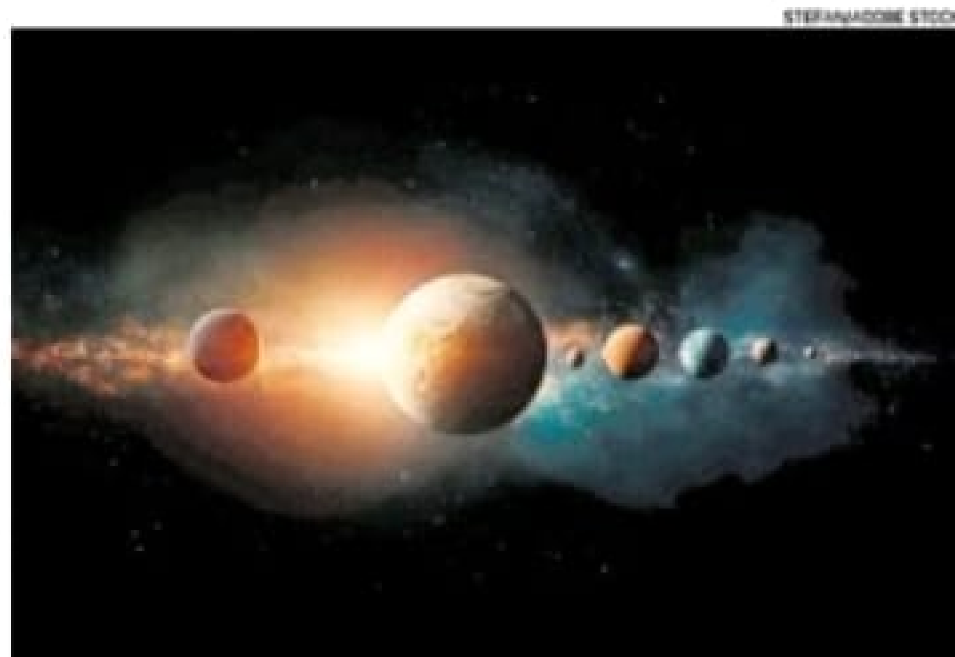
O QUE FAZER PARA OBSERVAR? Conforme Costa, não é necessário equipamentos, como lunetas ou binóculos – embora eles facilitem. Mas, basta procurar um lugar em que o horizonte oeste esteja desimpedido, sem prédios e árvores, que não tenha morros e em uma noite limpa, sem nuvens. "Minha sugestão para um observador leigo é sempre começar por Vênus. Ele é o objeto mais brilhante do céu exceto o Sol e a Lua", diz.

"É possível ver Mercúrio a olho nu, mas eu recomendo usar um programa tipo planetário, que reproduz o céu para qualquer horário e local", diz o especialista. "Existem vários gratuitos que podem ser instalados como aplicativo de celular, ou no computador, como o Stellarium e o Sky Chart", recomenda.

Ainda existe a possibilidade de observar o alinhamento na próxima quarta. Isso porque a Lua vai estar mais afastada e, portanto, seu brilho não ofuscará tanto a visualização do fenômeno.

Refutando alguns mitos, o professor afirma que o alinhamento não altera nada na Terra. A força das marés, diz, é exercida por Lua e Sol. "Os planetas estão a distâncias muito, muito grandes, e é absolutamente impossível que ocorram influências." ●

STEFANJADOBE STOCK



Planetas possuem velocidades diferentes, o que dificulta o fenômeno

VEM AÍ

COP-30 EM BELÉM: ESTADÃO NO CENTRO DO DEBATE CLIMÁTICO

Em 2025, o Brasil é palco da **COP-30**. Líderes globais, cientistas e ativistas de diversos setores se reúnem em busca de soluções para a **crise climática**.

O **Estadão** reafirma seu compromisso com o **desenvolvimento sustentável** e apresenta uma **cobertura** completa e **multiplataforma,** levando informação de qualidade **para quem faz a diferença**.

ESTEJA CONECTADO.
Escreva para
publicacoes@estadao.com
e junte-se a nós
na discussão que define
o futuro do planeta

NOVEMBRO/25

BRASIL, BELÉM
REGIÃO AMAZÔNICA

Realização: ESTADÃO 150 ELDORADOFM 107,3

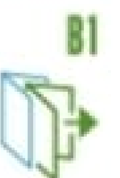
Criação:


Apresentação: Hydro JBS

MILAN LEILÕES
41 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br

INCLUI CLASSIFICADOS
ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N
SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO





DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B36)

Estatais **Balanço**

Petrobras se desvaloriza R$ 24,7 bi após balanço; Magda ressalta investimento

Ações da companhia caem um dia depois da divulgação de resultado ruim no 4.º trimestre de 2024 e de pagamento de dividendos aquém do previsto pelo mercado

DENISE LULA
GABRIEL VASCONCELLOS
RIO

Após divulgar um prejuízo de R$ 17 bilhões no quarto trimestre do ano passado, em comparação com um lucro de R$ 31 bilhões no mesmo período de 2023, na quarta-feira à noite, a Petrobras perdeu R$ 24,7 bilhões em valor de mercado no pregão da Bolsa de Valores de ontem. As ações da companhia, que chegaram a registrar uma perda de 9%, fecharam o dia em queda de 5,56% para os papéis ON (com direito a voto) e 3,53% para as ações PN (sem direito a voto).

Além do fraco desempenho trimestral, as ações da Petrobras foram desvalorizadas pelo anúncio de um valor de dividendos aquém do esperado, de R$ 9,1 bilhões, a R$ 0,70 por ação – o mercado projetava pelo menos R$ 17 bilhões. "Foi barba, cabelo e bigode. Resultado ruim, dívida crescendo e menos dividendos do que o esperado", afirmou Filipe Villegas, estrategista de ações da Genial Investimentos.

A alta na cotação do preço do petróleo no mercado internacional evitou uma desvalorização maior. Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o contrato de petróleo WTI para abril fechou em alta de 2,52% (US$ 1,73), a US$ 70,35 o barril, enquanto o Brent para maio, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), avançou 2,08% (US$ 1,50), a US$ 73,57 o barril.

> **Revés**
> **Papéis da empresa chegaram a cair 9%, mas fecharam em queda de 5,56% (ON) e 3,53% (PN)**

EXPLICAÇÕES. A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, justificou ontem o resultado em uma teleconferência com investidores. Ela afirmou que o prejuízo do fim do ano passado decorreu de investimentos maiores da companhia e da forte valorização do dólar no ano passado.

Assim, a chefe da estatal, que assumiu o cargo em junho de 2024, classificou o resultado ruim como um revés "puramente contábil".

Sobre investimentos, ela afirmou que os recursos destinados ao aumento da produção no campo de Búzios, no Rio, vão antecipar o retorno financeiro, que ela chamou de "óleo no bolso". "Entendemos a frustração do mercado com os dividendos de curto prazo. Mas afirmamos que antecipar investimentos em Búzios é tudo que qualquer investidor poderia querer. O que estamos oferecendo para vocês (*investidores*) é óleo no bolso mais rapidamente", disse.

Quanto a o câmbio, Magda disse que o recuo da moeda americana neste ano vai favorecer o caixa da empresa. "Se o câmbio ficar entre R$ 5,70 e R$ 5,80 (*para frente*), trará, de graça, um resultado positivo de US$ 2 bilhões (*R$ 11,6 bilhões*) no resultado do primeiro trimestre de 2025", disse a executiva. O dólar fechou o dia ontem cotado a R$ 5,82, uma alta de 0,43%. Neste ano, a divisa dos EUA acumula queda de 5,69% ante o real. ● COLABOROU AMÉLIA ALVES

APESAR DA QUEDA, AÇÕES DA COMPANHIA MANTÊM RECOMENDAÇÃO DE COMPRA PÁG. B2

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
APARTAMENTO DUPLEX
MORUMBI
SÃO PAULO-SP
18/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 277,17M²
LANCE INICIAL: R$902.500









APARTAMENTO DUPLEX Nº 131, LOCALIZADO NOS 13º E 14º ANDARES DO EDIFÍCIO STUDIUM VOGUE, SITUADO NA AVENIDA PRESIDENTE GIOVANNI GRONCHI, Nº 3.993, ESQUINA COM A RUA DOUTOR LAERTE SETUBAL, COM A ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 277,17M², MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB O Nº 25.555 DO 18º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP E NA INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº170.148.0092-1. É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL.: (11)2464-6480, CELULAR (11)9.7777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR.

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6480



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2404-0404
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581



Celso Ming celso.ming@estadao.com

Muda PT. Mas para onde?

Na festa de comemoração do Partido dos Trabalhadores (PT) pelos seus 45 anos de existência, o presidente Lula avisou que o partido precisa mudar. Não apontou a direção, mas algumas condições são óbvias até para os mais empedernidos "xiitas" do partido.

Nos últimos 45 anos, o mundo mudou, o País mudou e as esquerdas mudaram. Caiu o Muro de Berlim, o Partido Comunista se afastou dos dogmas da luta de classes e da ditadura do proletariado. Boa parte das esquerdas se refugiou na defesa das posições identitárias, de rasa profundidade ideológica.

A economia se globalizou, a população envelheceu e ficou mais conservadora, as tecnologias de ponta, especialmente nas comunicações, vão transformando os meios de produção e as relações de trabalho.

E agora, tem Donald Trump e sua política bizarra e ultraprotecionista. Muitos podem não ter notado que as novas posições de Trump empurraram o presidente Lula para a defesa do livre-comércio, da globalização e dos velhos princípios antes condenados pelas esquerdas pautadas pelo Consenso de Washington. Quem diria que o governo do PT se enveredaria por atalhos inefáveis.

Os políticos que ficaram para trás perderam contato com suas bases. O Partido dos Trabalhadores perdeu apoio em grandes segmentos da intelectualidade; não consegue se entender com os evangélicos; já não tinha entrada com o agronegócio e se afastou da agricultura familiar; vai perdendo as classes médias, que se percebem em fase de empobrecimento; e enfrenta rejeição até mesmo entre a população carente do Nordeste – seu grande reduto eleitoral.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Lula: renovação no PT?

O PT vai sendo alijado pelo segmento de trabalhadores que surgiram no setor de serviços, graças à utilização de aplicativos. Os novos empreendedores não querem nem emprego formal nem patrão exclusivo. Querem operar com autonomia, sem horário fixo e sem cartão de ponto. Rejeitam a sindicalização e, nisso, enfraquecem uma das colunas originais do PT, que já vinha se esvaziando com a tecnologia de informação e a automação.

Uma ala radical do partido argumenta que o presidente Lula foi eleito com base no seu programa de governo resumido no documento *Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil 2023-2026*, que não vêm sendo cumpridas. Não leva em conta que as mesmas urnas não elegeram apenas o presidente Lula, aliás com pequena margem de votos. Elegeram também governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores, com base na pregação eleitoral deles. Lula é presidente de todos os brasileiros, inclusive do Centrão e da forte oposição, que têm de ser levados em conta no jogo de poder.

Se pretende mudar, o PT talvez também não saiba em que direção. Seu líder fala em mudança, mas ele próprio continua com suas velharias, sem plano estratégico e sem marca de governo – como pensam hoje muitos dos seus antigos eleitores. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Estatais **Balanço**

Apesar da queda, ações da companhia mantêm recomendação de compra

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



Presidente da Petrobras, Magda Chambriard, em entrevista coletiva

Mesmo com muitas ressalvas, analistas veem consistência nas estratégias da estatal, o que favorece sua política de dividendos

BRUNO ANDRADE
E-INVESTIDOR

Apesar da queda das ações da Petrobras ontem na Bolsa de Valores (B3), analistas mantiveram a recomendação de compra para os papéis da empresa, por verem consistência nas estratégias de investimento para elevar a produção da companhia.

Os especialistas do Itaú BBA, por exemplo, minimizaram os dividendos da estatal abaixo do esperado e disseram que o investimento adicional que prejudicou os proventos foi uma alocação antecipada de despesas futuras, não um custo extra.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a equipe do BBA entende que a antecipação serviu para reduzir o descompasso entre a evolução física e financeira das plataformas que estão sendo implementadas em Búzios, no Estado do Rio de Janeiro.

"Consideramos que investir no desenvolvimento da produção do campo de Búzios é a melhor alocação de capital possível e respeitamos a avaliação técnica da empresa sobre o potencial de mitigação dessa medida em relação aos riscos de atraso. Portanto, não vemos a decisão de antecipar o capex (*investimento*) como negativa em si", disseram Monique Martins Greco Natal, Eric de Mello e Bruna Amorim, que assinam o relatório do Itaú BBA.

"No entanto, acreditamos que a revisão para baixo do capex feita em agosto (*pela companhia*) pareceu apressada e levou os investidores a esperar um pagamento potencial de dividendos maior, o que não se materializou."

> **Acerto**
> **Para o ItaúBBA, decisão da estatal de investir no campo de Búzios é a 'melhor alocação possível'**

Ainda vendo potencial nas estratégias da companhia apesar da frustração com os resultados de 2024, a XP tinha ontem recomendação de compra para a ação PN com preço-alvo de R$ 46 para o fim de 2025, uma alta de 21,21% na comparação com o fechamento de ontem, quando o papel encerrou o pregão a R$ 36,61.

A Ágora Investimentos também tinha recomendação de compra para a Petrobras com preço-alvo de R$ 53 para o fim de 2025, alta de 39,7% ante o fechamento de ontem.

DIVIDENDOS. Ricardo França, analista da Ágora Investimentos, afirmou que, mesmo com o resultado fraco e os dividendos abaixo do esperado, estima um dividend yield (rendimento de dividendos) da Petrobras de pelo menos 12%, sem considerar uma eventual distribuição extraordinária.

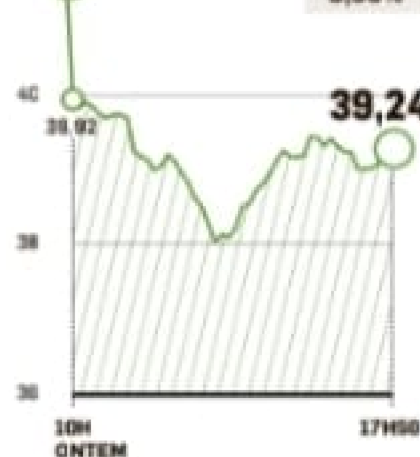
"Então, aos olhos de hoje, entendo que faz sentido olhar para a tese de Petrobras buscando o retorno via dividendos, mas é importante monitorar, principalmente a partir da divulgação dos planos estratégicos", disse França.

A Levante Investimentos, por sua vez, estima um rendimento em dividendos de 15% neste ano, ou seja, também vê o papel da estatal como atrativo para os investidores.

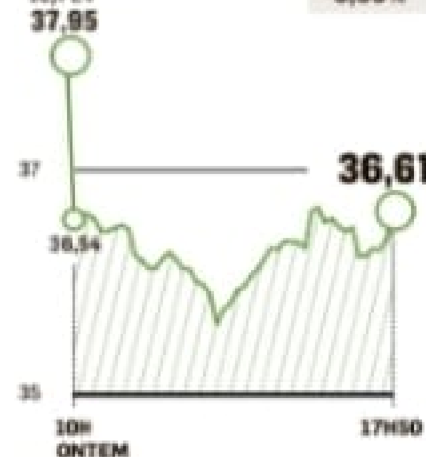
EM QUEDA

Papéis da Petrobras sofreram com balanço divulgado um dia antes

Petrobras ON
EM REAIS POR AÇÃO



Petrobras PN
EM REAIS POR AÇÃO



FONTE: ESTADÃO/BROADCAST / INFOGRÁFICO ESTADÃO

CAUTELA. Já a Genial Investimentos, por outro lado, está mais cautelosa. Os analistas da corretora consideraram que o fato de a empresa ter colocado o pé no acelerador dos investimentos pode causar novas reduções nos pagamentos de dividendos. A recomendação da corretora é equivalente a "neutra", com preço-alvo de R$ 48, alta de 26,48% ante o fechamento de ontem.

"Vale lembrar que o prejuízo da Petrobras foi puxado principalmente pela desvalorização cambial, que entrou na linha de resultado financeiro, e é de natureza somente contábil, relacionado às dívidas da empresa e suas subsidiárias no exterior. Excluindo esses efeitos, o lucro líquido resultaria em R$ 17,8 bilhões", disseram Vitor Sousa e Ricardo Bello, que assinam o relatório da Genial.

Já na visão de Gabriel Mota, operador de renda variável da Manchester Investimentos, o que deve levantar maior preocupação entre os investidores é o Ebitda (lucro operacional, aferido antes do pagamento de tributos, juros e amortização), de R$ 40,96 bilhões no quarto trimestre, que veio bem abaixo do consenso Bloomberg, de R$ 62 bilhões.

"Vemos ali um número impactado por algumas disputas tributárias, mas, de qualquer forma, o dado estaria bem abaixo da expectativa do mercado. Esse resultado talvez seja o que mais vai saltar aos olhos dos investidores." ●

Eufrázio

EULER HERMES SEGUROS S.A.

CNPJ 04.573.811/0001-32



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas, do relatório do auditor independente, do parecer dos auditores atuariais independentes e do relatório do comitê de auditoria. A Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, comercializa seus produtos e serviços utilizando a marca "Allianz Trade", reforçando ainda mais a robustez e a reputação junto ao mercado segurador brasileiro. O volume de negócios da Companhia atingiu R$ 249,3 milhões em prêmios ganhos no exercício, 4% superior aos R$ 238,8 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior. A Companhia implementou iniciativas com foco em geração de novos negócios e retenção de seus clientes, tais como: (i) desenvolvimento de novos produtos, (ii) reforço da marca e de canais de distribuição e (iii) proximidade contínua dos clientes e corretores, oferecendo soluções diferenciadas e serviços de alto nível. Em 2024, a Companhia registrou alto volume de sinistros decorrente, substancialmente, de uma única perda proveniente da recuperação judicial de uma empresa do setor de agronegócio, que impactou o mercado de seguros de crédito como um todo. No entanto, dada a estrutura robusta de resseguro mantida pela Companhia, as perdas líquidas geradas pelo referido sinistro ficaram na ordem de R$ 1,9 milhões. Por outro lado, a boa performance comercial, a recuperação de sinistros ocorridos durante o ano anterior, a gestão rígida sobre custos e despesas, com melhorias contínuas em termos de eficiência e produtividade, e a manutenção da taxa de juros (SELIC) em patamares altos, que impactou positivamente a carteira de investimentos da Companhia, contribuíram para o atingimento do resultado acima do esperado para o exercício. Em consequência, o lucro líquido do exercício no valor de R$ 15,5 milhões teve um incremento de 76% quando comparado aos R$ 8,8 milhões alcançados no exercício anterior. A Companhia permanece focada em sua estratégia de crescimento e desenvolvimento no mercado segurador brasileiro, oferecendo novas soluções ao setor por meio de produtos e iniciativas digitais, bem como buscando maior proximidade com clientes e corretores. A Seguradora adota política rígida de aceitação de riscos (underwriting), envidando seus esforços na manutenção e no monitoramento da exposição de riscos, com o intuito de proteger seus segurados e a própria solvência. A Companhia segue política conservadora e prudente para os seus investimentos, alinhada aos preceitos regulatórios. As políticas de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos seguem as diretrizes advindas do acionista, que determinam a alocação do lucro no próprio negócio. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. A Companhia monitora constantemente o nível de seu patrimônio líquido com vistas a garantir a manutenção do capital mínimo requerido. A Seguradora também apoia a iniciativa de colaboradores do Grupo Allianz que mantém associação beneficente visando proporcionar oportunidades de crescimento pessoal e social a crianças e adolescentes em condições de baixa renda. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, a parceria estabelecida com corretores, prestadores e resseguradores, a atenção e orientação prestadas pelos reguladores e, a dedicação, o profissionalismo e o comprometimento de nossos colaboradores.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. **A ADMINISTRAÇÃO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		675.826	578.964
Disponível		9.716	13.491
Caixa e bancos		9.716	13.491
Aplicações	5	90.346	116.465
Créditos das operações com seguros e resseguros		308.932	220.030
Prêmios a receber	6	242.440	207.478
Operações com seguradoras		1.018	1.673
Operações com resseguradoras	7	65.195	10.879
Outros créditos operacionais		279	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7 e 12(a)	231.750	216.089
Títulos e créditos a receber		504	489
Títulos e créditos a receber		29	30
Créditos tributários e previdenciários		415	407
Outros créditos		60	52
Outros valores e bens		2	-
Despesas antecipadas		48	38
Custos de aquisição diferidos		34.528	18.362
Seguros	8	34.528	18.362
Ativo não circulante		177.395	165.573
Realizável a longo prazo		176.350	164.905
Aplicações	5	83.884	66.751
Créditos das operações com seguros e resseguros		18.625	32.850
Prêmios a receber	6	18.199	32.144
Operações com seguradoras		426	706
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7 e 12(a)	61.002	56.911
Títulos e créditos a receber		82	28
Créditos tributários e previdenciários		82	28
Outros valores e bens	13(a)	1.054	1.728
Custos de aquisição diferidos		11.703	18.637
Seguros	8	11.703	18.637
Imobilizado		500	455
Bens móveis	9(a.1)	500	455
Intangível		545	213
Sistemas em desenvolvimento	9(a.2)	545	213
Total do ativo		853.221	744.537

Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		680.578	598.723
Contas a pagar		24.332	12.884
Obrigações a pagar		12.255	3.981
Impostos e encargos sociais a recolher		8.373	6.552
Encargos trabalhistas		1.924	1.746
Impostos e contribuições	14(b)	1.780	605
Débitos de operações com seguros e resseguros		288.353	258.041
Prêmios a restituir		320	319
Operações com seguradoras		5.053	6.726
Operações com resseguradoras	10(a)	249.551	218.919
Corretores de seguros	10(b)	33.429	32.057
Outros débitos operacionais		-	20
Depósitos de terceiros	11	915	185
Provisões técnicas - seguros		366.599	327.240
Danos	12(b)	366.599	327.240
Outros débitos		379	373
Arrendamentos	13(a)	379	373
Passivo não circulante		105.605	90.598
Contas a pagar		200	859
Tributos diferidos		99	172
Obrigações a pagar		101	687
Débitos de operações com seguros e resseguros		12.603	13.990
Operações com seguradoras		1.904	4.103
Operações com resseguradoras	10(a)	7.235	5.280
Corretores de seguros	10(b)	3.464	4.607
Provisões técnicas - seguros		92.212	74.413
Danos	12(b)	92.212	74.413
Outros débitos		590	1.336
Arrendamentos	13(a)	590	1.336
Patrimônio líquido	15(e)	67.038	55.216
Capital social	15(a)	58.445	58.445
Reservas de lucro	15(d)	8.409	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários		184	218
Lucros/(Prejuízos) acumulados		-	(3.447)
Total do passivo e patrimônio líquido		853.221	744.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos líquidos	17(a)	308.162	309.739
Variação das provisões técnicas	17(b)	(58.873)	(70.988)
Prêmios ganhos		249.289	238.751
Sinistros ocorridos	17(c)	(137.411)	(224.284)
Custo de aquisição	17(d)	(32.478)	(28.660)
Outras despesas e receitas operacionais	17(e)	(89)	(782)
Resultado com resseguro		(24.345)	56.511
Receita com resseguro	17(f)	143.453	190.540
Despesa com resseguro	17(g)	(167.798)	(134.029)
Despesas administrativas	17(h)	(42.976)	(29.792)
Despesas com tributos	17(i)	(8.203)	(5.221)
Resultado financeiro	17(j) e (k)	21.523	11.541
Resultado operacional		25.310	18.064
Resultado antes das participações		25.310	18.064
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(147)	23
Resultado antes dos impostos e participações		25.163	18.087
Imposto de renda	14(c)	(4.977)	(4.975)
Contribuição social	14(c)	(3.049)	(3.000)
Participações sobre o resultado		(1.588)	(1.299)
Lucro líquido do exercício		15.549	8.813
Quantidade de ações no final do exercício		126.872.645	126.872.645
Lucro por ação		0,12	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	15.549	8.813
Variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(300)	(36)
Efeitos tributários	126	14
Resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas controladores	15.375	8.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Ajuste TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	58.445	-	196	(11.142)	47.499
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(1.118)	(1.118)
Títulos e valores mobiliários	-	-	22	-	22
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	8.813	8.813
Em 31 de dezembro de 2023	58.445	-	218	(3.447)	55.216
Dividendos	-	-	-	(3.693)	(3.693)
Reservas Legal	-	777	-	(777)	-
Reserva de lucros a realizar	-	7.632	-	(7.632)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(174)	-	(174)
Redução ao valor recuperável	-	-	140	-	140
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.549	15.549
Em 31 de dezembro de 2024	58.445	8.409	184	-	67.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.549	8.813
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	275	291
Variação monetária / cambial	(458)	303
Redução do valor recuperável de ativos	148	(770)
(Ativo) / Passivo fiscal diferido - ajuste ao vlr mercado	18	145
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	2.985	(82.336)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(74.675)	(74.490)
Ativos de resseguro	(31.752)	(112.145)
Créditos tributários e previdenciários	(63)	(42)
Despesas antecipadas	(10)	2
Custos de aquisição diferidos	(9.232)	(14.574)
Outros ativos	665	(1.217)
Fornecedores e outras contas a pagar	4.102	3.966
Impostos e contribuições	8.533	5.903
Impostos e encargos sociais a recolher	1.821	1.198
Débitos de operações com seguros e resseguros	28.924	103.775
Depósitos de terceiros	730	(88)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	57.157	163.204
Caixa gerado/(consumido) gerado pelas operações	4.717	1.938
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro pagos	(6.808)	(5.810)
Caixa gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(2.091)	(3.872)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(652)	(427)
Baixa/Alienação de imobilizado e intangível	-	-
Caixa gerado/(consumido) pelas atividades de investimento	(652)	(427)
Atividades de financiamento		
Pagamento de passivo de arrendamento	(740)	(453)
Caixa gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	(740)	(453)
Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa no exercício	(3.483)	(4.752)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	13.491	19.018
Efeito de variação cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira	(292)	(775)
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	9.716	13.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, controlada no Brasil pela Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. A estrutura societária do Brasil está sob responsabilidade da Euler Hermes *Luxembourg Holding S.A.R.L.*, situada em Luxemburgo, que, por sua vez, é detida 55,22% pela Euler Hermes S.A., entidade localizada na Bélgica, e 44,78% pela Euler Hermes *North America Holding, Inc*, situada nos Estados Unidos, subsidiárias integrais da Euler Hermes Group SAS (França). A Euler Hermes é líder mundial no segmento de seguros de crédito, sendo subsidiária integral do Grupo Allianz, um dos maiores grupos seguradores do mundo. Seu controlador em última instância é a Allianz SE, situada na Alemanha. A partir de 28 de março de 2022, como parte da estratégia global de desenvolvimento, a Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, passou a comercializar seus produtos e serviços utilizando a marca "Allianz Trade", reforçando ainda mais a força e a reputação junto ao mercado segurador brasileiro. A Companhia, com sede em São Paulo, situada à Rua Eugênio de Medeiros, 303 - 4º andar, atua em todo o território nacional, oferecendo cobertura para os ramos de seguros de crédito, doméstico e à exportação, e garantia pública e privada.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 em conjunto com as normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. Na elaboração das demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação da Circular SUSEP nº 648/2021 e posteriores alterações, em conjunto com as orientações contidas no Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis ao Mercado Segurador, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1), além das instruções contidas na Resolução CNSP nº 432/2021 e posteriores alterações, com as disposições previstas para as provisões técnicas, capital de risco, patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido, em conjunto com o Manual de Orientações Sobre Provisões Técnicas e o Manual de Orientações Sobre Redutores da Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas por Ativos Garantidores. **b) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo para as categorias "valor justo por meio do resultado" e "valor justo por meio do resultado abrangente". **c) Moeda funcional:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real. Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais (R$(000)), arredondados pela casa decimal mais próxima. **d) Estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) as informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 5 - Aplicações (mensuração ao valor justo); • Nota 6 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 12 - Provisões técnicas - seguros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Contratos de seguros: A Administração avaliou que suas operações atendem todas as características de "Contratos de Seguros", de acordo com as determinações previstas no CPC 11 - Contratos de Seguros. As operações de cosseguros aceitos e resseguros também se enquadram na característica de um "Contrato de Seguro", pois se tratam de transferências de riscos de seguro significativo e, portanto, são reconhecidas pelos mesmos critérios das operações de seguros. Os resseguros são contratados com vistas a assegurar o cumprimento do limite de retenção da Companhia e a mitigar perdas expressivas, compartilhando e diversificando o risco abrangido pelo contrato de seguro. Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de seguros são apresentados brutos de resseguro e líquidos de cosseguro, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que os contratos de cosseguro e resseguro não eximem a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os prêmios de seguros, os prêmios de cosseguros aceitos e cedidos, os prêmios de resseguros cedidos, e os respectivos custos de aquisição são registrados por ocasião da emissão das apólices e reconhecidos no resultado no transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Os contratos de resseguro não proporcionais (excesso de danos) são registrados no momento da aceitação do risco por parte do ressegurador e o respectivo prêmio é reconhecido no resultado no decorrer do período de cobertura dos riscos abrangidos pelo referido contrato de resseguro. As operações contratadas, cujo período de risco está em curso, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes mas não emitidos), são registradas por estimativa e segundo critérios descritos no item s) abaixo. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa e em contas correntes. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo. São monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e bancos". **(c) Instrumentos financeiros:** Compreendem, principalmente, aplicações financeiras e créditos das operações com seguros, cosseguros e resseguros. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, adotado a partir de 1º de janeiro de 2024 conforme determinado pela Circular SUSEP nº 678 de outubro de 2022, as classificações dos ativos compreendem: **i. Mensurados ao custo amortizado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **ii. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **iii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Redução ao valor recuperável:** Os ativos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, são avaliados na data do levantamento das demonstrações financeiras visando apurar eventuais evidências objetivas de perdas destes valores. Essas evidências podem estar relacionadas a atrasos de pagamentos por parte de devedores, dúvida razoável de realização de créditos e declínio significativo ou prolongado do valor justo em relação ao valor de custo de um instrumento patrimonial. A reversão dessas reduções ocorrerá caso haja mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável de um ativo financeiro. Uma provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída de acordo com estudo interno baseado em dados históricos, que representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas. O estudo, aplicado mensalmente e revisado semestralmente, determina um percentual médio de perdas históricas efetivas que é aplicado sobre as parcelas em atraso de prêmios a receber. Para os ativos financeiros a Companhia constitui a Redução ao Valor Recuperável - RVR que está pautado em política interna e estudo técnico desenvolvido pelo Grupo Allianz de modo a reconhecer, mensalmente, uma perda esperada. As principais premissas adotadas na política e no estudo técnico são: (a) avaliação do risco de crédito baseado no *rating* do papel, disponibilizado por empresa especializada no mercado e (b) taxa de desconto para os fluxos de caixa dos ativos. O impacto da Redução ao Valor recuperável foi de R$ 140 (R$ 0 em dezembro de 2023). **(d) Ativos de resseguros e operações com resseguradoras:** Os ativos de resseguros compreendem: (i) prêmios de resseguros diferidos das apólices, líquidos das respectivas comissões, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura ainda não expirou, e incluem variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira e a parcela de resseguro sobre as provisões técnicas constituídas. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado e (ii) parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. **(e) Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou aplicação e são compostos substancialmente por móveis e utensílios, equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros. As depreciações são calculadas e reconhecidas no resultado pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens, baseado em fatores históricos, parâmetros de mercado e obrigações contratuais. O método para definição da vida útil-econômica de um ativo imobilizado é revisto periodicamente e, caso haja constatação de alterações significativas no prazo estimado, as mesmas são reconhecidas. **(f) Ativo intangível:** Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas computacionais são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado quando ocorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. **(g) Arrendamentos:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre

continua

Eufrázio

continuação

empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em um ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. (h) **Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R$ 240/ano. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é de 15%, conforme Lei 14.183/2021. (i) **Provisões técnicas:** A Companhia constitui suas provisões técnicas em conformidade com as determinações da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores e da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. • **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Constituída pelas parcelas de prêmio direto e cosseguro aceito correspondente ao período de risco a decorrer, calculado em bases *pro rata dia*, e inclui estimativa dos riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), bem como variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira, decorrente da flutuação da taxa de câmbio entre a data da emissão do risco e a data de levantamento das demonstrações financeiras. A parcela relativa à RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que, por questões operacionais, ainda não foram formalmente emitidas mas já possuem riscos cobertos pela Companhia. A provisão é mensurada com base em método atuarial que visa a construção de triângulos de desenvolvimento de prêmios, entre as datas de início de vigência dos riscos e de emissão da apólice/endosso. Os valores são alocados aos ramos contábeis, conforme critério definido em Nota Técnica Atuarial (NTA). • **Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** Constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras. Contempla estimativas para demandas judiciais, registradas segundo política interna, que determina a contabilização de um percentual do valor reclamado em razão da expectativa de perda da causa (Provável: 100%; Possível: 50% e Remoto: 0%), suportado pela opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. Além disso, contempla variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira e considera estimativas para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), apurado pela estimativa da evolução ou desenvolvimento de sinistros avisados e ainda não liquidados, calculado por meio da metodologia de desenvolvimento de sinistros incorridos, utilizando o modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 24 meses agrupados por trimestres. Os sinistros avisados expostos em moeda estrangeira incluem também a respectiva variação cambial gerada pela flutuação da taxa de câmbio entre a data de registro do sinistro e a data base das demonstrações financeiras. • **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. Abrange também estimativas para IBNER. Para os ramos de crédito, o cálculo é realizado com base no método de desenvolvimento de sinistros incorridos que visa estimar os sinistros finais, ou seja, o total de sinistros esperados para um determinado período de ocorrência. Para o cálculo, utilizamos modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 72 trimestres. O cálculo para os ramos de garantia leva em consideração o método de sinistralidade inicial esperada e o método de Bornhuetter-Ferguson, obtidos com base em dados de sinistros anuais disponibilizados pela SUSEP para o respectivo ramo, padrão de sinistros incorridos dos ramos de crédito e premissas de sinistralidade utilizadas para precificação contidas em nota técnica de carteira do produto. • **Provisão de despesas relacionadas (PDR):** Estabelecida para cobrir despesas esperadas relacionadas a sinistros. Estimada com base na razão histórica entre as despesas diretamente relacionadas aos pagamentos de sinistros e os pagamentos de sinistros líquidos destas despesas para todo o período de experiência disponível. O percentual apurado é aplicado sobre a provisão de sinistros à liquidar e sobre a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. • **Teste de adequação de passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, na data do levantamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação de passivos para todos os contratos em curso na data da execução do teste. Realizado de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, esse teste visa avaliar a necessidade de eventuais ajustes nas provisões técnicas constituídas nas demonstrações financeiras. Caso haja diferença positiva entre o resultado do TAP e as provisões técnicas constituídas, líquidas dos custos de aquisição diferidos e de ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, tal diferença deverá ser reconhecida nas demonstrações financeiras. A metodologia utilizada compara o valor presente dos passivos atuariais com as provisões técnicas correspondentes e esses passivos para os ramos de crédito interno, crédito à exportação e garantia. Foram adotadas as premissas de sinistros ainda não pagos, sinistros a ocorrer, despesas administrativas, outras receitas e despesas diretamente relacionadas ao contrato, outras receitas e despesas operacionais e ressarcimentos. Os fluxos de caixa em valores nominais foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) definidas pela SUSEP. Quando o indexador da obrigação é o dólar americano, a curva de juros adotada é a cambial. Os resultados dos testes de adequação realizado para as datas-bases de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não apresentaram necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados nas datas-bases. (j) **Provisões judiciais (não relacionadas a sinistros):** São constituídas provisões pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Ações judiciais classificadas como possível, embora não sejam registradas, serão divulgadas nas demonstrações financeiras. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. As contingências passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com seus assessores jurídicos externos. (k) **Benefícios aos empregados:** As obrigações com benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas em bases sem desconto e são lançadas como despesa à medida que o serviço inerente ao benefício é prestado. A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores mantido junto à Mapfre Previdência S.A., na modalidade de contribuição definida. O montante reconhecido como despesa nos planos de contribuição definida para funcionários totalizou R$ 402 (R$ 237 em dezembro de 2023). A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. 3.1. **Nova norma internacional:** O seguinte normativo já foi divulgado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas ainda não é aplicável para o exercício de 2024, tendo em vista que a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ainda não o recepcionou: • **IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro:** O IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 - Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. O respectivo CPC ainda não foi recepcionado pela SUSEP. A Companhia está avaliando junto ao Grupo os possíveis impactos em sua operação. 3.2. **Normativos relativos a tributos:** Em dezembro de 2023, foi aprovada a Reforma Tributária, através da Emenda Constitucional nº 132/2023. A emenda altera, substancialmente, a atual forma de tributação de bens e serviços, substituindo os atuais tributos indiretos pela sistemática do imposto sobre Valor Agregado (IVA) na modalidade dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação de um imposto seletivo (IS). Ainda estão em andamento discussões e pendência de aprovação de leis complementares. A Companhia acompanha a matéria e também participa da Comissão de Assuntos Fiscais (CAFIS) na Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg).

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz, estrutura seu gerenciamento de riscos corporativos promovendo e disseminando uma cultura interna voltada à gestão eficiente desses riscos. Tal prática visa proteger a base de capital do Grupo e identificar riscos potenciais, que auxiliam na gestão estratégica e no suporte à tomada de decisões. O processo de gerenciamento de riscos está apoiado em uma robusta estrutura de controles internos, auditoria interna e compliance, abrangendo todas as áreas e níveis organizacionais. No Brasil, a Companhia atua exclusivamente nos segmentos de crédito e garantia, conduzindo sua gestão de riscos com ênfase nas características específicas desses produtos. No contexto de governança corporativa, o gerenciamento de riscos da Companhia está amparado nos seguintes pilares: (i) **estrutura de gestão de riscos:** desenvolvida em conformidade com os padrões globais do Grupo Allianz e com os requisitos exigidos pela Resolução CNSP nº 416/2021, portanto, compatível com a natureza, o porte, a complexidade, o perfil de risco e o modelo de negócio da Companhia. Esta estrutura é liderada pela Diretoria de Controles Internos, que compreende as áreas de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, garantindo maior independência e a integração robusta do sistema de gestão de riscos. Esta estrutura atua como a "segunda linha de defesa", assegurando a gestão dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e pelo seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, por meio de um conjunto integrado de metodologias e ferramentas, permite identificar e avaliar eventuais riscos aos quais a Companhia está exposta, especialmente aqueles que possam exceder os níveis de tolerância definidos, além de mapear e definir seu perfil de riscos; (ii) **formalização de normas e políticas internas:** diretrizes que alinham as práticas da Companhia aos processos e procedimentos definidos pelo Grupo, bem como aos requerimentos legais aplicáveis; (iii) **treinamentos de colaboradores:** iniciativas focadas no engajamento e na adesão às práticas corporativas e regulamentares, promovendo a conformidade e a cultura de risco dentro da organização; (iv) **análise e monitoramento contínuo:** revisões constantes das práticas vigentes, visando acompanhar as tendências de mercado e assegurar a efetividade e a manutenção do gerenciamento de riscos adotado e, (v) **constituição de comitês especializados:** estruturas formalizadas com objetivos e responsabilidades claramente definidos, conforme detalhados a seguir: a) **Comitê de gestão:** Formado pela Diretoria local, reúne-se semanalmente para discutir assuntos relevantes em andamento relativos à estratégia de atuação, evolução e resultados, conformidade com políticas e *guidelines* definidos pela Companhia e pelo Grupo, e ações necessárias para manutenção de regras e procedimentos. b) **Comitê de risco de crédito:** Com periodicidade mensal, os integrantes do departamento de risco de crédito reúnem-se com os principais executivos da Região Américas para analisar e validar critérios de subscrição de riscos de crédito alinhados às políticas da Companhia. Nesse comitê são discutidos critérios utilizados no estabelecimento de crédito aos compradores elencados nas apólices de seguros de crédito e garantia, com o objetivo de garantir que tais critérios estejam estritamente alinhados às políticas e diretrizes (*guidelines*) estabelecidos pela Companhia. c) **Comitê regional de Governança de Riscos:** O Comitê Regional de Governança de Riscos reúne-se trimestralmente e conta com a participação dos principais executivos da Região das Américas, incluindo representantes das áreas de Risco do Grupo e da Região Américas. O objetivo deste comitê é abordar, discutir e monitorar questões relacionadas à governança de riscos corporativos, garantindo alinhamento com as diretrizes globais e regionais. Esse fórum estratégico assegura uma análise abrangente e a implementação de medidas eficazes para a mitigação de riscos que possam impactar a operação da Companhia. d) **Comitê de Sinistros:** O Comitê de Sinistros monitora e analisa os casos de sinistros em andamento, além de supervisionar o progresso das cobranças ativas e avalia os impactos dessas ocorrências nos resultado financeiro da Companhia. O comitê tem como foco principal discutir as tendências de variação na sinistralidade, examinar sinistros que ultrapassam o comportamento esperado e desenvolver estratégias para mitigar o risco de recorrência desses eventos. Com reuniões realizadas mensalmente, o comitê é composto por representantes das áreas de Sinistros, Finanças, Subscrição de Crédito e Atuária, garantindo uma abordagem multidisciplinar na gestão e resolução desses casos. e) **Comitê de Administração:** Composto por vice-presidentes responsáveis pela Região Américas e representantes dos acionistas que, em conjunto com a diretoria local, reúnem-se, semestralmente, para discutir estratégias do Grupo e assuntos relevantes de gerenciamento de riscos do negócio. **Principais riscos monitorados pela Companhia:** a) Risco de seguro/subscrição: Caracterizado pela incerteza do evento de segurado (sinistro) é gerenciado por meio de políticas rigorosas de subscrição comercial e de risco. Ambas estão amparadas por rígidas estruturas cujos guides são fornecidos e praticados pelo Grupo em escala global. O Grupo mantém um banco de dados contendo informações de mais de 40 milhões de empresas registradas globalmente que constitui a base para aplicação e cumprimento das políticas de subscrição de riscos. A compilação desses dados fornece uma análise detalhada da situação financeira da empresa analisada e, em conjunto com o cenário macroeconômico do setor de atuação, permite a subscrição de riscos comerciais e de crédito com elevados níveis de segurança. A subscrição comercial é conduzida com base em políticas operacionais e processos baseados em modelos próprios que consideram características específicas dos seguros de crédito e garantia, além de experiências históricas e premissas atuariais. **Análise de sensibilidade:** avalia os principais impactos que podem ser gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia em cenários de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas e variáveis observadas nos contratos de seguros e de investimentos da Companhia, considerando a característica e o perfil desses contratos. Testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que, mesmo amparadas por dados históricos e de mercado, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste de sensibilidade levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição na ordem de 25% e 50% sobre os sinistros ocorridos no exercício, com o objetivo de verificar o impacto, líquido de efeitos fiscais, no resultado e no patrimônio líquido da Companhia. Para fins de cálculo, foram excluídos os efeitos do sinistro de grande porte do agropecuário nacional que afetou o resultado de 2024 da Allianz Trade. Esse sinistro é classificado como um evento aleatório atípico em relação ao padrão regular de sinistros registrados nos últimos anos. Consequentemente, seu impacto no cálculo de sensibilidade não refletiria adequadamente a realidade avaliada por meio do teste.

Variável	Bruto de Resseguro 25%	Bruto de Resseguro 50%	Líquido de Resseguro 25%	Líquido de Resseguro 50%
Sinistros	(20.331)	(40.662)	(906)	(1.813)

Política de resseguro: A Companhia tem formalizado uma política de transferências de riscos, conforme previsto pela Resolução CNSP nº 451/2022, em que a cessão de riscos por intermédio de resseguro contempla, substancialmente, os riscos vigentes da carteira de seguro de crédito e garantia da Companhia, que está ressegurada com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. (AGCS) por meio de contratos automáticos de quota parte e excesso de danos. O *run off* de negócios emitidos com início de vigências anterior a 30 de junho de 2013 está sob cobertura do IRB Brasil Re S.A. Os contratos vigentes para os ramos de crédito com a AGCS, definem cessão de 50% para negócios gerados localmente (75% para ano de subscrição 2018 e anteriores) e 95% para negócios globais. O contrato automático de excesso de danos visa proteger a exposição da carteira contra eventuais sinistros vultosos, garantindo a cobertura quando a participação proporcional da Companhia sobre uma perda exceder o seu limite de retenção. Os riscos vigentes das apólices do ramo garantia estão ressegurados 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local AGCS na modalidade quota parte. Os riscos cedidos do ramo garantia podem variar de 90% a 100%, de acordo com faixa do montante de exposição de cada tomador do seguro. Os dados históricos de relacionamento com os resseguradores citados não apresentaram estatística de inadimplência ao longo da vigência dos contratos. Contratos de resseguros e discriminação do ressegurador:

Contratos proporcionais - Quota parte

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria *(rating)*
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best "A+"
Euler Hermes North America Insurance Company	Eventual	Garantia	S&P "AA"

Contratos não proporcionais - Excesso de danos

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria *(rating)*	Prioridade	Limite máximo
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"	R$ 1.834	R$ 645.691
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"	R$ 1.834	R$ 645.691
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best "A+"	R$ 1.834	R$ 645.691

Concentração de riscos: Seguro de Crédito: o risco do seguro de crédito, analisado de maneira pura e conceitual, está localizado na carteira de clientes e na qualidade financeira-econômica da empresa que compra produtos ou serviços (buyer) de uma empresa detentora de apólice de seguro de crédito (segurado). Dessa forma, a carteira de clientes de cada segurado é nomeada pela Companhia e pode conter características específicas quando analisadas sob a ótica de concentração, sendo que, na perspectiva de risco, para os ramos de crédito doméstico e à exportação, o setor de atuação e o país dos compradores são os mais relevantes, respectivamente. Da mesma maneira, o crédito estabelecido para um determinado comprador pode ser dinâmico, sendo ampliado ou reduzido a qualquer momento, à medida que o monitoramento desse risco aponte uma tendência de aumento ou degradação da qualidade financeira-econômica desse comprador e respectivas carteiras de clientes. Para obter uma estimativa da concentração do risco inerente às apólices em curso do seguro de crédito, é apresentado a seguir os quadros com a exposição total dos limites de crédito ativos na data base do encerramento das demonstrações financeiras, segregados (i) pelos principais setores de atuação dos compradores, segundo critérios de classificação do Grupo Euler Hermes, para o ramo de crédito doméstico e (ii) por países, para o ramo de crédito à exportação.

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2024
Crédito doméstico
(Em milhões de reais)

Setor	31/12/2024 Exposição	31/12/2024 Representatividade	31/12/2023 Exposição	31/12/2023 Representatividade
Varejo	14.615	15%	12.691	15%
Alimentos	13.721	13%	11.318	13%
Químico	12.564	13%	11.482	12%
Serviços	12.561	10%	8.986	12%
Metais	11.007	12%	10.273	11%
Automotivo - Fabricantes	5.326	3%	2.586	5%
Máquina e Equipamentos	4.743	5%	4.645	5%
Energia	4.543	5%	4.314	4%
Construção	4.376	5%	4.178	4%
Commodities	3.356	3%	2.539	3%
Outros (*)	16.994	16%	13.769	16%
	103.806	100%	86.781	100%

(*) Os valores elencados como "Outros", embora sejam representativos quando comparados ao montante total em exposição, possuem alto grau de pulverização e, assim, se analisados individualmente, não representam mais do que 3% do total do risco subscrito.

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2024
Crédito à exportação
(Em milhões de reais)

Região	31/12/2024 Exposição	31/12/2024 Representatividade	31/12/2023 Exposição	31/12/2023 Representatividade
Europa	1.395	14%	1.471	14%
Américas	7.316	71%	7.123	70%
Ásia/Oceânia	937	9%	1.239	12%
Oriente Médio	467	4%	218	2%
África	183	2%	158	2%
	10.298	100%	10.209	100%

As informações sobre exposição dos limites de crédito são definidas e divulgadas mensalmente em relatório específico do Grupo Allianz "*Global Risk Reporting*" (GRR). Cabe acrescentar que, de acordo com as características do produto, ainda restam exposições de riscos com características discricionárias subscritas nas apólices, que podem ser alocadas pelos segurados de acordo com sua conveniência e necessidade operacional, desde que observados os limites determinados nos contratos de seguro e a política de subscrição de risco da Companhia. Para essa parcela, inviabiliza-se qualquer monitoramento com vistas à concentração de riscos tratadas anteriormente. Seguro Garantia: o risco do seguro garantia está no tomador da apólice, sendo os principais tipos: (i) aquele que contrata cobertura sobre um risco de incapacidade financeira de performar determinado contrato de serviço ou (ii) uma obrigação decorrente de uma demanda judicial. Para fins de concentração de risco, a Companhia busca alocar sua exposição em ratings de tomadores de alta qualidade, segundo métricas internas de avaliação de riscos. Na data base do levantamento das demonstrações financeiras, a Companhia possuía R$ 15,8 bilhões (R$ 15,2 bilhões em dezembro de 2023) em exposição ativa, sendo 74% alocada em ratings classificados como bom ou ótimo (58% em dezembro 2023) e 26% (42% em dezembro 2023) em ratings classificados como medianos. A Administração entende que a concentração de riscos nas resseguradoras Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. e na Euler Hermes North America Insurance Company é mitigada por tratar-se de contraparte com alta qualidade e solidez, rating de crédito A.M. Best "A+" e S&P "AA". b) Risco de crédito: Trata-se da possibilidade de ocorrências de perdas decorrentes do descumprimento, por parte do tomador ou da contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Adicionalmente, inclui-se o risco de desvalorização dos recebíveis em função da redução na classificação de risco atribuída ao tomador ou à contraparteou seja, refere-se ao risco da contraparte de uma operação financeira desejar não honrar ou sofrer alterações significativas em sua situação patrimonial-financeira que afete a capacidade de cumprir suas obrigações contratuais, podendo gerar algum tipo de perda à Companhia. Na operação de seguro, a exposição ao risco de crédito está atrelada a capacidade de pagamento dos prêmios de seguros por parte dos segurados. Como a Companhia opera somente em ramo de seguro cuja característica é de risco a decorrer, a exposição ao risco de crédito é sensivelmente reduzida, já que a cobertura é fornecida somente mediante pagamento do prêmio de seguro correspondente. Além disso, no processo de subscrição comercial, o proponente é avaliado por meio de pesquisas cadastrais. Devido aos riscos significativos subscritos nas apólices, a Companhia mantém contratos de resseguros que também estão expostos ao risco de crédito. Atualmente, por questões estratégicas, esses contratos são firmados com um único ressegurador local e com um único ressegurador eventual que fazem parte do Grupo Allianz, ressaltando-se que ainda restam exposições vigentes (Sinistros a liquidar) relativos ao *run-off* de contratos assinados anteriormente com outro ressegurador local. Para gerenciamento dos riscos inerentes a operação, leva-se em conta a qualidade de crédito da contraparte, o rating atribuído por agências classificadoras de risco e o histórico de perdas no relacionamento. Ainda em relação ao risco de crédito, a Companhia segue política conservadora de investimentos, buscando alocar seus recursos em ativos de alta qualidade. A totalidade dos investimentos está alocada em títulos da dívida pública federal, cujo risco de crédito tende a zero, ou fundos de investimentos DI, administrados por bancos de primeira linha, onde a composição da carteira atinge aproximadamente 95% em títulos da dívida pública federal. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, segregada por classe, na data base do levantamento das demonstrações financeiras:

Composição da carteira:	A.M.Best "A+"	A.M.Best "A-"	S&P "BB-"	Sem rating	Saldos em 31/12/2024
Caixa e bancos	-	-	9.716	-	9.716
Títulos públicos (*)	-	-	100.462	-	100.462
Fundos de investimentos	-	-	-	73.769	73.769
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	260.639	260.639
Crédito com seguradoras	-	-	-	1.443	1.443
Crédito com resseguradoras	292.752	-	-	-	292.752
Exposição máxima ao risco de crédito	292.752	-	110.178	335.851	738.781

(*) *Risco soberano do Tesouro Nacional*

Composição da carteira:	A.M.Best "A+"	A.M.Best "A-"	S&P "BB-"	Sem rating	Saldos em 31/12/2023
Caixa e bancos	-	-	13.491	-	13.491
Títulos públicos (*)	-	-	79.519	-	79.519
Fundos de investimentos	-	-	-	97.697	97.697
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	239.622	239.622
Crédito com seguradoras	-	-	-	2.380	2.380
Crédito com resseguradoras	261.000	10.879	-	-	271.879
Exposição máxima ao risco de crédito	261.000	10.879	93.010	339.699	704.588

(*) *Risco soberano do Tesouro Nacional*

• **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. • **Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e atualizações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). c) Risco de mercado: Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos das Companhia. Está associado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas, em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. As atividades da Companhia são estritamente de curto prazo, em que o passivo está atrelado à variações dos índices de inflação. Os investimentos são atrelados, substancialmente, à variação do depósito interfinanceiro (DI), e portanto, a operação não requer modelos sofisticados de gestão de risco de mercado. **Teste de sensibilidade:** O teste aplicado visa capturar efeitos nos investimentos da Companhia, considerando cenários de flutuações na taxa de juros de mercado. A seguir, apresentam-se os impactos, líquidos de impostos, no patrimônio líquido, fruto do resultado de estresse de juros na carteira de investimentos na ordem de 1 ou 5 pontos percentuais de acréscimo ou diminuição, na data base 31 de dezembro de 2024:

	1pp	5pp
Impacto no Patrimônio Líquido	914	4.569

d) Risco de liquidez: É definido como a possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir, de forma eficiente, suas obrigações financeiras, sejam elas esperadas ou inesperadas, no momento em que se tornarem exigíveis. Esse risco pode ocorrer devido à incapacidade de liquidar seus ativos de maneira tempestiva ou em razão de tal liquidação acarretar perdas significativas e/ou o descumprimento de exigências regulatórias. Compreende ainda, no descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos bem como a capacidade financeira do Grupo em adquirir ativos para garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado pelo monitoramento dos prazos e exposição dos passivos operacionais e através de estudo de casamento de ativos e passivos realizado, no mínimo, uma vez ao ano. Além disso, a Companhia busca assegurar, por meio da qualidade, o grau de liquidez e retorno dos investimentos, que os ativos estejam disponíveis e façam frente ao fluxo de caixa requerido pelos passivos. No horizonte de curto/médio prazos, a Companhia não apresenta descasamento entre seus fluxos de caixa ativos e passivos para garantir a liquidação tempestiva de suas obrigações. Para o propósito de análise da capacidade da Companhia honrar seus fluxos de caixa passivos, embora os títulos que compõem suas carteiras de investimentos possuam datas de vencimentos superiores a um ano, a totalidade das aplicações financeiras possui liquidez imediata. e) Risco operacional: Possibilidade de perdas resultantes de falhas, ineficiências deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de processos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos à terceiros ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. Esse risco é gerenciado pela Companhia por meio de políticas, normas e procedimentos, formalmente emitidos e divulgados aos seus associados, que levam em consideração a determinação de práticas esperadas pelo Grupo na condução dos negócios. Além disso, a Companhia utiliza-se da estrutura de auditoria interna e Compliance para avaliar seus processos de controle e sistêmico, visando mitigar riscos de falhas em seu ambiente de negócios. Os procedimentos elencados acima são constantemente monitorados e revisados. f) Risco legal: Possibilidade de ocorrências de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

5. APLICAÇÕES

a) Composição das aplicações financeiras:

Títulos	Taxa de juros contratada	Sem vencimento definido	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2024 Custo atualizado	31/12/2024 Valor justo / contábil	31/12/2023 Custo atualizado	31/12/2023 Valor justo / contábil
Valor justo por meio do resultado									
Quotas de fundos de investimentos	Variação do CDI	73.769	-	-	-	73.769	73.769	97.697	97.697
Total		73.769	-	-	-	73.769	73.769	97.697	97.697
Valor justo por meio de resultado abrangente									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	-	16.577	84.080	-	100.657	100.357	79.157	79.519
Redução ao valor recuperável		-	-	(196)	-	(196)	(196)	-	-
Total		-	16.577	83.884	-	100.461	100.161	79.157	79.519
Total Geral		73.769	16.577	83.884	-	174.230	173.930		177.216
Circulante		73.769	16.577	-	-	90.346	90.346	116.233	116.465
Não circulante		-	-	83.884	-	83.884	83.584	60.621	60.751

continua

continuação

b) Movimentação das aplicações financeiras:

Títulos	Saldos em 31/12/2023	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Redução valor recuperável	Ajuste TVM	Saldos em 31/12/2024
Cuotas de fundos de investimentos	97.697	107.050	(138.000)	7.022	-	-	73.769
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	79.519	33.713	(21.586)	9.516	-	(300)	100.462
Total	177.216	140.763	(159.586)	16.538	-	(300)	174.231

Títulos	Saldos em 31/12/2022	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Redução valor recuperável	Ajuste TVM	Saldos em 31/12/2023
Cuotas de fundos de investimentos	24.334	203.268	(138.767)	8.862	-	-	97.697
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	70.546	27.591	(27.763)	9.105	-	36	79.519
Total	94.880	230.859	(166.530)	17.971	-	36	177.216

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	90.346	116.465
Não circulante	83.884	60.751
Total	174.230	177.216

Os investimentos em quotas de fundos são compostos por fundos abertos cujo objetivo é proporcionar uma rentabilidade próxima à variação do depósito interbancário (DI), sendo a carteira formada substancialmente por títulos públicos e administrada pelo Banco Bradesco S.A.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Prêmios a receber: A vigência média das apólices do ramo de seguro de crédito é de 17 meses (16 meses em dezembro de 2023) e os prêmios possuem um período médio de parcelamento de 7 meses (5 meses em dezembro de 2023). As apólices de seguro garantia possuem uma vigência média de 54 meses (56 meses em dezembro de 2023) e os prêmios, em média, são parcelados em 3 meses (6 meses em dezembro de 2023). Os custos de aquisição referem-se à despesas com comissões de corretagem e são diferidos pelo prazo de vigência das apólices, incluindo variação cambial para operações realizadas em moeda estrangeira, bem como parcela para riscos vigentes e não emitidos. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 17 meses (16 meses em dezembro de 2023) para os ramos de seguro de crédito e 54 meses (56 meses em dezembro de 2023) para o ramo de seguro garantia. A seguir demonstra-se o detalhamento dos saldos de prêmios a receber, considerando os prazos de vencimento, bem como as movimentações de prêmios e custos de aquisição ocorridos no período.

i) Prêmios a receber por prazo de vencimento:

	31/12/2024 Vincendos	Vencidos	Total	31/12/2023 Vincendos	Vencidos	Total
De 1 a 30 dias	17.563	3.493	21.056	25.299	3.850	29.149
De 31 a 60 dias	21.085	716	21.801	19.160	2.462	21.622
De 61 a 120 dias	28.333	9.154	37.487	23.946	2.797	26.743
De 121 a 180 dias	19.612	340	19.952	19.836	544	20.380
De 181 a 365 dias	44.628	566	45.194	29.198	1.514	30.712
Acima de 365 dias	46.904	1.914	48.818	32.041	963	33.004
Subtotal	178.125	16.183	194.308	149.480	12.136	161.616
Riscos vigentes não emitidos	69.128	-	69.128	80.800	-	80.800
Redução ao valor recuperável	(622)	(2.175)	(2.797)	-	(2.788)	(2.788)
Total	246.631	14.008	260.639	230.280	9.342	239.622

Prêmios a receber	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	242.440	207.478
Não circulante	18.199	32.144
Total	260.639	239.622

ii) Movimentação de prêmios a receber:

	31/12/2024 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2023 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Prêmios a receber no início do período	157.012	21.717	60.893	239.622	96.367	18.344	47.576	162.287
Prêmios emitidos líquidos de cancelamento e restituição	431.386	54.962	256.371	742.719	367.347	46.997	152.837	567.181
Prêmios emitidos cosseguros aceitos			399.731	399.731	-	-	47.160	47.160
Prêmios riscos vigentes não emitidos	(9.842)	(1.639)	(191)	(11.672)	21.719	848	212	22.779
Recebimentos prêmios direto	(424.536)	(50.624)	(266.545)	(741.705)	(326.676)	(44.232)	(142.920)	(513.828)
Recebimentos prêmios de cosseguros aceitos			(368.048)	(368.048)	-	-	(43.842)	(43.842)
Redução ao valor recuperável	555	(256)	(307)	(8)	(1.745)	(240)	(130)	(2.115)
Prêmios a receber no final do período	154.575	24.160	81.904	260.639	157.012	21.717	60.893	239.622

7. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

Os saldos patrimoniais das contas de ativos de resseguro estão assim demonstrados:

	31/12/2024 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2023 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Ativos de resseguro - provisões técnicas	193.449	16.391	82.912	292.752	188.821	14.630	57.549	261.000
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE (a)	59.468	7.646	79.052	146.166	56.628	7.137	52.752	116.517
Provisão de sinistros a liquidar - PSL (b)	103.602	5.875	-	109.477	107.076	4.922	2.525	114.523
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	30.317	2.866	3.666	36.849	25.103	2.570	2.159	29.832
Provisão de despesas relacionadas - PDR	62	4	194	260	14	1	113	128
Operações com resseguradoras	64.983	212	-	65.195	10.811	68	-	10.879
Sinistros indenizados a recuperar	65.002	212	-	65.214	10.830	68	-	10.898
Constituição da redução ao valor recuperável	(19)	-	-	(19)	(19)	-	-	(19)
Total	258.432	16.603	82.912	357.947	199.632	14.698	57.549	271.879

(a) Líquida de comissões
(b) PSL + IBNeR

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	292.752	220.968
Não circulante	65.195	50.911
Total	357.947	271.879

8. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	31/12/2024 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2023 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Saldo no início do período	16.792	2.396	17.811	36.999	8.199	1.933	12.293	22.425
Constituições	94.948	13.653	420.725	529.326	35.451	4.818	118.325	158.594
Reversões	(93.656)	(13.653)	(412.784)	(520.093)	(26.858)	(4.355)	(112.807)	(144.020)
Saldo no final do período	18.084	2.396	25.752	46.232	16.792	2.396	17.811	36.999

Custo de aquisição diferidos	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	34.528	18.362
Não circulante	11.703	18.637
Total	46.232	36.999

9. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a.1) Composição do ativo imobilizado:

Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Computadores e periféricos	20%	1.439	(962)	477	410
Móveis e utensílios	10%	214	(191)	23	29
Benfeitorias em imóveis	20%	489	(489)	-	16
Total		2.142	(1.642)	500	455

a.2) Composição do ativo intangível:

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Sistemas operacionais	20%	1.222	(677)	545	213
Total		1.222	(677)	545	213

b.1) Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Aquisições	Depreciações	Saldos em 31/12/2024
Computadores e periféricos	410	256	(188)	478
Móveis e utensílios	29		(7)	22
Benfeitorias em imóveis	16		(16)	-
Total	455	256	(211)	500

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Aquisições	Depreciações	Saldos em 31/12/2023
Computadores e periféricos	128	415	(133)	410
Móveis e utensílios	34	-	(5)	29
Benfeitorias em imóveis	114	-	(98)	16
Total	276	415	(236)	455

b.2) Movimentação do ativo intangível:

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Aquisições	Amortizações	Saldos em 31/12/2024
Sistemas operacionais	213	396	(64)	545
Total	213	396	(64)	545

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Aquisições	Amortizações	Saldos em 31/12/2023
Sistemas operacionais	256	11	(54)	213
Total	256	11	(54)	213

10. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

a) Passivos de resseguro:

	31/12/2024 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2023 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Prêmios de resseguro emitidos, líquidos de comissões	76.340	10.134	39.236	125.710	81.419	8.896	23.959	114.274
Prêmios de resseguro à liquidar, líquidos de comissões	86.563	3.888	40.625	131.076	85.466	2.871	21.588	109.925
Total	162.903	14.022	79.861	256.786	166.885	11.767	45.547	224.199

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	249.551	218.919
Não circulante	7.235	5.280
Total	256.786	224.199

a) Corretores de seguros:

	31/12/2024 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2023 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Comissões emitidas (a pagar)	14.202	1.621	5.749	21.572	14.694	1.269	8.150	24.113
Comissões emitidas - cosseguro aceito (a pagar)	-	-	7.313	7.313	-	-	2.670	2.670
Comissões - RVNE	7.381	969	2	8.352	8.866	1.207	27	10.100
Redução ao valor recuperável	(192)	(61)	(91)	(344)	(172)	(29)	(18)	(219)
Total	21.391	2.529	12.973	36.893	23.388	2.447	10.829	36.664

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	33.429	32.057
Não circulante	3.464	4.607
Total	36.893	36.664

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	31/12/2024 Prêmios e ressarcimentos	31/12/2023 Prêmios e ressarcimentos
De 1 a 30 dias	86	116
De 31 a 60 dias	712	3
De 61 a 120 dias	5	-
De 121 a 180 dias	-	40
De 181 a 365 dias	27	26
Acima 365 dias	85	-
Total	915	185

12. PROVISÕES TÉCNICAS

a) Provisões técnicas - resseguros (ativo):

31/12/2024	PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2023	116.518	114.524	29.831	127	261.000
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de comissões, cancelamentos e restituições	3.193.649	-	-	-	3.193.649
Diferimento pelo risco decorrido	(3.164.633)	-	-	-	(3.164.633)
Avisos de sinistros	-	135.761	-	-	135.761
Pagamentos de sinistros	-	(141.965)	-	-	(141.965)
Variação cambial	632	760	-	-	1.392
Outras constituições / reversões	-	397	7.019	132	7.548
Saldos em 31/12/2024	146.166	109.477	36.850	259	292.752

31/12/2023	PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2022	78.437	47.824	22.429	164	148.854
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de comissões, cancelamentos e restituições	678.873	-	-	-	678.873
Diferimento pelo risco decorrido	(640.710)	-	-	-	(640.710)
Avisos de sinistros	-	179.404	-	-	179.404
Pagamentos de sinistros	-	(113.817)	-	-	(113.817)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(636)	-	-	(636)
Variação cambial	(82)	623	-	-	541
Outras constituições / reversões	-	1.126	7.402	(37)	8.491
Saldos em 31/12/2023	116.518	114.524	29.831	127	261.000

Provisões técnicas - seguros	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	231.750	210.089
Não circulante	61.002	50.911
Total	292.752	261.000

a) Provisões técnicas - seguros (passivo):

31/12/2024	PPNG + RVNE	PSL + IBNER (a)	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2023	217.769	138.720	45.029	135	401.653
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de cosseguro cedido, cancelamentos e restituições	(2.898.349)	-	-	-	(2.898.349)
Risco decorrido	2.960.629	-	-	-	2.960.629
Avisos de sinistros	-	160.101	-	-	160.101
Pagamentos de sinistros	-	(173.009)	-	-	(173.009)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(43.558)	-	-	(43.558)
Variação cambial	(1.704)	1.041	-	-	(663)
Outras constituições / reversões	-	43.078	8.772	157	52.007
Saldos em 31/12/2024	278.345	126.373	53.801	292	458.811

(a) O passivo contingente da Companhia é composto por 4 ações judiciais (4 em dezembro de 2023), sendo 1 ação classificada como provável (1 em dezembro de 2023), 2 ações classificadas como possível (2 em dezembro de 2023) e 1 identificada como remota (1 em dezembro de 2023). A ação com prognóstico de "provável", registrada em 100% de seu valor, no montante de R$ 2.500 (R$ 2.231 em dezembro de 2023) e as ações classificadas como "possível", registradas em 50% de seu valor, no montante de R$ 24.071 (R$ 20.906 em 2023), todas elas atualizadas monetariamente. No que se refere à exposição de riscos por conta das enchentes catastróficas no Estado do Rio Grande do Sul ocorridas no primeiro semestre de 2024, cumpre nos informar que a Companhia opera no Brasil nos ramos de seguro de crédito e de garantia, concentradas em garantias judiciais, voltados para operações de grandes riscos. Até o momento, no que tange aos sinistros, nenhum aviso e/ou expectativa foi reportado formalmente à Companhia.

31/12/2023	PPNG + RVNE	PSL + IBNER (a)	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2022	146.993	58.548	32.738	170	238.449
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de cosseguro cedido, cancelamentos e restituições	298.451	-	-	-	298.451
Risco decorrido	(227.886)	-	-	-	(227.886)
Avisos de sinistros	-	183.203	-	-	183.203
Pagamentos de sinistros	-	(106.250)	-	-	(106.250)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(385)	-	-	(385)
Variação cambial	211	540	-	-	751
Outras constituições / reversões	-	3.064	12.291	(35)	15.320
Saldos em 31/12/23	217.769	138.720	45.029	135	401.653

(a) O passivo contingente da Companhia é composto por: i) R$ 23.137 relativo a parte judicial que contém 4 ações no período (4 em 2023), sendo 1 com prognóstico provável no valor de R$ 2.231 (sem valor em dezembro de 2023) e 3 com prognóstico possível (4 em dezembro de 2023), no valor total de R$ 20.906 (R$ 20.890 em dezembro de 2023), atualizadas monetariamente.

Provisões técnicas - seguros	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	366.599	327.240
Não circulante	92.212	74.413
Total	458.811	401.653

c) **Desenvolvimento de sinistros:** O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia a medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Brutos de resseguro:

	Anterior a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	81.166	1.008	7.513	8.007	14.016	8.278	7.826	20.286	16.226	8.648	53.161	113.883	215.276	555.294
Um ano após o aviso	86.693	9.016	26.143	51.848	25.365	20.970	17.782	36.323	24.623	17.953	82.268	152.990	-	551.975
Dois anos após o aviso	87.415	9.499	28.829	56.144	27.089	21.439	17.782	36.654	25.299	18.318	82.952	-	-	411.420
Três anos após o aviso	87.415	9.544	28.923	56.161	28.772	21.439	17.784	36.656	25.660	18.408	-	-	-	330.764
Quatro anos após o aviso	87.415	9.608	28.923	56.509	28.772	21.439	17.784	36.769	45.566	-	-	-	-	332.787
Cinco anos após o aviso	87.415	9.608	28.923	56.515	28.772	21.439	17.784	36.769	-	-	-	-	-	287.227
Seis anos após o aviso	87.415	9.608	28.923	56.515	28.779	21.439	21.949	-	-	-	-	-	-	254.630
Sete anos após o aviso	87.498	9.608	28.923	56.515	28.779	21.439	-	-	-	-	-	-	-	232.764
Oito anos após o aviso	87.520	9.608	28.923	56.515	28.779	-	-	-	-	-	-	-	-	211.347
Nove anos após o aviso	87.520	9.608	28.923	56.515	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.567
Dez anos após o aviso	87.520	9.608	28.923	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.052
Onze anos após o aviso	87.520	9.608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.128
Doze anos ou mais após o aviso	90.031	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.031
Posição em 31/12/2024	90.031	9.608	28.923	56.515	28.779	21.439	21.949	36.769	45.566	18.408	82.952	152.990	215.276	809.207
Pagamentos acumulados														
No ano do aviso	(81.208)	(977)	(7.434)	(8.006)	(14.016)	(8.278)	(7.618)	(20.130)	(16.157)	(7.864)	(51.917)	(110.935)	(133.705)	(468.444)
Um ano após o aviso	(5.528)	(8.008)	(18.630)	(43.842)	(11.349)	(12.692)	(9.956)	(15.943)	(8.297)	(9.238)	(26.106)	(38.289)	-	(210.876)
Dois anos após o aviso	(722)	(483)	(2.686)	(4.296)	(1.724)	(469)	-	(121)	(603)	(365)	(684)	-	-	(12.153)
Três anos após o aviso	-	-	(94)	(17)	(1.684)	-	(3)	(2)	(360)	(90)	-	-	-	(2.249)
Quatro anos após o aviso	-	(64)	-	(348)	-	-	-	(114)	-	-	-	-	-	(525)
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	-	-	-	-	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)
Sete anos após o aviso	(83)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83)
Oito anos após o aviso	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Nove anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	(87.560)	(9.531)	(28.844)	(56.508)	(28.779)	(21.439)	(17.777)	(36.310)	(25.417)	(17.556)	(81.707)	(149.223)	(133.705)	(694.357)
Variação cambial incorrida														
Total PSL em 31/12/2024	2.471	77	80	7	-	-	4.172	459	20.149	852	1.245	3.767	81.572	114.851

continua

Eufrázio

continuação

Líquidos de resseguro:

	Anterior a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	9.071	196	1.448	1.447	1.892	1.505	1.118	5.621	3.858	3.816	16.743	18.189	27.539	92.444
Um ano após o aviso	10.004	1.804	4.276	5.585	3.460	3.116	2.739	10.161	6.672	7.541	26.581	32.362	-	114.302
Dois anos após o aviso	10.149	1.901	4.857	6.203	3.558	3.140	2.739	10.232	6.804	7.664	26.893	-	-	84.140
Três anos após o aviso	10.149	1.910	4.860	6.207	3.951	3.140	2.739	10.232	6.823	7.685	-	-	-	57.696
Quatro anos após o aviso	10.149	1.922	4.860	6.214	3.951	3.140	2.739	10.289	7.746	-	-	-	-	51.009
Cinco anos após o aviso	10.149	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	2.739	10.289	-	-	-	-	-	43.265
Seis anos após o aviso	10.149	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	2.947	-	-	-	-	-	-	33.184
Sete anos após o aviso	10.165	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	-	-	-	-	-	-	-	30.254
Oito anos após o aviso	10.169	1.922	4.860	6.215	3.951	-	-	-	-	-	-	-	-	27.118
Nove anos após o aviso	10.169	1.922	4.860	6.215	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.167
Dez anos após o aviso	10.169	1.922	4.860	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.952
Onze anos após o aviso	10.169	1.922	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.092
Doze anos ou mais após o aviso	10.295	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.295
Posição em 31/12/2024	10.295	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	2.947	10.289	7.746	7.685	26.893	32.362	27.539	145.846
Pagamentos acumulados														
No ano do aviso	(9.063)	(195)	(1.448)	(1.447)	(1.892)	(1.505)	(1.116)	(5.548)	(3.847)	(3.746)	(16.589)	(16.865)	(16.535)	(79.797)
Um ano após o aviso	(933)	(1.606)	(2.828)	(4.137)	(1.568)	(1.611)	(1.621)	(4.534)	(2.800)	(3.721)	(9.838)	(14.049)	-	(49.248)
Dois anos após o aviso	(144)	(97)	(581)	(618)	(68)	(23)	-	(61)	(129)	(123)	(312)	-	-	(2.186)
Três anos após o aviso	-	-	(3)	(4)	(393)	-	-	-	(18)	(21)	-	-	-	(439)
Quatro anos após o aviso	-	(13)	-	(6)	-	-	-	(57)	-	-	-	-	-	(76)
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)
Oito anos após o aviso	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Nove anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	(10.162)	(1.913)	(4.860)	(6.214)	(3.951)	(3.140)	(2.737)	(10.195)	(6.793)	(7.610)	(26.739)	(30.913)	(16.535)	(131.766)
Variação cambial incorrida														
Total PSL em 31/12/2024	133	9	-	1	-	-	210	90	953	75	154	1.449	11.004	14.080

A Companhia possui prazo definido no contrato de seguro para realizar cobranças dos créditos inadimplentes de seus segurados junto aos respectivos devedores, antes que as indenizações sejam processadas. Essas ações iniciam-se imediatamente após o recebimento dos avisos de sinistros e, à medida que se concretizam, geram reduções ao longo dos anos nos valores das estimativas dos sinistros observadas acima.

d) Garantia da provisões técnicas:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas - Seguros (Nota 12b)	458.811	401.653
Exclusões		
Ativos de resseguros redutores:		
PPNG (*)	(42.600)	(29.146)
PSL / IBNER	(109.477)	(114.524)
IBNR	(36.850)	(29.831)
PDR	(259)	(127)
Direitos creditórios	(124.815)	(107.155)
Custos de aquisição diferidos	(26.244)	-
Total	(340.245)	(280.783)
Total a ser coberto	118.566	120.870
Ativos garantidores:		
Renda fixa - públicos	100.462	79.519
Quotas de fundos de investimentos	64.761	84.523
Total	165.223	164.042
Suficiência de cobertura	46.657	43.172

(*) Considera os ativos redutores referente a parcela de prêmios de resseguro diferidos, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer. **e) Teste de adequação de passivos (TAP):** O TAP foi realizado para os segmentos de risco de crédito interno, crédito à exportação e garantia, que representam a totalidade da carteira da Companhia, e o seu cálculo foi efetuado bruto de resseguro. O programa de resseguro da Companhia para os ramos de crédito prevê, substancialmente, cessão de 50% para negócios gerados localmente e 95% para programas globais, emitidos na modalidade de quota-parte, e cobertura adicional para riscos severos, na modalidade excesso de danos. O resseguro para o ramo garantia prevê cessões entre 90% e 100% do risco, conforme volume de exposição. No que tange as premissas econômicas utilizadas no cálculo do TAP, os fluxos de sinistros futuros foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré livre de risco definida pela SUSEP (ETTJ). A sinistralidade projetada foi de 67,11% (45,86% em dezembro de 2023) para os ramos de crédito, 19,44% (11,31% em dezembro 2023) para o ramo de garantia e, conforme última alteração da Circular SUSEP, são baseadas nos últimos cinco anos de experiência. Para refletir as despesas alocadas a sinistros, foi considerado o percentual de 0,05% (0,01% em dezembro de 2023) para os ramos de crédito e 5,29% (5,22% em dezembro de 2023) para os ramos de garantia multiplicado pelo montante de sinistros projetados. O valor presente esperado dos fluxos de caixa relativos a sinistros ocorridos, totalizando R$ 161.877, foi comparado com as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR, no valor de R$ 180.174. O valor presente esperado dos fluxos de caixa relativo a despesas alocáveis a sinistros, totalizando R$ 264, foi comparado com as provisões de despesas relacionadas - PDR, no valor de R$ 290. O valor presente esperado dos fluxos relativos a sinistros a ocorrer, relativos a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, totalizando R$ 128.831, foi comparado à PPNG, incluindo a PPNG-RVNE, no valor de R$ 231.569. O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024, com base nas premissas descritas acima, demonstrou suficiência das provisões técnicas constituídas naquela mesma data-base, no total de R$ 18.297 para os sinistros ocorridos, R$ 26 para despesas relacionadas à sinistros, e de R$ 102.738 para os sinistros a ocorrer, não indicando a necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC).

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia mensurou seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no exercício corrente aplicando as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 06 (R2). A Companhia identificou apenas um contrato enquadrado como arrendamento, referente ao direito de uso do ativo utilizado para as instalações de seu escritório. O prazo remanescente do contrato é de 27 meses e a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário utilizada na data da adoção foi de 10,7% a.a., com base na sondagem junto às instituições financeiras e à informações de mercado divulgadas pelo BACEN, para obtenção da taxa de captação de fundos para aquisição de ativo similar ao presente no contrato de arrendamento. A variação é explicada pela renegociação do contrato por mais 3 anos.

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de direito de uso	1.054	1.728
Outros valores e bens (imóveis de direito de uso)	1.054	1.728
Passivo de arrendamento	969	1.709
Circulante	379	373
Não circulante	590	1.336

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Demonstração do resultado	607	532
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	468	453
Despesas com juros	139	79

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos tributários e impostos diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL - créditos tributários (*)	463	463
IRPJ e CSLL a compensar	341	341
Crédito de PIS e COFINS	54	54
IRPJ e CSLL Diferidos - ajuste ao valor de mercado	82	27
IRPJ e CSLL - créditos tributários - redução ao valor recuperável	(463)	(463)
Outros créditos tributários e previdenciários	21	13
	498	435

(*) Refere-se a saldo de crédito tributário constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido em períodos anteriores para o qual a administração registrou redução do valor recuperável pelo montante integral constituído, considerando a expectativa de não realização em períodos futuros. A Seguradora possui crédito tributário não registrado no ativo no montante de R$ 8.533, oriundo de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R$ 20.922, uma vez que, os estudos de realização desse ativo para períodos futuros estão sendo realizados e deverão ser concluídos no primeiro trimestre de 2025.

b) Impostos e contribuições:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de IRPJ	10.235	5.258
(-) Antecipações de IRPJ	(9.505)	(5.258)
Provisão de CSLL	6.221	3.172
(-) Antecipações de CSLL	(5.733)	(3.172)
Provisão de IRPJ s/ serviços exterior	54	-
Total IRPJ e CSLL a recolher	1.272	-
PIS	71	85
COFINS	437	520
Total PIS e COFINS a recolher	508	605
Total Geral	1.780	605

c) Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes das adições e exclusões	23.574	16.788
Adições/(exclusões) temporárias:		
Provisão para bônus e participações	1.367	421
Provisão para licença e manutenção de softwares (*)	16.197	570
Reversão de provisão - exclusões	(14.569)	770
Variação cambial	48	410
Outros	936	122
Total adições/(exclusões) temporárias	3.979	2.293
Adições permanentes:		
Despesas com bônus e participações	1.120	760
Entidades de classe, donativos e brindes	361	155
Total adições/(exclusões) permanentes	1.481	915
Base de cálculo	29.034	19.996
Compensação de prejuízos fiscais	(8.710)	-
Base de cálculo após compensação de prejuízos fiscais	20.324	19.996
IRPJ	(2.969)	(3.000)
Imposto de renda - sobre excedente de R$ 240	(2.008)	(1.975)
CSLL	(3.049)	(3.000)
Total	(8.026)	(7.975)
Taxa efetiva	-39%	-40%

(*) Os valores elencados como "provisão para licença e manutenção de softwares", referem-se, principalmente, às despesas de tecnologia (desenvolvimento; sustentação; manutenção e *help desk*) prestadas pelas unidades de negócios da França e Bélgica.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social é de R$ 58.445 (R$ 58.445 em dezembro de 2023), representado por 126.872.645 (126.872.645 em dezembro de 2023) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. **(b) Reserva legal:** Conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital que, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O valor calculado da reserva legal para o exercício de 2024 é de R$ 777. **(c) Dividendos:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Os dividendos são refletidos nas demonstrações financeiras quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas.

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	15.549
(-) Reserva Legal (5%)	(777)
Lucro base para determinação do dividendo	14.772
Dividendo obrigatório (25%)	3.693
Total de dividendos	3.693

(d) Reserva de lucros a realizar: Conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/1976, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

	31/12/2024
Lucros/(Prejuízos) acumulados	12.102
(-) Dividendo obrigatório (25%)	(3.693)
(-) Reserva Legal	(777)
Reserva de lucros	7.632

(e) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e capital Mínimo Requerido (CMR): A Resolução CNSP nº 432/2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido (+/-)	67.038	55.216
1. Ajustes contábeis:		
Despesas antecipadas (-)	(48)	(38)
Intangível (-)	(545)	(213)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	66.445	54.965
2. Ajustes econômicos:		
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	17.799	14.760
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	17.799	14.760
3. Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3:	(1.399)	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	-	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total	82.845	69.725
3. Capital Mínimo Requerido		
Capital base - CB (I)	15.000	15.000
Capital de risco - CR (II)	32.799	30.526
Capital de risco de subscrição	23.511	18.978
Capital de risco de crédito	11.015	13.599
Capital de risco operacional	1.881	1.752
Capital de risco de mercado	1.234	1.396
Correlação entre os riscos	(4.842)	(5.201)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	32.799	30.526
Suficiência de capital (PLA/CMR)	50.046	39.199

A referida Resolução, dispõe ainda que as sociedades supervisionadas deverão apresentar mensalmente, PLA igual ou superior ao CMR e, a qualquer tempo, suficiência de cobertura de provisões técnicas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta suficiência do PLA em relação do CMR de 153% (128% em dezembro de 2023).

16. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 houve um crescimento nos prêmios ganhos de 4% em relação a 31 de dezembro de 2023. O índice de sinistralidade, que considera os sinistros ocorridos em relação aos prêmios ganhos ficou em 55% (119% em dezembro de 2023). Já o índice de comercialização, que considera os custos de aquisição sobre os prêmios ganhos ficou em 13% (11% em dezembro de 2023).

	Prêmio Ganho		Sinistro			Custo aquisição		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	%	31/12/2024	31/12/2023	%
Crédito interno	182.621	189.832	(131.443)	(225.254)	72%	(21.518)	(21.463)	12%
Crédito exportação	24.710	22.711	(4.344)	(636)	18%	(2.700)	(2.441)	11%
Garantia	41.958	26.208	(1.654)	1.606	4%	(8.260)	(4.756)	20%
Total	249.289	238.751	(137.441)	(224.284)	55%	(32.478)	(28.660)	13%

17. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
a) Prêmios emitidos líquidos	308.162	309.739
Prêmios emitidos	322.517	301.432
Prêmios cancelados	(4.731)	(1.276)
Prêmios restituídos	(46.175)	(15.772)
Prêmios de cosseguros aceitos	55.157	9.218
Prêmios de cosseguros cedidos a congeneres	(6.934)	(6.643)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(11.672)	22.780
b) Variação das provisões técnicas	(58.873)	(70.988)
Provisão de prêmios não ganhos	(59.079)	(52.170)
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	206	(18.818)
c) Sinistros ocorridos	(137.411)	(224.284)
Indenizações avisadas, incluindo estimativa para IBNER	(164.989)	(214.785)
Despesas com sinistros	(265)	(57)
Ressarcimentos (*)	36.725	2.836
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(8.773)	(12.292)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	(109)	14
d) Custo de aquisição	(32.478)	(28.660)
Comissões sobre prêmios de seguros e cosseguro aceito	(43.456)	(44.895)
Comissão sobre cosseguro cedido	1.745	1.660
Variação de comissão de corretagem	9.233	14.575
e) Outras receitas e despesas operacionais	(89)	(782)
Ajuste ao valor de realização para obrigações	(78)	1.344
Redução (reversão) ao valor recuperável	(9)	(2.126)
Outras despesas operacionais	(2)	-
f) Receita com resseguro	143.453	190.540
Recuperação de sinistros	136.158	183.213
Recuperação de despesas com sinistros	182	(61)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	7.018	7.402
Variação de despesas relacionadas do IBNR	95	(14)
g) Despesa com resseguro	(167.798)	(134.029)
Prêmios cedidos em resseguro, líquidos de comissão	(167.038)	(170.376)
Prêmios cedidos em resseguro, líquidos de comissão - riscos vigentes não emitidos	4.524	(9.623)
Provisão de prêmios não ganhos	28.922	38.163
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	93	9.752
Ressarcimentos (*)	(34.299)	(1.945)
h) Despesas administrativas	(42.976)	(29.792)
Pessoal	(21.261)	(19.145)
Serviços de terceiros	(18.832)	(8.163)
Localização e funcionamento	(1.681)	(1.615)
Publicidade e propaganda	(552)	(334)
Publicações	(78)	(76)
Donativos e contribuições	(48)	-
Outras	(524)	(459)
i) Despesas com tributos	(8.203)	(5.221)
IR e CIDE exterior	(1.927)	-
PIS e COFINS	(5.129)	(4.651)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(1.083)	(509)
Demais tributos	(64)	(61)
j) Receitas financeiras	30.173	27.515
Títulos de renda fixa públicos	9.516	9.109
Fundos de investimento	7.022	8.862
Variação cambial - operações de seguros e resseguros	11.423	8.701
Outras receitas financeiras	2.212	843
k) Despesas financeiras	(8.650)	(15.973)
Atualização monetária provisão de sinistro a liquidar - PSL (*)	5.368	(5.368)
Juros arrendamento	(139)	(79)
Variação cambial - operações de seguros e resseguros	(12.622)	(8.881)
Outras despesas financeiras	(1.257)	(1.645)

(*) O comportamento da respectiva rubrica refere-se, principalmente, ao ressarcimento à resseguradora, de valores oriundos da ocorrência de sinistro de um grande grupo varejista nacional no ano de 2023 que foram ressarcidos, em sua maioria, em março de 2024.

18. TRANSAÇOES COM PARTES RELACIONADAS

Segundo as definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1), a Administração identificou como partes relacionadas à Companhia os seus Administradores, a resseguradora Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A., a resseguradora eventual Euler Hermes North America Insurance Company, a seguradora Allianz Seguros S.A., a operadora de saúde Allianz Saúde S.A. (até setembro de 2023) e as entidades Francesa e Belga do grupo. Euler Hermes Group, cujos controles em última instância são detidos pelo mesmo acionista da Companhia brasileira. A remuneração paga aos Administradores, contabilizada na rubrica "Despesas administrativas", totaliza R$ 1.561 (R$ 1.841 em dezembro de 2023) e compreende, substancialmente, benefícios de curto prazo relacionados a honorários. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Companhia mantém contratos de resseguro na modalidade quota parte e excesso de danos com a Allianz Global Corporate & Specialty

continua

continuação

Resseguros Brasil S.A., empresa do Grupo Allianz e com a Euler Hermes North America Insurance Company na modalidade quota parte, empresas do grupo Allianz. As despesas de salvados e ressarcimentos referem-se, principalmente, à recuperação do adiantamento de resseguro no valor de R$ 34.299 (R$ 1.545 em dezembro de 2023), efetuado pela Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. para pagamento de sinistro de grande porte do agropecuário nacional. A Companhia ainda compartilha infra-estrutura de tecnologia (manutenção e desenvolvimento) e comunicação com as empresas Euler Hermes Tech - França e SA Euler Hermes NV - Bélgica, ambas integrantes do Grupo Euler Hermes, que atribui os custos incorridos de acordo com critérios técnicos acordados. Os seguros patrimoniais, vida em grupo e automóvel são contratados junto à Allianz Seguros S.A. e o plano de saúde coletivo junto à Allianz Saúde S.A. (até setembro de 2023), ambas integrantes do Grupo Allianz. As transações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO	358.226	271.879
Ativo circulante	297.224	220.968
Crédito das operações de seguros e resseguros	65.474	10.879
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	65.195	10.879
Allianz Seguros S.A.	279	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas	231.750	210.089
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	231.750	210.089
Ativo não circulante	61.002	50.911
Ativos de resseguro - provisões técnicas	61.002	50.911
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	61.002	50.911
PASSIVO	262.360	228.748
Passivo circulante	254.535	222.132
Obrigações a pagar	4.985	1.534
Euler Hermes Group	4.549	1.100
Allianz Seguros S.A.	436	434
Operações com resseguradoras	249.550	220.598
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	270.332	219.758
Euler Hermes North America Insurance Company	(20.781)	840
Passivo não circulante	7.825	6.616
Obrigações a pagar	590	1.336
Allianz Seguros S.A.	590	1.336
Operações com resseguradoras	7.235	5.280
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	7.235	5.280

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	31/12/2024	31/12/2023
Resultado	(80.755)	15.783
Receita com resseguro	136.340	182.044
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	131.997	182.046
Euler Hermes North America Insurance Company	4.343	(2)
Despesa com resseguro	(167.038)	(157.082)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	(162.924)	(149.874)
Euler Hermes North America Insurance Company	(4.114)	(7.208)
Salvados e Ressarcimentos	(34.299)	(1.945)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. (*)	(34.299)	(1.945)
Despesas administrativas	(15.758)	(7.234)
Euler Hermes Group	(15.786)	(5.611)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	(94)	(279)
Allianz Seguros	122	(23)
Allianz Saúde	-	(1.321)

(*) O comportamento das respectivas rubricas referem-se, principalmente, ao ressarcimento à resseguradora, do adiantamento de resseguro (cash call) oriundos da ocorrência de sinistro de grande porte do varejo nacional no ano de 2023 e que foram ressarcidos em março de 2024.

Diretor Presidente	DIRETORIA		RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	
Marcel Santos Farbelow	Alexandre Coli Felipe Tanus Miguel José	Luciano Antonio Mendonça Tatiana Pinheiro	Renato Goulart da Costa Contador - CRC RJ-080827/O	André Correia Atuário - MIBA 1141

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **Euler Hermes Seguros S.A.** ("Companhia"), instituído nos termos do art. 126 da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, atua em conformidade com o estatuto social da Companhia, e com o seu regimento interno aprovado pela Administração.

Compete ao Comitê apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de compliance.

A auditoria contábil independente, a cargo da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação às normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como em relação às normas internacionais.

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e aos procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia.

O Comitê atua, principalmente, por meio da realização de reuniões periódicas e/ou extraordinárias, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações e documentos recebidos da Administração, dos gestores das áreas de contabilidade e de finanças, dos atuários terceirizados, dos auditores contábeis e dos auditores atuariais independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de compliance, dentre outras áreas; e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores contábeis e atuariais independentes, e com os auditores internos, um canal regular de comunicação tendo tomado ciência do plano anual de trabalho, dos trabalhos realizados e dos seus resultados, e avaliou a aderência dos referidos auditores às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente, e outros membros da diretoria executiva e, nessas reuniões, tomou conhecimento dos principais fluxos operacionais, revisões de compliance e de gestão de riscos, alinhados ao plano estratégico da Companhia.

O Comitê não teve conhecimento de evento, denúncias, descumprimento de normas, ausências de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidências de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, na forma descrita acima, o Comitê considera que as demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pela Administração da Companhia.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva

João Antônio Chiappa

Luiz Pereira de Souza

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Euler Hermes Seguros S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Anexo

Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

1. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2024	31/12/2023
0748, 0749, 0775, 0776, 0819, 0860	4.112	3.426

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Euler Hermes Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Euler Hermes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas de seguros (Notas 3(h) e 12)	
A Seguradora possui registrados passivos relacionados a contratos de seguros, dos ramos de crédito e garantia, denominados Provisões Técnicas, com destaque para a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), que inclui a Provisão de Prêmios Não Ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência desses passivos, através do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação das metodologias utilizadas no cálculo das provisões técnicas, bem como a mensuração dessas provisões e do TAP, envolve julgamento, além do envolvimento de atuários na determinação dessas metodologias e premissas, que incluem, entre outras, construção de triângulos de desenvolvimento dos prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas consideradas na mensuração dessas provisões e do TAP poderiam causar nas demonstrações financeiras, mantemos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Realizamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração dessas provisões técnicas e do TAP, tais como os fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Nossos procedimentos incluíram também o recálculo e a confirmação de que as metodologias foram corretamente implementadas, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para o TAP e para as provisões de PPNG-RVNE, IBNR e IBNeR. Adicionalmente, efetuamos testes de reconciliação das bases de dados dos prêmios emitidos e sinistros avisados, utilizadas no cálculo das provisões técnicas, com os respectivos saldos contábeis, bem como efetuamos testes de consistências históricos. Ainda, quanto às bases de dados citadas anteriormente, efetuamos testes amostrais, da acuracidade das informações dos campos críticos constantes nas bases de dados, utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas adotadas pela administração para a mensuração das provisões técnicas são apropriadas e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5



Elena Landau elena.landau@eusoulivres.org

Teu passado te condena

"A Petrobras não é levada a sério", afirmou Lula no relançamento da construção de navios pela Petrobras. A Lava Jato mostrou em detalhe quem são os que não a levam a sério. E emendou: se o povo votar errado, a Petrobras corre o risco de ser vendida. A privatização seria coisa de extrema direita que não vê papel para o Estado. Os governos "errados" melhoraram significativamente a empresa.

FHC, social-democrata, acabou com o monopólio da Petrobras, abriu seu capital e gerou competição no setor. Vendeu o controle de dezenas de estatais, ao mesmo tempo que montou as bases das políticas assistenciais, instituiu o SUS, a lei dos genéricos e criou o Fundef.

Temer, apoiado na Lei das Estatais, abandonou as indicações políticas e fez um choque de gestão na empresa. O lucro voltou, permitindo investimentos no que a Petrobras faz de melhor – e para qual foi criada: explorar óleo e gás. Nenhum dos dois sequer cogitou privatizar a empresa. Nem mesmo Bolsonaro.

Uma pena.

A vocação de uma empresa pública não é "ajudar o país". Não é algo genérico, como pensa Lula. Foi com essa ideia na cabeça que a interferência na política de preços quase quebrou a empresa. Ao final do governo Dilma, sua dívida era oito vezes a geração de caixa.

> *O Programa de Desestatização deveria voltar e em versão mais radical, incluindo todas as empresas*

A Constituição é clara: a presença do Estado na atividade econômica é exceção e não regra. Ignorando Art. 173 da CF88, o PT segue cartilha própria e cria estatais que não são necessárias à segurança nacional ou a um interesse coletivo. Ressuscita as que já encaminhadas para venda ou liquidação, como Telebras e Ceitec.

E, hoje, repetem os mesmos erros na Petrobras; refinarias e indústria naval estão de volta. A Transpetro, isso mesmo, você leu corretamente, a Transpetro investigada no Petrolão, encomendou 12 novos navios.

O rombo das estatais em 2024 foi de R$ 8 bilhões. O prejuízo bilionário dos Correios foi atribuído à taxação das blusinhas. Essa mesma estatal chegou a ter lucro no governo passado, com isso, sua venda foi adiada.

Tremendo equívoco.

Estatal lucrativa ou não, imobiliza capital que poderia estar sendo usado em setores mais relevantes, como diminuir a fila do SUS ou financiar o Pé-de-Meia. Privatiza e usa melhor os recursos.

O Programa de Desestatização deveria voltar e em versão mais radical, incluindo todas as empresas de uma só vez e avaliar quais são essenciais à atividade estatal. O resto vende ou fecha.

A ministra Dweck defende que o rombo de 2024 é temporário. Acredita que os investimentos feitos vão gerar resultados positivos no futuro. Autoengano. O passado as condenam. ●

ADVOGADA E ECONOMISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Demi Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel ● SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) ● SAB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Indicadores Trabalho

Desemprego tem a segunda alta seguida, mostra IBGE

Taxa fica em 6,5% no trimestre encerrado em janeiro; para analistas, há indicação de desaceleração da economia

LUIZ GUILHERME GERBELLI

A taxa de desemprego ficou em 6,5% no trimestre encerrado em janeiro, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados ontem. No trimestre móvel imediatamente anterior, encerrado em dezembro de 2024, a taxa foi de 6,2%.

O resultado veio dentro do esperado pelo Projeções Broadcast, cujo intervalo variava de 6% a 6,7%. A mediana das previsões era de 6,6%. No trimestre móvel de novembro de 2023 a janeiro de 2024, a desocupação foi de 7,6%.

Calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pnad Contínua também mostrou que a população ocupada somou 102,969 milhões no trimestre encerrado em janeiro. O contingente de desocupados foi de 7,2 milhões.

Os números do mercado de trabalho revelam um cenário ainda forte para o emprego, que mostrou uma resiliência surpreendente nos últimos anos. Agora, no entanto, deve começar a enfrentar alguma desaceleração na abertura de vagas por causa do cenário econômico mais difícil num momento em que mais brasileiros devem voltar a procurar emprego.

O número de dezembro do ano passado já deu indícios dessa perda de fôlego, dado que a taxa de desemprego de 6,2% representou o primeiro avanço em oito trimestres.

"É um mercado de trabalho em desaquecimento, mas ainda forte. Não vejo um mercado fraco", afirma Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador sênior da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

O cenário mais complicado para o emprego vem na esteira do crescimento econômico mais baixo este ano por causa da alta da taxa básica de juros (Selic). As projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2025 estão próximas de 2%. No ano passado, a economia brasileira deve ter crescido cerca de 3,5% – o número será conhecido em 7 de março.

JUROS. Com a inflação elevada e acima do teto da meta o Comitê de Política Monetária (Copom) tem aumentado a Selic. Entre setembro de 2024 e janeiro deste ano, ela saiu de 10,50% ao ano para 13,25% ao ano. E a promessa do Banco Central é de mais uma alta na reunião de março, levando a taxa básica para 14,25%.

"Para 2025, a expectativa é de desaceleração no ritmo de crescimento da ocupação, acompanhando a moderação dos setores cíclicos devido ao impacto acumulado da elevação dos juros", afirma Lucas Assis, economista da consultoria Tendências. "A deterioração das condições financeiras deve reduzir a demanda por mão de obra, à medida que os empregadores demonstram maior cautela ao expandir suas folhas salariais."

Os juros mais altos devem afetar setores como construção civil e indústria. Um alívio, porém, deve vir do setor de serviços e da agropecuária diante da expectativa de uma supersafra de grãos.

"Enxergo 2025 muito parecido com 2023, porque também vimos juros elevados e safra recorde", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA 4intelligence. "Vamos ter alguma restrição do crescimento pelo lado da política monetária, o que pode afetar alguns setores. Já a agropecuária não é muito expressiva na criação de vagas no mercado de trabalho, mas o que chama a atenção é o transbordamento para outros setores."

Com o desaquecimento esperado para o mercado de trabalho, os analistas estimam um desemprego crescente ao longo deste ano. Nas projeções do Ibre, a taxa de desemprego medida pela Pnad deve chegar em dezembro a 7,3%.

"Se alguém me disser que vamos ter uma taxa de desemprego de 7,5% durante muito tempo, eu diria que o mercado de trabalho está próximo do pleno emprego se não acima dele", afirma Barbosa Filho.

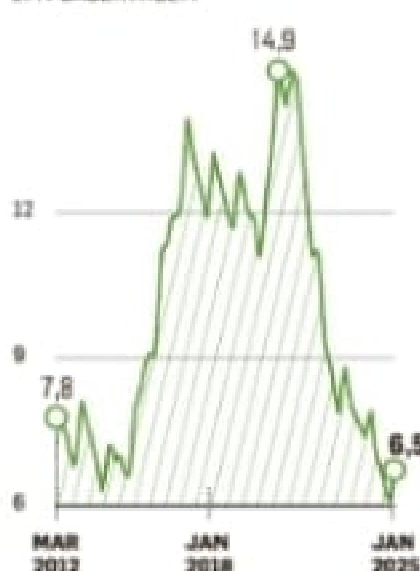
Em 2024, a taxa média de desocupação foi de 6,6%. Em 2025, a LCA 4intelligence projeta 7%.

RENDA EM ALTA. Na leitura do trimestre encerrado em janeiro, o rendimento médio real habitual recebido pelos trabalhadores foi de R$ 3.343, um crescimento de 1,4% em relação ao trimestre encerrado em outubro e de 3,7% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado. "A expectativa é de manutenção da taxa de desocupação em níveis reduzidos em 2025, o que pode intensificar a escassez de mão de obra, gerando ampliação do poder de barganha dos trabalhadores", diz Assis. ●

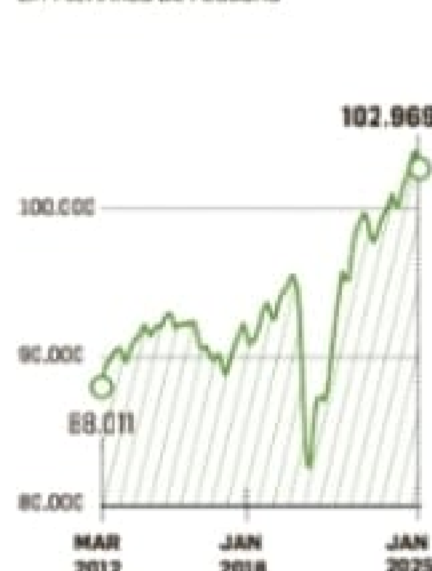
HÁ VAGAS

Juros podem atrapalhar o bom desempenho do emprego

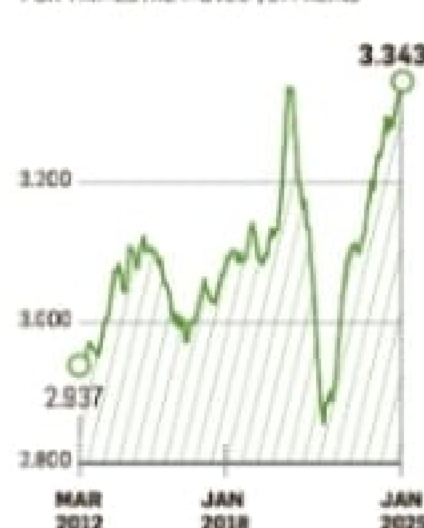
Taxa de desocupação
Emprego deve perder fôlego este ano
POR TRIMESTRE MÓVEL*
EM PORCENTAGEM



População ocupada
Contingente superou a marca de 100 milhões
POR TRIMESTRE MÓVEL*
EM MILHARES DE PESSOAS



Rendimento médio mensal
Mercado de trabalho apertado acelera ganho do trabalhador
POR TRIMESTRE MÓVEL*, EM REAIS



*EM RELAÇÃO AOS TRÊS MESES IMEDIATAMENTE ANTERIORES

FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO ESTADÃO

Perspectiva

PIB deve desacelerar neste ano para 2% – previsões para este ano é de a economia cresceu 3,5%



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

Relatório da Administração

Prezados Acionistas. Em cumprimento às disposições legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, que divulgamos por meio do presente relatório, contendo as notas explicativas às demonstrações financeiras, relatório dos auditores independentes e relatório dos auditores atuariais independentes. A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A., ("Coface") é uma seguradora de origem francesa e faz parte do grupo Coface, especializada em seguro de crédito. Com uma atuação focada nos diversos setores da economia, presença nas principais regiões brasileiras e busca pela melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes e parceiros de negócios, continuaremos nosso objetivo de disseminar a cultura de seguro de crédito no país como a mais relevante ferramenta de gestão de risco para as empresas e confirmar a nossa liderança no mercado local. Durante o ano de 2024 focamos na retenção do nosso portfólio de clientes, equilíbrio econômico através da revisão de preço e de exposição de limites de crédito concedidos aos compradores de nossos clientes, principalmente nos setores mais afetados pela economia, e ao mesmo tempo, capitalizando em oportunidades de crescimento em contas globais e de médio porte. No que tange ao desempenho operacional, a Coface registrou um total de R$ 179.762 mil de prêmios ganhos, sendo 12% abaixo do ano de 2023, refletindo a redução da atividade econômica de nossos segurados. Por outro lado, as despesas administrativas de R$ 72.575 mil refletem uma redução de 9% versus o ano anterior. O prejuízo do exercício foi de R$ 2.415 mil e absorvido pela reserva de lucros. Em relação aos indicadores de solvência, a Coface segue sólida em todos os seus indicadores, fortalecida pelo seu nível de ativos e programa de resseguro, demonstrando sua capacidade de continuar operando mesmo diante de um cenário econômico mais desafiador. Declaração de capacidade financeira em atenção à Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores da Superintendência de Seguros Privados - Susep, a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários estão sendo associados à análise e ao gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. Agradecimentos: A Administração aproveita para manifestar seus agradecimentos aos clientes pela confiança em nosso trabalho, aos parceiros (corretores, bancos e outros), aos fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores, que tanto contribuem para o sucesso da Coface do Brasil. Da mesma forma, agradecemos o apoio da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais - R$)*

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		**485.189**	**628.872**
Disponível		**29.899**	**11.821**
Caixa e bancos		29.899	11.821
Aplicações	5	**88.930**	**47.786**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**236.427**	**202.732**
Prêmios a receber	6	195.349	195.654
Operações com resseguradoras	7	41.078	7.078
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**99.968**	**108.936**
Títulos e créditos a receber		**14.781**	**244.550**
Títulos e créditos a receber		694	232.476
Créditos tributários e previdenciários	9	8.132	9.101
Outros créditos	8	5.955	2.973
Despesas antecipadas		**48**	**105**
Custos de aquisição diferidos		**15.136**	**12.953**
Seguros	13c	15.136	12.953
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**101.753**	**182.253**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**95.816**	**177.327**
Aplicações	5	**69.686**	**155.996**
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	**15.428**	**13.531**
Prêmios a receber		15.428	13.531
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**1.250**	**1.058**
Títulos e créditos a receber		**7.151**	**4.277**
Créditos tributários e previdenciários	9	4.628	3.578
Depósitos judiciais e fiscais	15	2.523	699
Outros valores e bens		**235**	**517**
Empréstimos e depósitos compulsórios		**86**	**86**
Custos de aquisição diferidos		**2.080**	**1.868**
Seguros	13c	2.080	1.868
Investimentos		**22**	**22**
Outros investimentos		22	22
Imobilizado		**1.140**	**1.143**
Bens móveis		1.140	1.143
Intangível		**4.675**	**3.761**
Outros intangíveis		4.675	3.761
TOTAL DO ATIVO		**586.942**	**811.125**

PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		**444.819**	**664.176**
Contas a pagar		**55.633**	**85.791**
Obrigações a pagar	10	2.009	18.095
Impostos e encargos sociais a recolher		7.493	6.866
Encargos trabalhistas		2.305	2.022
Impostos e contribuições	12	365	6.092
Outras contas a pagar	10	43.461	52.716
Débitos de operações com seguros e resseguros		**80.263**	**276.261**
Prêmios a restituir		133	22
Operações com resseguradoras	7	38.877	15.082
Corretores de seguros e resseguros		25.637	23.558
Outros débitos operacionais	7	15.616	237.599
Depósitos de terceiros	11	**6.921**	**753**
Provisões técnicas - seguros		**302.002**	**301.371**
Danos	13a	302.002	301.371
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**21.244**	**18.496**
Débitos das operações com seguros e resseguros		**1.966**	**1.821**
Corretores de seguros e resseguros		1.966	1.821
Provisões técnicas - seguros		**16.721**	**14.182**
Danos	13a	16.721	14.182
Outros débitos		**2.347**	**1.990**
Provisões judiciais	14 a	2.347	1.990
Débitos diversos		**210**	**503**
Débitos diversos	3.11	210	503
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	**120.879**	**128.453**
Capital social	16a	63.958	63.958
Reservas de lucros	16b	60.768	63.183
Ajuste de avaliação patrimonial	16d	(3.847)	1.312
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**586.942**	**811.125**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)*

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	18a	217.514	226.171
Variação das provisões técnicas de prêmios		(37.752)	(22.797)
Prêmios ganhos		179.762	203.374
Sinistros ocorridos	18b	(145.118)	(31.279)
Custos de aquisição	18c	(23.828)	(26.409)
Outras despesas operacionais	18d	(665)	(192)
Resultado com resseguro	7a	53.511	(60.724)
Receita com resseguro	7a	118.946	210.962
Despesa com resseguro	7a	(65.435)	(271.686)
Despesas administrativas	18e	(72.575)	(79.832)
Despesas com tributos	18f	(17.299)	(17.590)
Resultado financeiro	18g	22.722	23.933
Resultado operacional		(3.790)	11.281
Ganhos com ativos não correntes		185	-
Resultado antes dos impostos e participações		(3.605)	11.281
Imposto de renda	19	600	(2.822)
Contribuição social	19	449	(1.623)
Participações sobre o lucro		141	(599)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(2.415)	6.237
Quantidade de ações		20.537.185	20.537.185
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações (R$)		(117,59)	303,70

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais - R$)*

	2024	2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(2.415)	6.237
Outros resultados abrangentes	(5.159)	2.037
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(8.598)	3.395
Efeitos tributários sobre resultados abrangentes	3.439	(1.358)
Resultados abrangentes	(7.574)	8.274

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Ajuste TVM	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.957	7.464	65.964	(725)	-	121.660
Aumento capital - Portaria Susep nº 1.547 25/07/23	1	15.001	-	(15.001)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	-	-	-	2.037	-	2.037
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.237	6.237
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	-	311	-	-	(311)	-
Reserva estatutária	16b	-	-	4.445		(4.445)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - R$ 0,58 por ação	16c	-	-	-	-	(1.481)	(1.481)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		63.958	7.775	55.408	1.312	-	128.453
Saldos em 31 de dezembro de 2023		63.958	7.775	55.408	1.312	-	128.453
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	-	-	-	(5.159)	-	(5.159)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(2.415)	(2.415)
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	16b	-	-	(2.415)	-	2.415	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		63.958	7.775	52.993	(3.847)	-	120.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto) Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais - R$)*

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.415)	6.237
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.748	4.034
Constituição de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	965	191
Variação cambial operacional	(4.020)	(6.141)
Variação nas contas patrimoniais:	40.732	28.611
Ativos financeiros - aplicações	40.001	29.838
Créditos das operações de seguros e resseguros	(31.694)	3.466
Ativos de resseguro	14.269	173.921
Créditos fiscais e previdenciários	4.546	7.128
Ativo fiscal diferido	(4.627)	(3.578)
Custos de aquisição diferidos	(6.165)	242
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	(1.824)	116
Despesas antecipadas	52	(84)
Outros ativos	229.082	(232.814)
Impostos e contribuições	(2.798)	2.059
Outras contas a pagar	4.089	7.575
Débitos de operações com seguros e resseguros	(197.117)	188.074
Depósitos de terceiros	6.168	(3.480)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.862	(144.171)
Provisões judiciais	357	(576)
Outros passivos	(15.469)	1.305
Caixa líquido gerado pelas operações	37.010	33.232
Imposto sobre lucro pagos	(2.929)	(30.687)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	34.081	2.545
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Venda de imobilizado	185	-
Aquisição de imobilizado	(835)	12
Aquisição de intangível	(2.009)	(2.061)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(2.659)	(2.049)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos - pagos	(13.344)	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(13.344)	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	18.078	496
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	11.821	11.325
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	29.899	11.821

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais - R$)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora" ou "Coface do Brasil"), situada na Praça João Duran Alonso, 34, 10º andar - São Paulo, é controlada pelo grupo francês "Compagnie Française d'Assurances pour le Commerce Extérieur" ("COFACE FRANÇA") cujo controladores em última instância são os "Banques Populaires e Caisses d'Epargne". A Seguradora, constituída em 5 de abril de 2005, foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep em junho do mesmo ano, e tem por objeto social atualmente a exploração do seguro de crédito em todo o território nacional. A Seguradora é controlada diretamente pela Cofinpar S/A ("COFINPAR") e adicionalmente pela COFACE FRANÇA.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela Susep. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025. **2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$(000)), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora, exceto, quando indicado. **2.3. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Parte das disponibilidades e das aplicações financeiras é mantida em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução CMN nº 4.993/22 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado. **2.4. Novas Normas e Interpretações Adotadas:** Circular Susep nº 678/2022. Em 1º de janeiro de 2024, a Circular Susep nº 678/2022 entrou em vigor, alterando dispositivos da Circular Susep nº 648/2021 e aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. As principais mudanças incluem: Provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP): A nova norma atualiza os dispositivos relacionados a estes temas, exigindo que a Companhia realize estudo técnico sobre o histórico de perdas e capacidade de pagamento de resseguradores para a constituição e mensuração da redução do valor recuperável (RVR) de ativos de resseguro e prêmios a receber. Fundos de investimento: Os fundos destinados à cobertura das provisões técnicas devem ser classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sujeitos à constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis, conforme estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia. A Seguradora avaliou que as alterações não impactaram materialmente suas demonstrações financeiras. Alterações do CPC 48: O CPC 48, embora mantenha grande parte dos requerimentos do CPC 38, eliminou as categorias de ativos financeiros "mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" e "disponíveis para venda". **Novas categorias de ativos financeiros:** Os ativos financeiros agora são classificados em três categorias: Ativos financeiros - mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR): Ativos que não se enquadram nas demais categorias, instrumentos patrimoniais designados ao VJR e ativos gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda. Ativos financeiros - mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Ativos mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais e para venda, com fluxos de caixa de principal e juros. Ativos financeiros - mensurados ao custo amortizado: Ativos mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais, com fluxos de caixa de principal e juros. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste no próximo período contábil: Nota explicativa nº 3.5 - Classificação dos contratos de seguros. Nota explicativa nº 5 - Aplicações (instrumentos financeiros). Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações com seguros e resseguros. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários e previdenciários. Notas explicativas nº 3.5 e nº 13 - Provisões técnicas. Nota explicativa nº 14 - Provisões judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixas e bancos: Caixa e bancos incluem saldos em moeda nacional e estrangeira disponíveis em contas correntes mantidas em instituições financeiras. **3.2. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo o modelo de negócios adotado pela Administração, em seu reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou constituídos nas seguintes categorias: : Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda de acordo com a sua gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado da Seguradora. Custo amortizado - São registrados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos podem ser mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e são administrados para obter fluxos de caixa contratuais (principal e juros). Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros não derivativos e mantidos para obter fluxos de caixa contratuais (principal e juros). Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e, as mudanças no valor justo, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, na forma líquida dos seus respectivos efeitos tributários e os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". Redução ao valor recuperável (ativo financeiro): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro como também a expectativa da não realização do crédito. A evidência objetiva de que os ativos financeiros que perderem valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos ou quando houver evidências objetiva de que o ativo tem perda no valor recuperável e neste caso será reconhecida ao resultado. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito, a provisão para riscos sobre créditos é apurada considerando o estudo técnico desenvolvido internamente pela Seguradora, que considera, entre outros fatores, uma pontuação interna de avaliação de risco de crédito denominada "Debtor Risk Assessment" (DRA) que considera: Avaliação Financeira; Classificações de Incidentes de Pagamentos; Estrutura do Grupo Econômico; Controlador entre outros e no tempo em que o segurado possui seguro com a Seguradora. A redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber pela sociedade seguradora, sendo que o estudo trata tanto as parcelas vencidas quanto as parcelas vincendas, sendo os clientes adimplentes ou devedores em atraso. Para os créditos junto a resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável, é constituída, com base em estudo, elaborado pela Seguradora, que leva em consideração o histórico de recebimentos e "rating" das resseguradoras. Valor justo: Os títulos mensurados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e "custo amortizado" são registrados pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e ajustados ao seu valor justo que, no caso de títulos públicos, é apurado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. **3.3. Ativos de resseguros** Os ativos de resseguro compreendem as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baseados com base nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S/A, Munich Re do Brasil Resseguradora S/A, Austral Resseguradora S/A e Coface França por meio dos movimentos operacionais sujeitos à análise do Ressegurador. O nível médio de retenção do risco da Seguradora está divulgado na nota explicativa nº 7c. **3.4. Provisões técnicas:** Todos os riscos assumidos pela Companhia no seguro de crédito à exportação como doméstico são considerados riscos similares e administrados como uma única carteira. As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as metodologias descritas nas notas técnicas atuariais e de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, Circular Susep nº 648/2021 e alterações. A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios não ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos - RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que ainda não foram emitidas, mas já possuem riscos cobertos pela Seguradora. O registro da provisão é baseado em estimativas do valor histórico de emissões em atraso. O cálculo passou a considerar o triângulo de "run-off" dos prêmios emitidos em atraso dos últimos 42 meses, para determinar o montante de prêmios RVNE e, também, a correspondente PPNG-RVNE. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Os avisos de sinistros correspondem aos recebíveis não honrados pelos clientes dos nossos segurados. A mensuração da estimativa de PSL também considera (i) o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação, sendo estimada por meio de triângulos de "run-off" de 21 semestres. Para se chegar ao IBNER, subtrai-se da estimativa de sinistros ocorridos e ainda não pagos a estimativa de IBNR e a PSL constituída caso a caso e; (ii) o ajuste decorrente do abatimento em função da expectativa de recuperação em ressarcimentos. Os sinistros avisados e ainda pendentes, que compõem a PSL podem ser classificados em sinistros

continua →



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

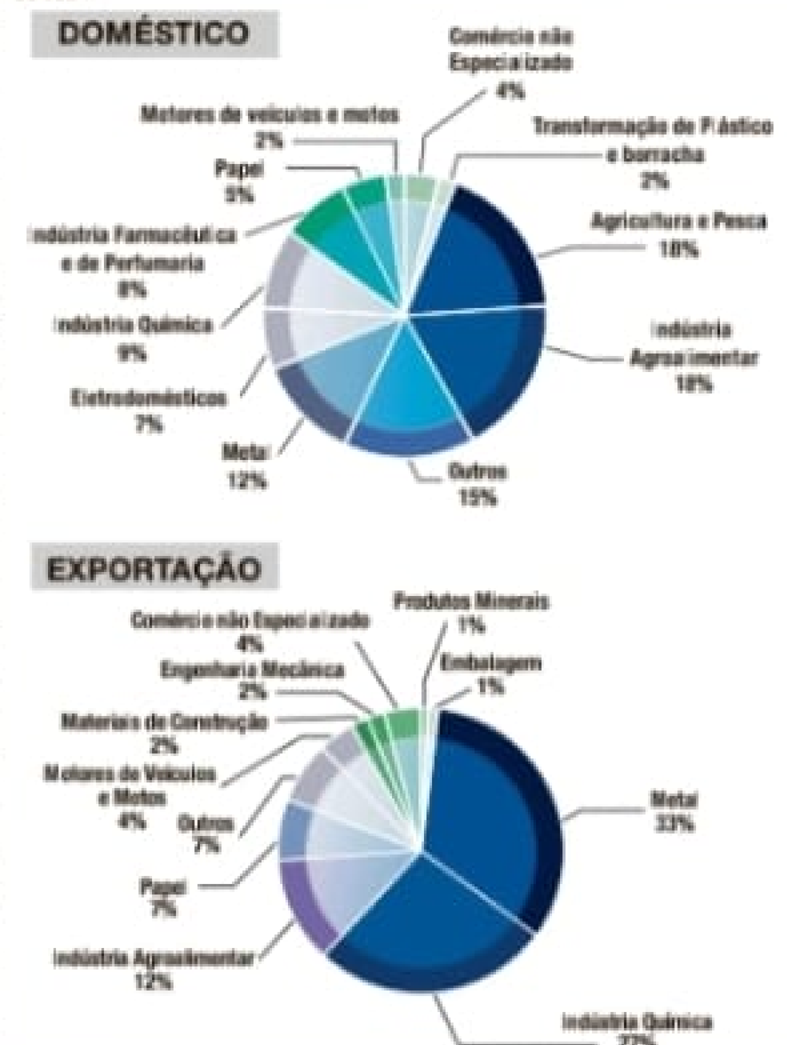
→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais - R$)*

administrativos e sinistros judiciais. A estimativa inicial da provisão de sinistros administrativos a liquidar (PSL administrativo), considera o saldo devedor relativo à cobertura em que ocorreu o sinistro, bruto de resseguro. A Provisão de sinistros a liquidar judicial (PSLJ) é constituída por um estudo atuarial realizado com base no histórico de encerramento das ações judiciais considerando a razão entre os valores efetivamente encerrados (com ou sem indenização) e aqueles provisionados inicialmente, de forma que determina-se percentuais a serem reconhecidos de acordo com a classificação de perda indicada pelo advogado externo sobre o valor total do risco atualizado mensalmente pelos advogados, incluindo juros, correção monetária e honorários de sucumbência, brutos de resseguro abrangidos pela cobertura do seguro (limitado ao saldo devedor). A Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo matemático "triângulo de run-off" considerando o método de desenvolvimento dos sinistros avisados para 21 semestres. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico dos últimos 21 semestres obtidos com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão total de Sinistros Ocorridos e Ainda não Pagos. Aplica-se este percentual também sobre a provisão IBNR, gerando a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. A diferença entre a expectativa total de ressarcimentos e a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros não avisados gera a expectativa de ressarcimento sobre a PSL. A Provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR) inclui estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados e a PDR (PSL) contempla estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Cada parcela é obtida pela aplicação sobre a respectiva provisão (IBNR e PSL respectivamente) do percentual histórico de despesas avisadas na regulação dos sinistros em relação aos sinistros avisados dos últimos 21 trimestres. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização dos contratos de seguro, conforme previsão contratual na apólice. A estimativa leva em consideração a apuração do resultado técnico de cada apólice baseada na estimativa do percentual de pagamento do excedente sobre o prêmio emitido da carteira levando em consideração a experiência histórica desde janeiro de 2015. **3.5. Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Susep, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo prefixada foi obtida a partir de metodologia elaborada pela Susep e curva de juros do cupom IPCA foi obtida a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2024. O fluxo de despesas administrativas e impostos foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo prefixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e impostos foi comparado à soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE líquidas da DAC. O resultado do Teste de Adequação de Passivos em 31 de dezembro de 2024 e em 2023 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-bases. Embora o resultado do TAP seja negativo, e o normativo não exija a apuração do ativo de resseguro de PCC, foi também efetuado o cálculo do TAP para os ativos de resseguro, de forma análoga aos procedimentos aplicáveis às provisões técnicas e, mantendo, a mesma premissa de sinistralidade, de forma a obtermos o fluxo realista de PPNG, referente ao ativo de resseguro, necessário para a estimativa dos ajustes econômicos do PL Ajustado. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem os benefícios de curto prazo, tais como ordenados e salários, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) os quais, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R$258 (R$199 em 31 de dezembro de 2023). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Seguradora, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional. **3.7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferida são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias sobre a alíquota prevista de realização deste crédito. O imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado e esteja disponível. **3.8. Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável ou no caso de serem consideradas obrigações legais. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo. **3.9. Classificação dos contratos de seguros:** Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Nos termos do CPC 11, os contratos emitidos pela Seguradora atendem todas as características de um contrato de seguro visto que prevê indenizações específicas para reembolsar o detentor por uma perda em razão do devedor específico do segurado não efetuar o pagamento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro descritos no CPC 11. **3.10. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e custos de aquisição (comercialização) são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição (comercialização) cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica da Seguradora. **3.11. Arrendamento Mercantil:** A Seguradora avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando as como "arrendamento". A Seguradora atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos existentes, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição de seguro. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. • Risco de capital. • Risco operacional. • Risco legal e de "compliance". **4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos:** Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de riscos engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus "stakeholders", incluindo seus acionistas, investidores, clientes, fornecedores e outros, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à ética, transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte dos negócios e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pelas áreas compartilhadas das empresas do grupo de Risco e Compliance e dos especialistas responsáveis por essas áreas da Seguradora do grupo e demais colaboradores envolvidos, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco determinado pela Seguradora. Para o gerenciamento dos seus riscos a Seguradora conta com a estrutura de governança corporativa, descrita a seguir, além de mantermos um programa de controles internos, o qual está detalhado na nota explicativa relativa ao risco operacional. **a) Conselho de administração:** Reúne-se, no mínimo, trimestralmente e, representa os interesses dos acionistas, tendo por atribuição fornecer orientação geral dos negócios, bem como suas diretrizes e objetivos básicos, aprovar as demonstrações financeiras; fiscalizar a gestão da Diretoria, dentre outras atividades. **b) Reuniões da Diretoria:** A Seguradora mantém um "fórum" para discussão e deliberação de assuntos estratégicos, tendo por objetivo primordial cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Estatuto Social, por meio da gestão dos negócios, administração do patrimônio e execução de todos os atos necessários ao seu funcionamento. Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos. Adicionalmente aprova Políticas e Normas Internas. **c) "Management committee" (Comitê de Gestão):** Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos e tem por objetivo dividir e discutir assuntos de interesse das diversas áreas da Seguradora, em um nível executivo e de tomar decisões em conjunto. Pode aprovar normas, ferramentas, estudos ou outros trabalhos demandados pelo comitê e de interesse da Seguradora. **d) Auditoria interna:** Atividade independente e objetiva, executada por empresa terceirizada e com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações da organização, nos ajudando a atingir os objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Reporta-se diretamente à Auditoria Regional. **e) Comitê de Provisões:** Reúne-se trimestralmente e participam deste comitê as áreas como: Sinistros, Controladoria, Cobrança, Subscrição e membros da Diretoria. São discutidos nesse fórum os níveis de sinistralidade, reservas técnicas e taxas de recuperação da Seguradora, definindo, quando necessário, os planos de ação a fim de melhorar os índices da Seguradora. **f) Comitê de Turnover (contratos):** Reúne-se trimestralmente e participam os especialistas das áreas Técnica, Comercial, Risco de Subscrição e membros da Diretoria. O objetivo deste comitê é verificar os contratos em processo de fechamento, tanto os novos negócios como as renovações, e as apólices canceladas, a fim de verificar o impacto na receita da Seguradora. **g) Comitê de Riscos e Controles Internos:** O comitê de Controles Internos, formado pelos membros Diretoria, gerente de compliance e gestor de riscos operacionais, pode ser convocado sempre que necessário (porém é realizado com uma periodicidade mínima de quatro vezes ao ano) para deliberar sobre assuntos relevantes que envolvem compliance, riscos operacionais, questões regulatórias e outros assuntos não tratados em outros comitês, porém relevantes para Seguradora. **4.2. Gestão de risco de seguros:** O seguro de crédito é uma modalidade de seguro que tem por objetivo indenizar o segurado (credor) pelas perdas líquidas definitivas que, o mesmo, venha a sofrer em consequência da inadimplência dos créditos concedidos a seus compradores, desde que decorrentes, exclusivamente, dos riscos indicados e definidos no contrato de seguro. São asseguradas somente às pessoas jurídicas, que comercializam seus produtos para outras pessoas jurídicas. É definido como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro de crédito, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na análise e na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável, no caso da Coface Seguros, os "recebíveis" dos segurados. Outros riscos também podem afetar os objetivos e resultados da Seguradora, que são: • Risco de aprovação de coberturas que impliquem em aumento do risco da apólice de seguro de crédito. • Risco de subscrição inapropriada dos limites de crédito dos compradores. • Risco de elaboração de políticas de resseguro ou técnicas de transferências de riscos inadequadas. • Risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas. **a) Mitigadores do risco de aceitação do seguro:** A apólice é estruturada a partir de uma análise da carteira de clientes do segurado, onde são verificados os limites de crédito que podem ser concedidos de acordo com o perfil individual da Empresa (comprador). Os limites concedidos são constantemente monitorados pela nossa área de riscos. Antes da emissão, também são avaliadas as condições de cobertura de cada apólice considerando-se os principais aspectos: a perda histórica do Segurado, a expectativa de sinistros, o risco do País, o setor de atividade, entre outros parâmetros. O produto oferecido pela Seguradora inclui não apenas cobertura por perdas incorridas, como também serviço de cobrança para prevenção e diminuição de perdas e assistências no desenvolvimento de uma base de clientes rentáveis. Um dos elementos-chave da política de subscrição é a participação do segurado no risco coberto pela Apólice, sendo o objetivo primordial do seguro de crédito evitar prejuízos na medida do possível, buscando o interesse comum do segurado e da Seguradora. Este parâmetro visa manter o interesse do segurado na adequada seleção de seus riscos, assim como no resultado das ações judiciais e extrajudiciais. Os prêmios das apólices são fixados baseados num balanceamento entre a experiência de perdas reais do segurado e a estatística de perdas para o perfil de uma população de segurados com características semelhantes. As taxas de prêmios são calculadas a partir da mensuração mais individual e fidedigna possível da expectativa de sinistros para o período de cobertura da apólice. A apólice, desenhada em formato de módulos, permite uma melhor mensuração de determinada cobertura em razão dos riscos apurados estatística e historicamente para determinados segmentos ou linha de negócios. Os prêmios são revisados com base na experiência de perdas reais do contrato e na ponderação pelo risco gerado na época da renovação. A subscrição comercial ou tarifação da Coface Seguros está baseada nos mesmos critérios utilizados pelo grupo COFACE, controladora da Seguradora, que detém longa experiência mundial nesta modalidade de seguros, sendo os critérios por ela utilizados, amplamente testados ao longo dos seus mais de 70 anos de existência de sua controladora, o que resulta em consagrada aceitação de seus critérios de subscrição pelos principais resseguradores mundiais. A experiência do Grupo COFACE, por meio de sua base estatística e modelos atuariais, que representados por meio de ferramenta corporativa, são utilizados pela Seguradora na definição da taxa indicativa da perda estatística esperada por setor de atividade e País. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador - Susep e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Os procedimentos de recuperação começam imediatamente após o aviso de inadimplência, visando à gestão da cobrança pela Seguradora. Para cobrança internacional é utilizada a rede de cobrança, composta por correspondentes internos do grupo COFACE em diversos países, como também as agências de cobrança internacional e rede de advogados especializados em cobrança judicial. Adicionalmente, a Seguradora mantém um portfólio de clientes com uma carteira pulverizada e diversificada, de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade que pode ser causado pela inadimplência de um determinado devedor, uma desaceleração em qualquer indústria em particular ou um evento adverso de crédito em um dos países com os quais trabalha. Além disso, as apólices de seguro contêm cláusulas permitindo que limites de crédito venham a ser reduzidos durante a vigência do contrato. Consequentemente, os riscos dos devedores podem ser extintos ou reduzidos de forma relativamente rápida em caso de deterioração da solvência do devedor. **b) Mitigadores do risco de subscrição:** Os "Underwriters" da Seguradora analisam individualmente o risco de cada um dos compradores apresentados pelo segurado e estabelecem um nível de exposição máxima para ele. O portfólio de seguro de crédito consiste, basicamente, riscos de curto prazo, cuja duração máxima do crédito raramente excede os 180 dias. A Seguradora tem em todos os momentos a opção de reduzir ou cancelar limites de crédito para novas vendas a um determinado comprador, caso se verifique deterioração na respectiva saúde financeira. A Seguradora possui um sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados de risco chamado Atlas, utilizado por todas as unidades do grupo COFACE no mundo. A utilização de tal sistema garante a Seguradora grande vantagem no sentido de gerenciamento de risco de crédito global, proporcionando a oportunidade de verificar o comportamento de uma determinada empresa e/ou se suas controladoras e subsidiárias em todo o mundo, resultando numa gestão de risco de subscrição mais efetiva. Após um período de formação, que inclui uma série de treinamentos na plataforma da Coface "Underwriting Academy" e recomendações de casos reais para avaliação do responsável Regional de Risk Underwriting sobre o conhecimento de análise financeira e aderência às normas da Coface, é concedida a cada "Underwriter" da Seguradora uma alçada de aprovação pessoal e intransferível. As decisões acima desses limites individuais são apreciadas por dois "Underwriters" em conjunto ou até mesmo pelo Comitê Global de "Underwriting", realizado na matriz, dependendo dos valores envolvidos. Para as tomadas de decisão de crédito analisa-se não somente as empresas para as quais foram solicitados limites de crédito, mas toda ramificação de suas controladoras e subsidiárias. Para cada um dos riscos segurados da carteira são concedidos pontos que avaliam o nível de sua saúde financeira, medem a qualidade do risco e a probabilidade de insolvência, consistindo no rating do comprador. As análises de crédito baseiam-se em informações como: financeiras, comerciais, setor de atividade, bancárias e o país no qual o comprador é domiciliado. **c) Mitigadores do risco de resseguro:** O principal risco assumido pela Seguradora é o de que a frequência e severidade dos sinistros aos segurados sejam maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A Seguradora tinha contrato de resseguros com as resseguradoras locais, descritas a seguir, sendo no período anterior a 2017 com IRB-Brasil Re rating brAA+ emitido pela Standard & Poor's do Brasil; a partir 2017 até 2020 com Munich Re do Brasil Resseguradora S.A rating AA- pela Standard & Poor's e atualmente a partir de 2021 com a Austral Resseguros com rating A-, emitido pela Standard & Poor's. A partir de 2022 passou a operar com Coface França na modalidade de resseguro eventual com rating AA- pela Fitch Ratings. **d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes:** Por fim, como forma de mitigar o risco de constituir provisões insuficientes, é realizada anualmente teste de consistência conforme determinação da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores que possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Adicionalmente, tem-se o teste de adequação de passivos, efetuado a cada data de balanço de acordo com as determinações da Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores que determina se há necessidade de constituição adicional de provisões em relação aos passivos de seguro já registrado na data-base. **4.2.1. Exposição dos limites de crédito:** As exposições dos limites de crédito aprovados pela Seguradora aos compradores dos segurados são analisadas a fim de monitorar a concentração dos riscos nos segmentos de atuação dos segurados. O gráfico abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio baseado no valor de importância segurada bruta de resseguro na data-base de 31 de dezembro de 2024.



Sensibilidade do risco de seguro: É efetuada para demonstrar os impactos que podem ser gerados sobre o resultado e patrimônio líquido, no caso de alterações de premissas ou variáveis nos contratos vigentes na Seguradora. Testes de sensibilidade utilizam-se de projeções e variáveis, que apesar de serem baseadas em experiências passadas, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste realizado levou em consideração a variação, nos sinistros retidos no exercício para mais em 30 pontos percentuais, demonstrando o impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora.

Ano	Variação de sinistros retidos (líquidos de resseguro)	Variação líquida de impostos
Em 31 de dezembro de 2024	(15.843)	(9.506)
Em 31 de dezembro de 2023	(18.105)	(10.863)

4.3. Gestão de risco de seguros: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, por meio do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

Localmente a Seguradora adota a política corporativa do grupo COFACE para a gestão de caixa e investimentos. A política mencionada define as regras de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação e descrição dos produtos dentre outros aspectos. Sendo assim, para mitigação dos riscos financeiros significativos, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa considerando as disponibilidades e obrigações de curto prazo bem como o portfólio de ativos financeiros. De acordo com as políticas corporativas do grupo COFACE, às quais a Seguradora está submetida, o perfil de investimentos se limita a opções de baixo e baixíssimo risco. Além disso, são efetuados acompanhamentos mensais dos índices de liquidez definidos pela Susep tais como: Margem de Solvência, Suficiência de Capital, Ativos Financeiros x Provisões Técnicas. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	31/12/2024					31/12/2023
Ativos financeiros	Sem vencimento	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	Total
Caixa e bancos	29.899	–	–	–	29.899	11.821
Aplicações	12.375	–	76.555	69.686	158.616	203.776
Prêmios a receber (i)	–	9.647	185.702	15.428	210.777	209.185
Operações com resseguradoras	–	–	41.078	–	41.078	7.078
Ativos de resseguros - provisões técnicas (i)	–	–	99.968	1.250	101.218	109.988
Créditos tributários e previdenciários	–	–	8.132	4.628	12.760	12.679
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	–	–	–	2.609	2.609	785
Outros valores e bens	–	–	–	235	235	517
Total	42.274	9.647	411.435	93.836	557.192	555.829

(i) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R$100.672,

continua →

Eufrázio



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais - R$)*

(R$114.939 em 2023) foram alocados integralmente na faixa a vencer em até 1 ano em prêmios a receber assim como os valores relativo a PSL, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico no montante total de R$99.968 (R$108.930 em 2023) em ativos de resseguros.

	31/12/2024			31/12/2023
Passivos Financeiros	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	Total
Obrigações, outras contas a pagar	45.470	–	45.470	70.811
Impostos, contribuições e encargos	10.163	–	10.163	14.986
Prêmios a restituir	133	–	133	22
Operações com resseguradoras	38.877	–	38.877	15.082
Corretores de seguros e resseguros	25.637	1.966	27.603	25.378
Outros débitos operacionais	15.616	–	15.616	237.599
Depósitos de terceiros	6.921	–	6.921	753
Provisões técnicas seguros (i)	302.002	16.721	318.723	315.553
Provisões judiciais	–	2.347	2.347	1.990
Débitos diversos	–	210	210	503
Total	444.819	21.244	466.063	682.672

(i) O montante de R$302.002 (R$301.371 em 2023) é referente a PSL, PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico, alocado na faixa a vencer em até 1 ano. **4.4. Gestão de risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercados tais como risco de taxa de juros e risco na taxa de câmbio, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, considerando-se que a natureza do próprio negócio, por envolver, em parte, a securitização de recebíveis em moeda estrangeira, representa um risco às variáveis de mercado. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo COFACE e aprovados localmente pelo Conselho de Administração. Diariamente a Administração monitora a performance das suas posições bem como acompanha, por meio de boletins dos seus bancos parceiros, quais as projeções de curto e longo prazo para as posições cambiais e de taxa de juros do mercado. Assim sendo, a exposição a riscos cambiais na forma de investimentos não é permitida, exceto quando na existência de passivo também na mesma moeda, o que de fato ocorre nas nossas operações. Esse tipo de operação tem por finalidade criar cobertura cambial a eventuais oscilações negativas. Sempre que existe uma necessidade renovada de aumento material das posições para efeito de cobertura cambial, a decisão é apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração. No que tange a exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. Segundo a política de investimentos do grupo COFACE, não existem limitações quanto ao percentual investido em títulos do Governo Brasileiro. **4.4.1. Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA). O parâmetro quantitativo utilizado na análise de sensibilidade é a elevação ou redução de 20% na taxa Selic. O índice de rentabilidade que a Seguradora apurou nos seus saldos de investimentos financeiros são: fundo Reserva Técnica 101,9% do CDI no exercício de 2024 e carteira administrada, composta por títulos públicos - LTN, LFT e NTN, 40,2% do CDI no exercício de 2024 (96,90% do CDI em 2023). A tabela abaixo demonstra os impactos nas aplicações financeiras em 2024 com relação à variação da taxa SELIC:

			31/12/2024	
Premissas	Aplicação financeira	Variação %	Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Aumento do CDI	LFT - Letra financeiro do tesouro	20% da Selic	529	317
Aumento do CDI	LTN - Letra do tesouro nacional	20% da Selic	1.193	716
Aumento do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	1.286	772
Aumento do CDI	Fundo Reserva Técnica	20% da Selic	115	69
Premissas	Aplicação financeira	Variação %	Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Redução do CDI	LFT - Letra financeiro do tesouro	20% da Selic	(425)	(255)
Redução do CDI	LTN - Letra do tesouro nacional	20% da Selic	(1.130)	(678)
Redução do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	(1.297)	(778)
Redução do CDI	Fundo Reserva Técnica	20% da Selic	(323)	(194)

4.5. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, com rating mínimo de BBB, recomendadas por agências avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, Standard & Poor's e Moody's. De acordo a política de investimentos, não existem limitações para investimentos em títulos públicos do governo brasileiro, entretanto, os mesmos devem ser evitados se possuírem vencimentos superiores a três anos. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2024 distribuídos por rating de crédito obtido junto a agências de *rating Fitch Ratings*. Os ativos classificados na categoria "Sem *Rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

			31/12/2024
Ativos financeiros/rating	BB	Sem rating	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:			
FIF - fundo investimento financeiro	12.375		12.375
Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangentes:		–	
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/LTN/NTN (i)	131.271	–	131.271
Mensurados ao custo amortizado:			
Time deposit (ii)	14.970	–	14.970
Caixa e bancos	29.899	–	29.899
Prêmios a receber de segurados	–	210.777	210.777
Total	188.515	210.777	399.292

(i) Classificado conforme risco país. (Fitch). (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial.

			31/12/2023
Ativos financeiros / rating	BB	Sem rating	Total
Disponíveis para a venda	172.837	–	172.837
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/LTN/NTN (i)	172.837	–	172.837
Mantido até o vencimento	30.939	–	30.939
Time deposit (ii)	30.939	–	30.939
Caixa e bancos	11.821	–	11.821
Prêmios a receber de segurados	–	209.185	209.185
Total	215.597	209.185	424.782

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial. **4.6. Gestão capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep, além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. O capital mínimo requerido (CMR) para o funcionamento das seguradoras é constituído como o máximo, entre o capital base (montante fixo de capital) e um capital de risco (CR) baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional (valor variável) e de mercado. Este capital mínimo requerido visa garantir os riscos inerentes às operações. Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as instituições autorizadas a funcionar pela Susep deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e a qualidade de cobertura do CMR deverá atender aos seguintes requisitos: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1. b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3. c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

	2024	2023
Patrimônio líquido	120.879	128.453
Ajustes contábeis	(6.355)	(3.883)
Ajustes associados a variação dos valores econômicos	15.355	5.106
Patrimônio líquido ajustado de (PLA)	129.879	129.676
Patrimônio líquido ajustado nível 1	111.507	120.992
Patrimônio líquido ajustado nível 2	15.355	5.106
Patrimônio líquido ajustado nível 3	3.017	3.578
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco de crédito	7.702	23.972
Capital de risco de subscrição	35.207	33.018
Capital de risco de risco operacional	1.307	1.363
Capital de risco de mercado	4.821	5.202
Deflator em função da correlação entre os riscos	(6.539)	(10.892)
Capital de risco (CR)	42.498	52.663
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	42.498	52.663
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R$	87.381	77.013
PLA em relação ao CMR -%	305,61%	246,24%

O total de provisões técnicas líquida de resseguro foi apurado da seguinte forma:

Descrição	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
(+) Total das provisões técnicas	318.723	315.553
(–) PSL de resseguro - nota 7	(49.600)	(69.138)
(–) IBNR de resseguro - nota 7	(22.905)	(17.995)
(–) PDR de resseguro - nota 7	(3.322)	(3.156)
(–) PET de resseguro - nota 7	(1.735)	(2.703)
(–) Direito creditório/ativo redutores de PPNG	(140.000)	(64.528)
Total das provisões técnicas para garantia	101.161	158.033
Total das aplicações oferecidas para cobertura	149.681	182.728
Excesso de cobertura- suficiência	48.520	24.695

4.7. Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A COFACE na França estruturou uma área global de *Risk Management* responsável por desenvolver procedimentos para mitigação dos riscos operacionais, como identificação de riscos, captura de incidentes e perdas, gestão das políticas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos e testes periódicos nos controles internos. Em nível local, o gestor de riscos, sob a supervisão do principal executivo da Seguradora, tem por objetivo implementar o programa de gestão de riscos, em conformidade com as normas locais e orientações da matriz, garantindo o cumprimento dos requerimentos das autoridades locais. A Auditoria Interna, como terceira linha independente, executa um plano de auditoria anual, recomendando melhorias, quando aplicáveis. Para melhorar o conhecimento dos riscos operacionais e os controles internos em todas as suas entidades, o grupo COFACE desenvolveu mundialmente um programa de Controles Internos, no sistema E-Front, aplicável à Seguradora, com o objetivo de alcançar: • Uniformidade dos controles entre as entidades, agregando sinergia entre as regiões e países. • Aculturamento acerca de riscos e controles, considerando que os controles são formalizados pela primeira e segunda linha no sistema E-front. • Transparência do ambiente de controle e gestão de riscos, sendo formalizados as avaliações e planos de ação em sistema. O Grupo Coface implementou um sistema de controle e gerenciamento de risco baseado na governança transparente. O processo de gerenciamento de risco se aplica tanto ao nível estratégico e aos vários níveis operacionais necessários para a condução das atividades. Seu objetivo é identificar eventos potenciais que podem afetar negativamente o Grupo Coface e é usada para gerenciar riscos dentro dos limites e indicadores definidos em nosso "apetite de risco". A gestão dos controles internos da organização compreende o programa e os respectivos procedimentos que incluem as políticas estabelecidas pela Seguradora para ajudar a alcançar o seu objetivo de garantir, tanto quanto possível a adequação das políticas internas e legislação vigente, a salvaguarda dos seus ativos, a prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, fraudes e erros e a correção e completude dos registros contábeis. O procedimento de identificação de riscos é uma das mais importantes ferramentas do Programa de Controles Internos da Seguradora e tem o objetivo de identificar quais os riscos que podem afetar o desempenho dos respectivos processos para que então sejam implementados controles internos mais rígidos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos. Adicionalmente, o sistema de controle interno liderado pelo Departamento de Risco do Grupo, é baseado em mapeamento de risco exaustivo de acordo com as cinco principais categorias de risco identificadas, com foco nos riscos operacionais e de não conformidade. O sistema é organizado em um Programa de três níveis de Controles, sendo: *Controle de Nível 1* são controles atribuídos as linhas de negócios, com base em procedimentos de aplicação operacional, são os controles diários que todos devem praticar ao realizar suas respectivas tarefas. O *Controle de Nível 2* são os controles permanentes atribuídos a Gestão de Riscos ou Compliance a depender do risco, visando otimizar os processos e controles internos. O *Controle de Nível 3* são os controles periódicos atribuídos ao departamento de Auditorias Interna. **4.8. Risco legal e de "compliance":** A Seguradora considera como Risco Legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. A Seguradora é obrigada a respeitar os princípios gerais relativos a sigilo comercial imposto na Apólice. O risco de "Compliance" vai além do conhecido risco operacional, contemplando o risco legal, associado a sanções, perdas financeiras ou de reputação em razão de descumprimento de dispositivos legais - aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas de mercado - e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Tal risco também está associado a práticas inadequadas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Dentro do escopo do programa de "compliance", destacamos a utilização dentro de nossos processos internos de verificação de clientes, o uso de uma ferramenta que a partir da razão social da empresa (futuro segurado) e dos nomes, como controladores, administradores, procuradores, busca informações negativas em diversas bases de dados utilizadas mundialmente por instituições financeiras, os quais são constantemente atualizadas. A ferramenta contempla a busca de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), empresas e pessoas envolvidas com lavagem de dinheiro e fraudes, informações relacionadas a crimes como terrorismo, entre outros, conforme determina a legislação da Susep vigente. Somente após a passagem pelos filtros dos processos internos é que a empresa se torna um segurado ou tem seu contrato renovado. Para mitigar as perdas financeiras decorrentes de falhas no cumprimento de aplicação de normas, a área de "Compliance" adota controles no sentido de identificar novos normativos expedidos pelas autoridades regulatórias e acompanhar sua implementação dentro da Seguradora. Para a mitigação de risco legal, por meio da atuação do seu departamento Jurídico, a Seguradora revisa e aprova todos os contratos celebrados, além de gerenciar os processos judiciais, bem como redigir e controlar contratos de sigilo. Adicionalmente mantemos uma apólice de seguro de D&O - "Directors and Officers" a fim de nos proteger de eventuais ocorrências em que um risco se reverta em realidade. A Seguradora está primordialmente sujeita às disposições e regulamentações da Susep, assim como dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Sendo uma Empresa que possui grande parte de seu capital pertencente a uma multinacional, deve se enquadrar dentro das exigências, desde que não contradigam os requerimentos locais, do Código de Seguros Francês, do Departamento do Tesouro do Ministério Francês das Finanças e da "Autorité des Contrôle Assurances et des Mutuelles", ou ACAM, autoridade de supervisão francesa de seguros. A Susep, como órgão independente de supervisão, determina que as entidades autorizadas cumpram todos os requisitos legais e regulamentares estabelecidas para o ramo de seguros que operam. Também é responsável por verificar que as seguradoras podem honrar seus compromissos junto a seus segurados a qualquer momento e que eles atendem as margens de solvência exigidas.

5. APLICAÇÕES

	Em 31 de dezembro de 2024						Em 31 de dezembro de 2023		
Tipo	Sem vencimento	Acima 365 dias	Até 365 dias	Valor contábil/ justo	Custo atualizado	%	Valor contábil/ justo	Custo atualizado	%
Mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes									
Títulos do Tesouro Nacional	–	69.686	61.585	131.271	137.747	83%	172.837	170.650	85%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado									
Fundo investimento financeiro	12.375	–	–	12.375	12.375	8%	–	–	–%
Mensurados ao custo amortizado									
Time deposit	–	–	14.970	14.970	14.970	9%	30.939	30.939	15%
Total	12.375	69.686	76.555	158.616	165.092	100%	203.776	201.589	100%

A totalidade das aplicações financeiras títulos públicos encontram-se vinculadas à Susep para cobertura das provisões técnicas. O ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2024 bruto de imposto de renda e contribuição social é de (R$6.476) (R$2.187 em 31 de dezembro de 2023).

Movimentação de aplicações financeiras	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Saldo das aplicações financeiras no início do exercício	203.776	231.577
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Quota de fundo de investimento		
(+) Aplicações	15.490	9.390
(–) Resgates Aplicações	(4.312)	(28.921)
(+) Rendimento - nota 18g	1.197	(60)
Variação	12.375	(19.591)
Mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:		
Letras do tesouro nacional		
(+) Aplicações	–	34.230
(–) Resgates	(15.840)	(28.367)
(+) Rendimento - nota 18g	5.777	6.062
(–) Redução a valor recuperável	(34)	–
(+/–) Ajuste ao valor justo	(2.271)	1.025
Variação	(12.368)	12.950
Letras financeiras do tesouro nacional		
(+) Aplicações	66.193	195.842
(–) Resgates	(92.554)	(255.794)
(+) Rendimento - nota 18g	2.334	11.648
(–) Redução a valor recuperável	(11)	–
(+/–) Ajuste ao valor justo	(8)	(12)
Variação	(24.046)	(48.316)
Notas do tesouro nacional		
(+) Aplicações	15.370	38.510
(–) Resgates	(20.644)	(13.625)
(+) Rendimento/recebimento juros - nota 18g	6.462	1.827
(–) Redução a valor recuperável	(20)	–
(+/–) Ajuste ao valor justo	(6.319)	2.382
Variação	(5.151)	29.090
Mensurados ao custo amortizado		
Time deposit		
(+) Aplicações	49.859	54.259
(–) Resgates	(73.520)	(54.665)
(+) Rendimento - nota 18g	1.584	1.190
(+/–) Variação cambial - nota 18g	6.107	(2.718)
Variação	(15.970)	(1.934)
Saldo das aplicações financeiras no fim do exercício	158.616	203.776

Hierarquia do valor justo das aplicações financeiras: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2024	31/12/2023
	Nível 1	Nível 1
Mensurados valor justo em outros resultados abrangentes	131.271	172.837
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	12.375	–
	Nível 2	Nível 2
Mensurados ao custo amortizado	14.970	30.939
Total	158.616	203.776

Desempenho: A Administração mensura o desempenho da rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2024, o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 4,90% no acumulado do exercício a valor de mercado em face ao aumento da curva de juros durante o ano de 2024 (12,90% em dezembro de 2023).

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2024	31/12/2023
Composição		
Prêmios a receber de segurados (i)	213.337	211.035
Operações com resseguradoras - nota 7	41.332	7.078
Total	254.669	218.113
Provisão para riscos de créditos sobre:		
Prêmios a receber de segurados	(2.560)	(1.850)
Operações com resseguradoras - nota 7	(254)	–
Total	(2.814)	(1.850)
Total circulante e não circulante	251.855	216.263

	Total 31/12/2024	Doméstico 31/12/2024	Exportação 31/12/2024	Total 31/12/2023
Prêmios a vencer	203.690	166.681	37.009	204.975
De 1 a 30 dias	113.316	91.787	21.529	129.317
De 31 a 60 dias	9.979	8.374	1.605	9.883
De 61 a 120 dias	22.347	15.906	6.441	14.764
De 121 a 180 dias	12.036	10.122	1.914	13.444
De 181 a 365 dias	30.542	25.735	4.807	24.037
Superior a 365 dias	15.470	14.757	713	13.530
Prêmios vencidos	9.647	6.429	3.218	6.060
De 1 a 30 dias	4.984	3.013	1.971	4.336
De 31 a 60 dias	2.396	2.336	60	121
De 61 a 120 dias	478	–	478	7
De 121 a 180 dias	249	222	27	4
De 181 a 365 dias	5	–	5	326
Superior a 365 dias	1.535	858	677	1.266
Total circulante e não circulante	213.337	173.110	40.227	211.035

(i) O período médio de parcelamento oferecido pela Seguradora para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 4 parcelas. Movimentação de prêmios a receber:

	Total 31/12/2024	Doméstico 31/12/2024	Exportação 31/12/2024	Total 31/12/2023
Prêmios a receber no início do exercício	211.035	173.633	37.402	203.077
(+) Prêmios emitidos	236.840	191.481	45.359	235.086
(–) Prêmios cancelados	(18.958)	(14.979)	(3.979)	(8.210)
(+/–) Variação cambial	4.870	–	4.870	(771)
(–) Recebimento	(221.144)	(177.718)	(43.426)	(217.812)
(+/–) IOF sobre prêmios	694	694	–	(335)
Prêmios a receber no final do exercício	213.337	173.111	40.226	211.035

Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	Total 31/12/2024	Doméstico 31/12/2024	Exportação 31/12/2024	Total 31/12/2023
Saldo no início do exercício	(1.850)	(739)	(1.110)	(1.658)
(+) Ajustes estimativas	807	229	578	163
(+) Constituições do exercício	(2.257)	(1.412)	(845)	(600)
(–) Reversões do exercício	486	36	449	245
Saldo no final do exercício	(2.814)	(1.886)	(928)	(1.850)

7. OPERAÇÕES DE RESSEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

Descrição	Total 31/12/2024	Doméstico 31/12/2024	Exportação 31/12/2024	Total 31/12/2023
Operações com resseguradoras - Ativo	41.078	39.314	1.764	7.078
Recuperação de sinistros pagos	29.224	28.909	315	3.276
Recuperação de despesas pagas	4.083	4.055	28	769
Recuperação de excedente técnico	8.025	6.604	1.421	3.033
Redução a valor recuperável	(254)	(254)	–	–
Ativos de resseguros - provisões técnicas	101.218	85.124	16.094	109.988
Provisão de sinistros a liquidar (PSL) - Nota 13b	49.600	45.698	3.902	69.139
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - Nota 13b	22.905	21.450	1.455	17.995
Provisão de despesas relacionadas (PDR) - Nota 13b	3.322	3.103	219	3.156
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - Nota 13b	23.656	13.476	10.180	16.995
Provisão de excedente técnico (PET) - Nota 13b	1.735	1.397	338	2.703
Operações com resseguradoras - Passivo	273.182	35.585	3.292	15.082
Prêmios de resseguro	240.893	5.341	1.247	(63.866)
Adiantamento de sinistro	12.008	10.355	1.653	74.724
Outros débitos - ressarcimento	20.281	19.889	392	4.224
Outros débitos operacionais - Passivo	15.616	13.801	1.815	237.599
Valores de ressarcimento a classificar - Nota 21	15.616	13.801	1.815	237.599

continua →

Eufrázio



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais - R$)*

a) Resultado das operações com resseguro (ganhos e perdas)

Descrição	Total 31/12/2024	Doméstico 31/12/2024	Exportação 31/12/2024	Total 31/12/2023
Receitas/(despesas) com resseguros	**118.946**	**115.236**	**3.710**	**210.962**
Recuperações de avisos e despesas de sinistros - Nota 21	113.117	109.037	4.080	382.539
Estimativa de ressarcidos sobre PSL	828	667	161	(1.147)
IBNeR sobre recuperação de sinistro	696	451	245	439
Provisão para despesas relacionadas sobre PSL e IBNR	(606)	(519)	(87)	1.161
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	4.911	5.600	(689)	(172.030)
Despesas com resseguros	**(65.435)**	**(49.933)**	**(15.502)**	**(271.686)**
Prêmios líquidos cedidos em resseguro	(43.106)	(26.953)	(16.153)	(35.434)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	3.899	2.679	1.220	2.537
Ressarcimento de resseguros - Nota 21	(26.637)	(25.991)	(646)	(240.034)
Outros	409	332	77	1.245
Resultado operacional de resseguros	**53.511**	**65.303**	**(11.792)**	**(60.724)**

b) Prêmios de resseguro - Carteiras: A Seguradora possui contrato de resseguro de excesso de danos. **c) Percentual ressegurado:** O nível de cessão de riscos em resseguros atingiu o patamar de 19,82% da carteira no período analisado (15,67% em 31 de dezembro de 2023).

8. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a funcionários	251	441
Créditos a receber - rateio nota 20 (c) e (e)	5.704	2.532
Total	5.955	2.973

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL - antecipações, compensações e restituições	**8.132**	**9.101**
Imposto de renda e contribuição social antecipação	–	5.666
Imposto de renda e contribuição social restituição	5.542	–
Imposto de renda e contribuição social compensar	–	3.400
Outros créditos	2.590	35
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	**4.628**	**3.578**
Imposto de renda e contribuição social temporário	3.018	3.578
Imposto de renda e contribuição social prejuízo fiscal	1.610	–
Total	**12.760**	**12.679**
Circulante	**8.132**	**9.101**
Não circulante	**4.628**	**3.578**

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração projeção de resultados, quando aplicável. Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões temporárias de despesas, ajustes de marcação a mercado das aplicações e demais provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao prazo previsto da realização da despesa efetiva e/ou desfecho das ações em andamento.

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR/OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a pagar	–	13.344
Gratificação, participação nos lucros e outros	3.260	5.385
Partes relacionadas - nota 20 (a), (d) e (e)	42.210	52.082
Total	45.470	70.811

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Aging	01 a 60 dias	acima 180 dias	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
Prêmios e emolumentos	6.707	214	6.921	753

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	–	3.024
Contribuição social	–	1.744
COFINS	314	387
PIS	51	63
- Imposto de renda e Contribuição social sobre marcação a mercado de títulos e valores mobiliários	–	874
Total	365	6.092

13. PROVISÕES TÉCNICAS

a) Danos

Descrição	Total 31/12/2024	Doméstico 31/12/2024	Exportação 31/12/2024	Total 31/12/2023
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) - nota 13b	142.354	113.069	29.285	127.110
Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - (PSL/IBNeR) - nota 13b	79.583	71.839	7.744	103.334
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - nota 13b	43.248	40.500	2.748	36.083
Provisão de despesas relacionadas - PDR - nota 13b	5.666	4.737	929	5.587
Provisão com excedente técnico - PET - nota 13b	47.872	37.928	9.944	43.439
Total	318.723	268.073	50.650	315.553

b) Movimentação das principais provisões técnicas - Bruto de resseguro

	Ramo	31/12/2023	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2024
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	102.252	–	10.817	–	–	113.069
	exportação	24.858	–	1.413	–	3.014	29.285
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	91.116	186.604	(40.561)	(165.320)	–	71.839
	exportação	12.218	15.637	(7.315)	(15.270)	2.474	7.744
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 22)	doméstico	31.783	17.688	(8.971)	–	–	40.500
	exportação	4.300	1.152	(2.704)	–	–	2.748
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	4.890	26.892	(12.182)	(14.863)	–	4.737
	exportação	697	1.141	(881)	(220)	192	929
Provisão excedente técnico PET	doméstico	35.874	23.285	(4.658)	(16.573)	–	37.928
	exportação	7.565	7.974	(3.970)	(1.640)	15	9.944
	Total	315.553	280.373	(69.012)	(213.886)	5.695	318.723

Resseguro

	Ramo	31/12/2023	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2024
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	10.797	17.425	(14.746)	–	–	13.476
	exportação	6.198	9.809	(8.589)	–	2.762	10.180
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	61.595	118.949	(21.651)	(113.195)	–	45.698
	exportação	7.544	8.145	(3.691)	(9.429)	1.333	3.902
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 22)	doméstico	15.850	11.948	(6.348)	–	–	21.450
	exportação	2.145	790	(1.480)	–	–	1.455
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	2.860	9.292	3.046	(12.095)	–	3.103
	exportação	296	343	(403)	(60)	43	219
Provisão excedente técnico PET	doméstico	2.360	–	(963)	–	–	1.397
	exportação	343	82	(87)	–	–	338
	Total	109.988	149.056	(27.185)	(134.779)	4.138	101.218

Bruto de resseguro

	Ramo	31/12/2022	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2023
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	110.206	192.027	(199.981)	–	–	102.252
	exportação	22.657	43.059	(40.710)	–	(148)	24.858
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	86.083	437.855	(15.614)	(417.208)	–	91.116
	exportação	7.316	24.645	(14.218)	(5.143)	(382)	12.218
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	doméstico	197.843	13.420	(179.480)	–	–	31.783
	exportação	2.396	3.438	(1.534)	–	–	4.300
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	2.136	7.709	(1.093)	(3.862)	–	4.890
	exportação	489	692	(295)	(186)	(3)	697
Provisão excedente técnico PET	doméstico	26.540	38.055	(16.248)	(12.473)	–	35.874
	exportação	7.047	5.283	(2.538)	(2.140)	(87)	7.565
	Total	462.713	766.183	(471.711)	(441.012)	(620)	315.553

Resseguro

	Ramo	31/12/2022	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2023
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	8.712	17.425	(15.340)	–	–	10.797
	exportação	5.852	9.809	(9.358)	–	(105)	6.198
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	67.930	356.556	17.505	(380.396)	–	61.595
	exportação	3.798	13.193	(7.576)	(1.730)	(141)	7.544
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	doméstico	188.674	8.869	(181.693)	–	–	15.850
	exportação	1.350	1.648	(853)	–	–	2.145
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	1.305	2.255	901	(1.601)	–	2.860
	exportação	165	191	(36)	(19)	(5)	296
Provisão excedente técnico PET	doméstico	3.149	425	(1.214)	–	–	2.360
	exportação	988	–	(645)	–	–	343
	Total	281.923	410.371	(198.309)	(383.746)	(251)	109.988

c) Custo de aquisição diferido

Bruto de resseguros

	Ramo	31/12/2023	Constituição	Reversão	Variação cambial	31/12/2024
Custo de aquisição diferido	doméstico	11.899	273.751	(271.934)	–	13.716
	exportação	2.922	54.928	(54.744)	394	3.500
	Total	14.821	328.679	(326.678)	394	17.216
Circulante						15.136
Não Circulante						2.080

	Ramo	31/12/2022	Constituição	Reversão	Variação cambial	31/12/2023
Custo de aquisição diferido	doméstico	13.769	124.653	(126.523)	–	11.899
	exportação	2.462	58.644	(58.171)	(13)	2.922
	Total	16.231	183.297	(184.694)	(13)	14.821
Circulante						12.953
Não Circulante						1.868

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Até 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
	Ano de aviso do sinistro							
No ano do aviso	659.202	52.282	41.249	19.306	116.329	467.884	173.188	
Um ano após o aviso	527.466	47.717	30.617	16.153	83.572	447.024	–	
Dois anos após o aviso	509.342	46.554	28.187	16.084	82.901	–	–	
Três anos após o aviso	501.810	47.529	27.068	15.716	–	–	–	
Quatro anos após o aviso	498.993	46.530	27.068	–	–	–	–	
Cinco anos após o aviso	497.070	46.503	–	–	–	–	–	
Seis anos após o aviso	495.538	–	–	–	–	–	–	
Estimativas dos sinistros	495.538	46.503	27.068	15.716	82.901	447.024	173.188	1.287.938
Incorporação Sbce	1.314	4.228	4.678	–	–	–	–	10.220
Oscilação cambial	(84)	(47)	(207)	(46)	183	928	776	1.503
(–) Pagamentos	(492.413)	(50.684)	(28.845)	(15.648)	(81.520)	(427.970)	(112.494)	(1.209.574)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2024 (i)	4.355	–	2.694	22	1.564	19.982	61.470	90.087

(i) O montante de R$(10.504), referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro

Sinistros líquidos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Até 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
	Ano de aviso do sinistro							
No ano do aviso	261.467	20.507	24.438	15.737	35.363	57.050	57.171	
Um ano após o aviso	228.334	17.533	19.884	13.237	31.586	51.756	–	
Dois anos após o aviso	222.616	17.430	18.741	13.168	31.298	–	–	
Três anos após o aviso	221.640	17.621	18.611	12.799	–	–	–	
Quatro anos após o aviso	221.341	17.426	18.611	–	–	–	–	
Cinco anos após o aviso	220.354	17.398	–	–	–	–	–	
Seis anos após o aviso	219.966	–	–	–	–	–	–	
Estimativas dos sinistros	219.966	17.398	18.611	12.799	31.298	51.756	57.171	408.999
Incorporação Sbce	1.090	2.863	3.527	–	–	–	–	7.480
Oscilação cambial	(97)	(66)	(163)	(46)	66	229	396	319
(–) Pagamentos	(220.218)	(20.195)	(20.755)	(12.732)	(30.491)	(47.017)	(31.362)	(382.770)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2024 (i)	741	–	1.220	21	873	4.568	26.205	34.028

(i) O montante de R$(4.045), referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro

Sinistros pagos brutos de resseguro

Montante indenizado dos sinistros	Até 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
	Ano de aviso do sinistro							
No ano do aviso	202.114	14.352	14.492	4.798	20.927	378.568	112.494	747.745
Um ano após o aviso	457.926	48.321	27.709	15.222	63.504	427.970	–	1.040.652
Dois anos após o aviso	483.149	50.645	28.812	15.648	81.520	–	–	659.774
Três anos após o aviso	486.023	50.683	28.845	15.648	–	–	–	581.199
Quatro anos após o aviso	487.125	50.683	28.845	–	–	–	–	566.653
Cinco anos após o aviso	489.358	50.684	–	–	–	–	–	540.042
Seis anos após o aviso	489.932	–	–	–	–	–	–	489.932
Sete anos ou mais após o aviso	492.413	–	–	–	–	–	–	492.413
Total dos sinistros pagos	**492.413**	**50.684**	**28.845**	**15.648**	**81.520**	**427.970**	**112.494**	**1.209.574**

Sinistros pagos líquidos de resseguro

Montante indenizado dos sinistros	Até 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
	Ano de aviso do sinistro							
No ano do aviso	98.824	9.370	10.050	4.500	11.843	22.311	31.362	188.260
Um ano após o aviso	206.216	19.694	19.920	12.306	28.918	47.017	–	334.071
Dois anos após o aviso	215.713	20.156	20.742	12.732	30.491	–	–	299.834
Três anos após o aviso	217.513	20.195	20.755	12.732	–	–	–	271.195
Quatro anos após o aviso	217.815	20.195	20.755	–	–	–	–	258.765
Cinco anos após o aviso	218.794	20.195	–	–	–	–	–	238.989
Seis anos após o aviso	218.837	–	–	–	–	–	–	218.837
Sete anos ou mais após o aviso	220.218	–	–	–	–	–	–	220.218
Total dos sinistros pagos	**220.218**	**20.195**	**20.755**	**12.732**	**30.491**	**47.017**	**31.362**	**382.770**

14. PROVISÕES JUDICIAIS

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhista (a)	1.990	357	2.347
Sinistro (b)	1.058	192	1.250
Total	3.048	549	3.597

A Seguradora responde processos judiciais de natureza trabalhista e cível e são avaliados tanto pela área jurídica interna como por consultores externos e são classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa, tais como: perda remota, possível e provável. Com base nessas avaliações e em conformidade ao CPC 25 é dado o seguinte tratamento contábil: para perdas prováveis efetua-se a provisão, para perdas possíveis é mencionado em nota explicativa e remota não há provisão contábil e menção em nota explicativa. Mensalmente a Seguradora, através de seus advogados, elabora um relatório da evolução das contingências e, quando necessário, tais contingências são prontamente ajustadas a fim de refletir com a maior fidedignidade possível o seu passivo. A estimativa inicial da PSLJ considera os valores esperados de desembolso pela Seguradora, brutos de resseguro, abrangidos pela cobertura do seguro, multiplicado pela probabilidade de perda informadas em cada ação judicial referente a sinistro e que são definidas pelo advogado responsável, baseado na jurisprudência, nas provas produzidas e nas decisões proferidas no decorrer do processo que são calculadas através de estudo atuarial considerando estas variáveis. (a) Existe uma contingência trabalhista provável. O objeto da referida ação contempla: equiparação salarial, horas extras, remuneração variável, garantia de emprego, dentre outras solicitações. (b) As provisões para os sinistros em discussão judicial encontram-se registradas na rubrica "provisões técnicas" no passivo não circulante. Nas constituições encontram-se as atualizações em função das mudanças de probabilidade quando aplicável. Existe 1 ação judicial em andamento com probabilidade perda "provável". A ação o autor requer o pagamento das indenizações securitárias. Referido processo tramita em Primeira Instância. (c) Em 31 de dezembro de 2024 há cinco ações fiscais, sendo uma no âmbito municipal (trata-se de Ação Anulatória visando o cancelamento de débito fiscal de ISS objeto do Auto de Infração nº 124355 - Processo em trâmite na Primeira Instância) e as outras na esfera federal (trata-se de Pedido de Compensação - DCOMP, por meio da qual a empresa compensou crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - Processos tramitando em Segunda Instancia). O valor do risco envolvendo as 5 ações resultam no montante de R$1.885. Todas as ações são classificadas com risco de perda "possível".

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

A tabela abaixo demonstra a movimentação dos depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Saldo em 31/12/2024
Depósito judicial fiscal	644	24	668
Depósito judicial trabalhista	55	1.800	1.855
Total	699	1.824	2.523

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social no valor de R$63.958 (R$63.958 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 20.537.185 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (20.537.185 em 31 de dezembro de 2023). De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais. Em 31 de dezembro de 2024 o grupo francês COFACE FRANÇA detinha 37,003% do capital acionário da Seguradora e a COFINPAR S.A. 62,997%. **b) Reserva de lucros:** Reserva legal: Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social. Reserva estatutária: Destina-se a futuro aumento de capital ou compensação de prejuízos, sendo seu montante limitado ao capital social. O excesso de reserva se observado, será deliberado na próxima assembleia de acionistas. **c) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada exercício, deduzido da reserva legal. **d) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Representa a diferença entre o valor de mercado e custo atualizado das aplicações financeiras classificadas como "mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes" líquida de impostos.

17. RAMO DE ATUAÇÃO

A Seguradora opera somente no seguro de crédito conforme rege o seu estatuto. O índice de sinistralidade, líquido da recuperação de resseguro, foi 37% em 2024 (35% em 31 de dezembro 2023), com índice de comissionamento de 17% (15% em 31 de dezembro 2023).

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
a) Prêmios emitidos líquidos		
Prêmios emitidos	236.840	235.085
Prêmios cancelados	(18.958)	(8.210)
Prêmios restituídos	(368)	(704)
Total	217.514	226.171
b) Sinistros ocorridos		
Constituição de avisos e despesas de sinistros	(167.248)	(438.000)
Ressarcimentos	31.466	244.264
Variação das provisões técnicas - IBNR/IBNeR/PDR	(9.336)	162.457
Total	(145.118)	(31.279)
c) Custo de aquisição		
Comissões	(25.829)	(25.012)
Variação das despesas de comercialização diferida - nota 13c	2.001	(1.397)
Total	(23.828)	(26.409)
d) Outras despesas operacionais		
Provisão para créditos duvidosos	(965)	(191)
Outros	–	(1)
Total	(965)	(192)
e) Despesas administrativas		
Despesa com pessoal	(29.520)	(30.539)
Despesa com terceiros	(32.784)	(35.460)
Despesa com localização e funcionamento	(3.764)	(5.917)
Despesa com publicidade e propaganda	(1.388)	(397)
Recuperação/(provisão) de despesa administrativa com rateio	(4.544)	(3.343)
Outras despesas administrativas	(175)	(176)
Total	(72.175)	(75.832)
f) Despesas com tributos		
COFINS	(5.381)	(7.333)
Programa de integração social - PIS	(874)	(1.192)
Taxa fiscalização - Susep	(743)	(643)
Outros - impostos sobre pagamentos ao exterior	(10.301)	(8.422)
Total	(17.299)	(17.590)
g) Resultado financeiro		
Rendimento aplicação financeira - nota 5	23.461	19.943
Receitas (despesas) financeiras com operações de seguros	3.763	1.828
Variação cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira e intercompany	(4.184)	2.255
Atualização monetária depósito judicial e outros	187	258
Outros	(505)	(351)
Total	22.722	23.933

continua →

Eufrázio



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais - R$)*

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações sobre o resultado	(3.605)	11.281
Participação nos lucros - PLR	141	(599)
Lucro (prejuízo) antes das adições e exclusões	(3.464)	10.682
Ajustes:		
Adições (exclusões) temporárias	(1.402)	806
Provisão devedores duvidosos	1.030	191
Provisão para gratificação e PLR	(2.742)	1.229
Contingências e outros	310	(614)
Adições (exclusões) permanentes	1.065	1.001
Benefício indireto	28	–
Despesas veículos	225	–
IFRS 16 e aluguel	(41)	–
Gratificações estatutárias	595	861
Multas e brinde	258	140
Lucro (prejuízo) tributável	(3.801)	12.489
Imposto de renda	–	(3.098)
Incentivo fiscal - PAT	–	74
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	(350)	202
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	950	–
Total IRPJ	600	(2.822)
Contribuição social	–	(1.744)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	(210)	121
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	659	–
Total CSSL	449	(1.623)
Alíquota efetiva	30%	42%

20. PARTES RELACIONADAS - VALORES LÍQUIDOS A RECEBER

Descrição	31/12/2024				31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda (b)	372	(621)	–	(1.222)	(636)	(3.343)
Cogen (a)	528	(622)	434	(853)	(1.462)	1.384
Coface Ibérica	–	–	142	–	–	–
Coface América Latina (d)	296	(1.454)	956	(7.204)	(1.396)	(7.418)
Coface SA (e)	4.508	(32.396)	12.528	(39.118)	(43.901)	(26.330)
Total	5.704	(35.093)	14.060	(48.397)	(47.395)	(35.707)

(a) A Seguradora mantém com a Cogen S.A., empresa do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de análise e opinião de risco e monitoramento dos clientes dos seus segurados sediados no exterior que são atualizados por variação cambial, quando aplicável. (b) A Seguradora mantém com empresas do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de cobrança dos seus segurados junto a devedores no exterior, informados em provisão de despesas com sinistros. (c) A despesa total com remuneração aos Administradores, em 2024, atingiu o montante de R$ 3.627 (R$3.178 em 31 de dezembro de 2023) que compreende, substancialmente, a benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. (d) Coface América Latina é responsável pelo suporte nas análises de riscos da Seguradora que estão alocados na região latina, além de suporte para atividades de *Compliance*, estratégias comerciais e acompanhamento financeiro. Estes serviços têm como objetivo melhorar a governança e transparência da Seguradora. (e) Coface França desenvolve e dá suporte a aplicativos específicos ligados à área operacional e de negócio da Coface Brasil e, complementarmente, presta serviço direcionados a administração da Seguradora.

21. OUTROS ASSUNTOS - EVENTO REFERENTE À EMPRESA DE GRANDE PORTE VAREJISTA BRASILEIRA

Em 31 de dezembro de 2023 foi proposto pela empresa um plano de pagamentos junto aos seus credores, o montante estimado que a Coface registrou foi de R$232.471, registrado em "Títulos e créditos a receber" e que gerou um passivo devido as resseguradoras no montante de R$231.521 demonstrado em "Outros débitos operacionais". No exercício de 2024 a Coface empreendeu esforços para o ressarcimento dos sinistros pagos e após assinatura do plano de recuperação judicial, esta empresa varejista vem cumprido com o acordo tempestivamente sendo que grande parte dos valores em "default" já foram contabilizados como ressarcimentos no ano.

22. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis editou novas normas e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas, conforme apresentadas abaixo: CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2024. O CPC emitiu um pronunciamento técnico CPC 50 equivalente ao IFRS 17 descrito a seguir: **IFRS 17** - Contrato de Seguro: Este pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contrato de Seguros, que define novos critérios de mensuração dos contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 (para as entidades supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou para empresas que reportam em IFRS, conforme IASB), essa norma foi objeto de normatização por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 50 aguardando manifestação da Susep. A Seguradora ainda não concluiu suas análises sobre os impactos do referido normativo. Em decorrência do compromisso do CPC e da Susep de manter atualizado o conjunto de normas emitidas e a serem emitidas com base nas normas novas e revisadas do IASB, é esperado um posicionamento da Susep até a data de sua aplicação obrigatória.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Reforma Tributária e impactos: A reforma tributária foi aprovada em 20 dezembro de 2023 e visa simplificar o sistema tributário brasileiro unificando diversos impostos é esperado aumento de competitividade das empresas, simplificação da escritura fiscal, entre outros. A empresa não observa impacto no curto prazo entretanto a administração determinou um grupo de estudo em conjunto com uma assessoria fiscal contratada a fim de realizar um estudo detalhado da nova legislação, preparação para atualização de seu sistema de gestão e escrituração fiscal, capacitar seus colaboradores e monitorar os impactos da reforma em seus resultados.

Diretoria

Marcele Lemos Ferreira
Rose do Amaral Cordeiro
Edson Massanori Teramae
Isabelle Yvonne Michelle Heude
Patrícia Viviane Pires Tavares

Conselho de Administração

Carolina Lanzellotti Almeida
Hattieann Elskka Giraldo Davila
Salvador Antonio Pérsico

Contador e Atuário

Walter Nascimento de Borgonha
Contador CRC 1SP 217793O-2
Cristina Cantanhede Biasotto Mano
Atuário Responsável Técnico, MIBA 900

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, n° 1400 - 04719-002
São Paulo - SP - Brasil

KPMG

Anexo I
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	**31/12/2024**
Total de provisões técnicas auditadas	318.723
Total de ativos de resseguro	161.218
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	36.525
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2024**
Provisões Técnicas auditadas (a)	318.723
Valores redutores auditados (b)	217.562
Total a ser coberto (a-b)	101.161
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2024**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	42.498
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	42.498
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	129.879
Ajustes Econômicos do PLA	15.355
Exigência de Capital (CMR) (b)	42.498
Suficiência / (insuficiência) do PLA (c = a -b)	87.381
Ativos Garantidores (d)	149.681
Total a ser Coberto (e)	101.161
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	48.520
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos Susep)	**31/12/2024**
0748	275
0749	341

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8
Deborah Sulyak Martins Ribeiro
Contadora
CRC n° 1 RJ 093358/O-5

Deloitte.

Inflação Tentativa de controle

Governo cogita cortar tarifa de importação de milho e etanol

Ala defende proposta para reduzir preço de proteínas animais, que utilizam milho como ração, e da gasolina, que tem até 27% de etanol

ISADORA DUARTE
BRASÍLIA

O governo federal cogita reduzir Imposto de Importação de produtos agropecuários para frear a alta dos preços dos alimentos. No momento, está sob estudo a redução da tarifa de importação de milho e de etanol comprado de fora do Mercosul, relataram ao *Estadão/Broadcast* pessoas que acompanham as tratativas. A proposta surgiu no grupo de trabalho interministerial que discute medidas para enfrentar a alta de preços de alimentos.

A possibilidade, entretanto, divide o governo. A medida é rejeitada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e pelo Ministério da Agricultura. Uma ala, que envolve a Casa Civil e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, defende a proposta como uma das iniciativas possíveis para reduzir o preço das proteínas animais – que utilizam o milho como ração – e da gasolina, que tem até 27% de etanol na mistura. A ideia deste grupo é dar uma resposta imediata de redução dos preços por meio de corte do Imposto de Importação, em meio à queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A mudança seria temporária, mas ainda sem definição de prazo, de acordo com interlocutores. A proposta circulou entre as reuniões de técnicos dos ministérios que discutem as medidas e ainda não foi levada ao presidente Lula, segundo um integrante que participou de três reuniões ocorridas nesta semana no Palácio do Planalto.

Pedágio

8% **é a Tarifa Externa Comum (TEC) incidente sobre o milho comprado de países de fora do Mercosul**

18% **é o Imposto de Importação aplicado ao etanol adquirido de nações que não compõem o Mercosul**

Hoje, já são isentos de Imposto de Importação milho e etanol comprados de países do Mercosul. Para o milho internalizado de fora do Mercosul, incide a Tarifa Externa Comum (TEC) de 8%. Para o etanol, a tarifa de importação para produto de fora do Mercosul é de 18%.

A redução dos impostos para estes produtos, segundo pessoas a par das discussões, poderia ser feita via inclusão na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec), o que depende de deliberação da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A proposta que está na mesa seria zerar temporariamente ambas as tarifas, conforme interlocutores.

Uma das pessoas que acompanham o assunto lembra que o tema fez parte das discussões do grupo desde o início da cruzada do governo contra a inflação em meados de janeiro, inclusive com o milho sendo citado. Na época, o Executivo afirmou que faria um estudo sobre produtos que poderiam ser alvo da redução do imposto de importação.

De acordo com um interlocutor, a medida segue na mesa, mas o sentimento é de que o ímpeto pela medida está "diluindo". A avaliação é semelhante à da proposta de controlar exportações, que também divide o Executivo: continua no radar, mas não está completamente descartada, apesar de ter reduzido a mobilização.

EFEITO POLÍTICO. Parte dos interlocutores considera "inevitável" a redução do Imposto de Importação de alguns produtos agropecuários. A medida é citada inclusive como alternativa política para acalmar os ânimos internos e tirar da pauta a ideia de limitar exportações de produtos agropecuários. Uma das pessoas que acompanham as discussões avalia que a medida pode não ter reflexo econômico, mas ter efeito político.

Para o setor produtivo, a medida tende a ter impactos limitados. Representantes da indústria de proteína animal afirmam que no momento não há importação de volume significativo de cereal, em meio à entrada da safra de verão no mercado.

Já produtores afirmam que a medida poderia trazer desestímulo à produção. Lideranças do setor produtivo lembram que o Brasil importa milho comumente do Mercosul, que entra no País sem Imposto de Importação, e que tem excedente de produção. Para eles, trazer milho dos Estados Unidos seria menos competitivo que os preços do mercado local.

Já representantes da indústria do etanol refutam a ideia de internalizar o biocombustível com imposto zerado, alegando que a medida prejudicaria sobretudo o setor sucroenergético do Nordeste. Para eles, a medida é desnecessária e não geraria redução de preço final da gasolina ao consumidor. ●

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
ACESSE E CONHEÇA
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)
ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS
LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

Eufrázio

cesce
Seguros do seu sucesso

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 29.959.459/0001-07



Na Cesce não **vendemos apenas seguros de crédito. Também damos segurança** à sua empresa.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas. Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada na forma da legislação societária brasileira e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos auditores atuariais independentes. **Mensagem da Administração:** A CESCEBRASIL busca consolidar-se como a principal referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um cenário de expressivo potencial de crescimento, especialmente no segmento de Seguro de Crédito, a Seguradora segue inovando, oferecendo produtos diferenciados que também são comercializados nos mercados europeu e latino-americano, os quais têm despertado crescente interesse por parte de empresas brasileiras e corretores. Diante da instabilidade dos últimos anos, o seguro de crédito ganhou relevância, tornando-se uma ferramenta essencial na gestão e cobertura dos riscos de crédito, contribuindo para a mitigação de desequilíbrios resultantes da crise. O ano de 2024 registrou o maior volume de prêmios emitidos, atingindo R$ 94 milhões, refletindo a melhora no desempenho operacional, mesmo frente a diversos desafios, como fenômenos adversos, instabilidades políticas em diversos países, processos de recuperação judicial de grandes empresas e a forte concorrência. A sinistralidade no ano foi impactada por eventos significativos no setor agropecuário, porém a CESCEBRASIL conseguiu manter seus índices de sinistralidade em níveis controlados, evidenciando sua robusta gestão de riscos. Em novembro de 2024, a CESCEBRASIL deu um importante passo em sua trajetória ao mudar para uma nova sede, projetada e reformulada para atender de forma mais eficiente às nossas crescentes necessidades operacionais. A nova infraestrutura reflete o compromisso da Seguradora com a modernização e o bem-estar de seus colaboradores. Além disso, a CESCEBRASIL segue mantendo suas atividades presenciais, reconhecendo a importância da interação direta entre os membros da equipe, mas sem abrir mão da flexibilidade proporcionada pelo modelo de home office parcial. As plataformas digitais continuam sendo utilizadas de maneira estratégica e eficiente, garantindo a continuidade dos processos e a integração da equipe, independentemente do local de trabalho. **Cenário Econômico e Operacional:** O ano de 2024 foi profundamente impactado por uma série de conflitos externos e eventos climáticos extremos, que geraram grandes desafios econômicos e sociais. No Brasil, as enchentes no Rio Grande do Sul causaram danos significativos, afetando tanto a população quanto a infraestrutura regional, o que agravou as dificuldades econômicas em várias áreas. Internacionalmente, a continuidade do conflito entre Ucrânia e Rússia manteve-se como um fator perturbador para as cadeias produtivas globais, especialmente nas áreas de energia e alimentos, com impactos diretos nos preços e na logística internacional. Além disso, o conflito entre Israel e o Hamas aumentou ainda mais a tensão geopolítica mundial, afetando mercados e gerando incertezas em várias economias. Esses eventos adversos, em conjunto com o ambiente de alta inflação e juros elevados, contribuíram para um cenário de grande instabilidade econômica no Brasil. A taxa de juros Selic, por exemplo, encerrou 2024 em 12,25% ao ano, representando um esforço do Comitê de Política Monetária (Copom) para controlar a inflação, mas com sinais de que o ciclo de aumentos poderá continuar em 2025. Esse alto patamar de juros impactou diretamente o custo do crédito e a rentabilidade de diversos setores, colocando pressão adicional sobre as empresas e os consumidores brasileiros. Em termos de inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4,83% em 2024, ligeiramente acima da meta do governo de 4,5%. O maior impacto foi registrado no grupo de alimentação e bebidas, que viu um aumento de 7,59%, contribuindo com 1,63 pontos percentuais para o total do IPCA. Os setores de Saúde e Transportes também apresentaram aumentos significativos, com altas de 6,09% e 3,30%, respectivamente. Esses aumentos gerais pressionaram o poder de compra das famílias brasileiras, complicando ainda mais o ambiente econômico em um ano já marcado por tantos desafios externos. **Desempenho Financeiro e Operacional:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Seguradora alcançou uma receita de Prêmios Emitidos de R$ 94,0 milhões, representando um crescimento de 18,3% em relação aos R$ 79,4 milhões registrados em 2023. Este desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo ramo de Garantia-Segurado Setor Público, que apresentou um expressivo aumento de 81,5% em comparação ao ano anterior. Os Prêmios Ganhos, brutos de resseguro, somaram R$ 65,4 milhões, registrando uma diminuição de 1,4% em relação ao exercício anterior. A sinistralidade atingiu 49,3%, o que representa um acréscimo de 21,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, em grande parte devido a sinistros no ramo de Crédito Interno, com 87,7% de sinistralidade em 2024, especialmente no setor Agro. O índice de comissionamento foi de 14,2%, ligeiramente superior (0,1 ponto percentual) ao registrado em 2023. Em função desses resultados, a Seguradora encerrou o exercício de 2024 com um prejuízo de R$ 1.455 mil, em contraste com o lucro líquido de R$ 4.452 mil registrado em 2023. Os investimentos foram realizados conforme a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração e pela matriz espanhola, garantindo que a capacidade financeira da empresa esteja em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A constante evolução na estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de compliance tem sido crucial para garantir a eficácia e eficiência dos nossos processos operacionais. **Perspectivas:** A nossa estratégia de negócios baseia-se na oferta de soluções de seguros às empresas, visando mitigar os riscos de inadimplência nas vendas de seus produtos e na prestação de serviços, tanto no mercado interno quanto externo, além de garantir o cumprimento das obrigações contratuais. Os nichos em que atuamos são identificados a partir de uma análise criteriosa de segmentação e diferenciação. A Seguradora acredita que o mercado de Seguro de Crédito ainda apresenta um potencial de crescimento significativo, considerando a baixa taxa de penetração deste produto em comparação ao número de empresas no Brasil, bem como em relação a mercados internacionais onde este tipo de seguro já está mais consolidado, como no mercado europeu. Apesar do cenário econômico desafiador, entendemos que o seguro de crédito é uma ferramenta valiosa na gestão de carteiras de crédito das empresas, o que nos leva a acreditar que há um vasto mercado a ser explorado. **Declaração de Capacidade Financeira:** Em cumprimento à Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, informamos que a avaliação e o registro contábil de títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise e no gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. Os títulos da Seguradora, em 31 de dezembro de 2024, estavam 100% classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado VJR". **Governança Corporativa:** A governança da Seguradora é conduzida pelo Conselho de Administração, que representa os controladores e estabelece as diretrizes estratégicas para as áreas comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL, as quais são implementadas pela Diretoria local. Este modelo de governança assegura uma gestão participativa e colaborativa entre a Diretoria, o Conselho e os respectivos gestores. O estatuto social da Seguradora garante aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Antes da destinação dos dividendos, são deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social. Os honorários de auditoria externa são divulgados anualmente nas informações financeiras do controlador final, a Compañía Española de Seguros de Crédito a La Exportación, S.A., localizada na Espanha. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de março de 2024, foi aprovada a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Prejuízos Acumulados. **Agradecimentos:** A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. expressa sua sincera gratidão a seus acionistas, segurados, corretores, resseguradores e demais parceiros de negócios, assim como à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela confiança e apoio contínuos à empresa. Agradecemos também aos nossos profissionais e colaboradores pela dedicação e excelência na prestação de serviços.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 *(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		153.503	123.576
Disponível	5	1.772	490
Caixa e bancos		1.772	490
Aplicações	6	40.739	36.533
Créditos das operações com seguros e resseguros		53.075	46.566
Prêmios a receber	7.1	44.244	38.735
Operações com seguradoras	7.1	1.192	220
Operações com resseguradoras	7.2	7.639	7.611
Outros créditos operacionais		216	72
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	47.704	31.156
Títulos e créditos a receber	9	2.831	2.708
Créditos a receber	21	1.812	2.209
Créditos tributários e previdenciários		935	471
Outros créditos		84	28
Custos de aquisição diferidos	10	7.166	6.051
Seguros		7.166	6.051
Não circulante		70.181	39.771
Realizável a longo prazo		65.553	35.859
Créditos das operações com seguros e resseguros		26.079	14.274
Prêmios a receber	7.1	26.079	14.274
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	29.704	17.000
Outros valores e bens		924	537
Outros valores	17	924	537
Empréstimos e depósitos compulsórios		135	–
Depósitos caução de aluguel		135	–
Custos de aquisição diferidos	10	8.711	4.048
Seguros		8.711	4.048
Investimentos	11	3.333	3.337
Participações societárias		3.333	3.333
Outros investimentos		–	4
Imobilizado		1.295	575
Bens móveis		668	575
Outras imobilizações		627	–
Total do ativo		223.684	163.347

Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		120.821	94.397
Contas a pagar	12	4.836	4.343
Obrigações a pagar		3.117	3.056
Impostos e encargos sociais a recolher		950	694
Encargos trabalhistas		611	593
Impostos e contribuições		158	–
Débitos das operações com seguros e resseguros		40.096	35.158
Prêmios a restituir		3	–
Operações com seguradoras		1.136	1.044
Operações com resseguradoras	13	33.265	29.768
Corretores de seguros e resseguros		5.689	4.346
Outros débitos operacionais		3	–
Depósito de terceiros	14	231	271
Provisões técnicas - seguros	15	75.109	54.232
Danos		75.109	54.232
Outros débitos		549	393
Provisões cíveis	16	351	–
Débitos diversos	17	198	393
Não circulante		72.300	36.932
Contas a pagar	12	3.281	2.738
Obrigações a pagar		3.281	2.738
Débitos das operações com seguros e resseguros		21.359	7.109
Operações com resseguradoras	13	16.877	5.268
Corretores de seguros e resseguros		4.482	1.841
Provisões técnicas - seguros	15	46.820	26.886
Danos		46.820	26.886
Outros débitos		840	199
Débitos diversos	17	810	169
Outras provisões		30	30
Patrimônio líquido	18	30.563	32.018
Capital social		80.236	80.236
Prejuízos acumulados		(49.673)	(48.218)
Total do passivo e patrimônio líquido		223.684	163.347

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	80.236	(52.670)	27.566
Lucro líquido do exercício	–	4.452	4.452
Saldos em 31 de dezembro de 2023	80.236	(48.218)	32.018
Prejuízo do exercício	–	(1.455)	(1.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	80.236	(49.673)	30.563

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	19.a, 19.c	94.012	79.445
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.a, 19.d	(24.620)	(9.101)
Prêmios ganhos	19.a	69.392	70.344
Sinistros ocorridos	19.a, 19.e	(34.202)	(15.595)
Custos de aquisição	19.a, 19.f	(9.879)	(10.051)
Outras receitas e despesas operacionais	19.g	(4.216)	(3.728)
Resultado com resseguro	19.h	(9.845)	(23.476)
Receita com resseguro		29.346	14.596
Despesa com resseguro		(39.191)	(38.072)
Despesas administrativas	19.i	(16.244)	(16.318)
Despesas com tributos	19.j	(3.039)	(3.101)
Resultado financeiro	19.k	4.903	5.211
Resultado patrimonial	11	1.814	2.211
Resultado operacional		(1.316)	5.497
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(39)	78
Resultado antes dos impostos e participações		(1.355)	5.575
Imposto de renda	20	–	(551)
Contribuição social	20	–	(345)
Participações sobre o resultado	22	(100)	(227)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(1.455)	4.452
Quantidade de ações	18.a	206.083.590	206.083.590
Lucro (prejuízo) líquido por ação - em R$		(0,01)	0,02

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

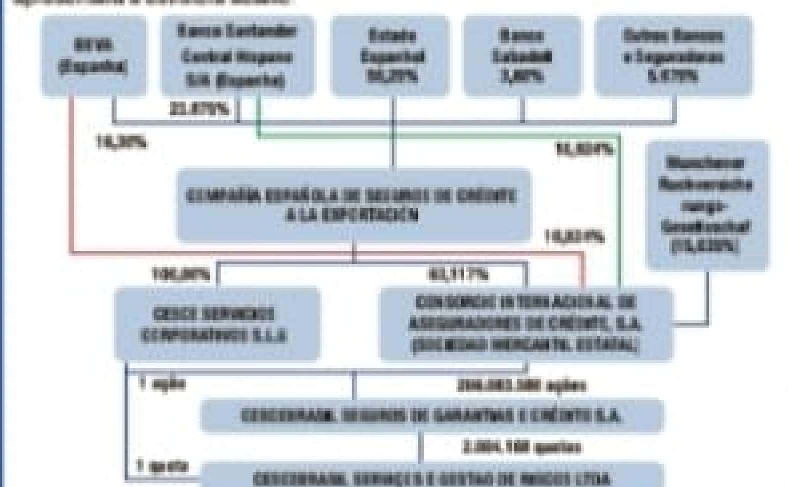
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.455)	4.452
Total do resultado abrangente do exercício	(1.455)	4.452

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(1.455)	4.452
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		187	132
Amortização de direito de uso	17	369	379
Redução ao valor recuperável dos ativos	19.g	4	57
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.812)	(2.209)
Prejuízo na alienação de imobilizado e intangível		39	(78)
Juros incorridos arrendamento	17	147	128
Variação do custo de aquisição diferidos		(5.778)	(719)
Variação dos ativos de resseguro		(15.514)	3.838
Variação das provisões técnicas - seguros		24.720	7.509
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(4.206)	4.615
Créditos das operações com seguros		(18.318)	(11.636)
Ativos de resseguro		(13.738)	(3.176)
Outros ativos		(891)	49
Créditos tributários e previdenciários		(464)	(107)
Outros créditos operacionais		(200)	24
Obrigações a pagar		604	1.002
Impostos e contribuições		737	1.159
Outras contas a pagar		18	2
Débitos de operações de seguros e resseguros		19.188	392
Depósitos de terceiros		(40)	52
Provisões técnicas - seguros e resseguros		16.091	(7.229)
Outros débitos		1.060	(125)
Caixa gerado (consumido) pelas operações		748	(1.489)
Dividendos recebidos - controlada		2.209	1.962
Impostos sobre o lucro, pagos		(323)	(1.304)
Juros passivo de arrendamento, pagos	17	(27)	(46)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		2.607	(877)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		–	97
Investimentos		3	–
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(945)	(287)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(942)	(190)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Parcelas pagas de arrendamento mercantil	17	(383)	(450)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(383)	(450)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		1.282	(1.517)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	490	2.007
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.772	490

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Contexto operacional: A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito S.A. - CIAC (sediado em Madri, Espanha, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 92, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP. A Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación ("Grupo CESCE") participa com 63,12% no capital do CIAC, é especializada na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o Estado Espanhol (com participação de 50,25%), tendo ainda participação acionária dos principais bancos e empresas Seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguro às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava a estrutura abaixo:



A Seguradora tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo no grupo de ramos de Riscos Financeiros: • Crédito Interno; • Crédito à Exportação; • Garantia Segurado - Setor Público; e • Garantia Segurado - Setor Privado. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi dada pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2025. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração dos fluxos de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais, mantendo em ativo ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. **2.2. Comparabilidade:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento "CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis". **2.3. Base para mensuração, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$000) e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada na data de transação. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.4. Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Seguradora de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras individuais e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Crédito das operações com seguros e resseguros; • Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas; • Provisões técnicas e o teste de adequação de passivos; e • Provisões judiciais. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão apresentadas a seguir e estão de acordo com a Circular Susep nº 648/2021, alterada pela Circular Susep 678/2022. As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras individuais. **Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular Susep nº 678/2022:** A Circular Susep nº 678/2022 entrou em vigor em janeiro de 2024 e trouxe mudanças na mensuração do teste de adequações de passivos (TAP) com impactos na contabilização da provisão complementar de cobertura (PCC), na redução ao valor recuperável (RVR) e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, bem como alterações no Teste de Adequação de Passivos. Uma vez que os ativos financeiros constantes na carteira e a gestão do portfólio de investimentos estar alinhada com o modelo de negócios, a Companhia não apurou impactos em seu balanço em relação à adoção do CPC 48. Os ativos financeiros estão classificados como valor justo por meio de resultado - VJR. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros, com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez ou com baixo risco de variação no valor justo de mercado. **3.2. Instrumentos financeiros:** Conforme o pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, um ativo financeiro é classificado de acordo com as seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); • Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado (VJR). 3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Um ativo financeiro é classificado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. 3.2.2. Ativos financeiros mensurados valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. 3.2.3. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado (VJR): São classificados ao valor justo por meio do resultado (VJR) todo os ativos financeiros que não são mensurados pelos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. 3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável a cada data de balanço. A Seguradora em 31/12/2024 possuía registrado na categoria "Empréstimos e depósitos compulsórios" valor relacionado a depósito caução de aluguel de seu escritório que é alugado. 3.2.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais, nem efetuou transações com instrumentos financeiros derivativos durante o

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. *(EM MILHARES DE REAIS)*

exercício. 3.2.6. Determinação do valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação e ajustados ao valor de mercado, calculado com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Anbima. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. Os valores justos são classificados em níveis, baseados em informações utilizadas nas técnicas de avaliação: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. 3.2.7. Provisão para perdas de crédito esperadas - ativos financeiros: O pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros determina que deve ser reconhecida uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado, mensurados ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui ativos financeiros em títulos públicos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) e, portanto, não constitui provisão para perdas de crédito esperadas. A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. 3.2.8. Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros: Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por impairidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por impairidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. A Seguradora não possui ativos sem vida útil estimada. 3.2.9. Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, prestadores de serviços, impostos e contribuições e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente no caso dos impostos e contribuições ao valor calculado para pagamento e para os demais reconhecidos com base nos custos dos serviços contratados e/ou utilizados. **3.3. Créditos das operações com seguros e resseguros:** São representados por prêmios a receber de seguros diretos, de operações de cosseguro aceito e valores de sinistros a recuperar e outros créditos operacionais com resseguradoras. São contabilizados pelo custo amortizado e possuem provisão para redução ao valor recuperável com base em estudo elaborado pela Companhia. **Redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber direto e de cosseguro aceito:** A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber direto e de cosseguro aceito, conforme determina o artigo 137 da Circular SUSEP nº 678/2022, baseado em estudo técnico que considera a experiência de perda histórica de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos e se na data do balanço há evidência objetiva de perda. A RVR de prêmios a receber considera todos os prêmios vencidos e não vencidos, de todas as apólices de um mesmo segurado/tomador, líquida da provisão de prêmios não ganhos, custos de aquisição diferidos e efeitos de resseguro. A Companhia conservadoramente considera também para a constituição de provisão de RVR os prêmios de seguros diretos que estão em atraso superior a 60 dias, mesmo que o segurado/tomador não possua experiência de perda histórica de prêmios ou evidência objetiva/clara de perda. A taxa de 60 dias foi determinada no estudo elaborado pela Companhia após analisar a distribuição em número de dias para o recebimento dos prêmios de seguros diretos (dados analisados dos últimos 3 anos) e constatar que 99,0% dos prêmios de seguros são recebidos até esta data. Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguro são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos, basicamente, por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Para os prêmios de seguros de cosseguros aceitos, devido a natureza da operação, são analisados os atrasos por segurado/tomador, comparando com o histórico de dias de recebimento do prêmio (repasse realizado pelas congêneres) e determinando caso a caso a constituição de RVR. A Companhia não teve impacto na aplicação do artigo 137 da Circular SUSEP nº 678/2022, uma vez que já considerava a experiência de perda histórica de prêmios, em linha com o estabelecido na referida Circular. **Redução ao valor recuperável (RVR) de operações de resseguro:** A Circular SUSEP nº 678/2022 determina que para o cálculo da redução ao valor recuperável de operações com resseguradores devem ser considerados, no mínimo: I - o histórico de perdas com o ressegurador; II - análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; III - eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. A Seguradora não tem constituído provisão para a redução ao valor recuperável para as operações com resseguradoras, uma vez que: I - não possui histórico de perda/não recuperação de valores com o ressegurador; II - todos os resseguradores (ou o Grupo Segurador) que possuem operações com a Companhia estão com classificação de risco A/A+/A-/AA/AA- nas agências de risco *Standard & Poors e AM Best*; III - não tem litígios ou divergências em curso; e IV - as liquidações financeiras ocorrem trimestralmente onde são consideradas todas as operações a serem repassadas e recuperadas com os resseguros, sem histórico de inadimplência com os resseguradores. Caso seja identificada alguma chance de não recebimento, a administração da Seguradora avaliará a necessidade de se constituir uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro, considerando evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada. **3.4. Investimentos:** Os investimentos em participações societárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Ativo imobilizado de uso próprio:** O custo do ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, benfeitorias (Outras imobilizações) e veículos e é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. A depreciação de benfeitorias é realizada pelo período de locação. O valor residual e vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil fiscal, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **3.6. Intangível:** *Softwares e licenças de uso:* Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de *hardware*, especificações de *software*, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, a partir da data em que o sistema entra em operação. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estavam totalmente amortizados. **3.7. Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **3.8. Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "*pro rata temporis*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **3.9. Ativos de resseguro e Passivo com operações com resseguradoras:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência do risco de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **3.10. Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **3.11. Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, seguem as políticas contábeis adotadas no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As provisões técnicas aplicáveis à Seguradora no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais estão assim resumidas: A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas aos riscos vigentes na data-base do cálculo. A PPNG também representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes, porém não emitidos na data-base de cálculo. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora está em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, e encontra-se descrita em Nota Técnica Atuarial. Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses sobre a PPNG do mês de referência. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa das indenizações devidas ou valor determinado na apólice e liquidação de sinistro. É determinada com base nos avisos de sinistros recebidos e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões Técnicas". A mensuração da estimativa de PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR, que é constituído a partir de metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial baseada em critério estatístico-atuarial conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. Nas datas-base de 31/12/2024 e de 31/12/2023, não há constituição de IBNeR pela Seguradora, uma vez que os testes de consistência não apontaram necessidade de ajuste da PSL. Contudo, quando aplicável, os triângulos de run-off serão elaborados individualmente para cada ramo e terão como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento da sua construção. No triângulo, os dados serão agrupados em períodos mensais. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial e é obtida através de um processo estatístico-atuarial que utiliza a experiência da seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das despesas relacionadas aos sinistros - alocadas individualmente e despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis, das "despesas avisadas, mas não liquidadas" e "despesas ocorridas e não avisadas". A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (também conhecida como "IBNR - Incurred But Not Reported") visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora. Em atendimento aos normativos vigentes, a Seguradora possui uma metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, baseada fundamentalmente na construção dos triângulos de run-off, a qual é aplicada somente aos ramos Crédito Interno (0748) e Crédito à Exportação (0749). Para os demais ramos operados pela seguradora, a provisão de IBNR é atualmente obtida através dos resultados médios observados nos testes de consistência da provisão. Cabe destacar que é realizado monitoramento trimestral da evolução da provisão e, caso constatada alguma inadequação, a Companhia tomará as devidas providências para corrigir o valor constituído, utilizando-se do critério técnico que julgar mais adequado. Os triângulos de run-off são elaborados individualmente para cada ramo mencionado acima e tem como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento de sua construção. No triângulo, os dados são agrupados em períodos trimestrais. A Provisão de Excedente Técnico tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de participação no resultado da apólice para os segurados que contratem a cláusula de bônus. O bônus é calculado caso sejam cumpridas as métricas de sinistralidade e prêmios, que incluem pagamento integral dos valores devidos, renovação da apólice, entre outros. Os valores serão pagos aos segurados que atenderem a todas as condições e realizar a solicitação do pagamento em até 180 dias após a finalização da vigência da apólice e que todos os riscos declarados durante a vigência tenham sido expirados, considerando também o prazo máximo para aviso de sinistros. A provisão é constituída para cada apólice individualmente, durante a vigência da apólice. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos. Com base nos valores estimados no estudo do TAP de data-base 31/12/2024, a PCC é nula. **3.12. Teste de adequação dos passivos (TAP - ou "LAT"):** Conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/2021, que institui o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras individuais e define regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/2021, alterado pela Circular SUSEP nº 678/2022 ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de Danos. Em atendimento ao normativo em vigor, a Seguradora realiza a projeção dos fluxos relativos de resseguro, independentemente de ser necessária a constituição da PCC, respeitando o grupamento e adotando metodologia e premissas análogas às aplicadas aos fluxos brutos de resseguro. Agrupamento utilizado no cálculo do TAP: há apenas 01 grupo, composto pelos ramos 740, 745, 747, 748, 746, 749, 775, 776 e 819. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2024, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), prefixada e cambial, com base na metodologia proposta pela SUSEP usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéticos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidades aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2024 foram, em média, de 40,36%, para o ramo 0748 - Crédito Interno, e de 10,58%, para os demais ramos de Danos operacionalizados pela Seguradora. Os resultados obtidos no Teste de Adequação de Passivos de data base 31/12/2024, segundo a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/2021, estão reproduzidos a seguir:

Grupo - Segmentação	Fluxo de caixa estimado	Provisões constituídas	Resultado
Danos - Eventos ocorridos	25.584	26.783	(1.199)
Danos - Eventos a ocorrer (registrados)	33.283	76.888	(43.605)
Danos - Outras provisões técnicas (OPT)	2.062	2.380	(318)

Na Cesce, por haver apenas 01 grupo e o TAP não apontar a necessidade de constituição da PCC, não ocorre compensação de resultados entre grupos. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. realizado para a data-base de 31/12/2024, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e Circular SUSEP nº 678/2022. **3.13. Direito de uso - CPC 06 (R2):** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Antes da edição do CPC 06 as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação se exercerá uma opção de extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **3.14. Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo: Compreendem os ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros de acordo com o sindicato da categoria, gratificações e benefícios não monetários. Estes benefícios são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período na medida em que são incorridos. Benefícios por desligamento: Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: a) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho na mesma empresa; b) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa; c) por mais 90 dias com mais de 10 anos de trabalho na mesma empresa. **3.15. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes relacionados à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial são avaliados para provisão de perda independente do pronunciamento técnico CPC 25, mas sim utilizando-se como base o CPC 11 sobre a definição de um contrato de seguro e a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **3.16. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável conforme Lei nº 13.169/2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação nas demonstrações financeiras individuais. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **3.17. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem as receitas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. **3.18. Participações sobre o resultado:** O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, baseada no plano de distribuição de participações de resultados da Seguradora, homologado pelo sindicato da categoria. **4. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros e atua conforme os requerimentos da Resolução CNSP nº 416 de 2021, alterada pela Resolução CNSP nº 467 de 2024: • Risco de crédito; • Risco financeiro (mercado e liquidez); • Risco de seguro; • Risco de capital; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora também incorre riscos relacionados à oscilação cambial da moeda dólar americano. Em 31 de dezembro de 2024 possuía exposição líquida ativa de aproximadamente USD 199 mil (Em 31 de dezembro de 2023 exposição líquida passiva de USD 53 mil), decorrente de suas operações normais de seguros (líquidas das parcelas de resseguro) e saldo em conta corrente em moeda estrangeira. Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. A Seguradora detém em suas estruturas políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados. A Seguradora mantém uma estrutura de Gerenciamento de Risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria da Seguradora e com a Matriz, assim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios. **4.1. Gestão de risco de crédito:** A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Seguradora opera apenas na carteira de transporte na modalidade riscos decorridos. Para os créditos das operações com seguros é constituída, quando necessária, a provisão para redução ao valor recuperável conforme mencionado na Nota 7.1 e Nota 3.3. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e demais recebíveis detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, distribuídos por rating de crédito obtidos nas agências classificadoras de risco (Moody's, Standard & Poor's, Fitch Ratings). A carteira de investimentos é composta por títulos públicos federais com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano equivalente à "Ba1", conforme classificação da Moody's em 2024 e "BB" conforme Standard & Poor's em 2023).

31 de dezembro de 2024	A-/A+/AA/AA-/AA+	Ba1/BB/BB-	Sem rating (*)	Total
	–	1.757	15	1.772
Caixa	–	–	15	15
Bancos	–	1.757	–	1.757
Ao valor justo por meio do resultado	–	40.739	–	40.739
Títulos públicos - LFT	–	40.739	–	40.739
Empréstimos e demais recebíveis	3.717	–	77.600	81.317
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.717	–	75.437	79.154
Outros créditos operacionais	–	–	216	216
Títulos e créditos a receber	–	–	1.812	1.812
Depósitos caução de aluguel	–	–	135	135
Total do circulante e não circulante	3.717	42.496	77.615	123.828

31 de dezembro de 2023	A-/A+/AA/AA-/AA+	BB/BB-	Sem rating (*)	Total
	–	476	14	490
Caixa	–	–	14	14
Bancos	–	476	–	476
Ao valor justo por meio do resultado	–	36.533	–	36.533
Títulos públicos - LFT	–	36.533	–	36.533
Empréstimos e demais recebíveis	3.847	–	59.274	63.121
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.847	–	56.993	60.840
Outros créditos operacionais	–	–	72	72
Títulos e créditos a receber	–	–	2.209	2.209
Total do circulante e não circulante	3.847	37.009	59.288	100.144

(*) Os ativos classificados na categoria "Sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

4.2. Gestão de riscos financeiros: A Seguradora define risco financeiro como risco de mercado e risco de liquidez. Esses riscos surgem de posições mantidas em instrumentos financeiros, que na Seguradora são substancialmente representados por Títulos Públicos - LFT, com oscilações de taxa de juros. **Risco de Mercado:** risco de taxa de juros é o risco de mercado ao qual a Companhia está mais exposta. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos, que estão indexados à variação da SELIC. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. **Risco de Liquidez:** A Seguradora define como a possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. (EM MILHARES DE REAIS)

devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios, e pela contingência que a Companhia incorre em perdas excessivas devido à venda de ativos e à realização das operações, com o fim de alcançar a liquidez necessária para poder cumprir com as suas obrigações, ou com a perda em que incorre a Seguradora pelo não pagamento das suas obrigações, como consequência de comportamentos deficitários em seu fluxo de caixa. **Exposição ao risco de liquidez:** A Seguradora limita o risco de liquidez pela gestão do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os seus passivos, onde são utilizados inclusive métodos atuariais para estimar as obrigações oriundas das operações de seguros. A Seguradora avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos, se necessário. A Seguradora adota a política de manter seus ativos em investimentos cuja liquidez seja imediata e que não resultem em perdas significativas. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração da Seguradora monitora suas posições assumidas e sua carteira de investimentos. A Seguradora possui política de investimentos aprovada pelo Grupo Cesce com os limites de aplicação e diversificação. A Seguradora avalia mensalmente o seu nível de liquidez avaliando: (i) a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas; (ii) casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos; e (iii) índice de solvência determinado como nível de apetite de risco na política de Gestão de Riscos da Seguradora, onde é definido pelo Conselho de Administração do Grupo Cesce: Índice de solvência a) Zona Crítica: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) abaixo de 100%; b) Zona de Alerta: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) entre 100% e 150%; c) Zona de Vigilância: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) entre 150% e 200%; d) Zona de Segurança: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) acima de 200%. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Seguradora está classificada na zona de segurança, de acordo com a política de gestão de riscos:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (vide nota 18.c)	27.230	28.681
Capital mínimo requerido (CMR)	8.100	8.100
Índice de solvência (PLA/CMR)	336,2%	354,1%

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Seguradora, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Ativos						
Caixa e bancos	1.772	–	–	490	–	–
Títulos de renda fixa	20.897	16.272	3.570	15.325	12.811	8.397
Prêmios a receber	44.244	9.532	16.547	38.735	4.801	9.473
Créditos das operações com seguros e resseguros	8.831	–	–	7.831	–	–
Ativos de resseguro e retrocessão	47.704	10.802	18.902	31.156	7.570	9.430
Títulos e créditos a receber	2.831	–	–	2.708	–	–
Total dos ativos	126.279	36.606	39.019	96.245	25.182	27.300

	31/12/2024			31/12/2023		
	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Passivos						
Contas a pagar	4.836	–	3.281	4.343	–	2.738
Comissões a pagar	5.689	1.487	2.995	4.346	666	1.175
Débitos das operações com seguros e resseguros	34.404	6.153	10.724	30.812	1.747	3.521
Prêmios a restituir	3	–	–	–	–	–
Provisões técnicas de seguros	75.109	17.459	29.361	54.232	12.185	14.701
Outros débitos	–	–	30	–	–	30
Total dos passivos	120.041	25.099	46.391	93.733	14.598	22.165

Os títulos de renda fixa incluem R$ 40.739 (2023 - R$36.533) de Títulos Públicos (Letras Financeiras do Tesouro) que possuem liquidez imediata. As provisões técnicas registradas em curto prazo estão suficientemente cobertas pelos títulos públicos, conforme mencionado na Nota 15.3. A Seguradora mantém os títulos públicos com vencimentos superiores a 365 dias, porém estão classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", podendo ser resgatados a qualquer momento para cumprir com os compromissos de curto prazo. A política de gestão de riscos financeiros tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. A Seguradora optou por minimizar o risco de crédito das contrapartes, pela escolha de ativos de baixíssimo risco, sendo que atualmente a carteira de investimentos é composta integralmente por títulos públicos federais. A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

4.2.1. Análise de sensibilidade financeira da Seguradora

31 de dezembro de 2024	Valorização em 2,0% na SELIC/CDI		Desvalorização em 2,0% na SELIC/CDI	
Título	Impacto no resultado	Impacto no patrim. líquido	Impacto no resultado	Impacto no patrim. líquido
Título Público - LFT	842	505	(842)	(505)
Total	842	505	(842)	(505)

31 de dezembro de 2023	Valorização em 2,0% na SELIC/CDI		Desvalorização em 2,0% na SELIC/CDI	
Título	Impacto no resultado	Impacto no patrim. líquido	Impacto no resultado	Impacto no patrim. líquido
Título Público - LFT	818	492	(818)	(492)
Total	818	492	(818)	(492)

Os resultados destas análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **4.3. Gestão do risco de seguro:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A Administração da Seguradora age ativamente sobre a gestão dos passivos de contratos de seguros, definindo políticas operacionais e efetuando análises de situações que exigem alto grau de julgamento acerca da liquidação de sinistros específicos e sobre a avaliação dos saldos provisionados para fazer frente aos passivos de contratos de seguros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de qualidade, de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria. • **Segmento de seguros de garantias:** O seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixada na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal para construção, adiantamentos, inexecução dentro do prazo acordado, fornecimento e prestação de serviços, até o valor da garantia fixado na apólice. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro, os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública, tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 80 da Lei no 8.666/93. A avaliação dos riscos no seguro garantia consiste na avaliação do tomador, exigindo que esse não apresente problemas financeiros no presente e no futuro para cumprir com suas obrigações de execução ou pagamento. Em todas avaliações são observadas capacidade patrimonial e de geração de lucros, a liquidez e solvência dos tomadores. A avaliação é realizada com base nos dados mantidos pela Seguradora os quais foram obtidos através de diferentes fontes de informações, tais como agências de informações, bancos, câmaras de comércio, informações gerais do mercado, etc. • **Segmento de seguros de crédito:** A gestão dos limites de crédito concedidos é realizada através da análise das informações constantes em base de dados e informações da Seguradora, sendo que os principais focos da avaliação são: liquidez, solvência, risco moral/reputacional e capacidade de geração de resultado. As informações são obtidas através de agências de informações, câmaras de comércio e informações gerais, sendo que a Seguradora monitora a posição desses devedores e tomadores periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira atualizada está adequada para a manutenção dos limites concedidos. A capacidade financeira dos segurados/tomadores é reavaliada periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira não se deteriorou de forma significativa desde a emissão dos limites de créditos vigentes. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras, por percentual ressegurado:

Composição por segmento (31 de dezembro de 2024)	Prêmios emitidos líquidos	Parcela resseg.	Prêmios retidos	% Prêmios retidos pela seguradora
Crédito interno	33.190	(23.309)	9.881	29,8%
Crédito à exportação	16.977	(11.353)	5.624	33,1%
Garantia-segurado setor público	43.715	(43.192)	523	1,2%
Garantia-segurado setor privado	130	(129)	1	0,8%
Total	94.012	(77.983)	16.029	17,0%

Composição por segmento (31 de dezembro de 2023)	Prêmios emitidos líquidos	Parcela resseg.	Prêmios retidos	% Prêmios retidos pela seguradora
Crédito interno	36.616	(24.212)	12.404	33,9%
Crédito à exportação	18.356	(12.067)	6.289	34,3%
Garantia-segurado setor público	24.086	(23.852)	234	1,0%
Garantia-segurado setor privado	387	(365)	22	5,7%
Total	79.445	(60.496)	18.949	23,9%

O quadro abaixo demonstra como os prêmios emitidos estão distribuídos por região:

Composição por segmento (31 de dezembro de 2024)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total Geral
Crédito interno	423	268	1.729	23.409	7.301	33.190
Crédito à exportação	–	247	–	13.306	3.424	16.977
Garantia-segurado setor público	3.837	1.161	2.352	35.734	661	43.715
Garantia-segurado setor privado	–	1	1	115	13	130
Total	4.260	1.737	4.082	72.564	11.369	94.012

Composição por segmento (31 de dezembro de 2023)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total Geral
Crédito interno	503	167	1.857	26.779	7.310	36.616
Crédito à exportação	–	187	–	13.543	4.626	18.356
Garantia-segurado setor público	1	4.685	400	17.207	1.793	24.086
Garantia-segurado setor privado	12	5	–	161	209	387
Total	516	5.044	2.257	57.690	13.938	79.445

4.3.1. Análise de sensibilidade - sinistros: O quadro abaixo demonstra os impactos no patrimônio líquido e resultado, decorrentes de uma piora e/ou melhora nos sinistros ocorridos na Seguradora:

(i) Bruto de resseguro

31 de dezembro de 2024	Piora		Melhora	
	10 p.p.	20 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Prêmios ganhos	69.392	69.392	69.392	69.392
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(37.622)	(41.042)	(30.782)	(32.492)
Índice de sinistralidade	54,2%	59,1%	44,4%	46,8%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(3.420)	(6.840)	3.420	1.710
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(2.052)	(4.104)	2.052	1.026

31 de dezembro de 2023	Piora		Melhora	
	10 p.p.	20 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Prêmios ganhos	70.344	70.344	70.344	70.344
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(17.155)	(18.714)	(14.036)	(14.815)
Índice de sinistralidade	24,4%	26,6%	20,0%	21,1%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(1.560)	(3.119)	1.560	780
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(936)	(1.871)	936	468

(ii) Líquido de resseguro

31 de dezembro de 2024	Piora		Melhora	
	10 p.p.	20 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Prêmios ganhos	15.911	15.911	15.911	15.911
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(9.986)	(10.894)	(8.170)	(8.624)
Índice de sinistralidade	62,8%	68,5%	51,3%	54,2%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(908)	(1.816)	908	454
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(545)	(1.089)	545	272

31 de dezembro de 2023	Piora		Melhora	
	10 p.p.	20 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Prêmios ganhos	17.085	17.085	17.085	17.085
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(5.500)	(6.000)	(4.500)	(4.750)
Índice de sinistralidade	32,2%	35,1%	26,3%	27,8%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(500)	(1.000)	500	250
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(300)	(600)	300	150

Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade anteriormente apresentadas não são lineares, sendo que impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida em que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **4.4. Gestão de risco de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras será o maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora executa a gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico e comitês de planejamento financeiro e orçamentário. O capital adicional para risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, são calculados conforme definido em normas e legislações vigentes, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, como demonstrado na Nota 18.c. **4.5. Gestão de risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrer perdas devido a eventos relacionados com um funcionamento inadequado dos processos internos ou falhas nas diferentes operações da Seguradora. O risco operacional é aquele que pode causar perdas devido a erros humanos, processos internos inadequados ou defeituosos, falhas do sistema, tecnologia e/ou como consequências de eventos externos. Os riscos de lavagem de dinheiro e fraude estão incluídos nesta categoria de risco. Os riscos que possam ocasionar interrupção total ou redução significativa dos processos críticos de negócio da Seguradora são classificados como operacionais e devem ser mitigados através do Plano de Continuidade de Negócios. De acordo com a Resolução CNSP nº 416 de 2021, este Plano prevê os papéis e responsabilidades específicos em relação à continuidade dos negócios, o nível mínimo de operação e prazo máximo de retorno ao funcionamento normal, assim como os procedimentos de comunicação com interessados internos e externos.

5. Disponível:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	15	14
Bancos	1.757	476
Caixa e bancos	1.772	490

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Seguradora não detinha nenhum item de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa dados como garantias a terceiros.

6. Aplicações: a) A composição e hierarquia das aplicações financeiras estão representadas no quadro abaixo:

Títulos (31 de dezembro de 2024)	Taxa contratada	Nível	De 1 a 90 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor contábil/ mercado	Valor de curva	%
Ao valor justo por meio do resultado								
Título público - LFT (*)	100% da Selic	1	10.378	10.519	19.842	40.739	40.734	100,0%
Total			10.378	10.519	19.842	40.739	40.734	100,0%
Circulante						40.739		

Títulos (31 de dezembro de 2023)	Taxa contratada	Nível	De 1 a 90 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor contábil/ mercado	Valor de curva	%
Ao valor justo por meio do resultado								
Título público - LFT (*)	100% da Selic	1	7.862	7.463	21.208	36.533	36.499	100,0%
Total			7.862	7.463	21.208	36.533	36.499	100,0%
Circulante						36.533		

(*) O valor de mercado dos títulos públicos, classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, informado pela Anbima, por meio do seu site.

Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Seguradora. b) Movimentação das aplicações

Títulos	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	36.533	56.950	(57.181)	4.437	40.739
Total dos ativos	36.533	56.950	(57.181)	4.437	40.739

Títulos	Saldo em 01/01/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2023
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	41.148	21.559	(31.300)	5.126	36.533
Total dos ativos	41.148	21.559	(31.300)	5.126	36.533

7. Créditos das operações com seguros e resseguros: 7.1. Prêmios a receber e operações com seguradoras: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito e estão apresentados líquidos da provisão para perda ao valor recuperável. a) Composição dos prêmios a receber por ramo de seguro:

Ramo	Média de parcelas	31/12/2024 Prêmios a receber (*)	31/12/2024 Redução ao valor recuperável	31/12/2024 Prêmios a receber líquido	31/12/2023 Prêmios a receber(*)	31/12/2023 Redução ao valor recuperável	31/12/2023 Prêmios a receber líquido
Crédito Interno	2	22.342	(995)	21.347	22.201	(967)	21.234
Crédito a Exportação	2	10.318	(220)	10.098	8.047	(124)	7.923
Garantia-Segurado Setor Público	1	38.858	–	38.858	23.800	–	23.800
Garantia-Segurado Setor Privado	1	20	–	20	52	–	52
		71.538	(1.215)	70.323	54.100	(1.091)	53.009
Circulante				44.244			38.735
Não Circulante				26.079			14.274

(*) inclui valores de Prêmios de RVNE de R$ 18.424 em 2024 (R$ 20.212 em 2023).

b) Composição das operações com seguradoras: O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos.

Ramo	Média de parcelas	31/12/2024 Prêmios a receber	31/12/2024 Redução ao valor recuperável	31/12/2024 Prêmios a receber líquido	31/12/2023 Prêmios a receber	31/12/2023 Redução ao valor recuperável	31/12/2023 Prêmios a receber líquido
Garantia-Segurado Setor Público	4	1.192	–	1.192	311	(91)	220
		1.192	–	1.192	311	(91)	220
Circulante				1.192			220

c) Movimentação dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito): O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 1º de janeiro a 31 de dezembro:

	2024	2023
Prêmios Pendentes no Início do Exercício	53.229	44.694
(+) Prêmios emitidos	112.741	88.592
(+) IOF	2.791	2.657
(–) Prêmios cancelados	(9.497)	(9.045)
(–) Recebimentos	(87.219)	(77.701)
(+) Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(1.788)	4.483
(+/–) Oscilação cambial	1.291	(294)
(+/–) Constituição/Reversão de provisão para perda	(33)	(57)
Prêmios Pendentes no Final do Exercício	71.515	53.229

d) Composição dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito) por decurso de prazo:

Aging list (31 de dezembro de 2024)	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
A vencer (i)	69.586	(107)	69.479
Vencidos - 1 a 30 dias	1.882	(4)	1.878
Vencidos - 31 a 60 dias	117	–	117
Vencidos - 61 a 120 dias	172	(131)	41
Vencidos - 121 a 180 dias	6	(6)	–
Vencidos - mais de 365 dias	967	(967)	–
Total	72.730	(1.215)	71.515

Aging list (31 de dezembro de 2023)	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
A vencer (i)	52.692	(45)	52.647
Vencidos - 1 a 30 dias	520	–	520
Vencidos - 31 a 60 dias	64	(14)	50
Vencidos - 61 a 120 dias	27	(22)	5
Vencidos - 121 a 180 dias	14	(14)	–
Vencidos - 181 a 365 dias	307	(300)	7
Vencidos - mais de 365 dias	787	(787)	–
Total	54.411	(1.182)	53.229

(i) O saldo referente à Provisão para Prêmios de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE) no valor de R$ 18.424 (2023 - R$ 20.212) foi calculado conforme descrito na Nota 3.11 e alocado na faixa "A vencer", uma vez que a RVNE, por sua natureza não possui abertura analítica por vencimento.

7.2. Operações com resseguradoras: As operações com resseguradoras contemplam sinistros a recuperar e outros créditos operacionais, cuja expectativa de recuperação é inferior a 90 dias. Os sinistros a recuperar contemplam os sinistros pagos pendentes de recebimento do ressegurador (valor da parcela de cessão de resseguro).

Evento	31/12/2024 Local	31/12/2024 Admitida	31/12/2024 Eventual	31/12/2024 Total	31/12/2023 Local	31/12/2023 Admitida	31/12/2023 Eventual	31/12/2023 Total
Sinistros	5.728	1.179	732	7.639	5.702	1.187	722	7.611
	5.728	1.179	732	7.639	5.702	1.187	722	7.611

8. Ativos de resseguros e retrocessão:

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios diferidos - PPNG	51.134	34.838
Prêmios diferidos - RVNE	4.772	5.453
Sinistros IBNR	3.324	2.569
Sinistros pendentes de pagamento	15.316	3.106
Provisão despesas relacionadas	1.710	1.598
Provisão de excedente técnico (vide nota 3.11)	1.152	792
	77.408	48.156
Circulante	47.704	31.156
Não circulante	29.704	17.000

continua

← continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. (EM MILHARES DE REAIS)

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Sinistros IBNR	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão despesas relacionadas	Provisão de excedente técnico	Total
Saldo em 31/12/2023	34.638	5.453	2.569	3.106	1.598	792	48.156
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	77.983	–	–	–	–	–	77.983
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(61.810)	–	–	–	–	–	(61.810)
(+) Sinistros avisados	–	–	–	40.849	301	–	41.150
(+/–) Ajuste de estimativa/atualização monetária/variação cambial	323	(681)	755	(13.947)	32	1.166	(12.352)
(–) Pagamentos	–	–	–	(14.692)	(221)	(806)	(15.719)
Saldo em 31/12/2024	51.134	4.772	3.324	15.316	1.710	1.152	77.408

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Sinistros IBNR	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão despesas relacionadas	Provisão de excedente técnico	Total
Saldo em 01/01/2023	31.656	3.803	2.507	8.875	1.977	–	48.818
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	60.496	–	–	–	–	–	60.496
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(57.444)	–	–	–	–	–	(57.444)
(+) Sinistros avisados	–	–	–	24.963	974	–	25.937
(+/–) Ajuste de estimativa/atualização monetária/variação cambial	(70)	1.650	62	(13.488)	(506)	1.877	(10.475)
(–) Pagamentos	–	–	–	(17.244)	(847)	(1.085)	(19.176)
Saldo em 31/12/2023	34.638	5.453	2.569	3.106	1.598	792	48.156

8.1. Prêmios de resseguro diferidos - PPNG subdivididos em classes e ratings: Abaixo demonstramos a relação das resseguradoras por classe e por *rating* divulgados pelas agências classificadoras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
Rating (i)	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
A-/ A+/AA/AA-/AA+	2.705	20.987	7.332	31.024	2.141	14.664	4.166	20.971
Sem *rating*	20.110	–	–	20.110	13.667	–	–	13.667
	22.815	20.987	7.332	51.134	15.808	14.664	4.166	34.638

(i) Ratings obtidos nos sítios das resseguradoras e agências classificadoras.

9. Títulos e créditos a receber, incluindo créditos tributários e previdenciários:	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de PIS e COFINS diferido (*)	164	24
Outros créditos tributários	772	447
Valores a receber - Cesce Serviços (nota 21)	1.812	2.209
Outros créditos	83	28
Circulante	2.831	2.708

(*) A Seguradora contabiliza créditos tributários de PIS e COFINS (PIS/COFINS Diferido), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e COFINS quando do seu efetivo pagamento.

10. Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigências dos contratos de seguros.

a) Composição dos custos de aquisição diferidos originados de aquisição de contratos de seguros:

	Vigência média das apólices (dias)	31/12/2024	31/12/2023
Crédito interno	365	2.194	2.239
Crédito à exportação	379	1.268	880
Garantia segurado - Setor público	1256	12.377	6.886
Garantia segurado - Setor privado	872	38	94
		15.877	10.099
Circulante		7.166	6.051
Não circulante		8.711	4.048

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:	Comissão	Comissão - RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.524	1.575	10.099
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	15.560	–	15.560
(+/–) Constituições/Reversões/Diferimento	(9.597)	(184)	(9.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.487	1.391	15.877

	Comissão	Comissão - RVNE	Total
Saldo em 01/01/2023	8.397	983	9.380
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	10.791	–	10.791
(+/–) Constituições/Reversões/Diferimento	(10.664)	592	(10.072)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.524	1.575	10.099

Os custos de aquisição diferidos diretamente relacionados a contratos de seguros são considerados no teste de adequação dos passivos de seguros, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

11. Investimentos:	31/12/2024	31/12/2023
Participações societárias:		
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. (*)	3.333	3.333
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	238	220
Redução ao valor recuperável	(238)	(220)
Outros investimentos:		
Obras de arte	–	4
Total	3.333	3.337
Resultado Patrimonial:	31/12/2024	31/12/2023
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	1.812	2.209
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	2	2
Total	1.814	2.211

(*) A controlada presta serviços de análise de crédito e monitoramento dos clientes dos segurados dos ramos de crédito, que possuem apólices vigentes na Seguradora.

(**) A Seguradora possui 1,33329% de participação na Seguradora Líder S.A. e possui provisão para desvalorização de 100% do valor.

CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.:	31/12/2024	31/12/2023
Participação	99,99995%	99,99995%
Ativos totais	5.328	5.746
Passivos totais	1.995	2.413
Receitas totais	6.313	6.823
Despesas totais	(4.501)	(4.614)
Lucro líquido do exercício	1.812	2.209
Dividendos propostos sobre o resultado do exercício (nota 21)	(1.812)	(2.209)
Capital social	2.004	2.004
Patrimônio líquido	3.333	3.333

12. Contas a pagar: As contas a pagar apresentam a seguinte composição:	31/12/2024	31/12/2023
Prestadores de serviços (*)	3.554	3.679
Partes relacionadas - CESCE SERVIÇOS (nota 21)	1.746	570
Salários e benefícios de curto prazo aos empregados	271	842
IOF sobre prêmios de seguros	608	377
Impostos e contribuições retidos na fonte	156	139
Impostos e contribuições (IR, CSLL, PIS e COFINS)	158	–
Encargos trabalhistas	774	752
Outras contas a pagar	850	722
Total	8.117	7.081
Circulante	4.836	4.343
Não circulante	3.281	2.738

(*) Constituída principalmente por provisões de honorários advocatícios (R$ 3.281 em 2024 e R$ 3.294 em 2023).

13. Operações com Resseguradoras: Compreendem, substancialmente, os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço.

	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
Evento	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Prêmios cedidos, líquidos das comissões	25.755	16.945	6.821	49.521	20.054	10.540	3.953	34.547
Sinistros - ressarcimentos	276	226	119	621	224	178	87	489
Total	26.031	17.171	6.940	50.142	20.278	10.718	4.040	35.036
Circulante				33.265				29.768
Não circulante				16.877				5.268

14. Depósitos de Terceiros: As contas do grupo de Depósitos de Terceiros apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
Aging List	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total	Prêmios e emolumentos recebidos (*)	Outros depósitos	Total
Até 30 dias	231	–	231	256	1	257
De 31 a 60 dias	–	–	–	14	–	14
Total	231	–	231	270	1	271

(*) inclui parcelas recebidas de acordo com segurados que permanecem na conta até totalizar o valor total da parcela do prêmio.

15. Provisões técnicas:

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Bruto de resseguro	Ativo de resseguro (*)	Valor líquido	Bruto de resseguro	Ativo de resseguro (*)	Valor líquido
Provisão de prêmios não ganhos	82.028	(51.134)	30.894	55.596	(34.638)	20.958
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	10.737	(4.772)	5.965	12.525	(5.453)	7.072
Sinistros a liquidar	19.322	(15.316)	4.006	5.087	(3.106)	1.981
Provisão de IBNR	5.276	(3.324)	1.952	4.070	(2.569)	1.501
Provisão despesas relacionadas	2.186	(1.710)	476	2.177	(1.598)	579
Provisão de excedente técnico	2.380	(1.152)	1.228	1.663	(792)	871
	121.929	(77.408)	44.521	81.118	(48.156)	32.962
Circulante	75.109	(47.704)		54.232	(31.156)	
Não circulante	46.820	(29.704)		26.886	(17.000)	

(*) vide nota 8

15.1. Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de excedente técnico	Total
Saldo em 31/12/2023	55.596	12.525	5.087	2.177	4.070	1.663	81.118
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos/cancelados/restituídos	95.800	(1.788)	–	–	–	–	94.012
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(69.155)	–	–	–	–	–	(69.155)
(+) Sinistros avisados	–	–	59.491	461	–	–	59.952
(+/–) Ajuste de estimativa/atualização monetária/variação cambial	(213)	–	(22.436)	(109)	1.206	2.382	(19.170)
(–) Pagamentos	–	–	(22.820)	(343)	–	(1.665)	(24.828)
Saldo em 31/12/2024	82.028	10.737	19.322	2.186	5.276	2.380	121.929

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de excedente técnico	Total
Saldo em 01/01/2023	52.124	8.721	13.602	2.413	3.978	–	80.838
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos/cancelados/restituídos	74.962	4.483	–	–	–	–	79.445
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(71.329)	(679)	–	–	–	–	(72.008)
(+) Sinistros avisados	–	–	39.624	1.140	–	–	40.764
(+/–) Ajuste de estimativa/ atualização monetária	(161)	–	(22.866)	(435)	92	4.034	(19.336)
(–) Pagamentos	–	–	(25.273)	(941)	–	(2.371)	(28.585)
Saldo em 31/12/2023	55.596	12.525	5.087	2.177	4.070	1.663	81.118

15.2 Tabela de desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo demonstram a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme obtemos informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados.

a) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro:

Incorrido (+) IBNR	Anterior	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Total
Até a data-base		17.593	18.595	16.823	22.203	18.195	36.926	
Um ano mais tarde		17.806	14.395	14.496	21.584	18.719	–	
Dois anos mais tarde		17.862	14.950	14.511	21.616	–	–	
Três anos mais tarde		17.379	14.814	14.620	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		17.428	14.818	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		17.435	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2024		17.435	14.818	14.620	21.616	18.719	36.926	
Pago acumulado		dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Total
Até a data-base		(9.099)	(8.462)	(8.087)	(5.480)	(9.348)	(13.683)	
Um ano mais tarde		(17.813)	(14.425)	(14.315)	(21.106)	(18.595)	–	
Dois anos mais tarde		(17.963)	(14.553)	(14.320)	(21.282)	–	–	
Três anos mais tarde		(18.018)	(15.017)	(14.320)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		(18.070)	(15.017)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		(18.075)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2024		(18.075)	(15.017)	(14.320)	(21.282)	(18.595)	(13.683)	
Atualização monetária e juros		646	217	(148)	(93)	(32)	527	
Provisão em 31/12/2024	2.505	6	18	152	241	92	23.770	26.784
Sobra/(Falta) acumulada		158	3.777	2.203	587	(524)		
Sobra/(Falta) acumulada (%)		0,91%	25,49%	15,07%	2,72%	-2,80%		
Provisão total em 31/12/2024								26.784

b) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro:

Incorrido (+) IBNR	Anterior	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Total
Até a data-base		6.390	6.862	6.243	7.826	6.771	10.122	
Um ano mais tarde		6.456	5.323	5.364	6.776	6.926	–	
Dois anos mais tarde		6.486	5.528	5.371	6.788	–	–	
Três anos mais tarde		6.345	5.478	5.410	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		6.352	5.489	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		6.354	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2024		6.354	5.489	5.410	6.788	6.926	10.122	
Pago acumulado		dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Total
Até a data-base		(3.327)	(3.130)	(2.992)	(2.028)	(3.459)	(4.748)	
Um ano mais tarde		(6.533)	(5.336)	(5.296)	(6.694)	(6.880)	–	
Dois anos mais tarde		(6.588)	(5.384)	(5.299)	(6.759)	–	–	
Três anos mais tarde		(6.609)	(5.555)	(5.299)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		(6.617)	(5.566)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		(6.619)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2024		(6.619)	(5.566)	(5.299)	(6.759)	(6.880)	(4.748)	
Atualização monetária e juros		266	80	(55)	60	(12)	196	
Provisão em 31/12/2024	681	1	3	56	89	34	5.570	6.434
Sobra/(Falta) acumulada		36	1.373	833	1.038	(155)		
Sobra/(Falta) acumulada (%)		0,57%	25,01%	15,40%	15,29%	-2,24%		
Provisão total em 31/12/2024								6.434

15.3. Cobertura das provisões técnicas:	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas	121.929	81.118
Parcela ressegurada	(35.319)	(23.745)
Custos de aquisição diferidos	(6.129)	(4.083)
Direitos creditórios	(56.784)	(40.073)
Total a ser coberto	23.697	13.217
Bens oferecidos em cobertura		
Título público - LFT	40.739	36.533
(a) Suficiência - R$	17.042	23.316
Suficiência - %	71,92%	176,40%
Capital de risco (*) (vide nota 18-c)	7.553	6.454
Capital mínimo requerido (vide nota 18-c)	8.100	8.100
(b) Zona de segurança - acima de 200% do CMR (vide nota 4.2)	16.200	16.200
Liquidez acima da zona de segurança (a) - (b)	842	7.116

(*) A Seguradora calculou o Capital de risco conforme Resolução CNSP nº 432/2021 considerando o efeito redutor da correlação entre os riscos de crédito, operacional, subscrição e de mercado, bem como manteve o critério de liquidez em relação ao Capital de Risco.

16. Passivos contingentes: A Seguradora possui processos de sinistros em fase inicial de demanda judicial registrados na conta "Sinistros a liquidar judiciais" no montante de R$ 815 (2023 - R$ 547), líquidos de cosseguros. Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundos de itens não cobertos em apólice e/ou discordâncias em relação ao valor indenizado. a) Saldo dos passivos contingentes: Mediante as análises de cada processo, pelo nosso consultor jurídico responsável, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma:

I - Relacionadas a sinistros:	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
Classificação	Qtde.	Valor reclamado	Provisão	Qtde.	Valor reclamado	Provisão
Provável	5	815	815	3	547	547
Possível	–	–	–	–	–	–
Remota	20	45.715	–	25	42.136	–
Total	25	46.530	815	28	42.683	547

II - Não relacionadas a sinistros - Cíveis:	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
Classificação	Qtde.	Valor reclamado	Provisão	Qtde.	Valor reclamado	Provisão
Provável	1	351	351	–	–	–
Possível	1	83.852	–	1	76.597	–
Remota	–	–	–	1	617	–
Total	2	84.203	351	2	77.214	–

A Seguradora é parte em discussões judiciais de natureza cível e em processos administrativos, cuja probabilidade de perda é avaliada pelos assessores jurídicos da Seguradora. O processo com classificação provável, mencionado no quadro acima, relaciona-se a processo em que a Seguradora foi condenada em aproximadamente R$ 351 mil por perdas sofridas pelo Tomador para desembaraço aduaneiro. O processo com classificação possível, mencionado no quadro acima, relaciona-se a processo em que a Seguradora é ré, e cujo valor estimado pela Administração é de aproximadamente R$ 84 milhões. Em dezembro de 2020 foi proferida sentença de primeira instância do processo cível em que o Autor pleiteia a condenação da Seguradora em danos emergentes, lucros cessantes e danos morais relativos a uma proposta de seguro garantia. A referida decisão foi de parcial procedência, absolvendo integralmente a Seguradora com relação aos lucros cessantes e danos morais e a condenando aos danos emergentes. Contudo, tendo em vista diversas incongruências observadas na aludida decisão pelo assessor jurídico da Seguradora e referendadas pela Administração, a Seguradora opôs Embargos de Declaração e, recorreu ao Tribunal de Justiça para a reversão do feito. Em razão da referida decisão, a probabilidade passou de perda remota para possível, de acordo com a estimativa do assessor jurídico da Seguradora responsável pela ação. Adicionalmente, obtivemos uma segunda opinião emitida por um escritório de advocacia igualmente renomado, que confirmou as chances de êxito da Seguradora como possíveis, motivo pelo qual confirmou-se o entendimento de não haver que se constituir provisão. Por fim, cabe ressaltar que os Controladores, no curso normal de suas operações, formalizaram compromissos no sentido de que, na hipótese de uma conclusão desfavorável das discussões judiciais em curso, darão suporte à manutenção de suas atividades. b) Movimentação dos passivos contingentes:

I - Relacionadas a sinistros	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	547	923
(–) Pagamentos efetuados	–	(456)
(+/–) Constituições/Ajuste de estimativa	129	(30)
(+/–) Atualização monetária/variação cambial	139	110
Saldo final em 31 de dezembro	815	547
II - Não relacionadas a sinistros	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	–	–
(+/–) Constituições/Ajuste de estimativa	351	–
Saldo final em 31 de dezembro	351	–

17. Outros valores e bens e Passivo de arrendamento: A duração do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento de seu contrato de aluguel do escritório é de 5 anos (3 anos em 2023). Na rubrica Outros valores e bens estão registrados os valores dos Ativos de direito de uso deste contrato e no Passivo de arrendamento estão registrados os valores dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontados dos juros que serão apropriados. A seguir estão demonstrados os vencimentos do Passivo de arrendamento e dos juros a apropriar:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	31/12/2024	31/12/2023
Ativos de direito de uso	202	202	520	924	537
Total	202	202	520	924	537
Passivo de arrendamento	328	341	936	1.605	742
Juros a apropriar	(130)	(130)	(337)	(597)	(180)
Total	198	211	599	1.008	562
Circulante				198	
Não circulante				810	

Taxa média utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,49% a.a. (10,16% a.a. em 2023).

		Passivo de arrendamento		
	Ativos de direito de uso	Principal	Juros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2023	965	1.211	(246)	965
Amortização	(379)	–	–	–
Atualização	(49)	27	(62)	(35)
Pagamento de passivos de arrendamento	–	(496)	–	(496)
Despesas de juros	–	–	128	128
Saldos em 31 de dezembro de 2023	537	742	(180)	562
Saldos em 31 de dezembro de 2023	537	742	(180)	562
Amortização	(369)	–	–	–
Atualização (*)	756	1.274	(565)	709
Pagamento de passivos de arrendamento	–	(410)	–	(410)
Despesas de juros	–	–	147	147
Saldos em 31 de dezembro de 2024	924	1.606	(598)	1.008

(*) Em 2024 a Companhia mudou seu escritório e com isso teve o efeito da rescisão contratual do aluguel anterior e a entrada do aluguel novo.

continua →

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. *(EM MILHARES DE REAIS)*

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 80.236 em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, sendo representado por 206.083.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas:	31/12/2024	31/12/2023
Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito - CIAC	99,99%	99,99%
CESCE Servicios Corporativos SLU	0,01%	0,01%

b) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não foram constituídas reservas legal e dividendos devido a Seguradora ainda apresentar prejuízos acumulados. c) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), adequação de capital e Capital Mínimo Requerido: Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	30.563	32.018
Participações societárias	(3.333)	(3.333)
Obras de arte	–	(4)
(a) Patrimônio líquido após ajustes contábeis (subtotal)	**27.230**	**28.681**
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	–	–
(b) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	–	–
PLA - nível I	27.230	28.681
PLA - nível II	–	–
PLA - nível III	–	–
(c) Subtotal PLA - nível	**27.230**	**28.681**
Limitador CMR - PLA nível I	27.230	28.681
Limitador CMR - PLA nível II	–	–
Limitador CMR - PLA nível III	–	–
(d) Subtotal PLA - limitador	**27.230**	**28.681**
(e) Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (d - c)	–	–
(f) PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos + ajustes do excesso de PLA de nível 2 e 3 (a + b + e)	**27.230**	**28.681**
Capital mínimo requerido (CMR)	**8.100**	**8.100**
Capital-base	**8.100**	**8.100**
Capital adicional de subscrição	5.750	5.141
Capital adicional de crédito	1.706	1.368
Capital adicional de mercado	862	133
Benefício da correlação entre riscos	(1.266)	(660)
Capital adicional de risco operacional	500	471
Capital de risco	**7.553**	**6.454**
Suficiência/insuficiência do PLA - (PLA-CMR)	**19.130**	**20.581**
Suficiência de capital PLA (Suficiência de capital/CMR)	**236,17%**	**254,09%**
Índice de solvência (PLA/CMR)	**336,17%**	**354,09%**

19. Detalhamento das contas da demonstração do resultado: a) Informação por ramo: Os prêmios emitidos compreendem os prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os sinistros ocorridos compreendem os sinistros ocorridos líquidos de cessão de riscos a congêneres e provisão de IBNR. Os valores dos ramos de atuação da Seguradora estão assim compostos, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

31/12/2024					
Ramos	**Prêmios emitidos**	**Variação provisões técnicas**	**Prêmios ganhos**	**Sinistros ocorridos**	**Custos de aquisição**
Crédito interno	33.189	442	33.631	(29.495)	(4.453)
Crédito à exportação	16.977	(1.952)	15.025	(4.695)	(1.833)
Garantia- segurado setor público	43.716	(23.510)	20.206	(91)	(3.523)
Garantia- segurado setor privado	130	400	530	79	(70)
Total	94.012	(24.620)	69.392	(34.202)	(9.879)

31/12/2023					
Ramos	**Prêmios emitidos**	**Variação provisões técnicas**	**Prêmios ganhos**	**Sinistros ocorridos**	**Custos de aquisição**
Crédito interno	36.616	(3.578)	33.038	(6.523)	(4.476)
Crédito à exportação	18.356	(1.392)	16.964	(8.822)	(2.050)
Garantia - segurado setor público	24.086	(4.705)	19.381	(219)	(3.366)
Garantia - segurado setor privado	387	574	961	(31)	(159)
Total	79.445	(9.101)	70.344	(15.595)	(10.051)

b) Sinistralidade e comissionamento (*)

	31/12/2024		31/12/2023	
Ramos	**Sinistralidade**	**Comissionamento**	**Sinistralidade**	**Comissionamento**
Crédito interno	87,7%	13,2%	19,7%	13,5%
Crédito à exportação	31,2%	12,2%	52,0%	12,1%
Garantia- segurado setor público	0,5%	17,4%	1,1%	17,4%
Garantia- segurado setor privado	-14,9%	13,2%	3,2%	16,5%
Total	49,3%	14,2%	22,2%	14,3%

(*) Saldos apresentados brutos de resseguro

c) Prêmios emitidos	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios diretos	91.342	73.979
Prêmios cancelados	(10.490)	(9.045)
Prêmios restituídos	(6.451)	(4.585)
Cosseguro aceito de congêneres	21.399	14.613
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(1.788)	4.483
Total	94.012	79.445

d) Variações das provisões técnicas	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganho - seguros diretos	(17.963)	(1.997)
Provisão de prêmios não ganho - cosseguro aceito	(7.727)	(1.637)
Provisão de prêmios não ganho - RVNE	1.788	(3.804)
Provisão de excedente técnico	(718)	(1.663)
Total	(24.620)	(9.101)

e) Sinistros ocorridos	31/12/2024	31/12/2023
Sinistros ocorridos	(36.364)	(16.945)
Despesas com sinistros	(741)	(676)
Ressarcimentos	3.721	2.147
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(818)	(121)
Total	(34.202)	(15.595)

f) Custos de aquisição	31/12/2024	31/12/2023
Comissão sobre prêmios emitidos	(15.560)	(10.791)
Variação de comissões diferidas	5.681	740
Total	(9.879)	(10.051)

g) Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com cobrança	(15)	(6)
Despesas com análise de riscos (*)	(3.837)	(3.653)
Provisões cíveis	(351)	–
Outras receitas (despesas) com operações de seguros	(9)	(12)
Redução ao valor recuperável	(4)	(57)
Total	(4.216)	(3.728)

(*) Análises realizadas pela empresa CESCEBRASIL serviços e gestão de riscos Ltda.

h) Resultado com resseguro	31/12/2024	31/12/2023
Receita com resseguro		
Indenizações de sinistros	26.451	11.475
Despesas com sinistros	531	490
Receitas com participações em lucros	1.807	2.590
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	557	41
	29.346	14.596
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguro	(77.983)	(60.496)
Custo de aquisição	25.358	18.341
Provisão de prêmios não ganhos	24.502	7.237
Variação de comissões diferidas	(8.653)	(1.743)
Ressarcimentos	(2.415)	(1.411)
	(39.191)	(38.072)
Total	(9.845)	(23.476)

i) Despesas administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal próprio	(9.558)	(9.680)
Despesas com serviços de terceiros	(4.699)	(4.572)
Despesas com localização e funcionamento	(1.671)	(1.524)
Despesas com publicidade e propaganda	(106)	(73)
Despesas com publicações	(84)	(96)
Despesas com donativos e contribuições	(5)	(6)
Outras despesas administrativas	2	(28)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(123)	(339)
Total	(16.244)	(16.318)

j) Despesas com tributos	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(1.770)	(2.030)
PIS/PASEP	(316)	(344)
Taxa de fiscalização SUSEP	(551)	(477)
Contribuição sindical	(58)	(57)
Outros tributos	(344)	(193)
Total	(3.039)	(3.101)

k) Resultado financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa públicos	4.437	5.126
Receitas financeiras com operações de seguros	1.838	1.765
Receita de oscilação cambial	1.012	461
Outras receitas financeiras	137	96
	7.424	7.448
Despesas financeiras		
Despesas financeiras com seguros	(2.092)	(1.442)
Despesa de oscilação cambial	(282)	(475)
Outras despesas financeiras	(147)	(320)
	(2.521)	(2.237)
Total	4.903	5.211

20. Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos impostos	(1.455)	(1.455)	5.348	5.348
Equivalência patrimonial	(1.814)	(1.814)	(2.211)	(2.211)
Outras adições/exclusões	115	115	148	148
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(3.154)	(3.154)	3.285	3.285
Compensação de prej. fiscal e base negativa	–	–	(985)	(985)
Base de cálculo	(3.154)	(3.154)	2.300	2.300
Alíquota 15%	–	–	(345)	(345)
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 240 mil)	–	–	(206)	–
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	–	–	(551)	(345)

A Seguradora em 31 de dezembro de 2024 possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, não registrados em seu balanço patrimonial, no valor de R$ 38.202 (R$ 35.048 em 2023) de prejuízos fiscais e de R$ 39.954 (R$ 36.800 em 2023) de bases negativas. A Seguradora até 31 de dezembro de 2024 não possuía estudo técnico elaborado demonstrando a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permita o reconhecimento e realização dos mesmos, conforme estabelecido na Circular SUSEP 648/2021. **21. Partes relacionadas:** A Administração considera como partes relacionadas às operações com CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - "Cesce Serviços", seus diretores e serviços compartilhados com a CIAC (Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito) em sua maior parte de pessoal e sistemas. A Seguradora compartilha com a sua controlada "Cesce Serviços" parte da estrutura operacional e administrativa, as despesas desse compartilhamento são originadas de acordo com critérios de rateio estabelecidos pela Administração. Adicionalmente a "Cesce Serviços" presta serviços de análise de crédito e monitoramento aos seus clientes. As principais transações envolvendo partes relacionadas na Seguradora estão descritas a seguir:

	31/12/2024 Ativo/(passivo)	31/12/2023 Ativo/(passivo)	31/12/2024 Receita/(despesa)	31/12/2023 Receita/(despesa)
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. (nota 12)	(1.746)	(576)	(2.528)	(2.211)
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - Dividendos a Receber (nota 9)	1.812	2.209	–	–
CIAC - Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito	–	–	(1.697)	(1.625)
Compañía Española de Seguros de Crédito a La Exportación. SA (*)	(3.330)	(2.484)	(3.459)	(4.492)
Munich RE (**)	(9.244)	(8.591)	(7.057)	(8.769)
Total	(12.508)	(7.852)	(14.741)	(14.097)

(*) Acionista indireta, possuidora de 63,12% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros (com base nos prêmios diretos, líquidos da cessão de resseguro e da recuperação das comissões de resseguro, movimentos de sinistros e ressarcimentos recebidos).

(**) Acionista indireta, possuidora de 15,04% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros (com base nos prêmios diretos, líquidos da cessão de resseguro e da recuperação das comissões de resseguro, movimentos de sinistros e ressarcimentos recebidos).

i. Remuneração do pessoal-chave da Administração: i. Conforme CPC 33 "Benefícios a empregados", os benefícios de curto prazo providos às pessoas chaves da Administração foi de R$ 2.591 em 2024 (R$ 2.217 em 2023), que incluem proventos, encargos sociais, gratificações (PLR e bônus) e demais benefícios. A Seguradora não patrocina planos de previdência complementar e não possui remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **22. Política de participação nos resultados:** A Seguradora não possui uma política interna para o programa de participação nos lucros ou resultado de que trata a Lei nº 10.101/2000, e utiliza a regra conforme estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho específica sobre Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização em 2024, do Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo, cuja despesa é contabilizada na rubrica do resultado - Participações sobre o resultado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Fernando Antunes Alves - Presidente
Jaime de Miguel Muñoz - Vice-Presidente
Rafael Garcia Sanz - Conselheiro
Alejandro Cabrera Roldan - Conselheiro

DIRETORIA

Cristina Rocco Salazar - Diretora-Presidente
Mario Yokoo Eguti - Diretor
Renata Schimmelpfeng Lage - Diretora

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

CONTADOR

Mario Yokoo Eguti
CRC 1SP253570/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. São Paulo - SP. Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste parecer, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade da Auditoria Independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2025.
Daniele Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841

Atuária Brasil Assessoria, Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda.
CIBA 0087
CNPJ 08.114.280/0001-45
Rua General Câmara nº 236, Conj. 601
Porto Alegre - RS

1. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2024
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	7.553
Exigência de Capital (CMR) (máximo entre a e b)	8.100
2. Demonstrativo das provisões técnicas e ativos redutores auditados	**31/12/2024**
Provisões técnicas (c)	121.929
Ativos redutores (d)	98.232
Total a ser coberto (c - d)	23.697
3. Demonstrativo dos indicadores de Solvência Regulatória	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 1	27.230
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 2	–
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 3	–
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA total (e)	27.230
Exigência de Capital (CMR) (f)	8.100
Suficiência/(insuficiência) do PLA (e - f)	19.130
Ativos Garantidores (g)	40.739
Total a ser Coberto (h)	23.697
Suficiência/(insuficiência) dos Ativos Garantidores (g - h)	17.042
4. Ativos de resseguro totais e créditos com resseguradores (não redutores)	**31/12/2024**
Total de ativos de resseguro	77.408
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	3.269
5. Demonstrativo dos limites de retenção	**31/12/2024**
Todos os ramos	1.457

continua

continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

Aos Conselheiros e Diretores da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. (Seguradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras individuais. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras individuais: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras individuais com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras individuais são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras individuais. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras individuais como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

agro.estadao.com.br

agro
ESTADÃO

PORTAL AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura do agronegócio no Brasil sob uma nova perspectiva, com a credibilidade do Grupo Estado

>>>

Uma parceria:
ESTADÃO 150
broadcast agro
PYXYS

Criação:


ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)



Rogério Werneck

Nada aprenderam, nada esqueceram

Ao tentar relevar sua desastrosa gestão das contas públicas, dando-lhe suposta perspectiva histórica, o governo vem omitindo o que importa e ressaltando o que lhe interessa.

É bem sabido que análises econômicas e políticas podem se tornar muito mais ricas e esclarecedoras quando se dá perspectiva histórica às questões em pauta. Mas o governo vem mostrando que continua incapaz de apelar para a história de forma não enviesada, porque segue entregue ao negacionismo quanto ao que ocorreu no catastrófico mandato e meio de Dilma Rousseff.

Foi o que se viu na análise feita pelo ministro da Fazenda ao tentar racionalizar seu desempenho na gestão das contas públicas, em entrevista concedida à CNN em 17/1, disponível no YouTube. "Veja o que está acontecendo de 2015 para cá e o que aconteceu o ano passado (...) Chame qualquer especialista: 2015 a 2022, pegue a trajetória do déficit público e compare com o que nós estamos fazendo."

Quando se tenta dar perspectiva histórica a uma questão, a escolha do período já é metade da narrativa. Ao só se permitir voltar a 2015, e não a 2010, o ministro impediu a explicitação da essência do problema. Em 2010, já havia 12 anos que ao longo de três mandatos presidenciais, ano após ano, o governo vinha gerando superávits primários substanciais, em montante compatível com a manutenção do endividamento público sob controle. Dilma, de início, até manteve tal política. Mas depois chutou o pau da barraca. E deixou a dívida explodir. O resto da história é bem conhecido: o penoso esforço de reconstrução empreendido pelo governo Temer, o governo Bolsonaro com todos seus problemas e, afinal, o novo governo Lula. Mas, para efeito da discussão que aqui se trava, é importante salientar uma diferença crucial entre esses três governos.

> *Governo distorce retrospecto para justificar seu desastroso desempenho na área fiscal*

Tanto no governo Temer como no governo Bolsonaro, jamais se perdeu de vista que o objetivo central da condução da política fiscal deveria ser a restauração da geração de superávits primários compatíveis com a manutenção do endividamento público sob controle.

É espantoso que tal objetivo tenha sido ostensivamente abandonado no terceiro governo Lula, como bem comprovam as metas pífias, inconsequentes e ilusionistas do arcabouço fiscal. De alguma forma, Lula entendeu que já estava acima do bem e do mal e que não tinha mais por que se deixar tolher por preocupações com o endividamento. Pouco ou nada aprenderam com o governo Dilma. Voltaram a chutar o pau da barraca. Sim, a recorrência é deprimente. Mas é disso que se trata. ●

ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Demi Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel (quinzenalmente) ● SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) ● SAB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Dados do BC **Maior para o mês desde 2020**

Brasil tem déficit de US$ 8,65 bi em conta corrente

O Brasil teve déficit de US$ 8,655 bilhões na conta corrente em janeiro, informou ontem o Banco Central (BC). Em dezembro, o déficit foi de US$ 9,033 bilhões.

O rombo de janeiro esteve alinhado ao que indicava a mediana da pesquisa Projeções Broadcast, negativa em US$ 8,50 bilhões.

O déficit de janeiro foi o maior para o mês desde 2020, quando as transações correntes tiveram saldo negativo de US$ 10,777 bilhões. No acumulado de 12 meses, o rombo passou de 2,79% do Produto Interno Bruto (PIB) em dezembro para 3,02%, o maior nível desde setembro de 2022.

O BC espera um déficit de US$ 58 bilhões nas transações correntes este ano, o equivalente a 2,7% do PIB, segundo o mais recente Relatório Trimestral de Inflação (RTI). ● CÍCERO COTRIM e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

COMUNICADO ABERTURA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Torna-se público que a Penitenciária de Cerqueira César, realizará Dispensa Eletrônica com Disputa, Aviso de Contratação Direta Nº 90001/2025, para Aquisição Gêneros Alimentícios Estocáveis, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis, a ser realizado por intermédio do Portal Compras, com início previsto para as 08h00min do dia 06/03/2025 e data fim de recebimento de propostas 12/03/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90001/2025
UASG – 080298 - DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE BARRETOS

Modalidade: Pregão Eletrônico
Nº Processo: 015.00014055/2025-73
Objeto: Registro de Preços para contratações futuras de prestação de serviços de transporte de passageiros mediante fretamento
Total de Itens Licitados: 04 (quatro).
Valor total da licitação: R$ 3.838.158,06 (Três milhões, oitocentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta e oito reais e seis centavos)
Disponibilidade do edital: 28/02/2025
Horário: das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00
Endereço: Av. Cel. Silvestre de Lima nº 475 - Bairro Nogueira - Barretos/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/
Entrega das Propostas: a partir de 05/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 19/03/2025 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público para conhecimento de todos os interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
Pregão Eletrônico nº 01/2025
Processo nº 26032/2024
Objeto: Aquisição de veículo automotor, tipo utilitário, zero-quilômetro, em cumprimento ao objeto do termo de convênio nº 03/2024, firmado entre o Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria de Políticas para a Mulher e o Município de Ourinhos-SP.
Data limite para recebimento das propostas: 19/03/2025 até as 08h59min.
Data de abertura da sessão pública: 19/03/2025 às 09:00 horas.
Realização através do Portal de Compras da Prefeitura de Ourinhos-SP portaldecompras.ourinhos.sp.gov.br/comprepraja.
O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através do site www.ourinhos.sp.gov.br e no Portal de Compras.
Ourinhos, 27 de fevereiro de 2025.
Guilherme Andrew Gonçalves da Silva – Prefeito

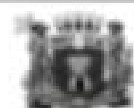
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90.004/2025
UASG – SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2025 **Nº Processo:** 050.00032026/2024-85
Objeto: Aquisição de coletes refletivos para a Superintendência da Polícia Técnico-Científica
Total de Itens Licitados: 03 (três).
Valor total da licitação: R$ 23.445,00 (vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais)
Disponibilidade do edital: 26/02/2025 Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Rua Moncorvo Filho, 410 - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05507-060
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 24/03/2025 às 10h00min no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS. Disputa: dia 20/03/2025 às 10:00 horas.
Edital(s) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de Arujá, 27 de fevereiro de 2.025.

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE CATANDUVA - SINCOMERCIO
CNPJ: 47.081.825/0001-99
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O presidente da entidade supra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, convoca, conforme disposição estatutária, todos os integrantes da categoria econômica representada, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 10 de março de 2025, às 18:30 horas, em sua sede social, na Avenida Benedito Zancaner,720 – Cep: 15.801-440 Bairro - Jardim do Lago, Catanduva-SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
Assembleia Geral Ordinária:
1-Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Assembleia Anterior;
2-Leitura do Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço do Exercício de 2024.
3-Leitura, Discussão e Aprovação do Balanço do Exercício 2024.
4-Autorização para alienação do imóvel do Sincomercio Catanduva, sito a Rua Aracaju,495
Não havendo, no horário acima indicado, número legal de participantes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia Geral Ordinária será realizada uma hora após, em segunda convocação, com o quorum estatutário.
Catanduva, 28 de fevereiro de 2025.
Ivo Pinfildi Junior - Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE **MOGI DAS CRUZES**

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 1/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO n.º 1/2025
EDITAL n.º 1/2025

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM
LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021
LEIS COMPLEMENTARES 123/2006 E 147/2014

Objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos de higiene e materiais descartáveis, conforme especificações descritas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.
Prazo para o recebimento dos Documentos de Habilitação e Propostas: dia 17/03/2025 às 09h00A Sessão Pública Eletrônica será realizada no dia 17/03/2025 às 09h30, no seguinte endereço eletrônico: https://bllcompras.com.
Local de retirada do Edital: O Edital do Pregão Eletrônico n.º 1/2025, poderá ser retirado, gratuitamente, no prédio sede da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, na Secretaria Geral Administrativa - telefone (11) 4798-9551, no horário das 09h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00. A versão digital estará disponível no site **www.cmmc.com.br**, no **"Portal da Transparência"**, na **Plataforma da BLL Compras e no PNCP.**

Mogi das Cruzes, 27 de fevereiro de 2025.
ÁLEX ALBERT MORAIS DE SOUZA
Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.225/2024 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE FRUTAS E VERDURAS IN NATURA, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos **sítios: https://www.gov.br/compras/pt-br** e **https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245** - Envio das Propostas de Preços pelo site **https://www.gov.br/compras/pt-br**, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **28/02/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **19/03/2025 às 10h00min.**
Osasco, 27 de fevereiro de 2025.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90279/2024 – HU
PROCESSO SEI Nº 154.00007765/2024-11
REF.: ALTERAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA
Devido a pedidos de esclarecimentos, ocorrerá alteração no descritivo do Edital. CONSIDERAR O TEXTO QUE SEGUE ABAIXO: 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (PÁGINA 34): Condições de Entrega 5.1. O serviço será executado nos setores do HU localizado – Av. Prof. Lineu Prestes, 2565 – Cidade Universitária – CEP 05508-000 São Paulo – SP, no período de Segunda a Sexta-feira das 7 às 17 h, ou em laboratório próprio da licitante ganhadora, sendo que todos os custos relativos a transporte dos equipamentos estarão a cargo da contratada. Conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência. Caso a empresa ganhadora opte por realizar a calibração em seu próprio laboratório, todos e quaisquer danos relativos ao equipamento transportado serão de responsabilidade da contratada e deverão ser restituídos pela mesma. NOVA DATA: SESSÃO DE ABERTURA: 19/03/2025 às 9h. Demais informações estarão disponíveis nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br

PODCAST

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast **'Estadão Analisa'**.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de **segunda a sexta-feira, às 7h**



Assista **AO VIVO** pelo **canal** do **Estadão** no **Youtube**.



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

DE SEGUNDA A SEXTA **7h** DA MANHÃ

ESTADÃO

Atradius
Managing risk, enabling trade

Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

CNPJ nº 08.587.950/0001-76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conjuntura:
O exercício 2024 manteve-se fortemente desafiador às seguradoras de crédito ao contrário do que projetávamos ao início do ano conforme comentado no item *Perspectivas* em nosso *Relatório da Administração* que acompanhou a divulgação de nossas *Demonstrações Financeiras* referentes ao exercício 2023.
No mercado doméstico, o ano teve um início promissor com perspectivas de crescimento moderado da atividade, emprego e renda, melhor desempenho fiscal após definição do Arcabouço e metas que indicavam redução do déficit primário, bem como economia global razoavelmente estável apesar das tensões geopolíticas e comerciais importantes. Estes fatores permitiram ao Banco Central seguir em sua política de distensão da SELIC iniciada em fins de 2023 eis que a inflação seguia convergindo à meta no curto prazo e as expectativas mantinham-se ancoradas no longo prazo.
Entretanto, a reversão da trajetória e das tendências de inflação levou o Banco Central a inicialmente pausar os cortes da SELIC ao final do 1º semestre para, em seguida, aumentá-la progressivamente, bem como antecipar novos aumentos nas próximas reuniões do COPOM no momento em que este relatório é redigido. Tal reversão ocorreu num momento em que os juros reais *ex-post* ainda se mostravam acima das médias históricas desde a última década, bem como vêm-se assim mantendo por um período mais longo ao anteriormente observado na mesma série.
Esta dinâmica passou a impor custos expressivos nas condições de crédito ao setor privado, notadamente aos devedores corporativos: se por um lado a manutenção de tal política vem-se provando até aqui exitosa em conter avanços inflacionários que ameaçam ultrapassar o teto da meta, a forte deterioração da inadimplência corporativa surge como um efeito colateral de sua intensidade e persistência.
Uma *proxy* deste efeito pode ser medida pelo número de pedidos de recuperação judicial. Em crescimento desde 2023, este indicador medido pela Serasa Experian bateu seu recorde histórico em 2024: 2.273 empresas no total, alta de 62% em relação a 2023, 22% superior ao pico da série antes observado em 2016 - recorde anterior atingido numa conjuntura que, ao contrário de 2024, era de forte recessão. Segundo dados da mesma empresa, o crescimento dos pedidos em 2024 foi observado em todos os setores (comércio, indústria, serviços e primário), bem como em cada um dos segmentos por porte de empresa (micro e pequena, média e grande), desempenho que vem-se mantendo consistentemente negativo, crescente e generalizado desde 2023. Tal fato sugere que o aumento recente da inadimplência corporativa não decorre de choques particulares que acometem empresas de determinado tamanho ou atuantes em setores específicos mais vulneráveis a tais eventos. Sua amplitude é, ao contrário, generalizada, assim não poupando nenhum setor e afetando firmas de todos os portes. A expectativa de manutenção dos juros reais acima da média histórica e por mais tempo - em certa forma consensual neste momento - deve aprofundar tais efeitos, mesmo numa economia próxima ao pleno emprego e com alta utilização da capacidade instalada.
No cenário externo, ao passo que permanecemos convivendo com as mesmas tensões geopolíticas já configuradas em 2023, também assistimos transições políticas importantes em alguns países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, Holanda, Portugal e presumivelmente Alemanha.
O prolongamento da guerra entre Rússia e Ucrânia ocorre simultaneamente à ampliação regional da reação de Israel à invasão de seu território inicialmente limitada a Gaza (novas ações na Cisjordânia e, em menor escala ou pontuais, no Líbano e Irã). Ambos os conflitos continuam a marcar as principais tensões geopolíticas em curso no mundo.
Nacionalismo, protecionismo e restrições imigratórias devem pautar políticas dos líderes que assumiram ou assumirão a chefia de governo dos países acima mencionados, projetando um cenário de potenciais guerras comerciais, recrudescimento inflacionário e mesmo intensificação das tensões geopolíticas em virtude do fortalecimento ou diminuição/retirada de apoios às partes diretamente envolvidas nos conflitos.
Na América Latina, destaque para a continuidade política no México em contraste à observada na Venezuela em meio a tensões internas e externas ante a contestações ao resultado da eleição. Na Argentina, o governo de Javier Milei executou uma série de medidas liberalizantes em paralelo a um forte contingenciamento dos gastos governamentais que produziram efeitos positivos na inflação, câmbio, juros e déficit público, porém impactos contracionistas sobre grande parte do setor privado. Mercosul viveu impasses ante aos câmbios políticos e pressões de alguns países-membro ou associados para firmarem acordos bilaterais com países/blocos fora da região que podem comprometer o comércio intrarregional e a relevância do Bloco.
Desempenho:
O exercício 2024 foi marcado por um crescimento de 9% em nossos *Prêmios Ganhos* impulsionado pelo bom desempenho na retenção e expansão da base de clientes. Tal desempenho compensou a menor emissão de prêmios de ajuste que foram impactados pela queda de preços finais ou menor atividade de nossos segurados ou margem em setores representativos de nossa carteira (eletrônicos, agricultura e siderurgia). Segundo dados da Susep, o total de prêmios ganhos no mercado de seguros de crédito cresceu um pouco menos de 1% em 2024. A nossa sinistralidade encerrou o exercício representando 2% de nossos prêmios ganhos (47% em todo o mercado conforme Susep), aqui fortemente influenciados pela recuperação dos sinistros indenizados do Grupo Americanas, em que pese aumento de nossas provisões prudenciais de sinistros a incorrer (ambos comentados adiante). *Despesas Administrativas* recuaram 3% por ajustes em nossas provisões para arrendamentos segundo normativas contábeis em vigor. As *Receitas Financeiras* tiveram um crescimento de 71% pelos efeitos do aumento da Selic incidindo sobre os *Ressarcimentos* recebidos e reservas líquidas, estas também influenciadas pela depreciação cambial observada principalmente no último trimestre. Por fim, nosso resultado líquido aumentou 165% em relação a 2023.
Como destaque, auferimos um volume expressivo de *Ressarcimentos* e reforçamos nossas provisões de *IBNR* acima do que nossos modelos atuariais indicavam.
Grande parte dos fluxos de *Ressarcimentos* decorreram da recuperação de uma fração significativa dos sinistros indenizados em 2023 do Grupo Americanas: seu plano de recuperação judicial, aprovado ao final do exercício 2023, previa pagamento dos passivos concursais a credores qualificados como "colaboradores", qualificação atribuída à grande maioria dos nossos segurados indenizados. Com os créditos sub-rogados após a indenização, a Seguradora recebeu e vem recebendo diretamente da recuperanda os respectivos pagamentos de suas dívidas concursais ao longo do exercício 2024. Em contrapartida, a Seguradora vem provendo coberturas aos credores por ela segurados qualificados como colaboradores em seus negócios com o Grupo conforme previsto no plano aprovado.
Já a maior constituição de *IBNR* fundamentou-se pelo forte aumento da sinistralidade observado no segundo semestre e que projetamos continuar a produzir efeitos ao longo de 2025. Nossas estimativas basearam-se em exercícios de mapeamento de créditos vencidos nas carteiras de nossos segurados e de maior probabilidade de notificação de sinistros no futuro. Tal medida foi tomada de maneira prudencial para melhor refletir nossos fundamentos a partir de nossa exposição a devedores com maior vulnerabilidade ao cenário em curso, bem como nossas expectativas de desempenho adiante.
Perspectivas:
Projetamos um balanço de riscos menos favorável em 2025.
No cenário Global, o avanço de pautas políticas nacionalistas, protecionistas e anti-imigratórias podem gerar choques adversos e assim comprometer o desempenho das maiores economias e blocos econômicos mundiais, como também criar fricções ou mesmo rupturas no comércio global. Propostas de paz ora aventadas aos conflitos geopolíticos abordados com maior ênfase na seção *Conjuntura* não indicam que uma solução minimamente consensual possa ser lograda no curto prazo, seja entre as nações beligerantes, como entre países ou blocos de maior influência neste contexto, como Estados Unidos, Europa, China e Oriente Médio. A combinação de impasses geopolíticos e alterações bruscas de políticas domésticas e comerciais podem trazer volatilidade aos mercados e afetar negativamente crescimento, emprego, inflação e juros globais, assim alterando os fundamentos do crédito ao setor privado em escala mundial.
No contexto doméstico, a manutenção dos juros reais altos e por tempo prolongado observados desde meados de 2022 deve intensificar os efeitos já materiais sobre a inadimplência corporativa. A razão de tal perspectiva se dá pelo maior e mais demorado esforço de geração de caixa das empresas para servir suas dívidas num momento em que a autoridade monetária busca um "pouso suave" na melhor das hipóteses, mas que, de qualquer maneira, levará a uma desaceleração da atividade se bem-sucedida. Estes efeitos podem-se verificar mais intensos em um cenário de contração de liquidez via contingenciamento de crédito, fato estilizado que momentos de alta e persistente inadimplência costumam ensejar. Neste contexto, apesar dos desembolsos de recursos livres vêm-se mantendo positivos, por exemplo, já se observa uma desaceleração desde o segundo semestre de 2024. Portanto, uma confirmação da tendência de crescimento dos defaults empresariais pode também gerar uma contração de crédito ao setor privado, assim fragilizando ainda mais a capacidade das empresas em servirem / rolarem suas dívidas num cenário de desaceleração econômica perseguida pelo Banco Central.
A *Atradius Crédito y Caución* vem-se preparando a este cenário ao reforçar suas competências de análise e monitoramento aos riscos de crédito e suas reservas prudenciais, ao passo que mantém sua flexibilidade para adaptar-se rapidamente a um câmbio de perspectivas se assim exigido. Manter-nos-emos vigilantes aos desafios deste cenário, sempre fiéis à nossa cultura de prudência na subscrição de apólices e aceitação de riscos. Esperamos, mais uma vez, demonstrar nossa resiliência e capacidade de perseguir e alcançar nossos objetivos definidos para 2025 e para o futuro, confirmando assim nossa vocação ao crescimento de nossas operações no país de maneira consistente e sustentável.
Agradecimentos:
A administração da seguradora agradece a confiança de seus segurados, corretores, colaboradores e acionistas, reafirmando o seu compromisso no empenho de esforços para manter tal merecimento.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Notas Explicativas	2024	2023
Circulante		593.867	373.448
Disponível - Caixa e Bancos	2.4	2	1
Equivalentes de caixa	2.4	56.347	23.092
Aplicações	5	129.576	74.119
Créditos das operações com seguros e resseguros		159.881	135.726
Prêmios a receber	6.1	141.192	129.402
Operações com resseguradoras	6.2	18.689	6.324
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	234.063	126.250
Outros valores e Bens	8	414	533
Títulos e créditos a receber		526	801
Créditos tributários e previdenciários	9.1	526	801
Despesas Antecipadas Operacionais		171	169
Custos de aquisição diferidos - Seguros	10	12.893	12.349
Não circulante		93.239	43.658
Realizável a longo prazo		92.229	43.113
Aplicações	5	6.830	6.159
Créditos das operações com seguros e resseguros		41.342	11.473
Prêmios a receber	6.1	41.342	11.473
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	38.447	22.554
Outros Valores e Bens	8	116	3
Empréstimos e depósitos compulsórios		35	25
Custos de aquisição diferidos - Seguros	10	5.455	2.881
Imobilizado - Bens móveis	11.1	760	452
Intangível	11.2	245	85
Total do ativo		687.106	417.098

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	2024	2023
Circulante		495.779	294.211
Contas a pagar		11.458	8.003
Obrigações a pagar		1.167	1.838
Impostos e encargos sociais a recolher	12	7.777	4.793
Encargos trabalhistas		1.085	1.113
Impostos e contribuições	12	1.451	199
Outras Contas a Pagar		80	60
Débitos de operações com seguros e resseguros		202.589	116.270
Operações com resseguradoras	13	187.773	103.250
Corretores de seguros e resseguros	14	14.816	13.020
Depósito de Terceiros		-	4
Provisões técnicas - seguros Danos	15	281.317	165.305
Outros Débitos	8	388	529
Não circulante		87.006	42.485
Débitos de operações com seguros e resseguros		28.028	7.715
Operações com resseguradoras	13	24.325	7.042
Corretores de seguros e resseguros	14	3.703	673
Provisões técnicas - seguros Danos	15	58.822	34.736
Outros Débitos	8	156	34
Patrimônio líquido		104.322	80.394
Capital social	16.1	40.489	40.489
Reserva de Lucros	16.2	63.831	39.905
Reserva Legal		3.191	1.995
Reserva Estatutária		60.640	37.910
Total do passivo e do patrimônio líquido		687.106	417.098

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas Explicativas	2024	2023
Prêmios emitidos	6.1a	163.727	140.698
Variações das provisões técnicas de prêmios	17	(31.766)	(19.751)
Prêmios ganhos	18	131.961	120.947
Sinistros ocorridos	18	(2.425)	(348.885)
Custos de aquisição	18	(15.102)	(13.751)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	17	(874)	(571)
Resultado com resseguro	17	(73.488)	266.280
Receitas com resseguro		235.362	352.434
Despesas com resseguro		(308.850)	(86.154)
Despesas administrativas	17	(13.981)	(13.991)
Despesas com tributos	17	(4.834)	(3.825)
Resultado financeiro	17	22.493	12.597
Resultado operacional		40.470	15.602
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		58	56
Resultado antes dos impostos e participações		40.528	15.657
Imposto de renda	19	(10.244)	(4.018)
Contribuição social	19	(6.101)	(2.367)
Participação sobre o resultado		(258)	(247)
Lucro líquido do exercício		23.925	9.024
Quantidade de ações (em milhares)		42.658	42.658
Lucro líquido por ação - R$		0,5609	0,2116

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	23.926	9.024
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	23.926	9.024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	40.489	1.544	29.337	-	71.370
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	9.024	9.024
Constituição de Reservas	-	451	8.573	(9.024)	-
Em 31 de dezembro de 2023	40.489	1.995	37.910	-	80.394
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	23.926	23.926
Constituição de Reservas	-	1.196	22.730	(23.926)	-
Em 31 de dezembro de 2024	40.489	3.191	60.640	-	104.320

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	23.926	9.024
Ajustes de itens que não afetam o caixa	2.352	(890)
Depreciações e amortizações	345	323
Ganhos / (Perdas) Cambiais sobre Caixa e equivalentes	2.007	(1.213)
Lucro/prejuízo do exercício ajustado	26.278	8.134
Variações das contas patrimoniais	25.065	(2.189)
Aplicações Financeiras	(56.123)	(19.288)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(54.023)	(4.416)
Títulos e créditos a receber	275	(92)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(123.708)	(19.747)
Outros Valores e Bens	35	79
Despesas antecipadas	(1)	(136)
Custos de aquisição diferidos	(2.739)	1.530
Impostos e contribuições	16.511	6.495
Outras contas a pagar	2.184	202
Débitos das operações com seguros e resseguros	108.533	(1.338)
Depósito de Terceiros	(3)	4
Provisões técnicas – seguros	136.122	30.119
Caixa gerado nas atividades	51.343	5.945
IRPJ e CSLL pagos	(15.259)	(6.423)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	36.084	(5.478)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(516)	(99)
Intangível	(307)	(35)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(823)	(134)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	35.261	(5.612)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.093	27.492
Ganhos (perdas) cambiais sobre Caixa e Equivalentes de caixa	(2.007)	1.213
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.347	23.093

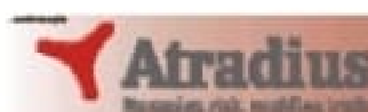
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. ("Seguradora"), situada na Avenida Angélica, 2530 - 10º andar, Consolação - São Paulo, foi constituída em 5 de setembro de 2006 e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 2.568, de 1º de dezembro de 2006, tendo o início de suas operações de seguros com emissão de apólices a partir de 1º de setembro de 2007. A Seguradora tem por objeto social a operação de seguros de crédito e garantias, em todo o território nacional. A Sociedade tem como controlador a Atradius Crédito y Caución S.A de Seguros y Reaseguros, sediada na Espanha. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e algumas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo Atradius.
2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que inclui a Lei das Sociedades por Ações e as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal de suas operações. A apresentação segue os critérios estabelecidos no plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras pela Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos Instrumentos Financeiros, reconhecidos no balanço pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021, a Demonstração dos Fluxos de Caixa está sendo divulgada pelo método indireto. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 09 de Fevereiro de 2025. **2.2.1. Pronunciamentos Contábeis ainda não adotados: CPC 50 - "Contratos de Seguro":** Norma que visa a substituição do CPC 11 (Contratos de Seguro), após um processo de revisão das normas internacionais de contabilidade feito pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O Objetivo é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Este pronunciamento será aplicável quando referenciado pelo órgão regulador. A Administração da Seguradora está avaliando os impactos da norma acima e/ou aguardando a aprovação da SUSEP, em consonância com o Grupo Atradius. **2.2.2. Pronunciamentos Contábeis adotados: Circular SUSEP nº 678/2022:** Em 1º de Janeiro de 2024, a circular 678/2022 veio substituindo a Circular SUSEP nº 648/2021. As principais mudanças ocorreram no que tange as provisões técnicas e o teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, a nova norma exige que a Companhia elabore um estudo técnico que considere o histórico de perdas e a capacidade de pagamento de cada ressegurador, no processo de constituição e mensuração da redução do Valor Recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e Prêmios a receber. Também aprovou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. CPC 48: "Instrumentos Financeiros". Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações trazidas são: (i) novo modelo de classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, (ii) novo modelo de impairment; (iii) nova diretriz para adoção da contabilidade de hedge. Este pronunciamento será aplicável a partir de 2024. A Circular SUSEP nº 678/2022, que substitui a Circular nº 648/2021, estabelece diretrizes para a mensuração e reconhecimento de ativos financeiros, incluindo a avaliação de perdas esperadas. Com base em um estudo interno fundamentado no histórico de inadimplências dos segurados, a companhia determinou um percentual de perda estimada aplicável aos prêmios a receber, em conformidade com as melhores práticas contábeis e regulatórias. Probabilidade de Default de Ativos de Resseguro: A Seguradora realizou um estudo interno para calcular a probabilidade de inadimplência dos resseguradores com os quais possui créditos a receber. No entanto, considerando que os valores a pagar às resseguradoras são superiores aos valores a receber, não se fez necessária a atribuição de uma probabilidade de default para esses ativos, uma vez que a exposição líquida da companhia a esse risco é reduzida. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: 2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3.2. Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento do balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de R$ 56.347 (R$ 23.092 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à saldos em conta corrente local e estrangeira, assim como a fundos de investimento não exclusivos com resgates e aplicações automáticas no curto prazo. **2.5. Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação e mensuração:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.5.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **2.5.1.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável segundo o que está descrito na normativa 678/2022 da SUSEP. **2.5.1.3. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão travam seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **2.5.2. Impairment de ativos financeiros: 2.5.2.1. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (inclui ainda prêmios a receber):** Com a aplicação da nova Circular nº 678/2022 a Seguradora realizou novos estudos para calcular a probabilidade de default que seus ativos possam vir a ter. A provisão para riscos sobre créditos é constituída com base em um estudo realizado pela Seguradora analisando a probabilidade de perdas estimadas. No caso de prêmios a receber, é aplicado um percentual sobre o saldo que a companhia tem de prêmios a receber. A provisão para riscos sobre créditos com resseguradores é analisado a probabilidade de default que a resseguradora tem e é aplicado um percentual sobre seus ativos de resseguro. No que diz respeito ao CPC 48 a Companhia realizou um estudo para verificar a possibilidade de ajuste ao valor de mercado. Como a Seguradora trabalha exclusivamente com títulos públicos - LFTs que possuem Risco Brasil, a empresa não tem a necessidade de aplicar um impairment nesses saldos visto que seu ajuste já é feito a valor justo mensalmente utilizando os índices Selic e Anbima, além do próprio índice disponibilizado pelo banco emissor dos títulos. Com base nas avaliações apresentadas a Companhia entendeu não necessidade de aplicar uma redução do valor recuperável em títulos de LFTs para o exercício de 2024.

Ativos	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Ajustes no saldo de abertura	Ajustes no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Prêmios a Receber (RVR)	-	-	(79)	(79)
Total da redução ao valor recuperável	-	-	(79)	(79)

2.6. Ativos relacionados a resseguros: A cessão de resseguros é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar seu risco ou eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguro são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados por prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, cujo período de risco esteja ativo, e por sinistros indenizados aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperados junto ao ressegurador. **2.7. Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial nos quais o evento segurado ocorre comparado com cenários nos quais o evento segurado não ocorre. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto e específico, afetá-lo adversamente. **2.8. Custos de aquisição diferidos:** Os Custos de Aquisição Diferidos (CAD) são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período de risco ainda não decorreu e são apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. **2.9. Imobilizado:** Está mensurado ao custo sendo que sua depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme as seguintes taxas anuais: equipamentos e veículos - 20% e móveis - 10%. **2.10. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: 2.10.1. Provisões e passivos contingentes:** Referem-se a obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. São classificadas como: (a) perdas prováveis, para as quais são constituídas provisões, (b) perdas possíveis, as quais são divulgadas, quando relevantes, sem que sejam provisionadas e (c) perdas remotas, que não requerem provisão e divulgação. Estas classificações são avaliadas por consultores jurídicos e revisadas periodicamente pela Administração da Seguradora. Os valores são baseados nas notificações dos processos administrativos ou judiciais e atualizados mensalmente, conforme Nota 15.1.3. Destacamos que não há ações fiscais e trabalhistas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **2.10.2. Obrigações legais:** Referem-se às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade são objetos de contestação judicial e são reconhecidas pelo valor integral em discussão, permanecendo registradas até a fase de trânsito em julgado. **2.11. Passivos de contratos de seguro: 2.11.1. Provisões Técnicas:** A Seguradora utiliza as diretrizes do CPC 11 e da Circular SUSEP 678/2022 para avaliação dos contratos de seguro e aplica o Teste de Adequação de Passivos (TAP), dentre outras políticas. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores e da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) descritas a seguir: (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela dos prêmios correspondentes ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela Seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A metodologia baseia-se na apuração de um percentual de atraso sobre a PPNG calculada pela data de emissão. Este percentual é obtido com base em um triângulo de *run-off* dos prêmios dispostos por início de vigência e emissão,

Eufrázio



Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

CNPJ nº 08.587.950/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

considerando como data base um mês de defasagem da data de apuração da provisão. A constituição da PPNG-RVNE é realizada pela multiplicação deste percentual pela PPNG por emissão constituída no mês de apuração. (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, líquida dos ajustes do cosseguro, quando aplicável. Os sinistros avisados e ainda pendentes, que compõem a PSL podem ser classificados em sinistros administrativos e sinistros judiciais. A estimativa inicial da Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativos (PSLa), considera o saldo devedor relativo à cobertura em que ocorreu o sinistro, bruto de resseguro. A constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais (PSLj) considera a melhor estimativa de desembolso de caixa, o valor em risco indicado pelos advogados, abrangido pela cobertura do seguro; e a probabilidade de perda indicada pelos advogados. A mensuração da estimativa de PSL também considera (i) o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação, sendo estimada por meio de triângulos de run-off de sinistros pagos e sinistros incorridos. Para se chegar ao IBNeR, subtrai-se da estimativa de Sinistros Ocorridos e Ainda Não Pagos a estimativa de IBNR e a PSL constituída caso a caso e (ii) o ajuste decorrente do abatimento em função da expectativa de recuperação em ressarcimentos. (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, é utilizado o triângulo de run-off de sinistros avisados. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão IBNR inicial, gerando a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) visa cobrir as despesas relativas às indenizações de sinistros. A PDR é constituída através da soma de duas parcelas: a soma dos valores das despesas relacionadas aos sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento (PDR PSL) e da expectativa dos valores das despesas relacionadas com sinistros ocorridos e ainda não avisados (PDR IBNR). As estimativas das despesas de sucumbência relativas aos casos judiciais pendentes são adicionadas a parcela de PDR PSL. (f) A Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) em conformidade com a normativa SUSEP 678/2022, a seguradora realizou um estudo para avaliar a probabilidade de inadimplência de devedores duvidosos, substituindo a normativa SUSEP 517/2015. Com base em análises internas e no histórico de atrasos, foi determinada uma perda estimada de 0,07%. Assim, a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) atual é calculada com base no saldo de prêmios a receber, multiplicado pela perda estimada. (g) Redução ao Valor Recuperável (RVR) em conformidade com a normativa SUSEP 678/2022 a seguradora realizou um estudo para avaliar o risco de default que os resseguradores que ela tem contrato possuem. Com esse risco seria aplicado um ajuste nos passivos de resseguro (Ativo de PSL, IBNR Resseguro, IBNeR Resseguro, PDR e Salvados e Ressarcidos). No ano de 2024 a empresa verificou que embora possua créditos a recuperar com as resseguradoras, no encontro de contas ela possui saldo a pagar a elas, não o contrário. Desta forma não foi constituído em 2024 um ajuste de RVR para passivos de resseguro. **2.11.2. Teste de Adequação dos Passivos (TAP) (*Liability Adequacy Test* (LAT)):** Conforme requerido pelo CPC 11, Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores e seguindo o manual de Orientações sobre Teste de Adequação de Passivos (TAP) e Ajuste Econômico do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) relacionado ao TAP, elaborado pela SUSEP e disponibilizado ao mercado segurador em maio de 2024 em cada data de balanço a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Segundo a norma da SUSEP, o TAP deverá ser realizado bruto de resseguro e, o resultado do TAP será apurado pela diferença entre os passivos atuariais recalculados e as Provisões Técnicas constituídas líquidas de Custos de Aquisição Diferidos e de Ativos Intangíveis. As provisões técnicas a serem consideradas no TAP são as seguintes: a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG); b) Provisão de Prêmios Vigentes, Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE); c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL); d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR); e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). O resultado do TAP se positivo, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) para a curva de Cupom de IPCA e pela SUSEP para a curva pré-fixada. A taxa de juros a termo pré-fixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados respectivamente pela SUSEP e pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2024. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo prefixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, as despesas administrativas e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa de sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo de sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE, líquidas dos custos de aquisição diferidos relacionados diretamente ao negócio. Para apuração do TAP, foi selecionada a sinistralidade dos sinistros finais (ultimates) dos últimos 12 meses, obtida na análise de IBNR, com data base de 31 de dezembro de 2024. Os sinistros finais projetados líquidos das expectativas de ressarcimento e brutos de despesas diretas com sinistros foram divididos pelo prêmio ganho do mesmo período gerando uma sinistralidade de 69,34%. Utilizou-se uma premissa de despesa (administrativa/outras despesas operacionais) de 7,91%, relacionada à manutenção do negócio. Essa premissa foi baseada nas demonstrações financeiras dos últimos 12 meses. A Seguradora repassa em resseguro 17%, em média, dos prêmios emitidos, conforme demonstrado na Nota 4.2.4. As demais premissas relacionadas no CPC 11 não foram utilizadas pela Seguradora ou por não terem impacto significativo no cálculo ou por não serem aplicáveis aos produtos comercializados. O resultado dos Testes de Adequação de Passivos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-base.

Grupo de Ramo	Provisões contabilizada	Fluxo Realista	Suficiência
Crédito Interno (0748)	152.702	138.702	(14.000)
Crédito Exportação (0749)	1.774	1.619	(155)
	154.476	140.321	(14.155)

2.12. Provisão para tributos: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor (Nota 9.1). As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora apure prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social (Nota 9.1). **2.13. Benefícios a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência. **2.14. Capital social:** O capital social da Seguradora corresponde a capital estrangeiro e está representado por 42.657.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Nota 16.1). **2.15. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora, conforme Nota 16.3. **2.16. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, conforme abaixo: (a) Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e retido simultaneamente ao recebimento do prêmio. O recolhimento é realizado de acordo com a legislação vigente. (b) A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas: Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativas, incluem, mas não se limitam: aos títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, os créditos tributários, as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. **3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O componente no qual a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é a constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar. Desta forma, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e outros fatores que entende como relevantes e utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. **3.2. Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros:** A seguradora a partir de 2024 segue as normas do CPC 48, substituindo CPC 38. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (i) classificação e mensuração de ativos financeiros e (ii) redução ao valor recuperável (impairment).

4. Gestão de riscos: A gestão de riscos é um processo formal usado para identificar os riscos e oportunidades, ferramenta para estimar o impacto potencial de eventos e da mesma forma fornecer um método para tratar esses impactos com objetivo de mitigar as ameaças até um nível aceitável para alcançar as oportunidades. O objetivo da gestão de riscos não é eliminar os riscos, no entanto, é gerenciar os riscos envolvidos em todas as atividades para aumentar as oportunidades e diminuir os efeitos adversos. Está dividida em três frentes na Seguradora: Primeira linha de defesa: As próprias áreas, individualmente, têm a responsabilidade primária de identificar, gerir e comunicar os riscos. Segunda linha de defesa: A função do Gestor de Riscos é supervisionar as atividades da primeira linha de defesa, deve ainda auxiliar a companhia na melhoria contínua da estrutura de governança, provendo metodologias e ferramentas adequadas. Outras funções de controle tais como os Controles Internos e Compliance atuam de forma complementar para o gerenciamento de controle de riscos. Terceira linha de defesa: A função da auditoria interna é de fornecer uma garantia independente sobre a eficácia do ambiente de gestão e controle de riscos (supervisão sobre a primeira e segunda linha de defesa). **4.1. Gestão de riscos de seguro:** A Seguradora tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Seguradora são: (a) manutenção de controle centralizado de subscrição para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; (b) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios propostos pelos corretores; e (c) o risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição. Fica estabelecido como parâmetro de precificação a tarifa de prêmio adotada pela Atradius Crédito y Caución S.A de Seguros y Reaseguros, baseado nos resultados estáveis de subscrição alcançados em mais de 80 anos, que, aliado à oportuna linha de contratação mantida neste seguro, avaliam a suficiência global das tarifas adotadas. A tomada de decisão é efetuada somente após análise do resultado dos seguintes procedimentos: • Gestão de sinistralidade; • Identificação de concentração de uma carteira em um setor de atividade econômica; • Identificação de crise na economia local ou mundial que afetem no agravamento dos riscos de créditos; • Análise do comportamento dos segurados no que concerne à preservação do bem segurável e quanto à regularidade no cumprimento de suas obrigações contratuais. As operações de seguro de crédito somente são aceitas mediante cobertura de resseguro. Quando do aviso de sinistro, a Seguradora registra a "reserva de sinistro inicial" levando em consideração o montante avisado e posteriormente (durante a análise) o montante coberto; a adequação da reserva de sinistro ao montante suficiente à cobertura é efetuada após a regulação do processo de sinistro. A Seguradora utiliza das seguintes fontes de subscrição, internas e externas, para tomada de decisão: • Proposta de seguro; • Pedido de cobertura, por meio do Questionário de Solicitação de Seguro de Crédito; • Canais de comercialização: visitas às áreas de crédito do segurado, bem como aos seus clientes passíveis de cobertura do seguro; • Relatório de desempenho setorial; • Estudos mercadológicos; • Informações disponibilizadas pelas agências provedoras de informações de crédito; • Informações obtidas através de outras fontes externas, tais como: meios de comunicação (ex.: jornais, Internet, TV, rádio e publicações especializadas). Periodicamente, são realizadas reuniões entre os colaboradores da Seguradora a fim de verificar outras medidas possíveis a serem adotadas, objetivando a mitigação dos riscos de subscrição. **4.1.1. Análise de sensibilidade da sinistralidade:** Objetiva demonstrar os principais impactos gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Seguradora no caso de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas e variáveis observadas nos contratos de seguros, dado a característica e o perfil desses contratos. Os testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que mesmo suportadas por dados históricos de mercado, possuem limitações na obtenção dos resultados analisados. O teste levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição dos sinistros ocorridos na ordem de 50%, 40% e 25% para acréscimos e 5% para decréscimo, com o objetivo de verificar os impactos no resultado e no patrimônio líquido da Seguradora.

31 de dezembro de 2024

Premissas - Teste de Estresse	Saldo Contábil – Bruto de Resseguro	Saldo Contábil – Líquido de Resseguro	Impacto no Patrimônio Líquido – Bruto de Resseguro	Impacto no Patrimônio Líquido – Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	84.227	1.935	(28.076)	(615)
Aumento de 40% na PSL	78.812	1.806	(22.460)	(516)
Aumento de 25% na PSL	70.189	1.613	(14.038)	(323)
Decréscimo de 5% na PSL	53.344	1.226	2.808	65
Aumento de 50% no IBNER	(5.030)	(228)	1.697	76
Aumento de 40% no IBNER	(4.750)	(213)	1.357	61
Aumento de 25% no IBNER	(4.241)	(190)	848	38
Decréscimo de 5% no IBNER	(3.224)	(144)	(170)	(8)
Aumento de 50% no IBNR	135.566	1.139	(46.655)	(380)
Aumento de 40% no IBNR	130.835	1.083	(37.324)	(304)
Aumento de 25% no IBNR	116.838	949	(23.328)	(190)
Decréscimo de 5% no IBNR	88.645	722	4.666	38
Aumento de 50% na PDR	1.140	16	(380)	(5)
Aumento de 40% na PDR	1.064	15	(304)	(4)
Aumento de 25% na PDR	950	14	(190)	(3)
Decréscimo de 5% na PDR	722	10	38	1
Aumento de 50% na PSL Judicial	1.164	93	(388)	(31)
Aumento de 40% na PSL Judicial	1.086	87	(310)	(25)
Aumento de 25% na PSL Judicial	970	78	(194)	(16)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	737	59	39	3
Aumento de 50% na PDR Judicial	127	10	(42)	(3)
Aumento de 40% na PDR Judicial	119	9	(34)	(3)
Aumento de 25% na PDR Judicial	106	8	(21)	(2)
Decréscimo de 5% na PDR Judicial	81	6	4	-

31 de dezembro de 2023

Premissas - Teste de Estresse	Saldo Contábil – Bruto de Resseguro	Saldo Contábil – Líquido de Resseguro	Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido – Bruto de Resseguro	Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido – Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	44.818	1.264	(14.873)	(421)
Aumento de 40% na PSL	41.843	1.180	(11.898)	(337)
Aumento de 25% na PSL	37.181	1.054	(7.436)	(211)
Decréscimo de 5% na PSL	28.258	801	1.487	42
Aumento de 50% no IBNeR	(1.772)	(224)	591	75
Aumento de 40% no IBNeR	(1.653)	(209)	472	60
Aumento de 25% no IBNeR	(1.476)	(186)	295	37
Decréscimo de 5% no IBNeR	(1.122)	(142)	(59)	(7)
Aumento de 50% no IBNR	29.585	837	(9.855)	(279)
Aumento de 40% no IBNR	27.594	781	(7.884)	(223)
Aumento de 25% no IBNR	24.638	697	(4.928)	(139)
Decréscimo de 5% no IBNR	18.724	530	986	28
Aumento de 50% na PDR	396	12	(132)	(4)
Aumento de 40% na PDR	370	11	(106)	(3)
Aumento de 25% na PDR	330	10	(66)	(2)
Decréscimo de 5% na PDR	251	8	13	-
Aumento de 50% na PSL Judicial	1.087	87	(362)	(29)
Aumento de 40% na PSL Judicial	1.015	81	(290)	(23)
Aumento de 25% na PSL Judicial	906	72	(181)	(14)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	689	55	36	3
Aumento de 50% na PDR Judicial	119	9	(40)	(3)
Aumento de 40% na PDR Judicial	111	8	(32)	(2)
Aumento de 25% na PDR Judicial	99	7	(20)	(1)
Decréscimo de 5% na PDR Judicial	75	6	4	-

4.1.2. Concentração de risco: A Seguradora mantém a gestão dos limites de crédito concedidos por meio da análise das informações constantes em sua base de dados através da avaliação da liquidez, da solvência e da capacidade de geração de resultado dos clientes dos segurados. Utilizam-se ainda informações obtidas de agências de informações para monitorar periodicamente a posição financeira destes a fim de verificar a manutenção dos limites de créditos já concedidos, pois pode-se determinar reavaliações caso ocorra alguma deterioração significativa desde a emissão dos limites de crédito vigentes à época. Concentração de prêmios emitidos por linha de negócio e regiões geográficas.

31 de dezembro de 2024

Linha de negócio	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Crédito interno	62.376	84.770	9.457	321	1.468	158.391
Crédito exportação	505	4.417	36	219	160	5.336
	62.881	89.187	9.493	540	1.628	163.727

31 de dezembro de 2023

Linha de negócio	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Crédito interno	16.114	109.362	(1.453)	50	858	124.931
Crédito exportação	1.763	13.251	(4)	721	38	15.767
	17.877	122.613	(1.457)	771	896	140.698

4.1.3. Desenvolvimento de sinistros: De acordo com o CPC 11, aprovado pela SUSEP, a Seguradora deve apresentar os últimos cinco anos de desenvolvimento de sinistros. As planilhas foram confeccionadas levando-se em consideração os avisos, reavaliações, encerramentos sem indenizações e os devidos pagamentos. No primeiro triângulo, foram lançados todos os movimentos de avisos, tendo as devidas movimentações posteriores sido lançadas tempestivamente de acordo com o desenvolvimento de cada sinistro. No segundo quadrante, a Seguradora apresenta o montante pago ao segurado de acordo com a data do aviso, representado no período em que foi pago. No que tange à movimentação líquida de resseguro, partindo da base anterior, foram extraídos todos os valores ressegurados, bem como, os recuperados juntos aos resseguradores. A tabela apresentada abaixo está segregada em sinistros administrativos e judiciais.

(a) Sinistros brutos de resseguros em 31 de dezembro de 2024

Administrativos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Sinistros avisados, reavaliados	219.488	33.432	28.398	31.434	349.728	159.778	822.234
No ano do evento do aviso	264.516	37.498	22.164	44.083	349.085	150.770	877.118
Um ano após o aviso	(36.768)	(3.601)	(2.337)	(1.042)	631	-	(43.123)
Dois anos após o aviso	(5.899)	(370)	(444)	(3.607)	-	-	(10.320)
Três anos após o aviso	(1.539)	(75)	1.007	-	-	-	(611)
Quatro anos após o aviso	(768)	(4)	-	-	-	-	(772)
Cinco anos ou mais após o aviso	(58)	-	-	-	-	-	(58)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Pagamentos Acumulados	219.256	33.379	28.391	30.772	349.361	104.578	766.141
No ano do evento do aviso	80.803	9.354	8.001	18.676	322.765	104.578	533.621
Um ano após o aviso	134.879	22.946	10.838	11.980	26.596	-	215.239
Dois anos após o aviso	11.141	468	545	116	-	-	12.270
Três anos após o aviso	1.641	556	1.007	-	-	-	3.204
Quatro anos após o aviso	1.792	21	-	-	-	-	1.813
Cinco anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros a liquidar	232	53	(1)	662	355	54.792	56.093

Judiciais	Ano 2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Sinistros avisados, reavaliados, Pagos	-	-	775	-	-	-	775
No ano do evento do aviso	5.705	-	658	-	-	-	658
Um ano após o aviso	853	-	39	-	-	-	39
Dois anos após o aviso	561	-	27	-	-	-	27
Três anos após o aviso	5.667	-	51	-	-	-	51
Quatro anos após o aviso	(12.786)	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros a liquidar	-	-	775	-	-	-	775

(b) Sinistros líquidos de resseguros em 31 de dezembro de 2024

Administrativos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Sinistros avisados, reavaliados	4.902	1.018	1.049	1.962	14.257	2.633	25.793
No ano do evento do aviso	6.280	1.059	1.113	1.980	6.981	2.633	20.006
Um ano após o aviso	(1.053)	(42)	(65)	7	7.296	-	6.143
Dois anos após o aviso	(207)	(6)	(2)	(25)	-	-	(239)
Três anos após o aviso	(29)	(1)	3	-	-	-	(27)
Quatro anos após o aviso	(31)	(1)	-	-	-	-	(32)
Cinco anos após o aviso	(58)	-	-	-	-	-	(58)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Pagamentos Acumulados	4.958	1.018	1.051	1.960	14.254	1.349	24.560
No ano do evento do aviso	1.379	513	413	1.088	13.241	1.349	17.983
Um ano após o aviso	3.200	481	623	867	1.013	-	6.172
Dois anos após o aviso	354	3	12	5	-	-	374
Três anos após o aviso	23	1	3	-	-	-	27
Quatro anos após o aviso	2	2	-	-	-	-	4
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros a liquidar	(56)	-	(2)	2	3	1.284	1.233

Judiciais	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Sinistros avisados, reavaliados	-	-	62	-	-	-	62
No ano do evento do aviso	284	-	53	-	-	-	337
Um ano após o aviso	48	-	3	-	-	-	51
Dois anos após o aviso	29	-	2	-	-	-	31
Três anos após o aviso	283	-	4	-	-	-	287
Quatro anos após o aviso	(644)	-	-	-	-	-	(644)
Provisão para sinistros a liquidar	-	-	62	-	-	-	62

4.2. Gestão de riscos financeiros: 4.2.1. Gerenciamento de risco de mercado: O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras (ativa e passiva). Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. **4.2.1.1. Controle do risco de mercado:** A Seguradora limita sua exposição a riscos de mercado adotando uma política de investimento em títulos públicos federais, majoritariamente em Tesouro Selic - LFT e utiliza os serviços especializados de consultoria externa autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para realizar análises de risco, sensibilidade e testes de stress quanto à gestão dos riscos financeiros e à simulação de seus impactos sobre os resultados da Seguradora. Estes resultados são utilizados pela Seguradora no que se refere ao controle, planejamento e suporte para a tomada de decisões e, também, para a identificação dos riscos que envolvem as carteiras de ativos e passivos. Para o cálculo do grau de impacto dos riscos dos ativos financeiros que compõem as respectivas carteiras, são utilizados cenários históricos e dados atuais de mercado para a projeção dos resultados. Adicionalmente todas as aplicações e resgates são submetidos à análise e aprovação da diretoria. **4.2.1.2. Sensibilidade à taxa de juros:** Na análise de sensibilidade apresentada foram consideradas oscilações nas taxas SELIC. As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade foram à elevação ou redução das taxas de juros praticadas pelo mercado interfinanceiro em até quatro pontos percentuais e o índice de rentabilidade histórico da Seguradora frente aos seus ativos financeiros.

Premissas - Teste de Estresse	Saldo Contábil	Impacto no Resultado
Aumento de 1,0%	137.764	1.364
Aumento de 1,5%	138.446	2.046
Aumento de 2,0%	139.128	2.728
Decréscimo de 1,0%	135.036	(1.364)
Decréscimo de 1,5%	134.354	(2.046)
Decréscimo de 2,0%	133.672	(2.728)
Aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024	136.400	

Com base nas premissas descritas, a Seguradora entende que o cenário apresentado conforme quadro acima seria o mais provável de se observar dentro dos próximos 12 meses, considerando-se a manutenção das posições assumidas. **4.2.1.3. Limitações da análise de sensibilidade:** Os quadros demonstrados apresentam o efeito de mudanças importantes em algumas premissas enquanto outras permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **4.2.2. Gestão do risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos e liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. A Seguradora possui políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **4.2.2.1. Gerenciamento de risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **4.2.2.2. Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos, utilizando métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Maturidade dos ativos no exercício de 31 de dezembro de 2024	Até um ano	Um a três anos	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	58.309	-	58.309
Tesouro Selic - LFT	-	83.454	83.454
Quotas de fundo de investimentos	52.946	-	52.946
Crédito das operações com seguros	155.881	41.342	201.223
Empréstimo e depósitos compulsórios	-	35	35
Total dos Ativos	265.176	124.831	394.007

Maturidade dos ativos no exercício de 31 de dezembro de 2023	Até um ano	Um a três anos	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	23.003	-	23.003
Tesouro Selic - LFT	-	75.239	75.239
Quotas de fundo de investimentos	5.039	-	5.039
Crédito das operações com seguros	135.726	11.473	147.199
Empréstimo e depósitos compulsórios	-	35	35
Total dos Ativos	163.858	86.747	250.605

A tabela acima demonstra o agrupamento dos ativos para análise de liquidez. Todos os ativos financeiros são apresentados em uma base de custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras, mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Maturidade dos passivos no Exercício de 31 de dezembro de 2024	Até um ano	Um a três anos	Valor contábil
Provisões técnicas	281.341	58.822	340.164
Contas a pagar	11.458	-	11.458
Débitos das operações com seguros e resseguros	202.589	28.028	230.617
Total dos passivos	495.388	86.850	582.239

Maturidade dos passivos no período de 31 de dezembro de 2023	Até um ano	Um a três anos	Valor contábil
Provisões técnicas	169.305	34.736	204.041
Contas a pagar	8.003	-	8.003
Débitos das operações com seguros e resseguros	116.370	7.715	124.085
Total dos passivos	293.678	42.451	336.129

A tabela acima demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados. **4.2.3. Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Seguradora restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro com rating de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela empresa Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., gestora dos investimentos e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela Administração da Seguradora. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por rating de crédito conforme agências de risco Fitch Ratings e Standard & Poor's. Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem rating de crédito individual.

31 de dezembro de 2024

	brAAA	BB	Sem rating	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	58.319	-	58.309
Valor justo por meio do resultado	18.689	136.402	182.534	356.312
Tesouro Selic - LFT	-	83.454	-	83.454
Quotas de fundo de investimento	-	52.948	-	52.946
Prêmios a receber	-	-	182.534	182.534
Operações com resseguradoras	18.689	-	-	18.689
Exposição Máxima ao risco de crédito	18.689	192.749	182.534	412.681

31 de dezembro de 2023

	brAAA	BB	Sem rating	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	23.003	-	23.003
Valor justo por meio do resultado	-	80.278	-	80.278
Tesouro Selic - LFT	-	75.239	-	75.239
Quotas de fundo de investimento	-	5.039	-	5.039
Prêmios a receber	-	-	140.875	140.875
Operações com resseguradoras	6.324	-	-	6.324
Exposição Máxima ao risco de crédito	6.324	103.371	140.875	250.570

4.2.4. Ativos de resseguro: O programa e a política de resseguro da Seguradora somente consideram participantes de mercado àqueles com alta qualidade de crédito. A Seguradora repassa em resseguro 17%, em média, de seus prêmios emitidos nos ramos de crédito risco comercial e crédito interno risco comercial para as seguintes resseguradoras locais com as quais mantém



Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

CNPJ nº 08.587.950/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contrato de resseguro: • I. IRB Brasil Resseguros S.A. - Rating "A-" pela Standard&Poor's; • II. Junto Resseguros S.A. - Rating "brAAA" pela Standard&Poor's; • III. Atradius Reinsurance Designated Activity Company - Rating "A1" pela Moody's Corporation. **4.2.5. Gestão de risco de capital:** Em sua gestão de capital a Seguradora visa: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP, (ii) suportar ou melhorar o rating de crédito da Seguradora através do tempo e estratégia de gestão de risco e (iii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

5. Aplicações: 5.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Taxa de juros contratada - %	Custo mais rendimentos	Percentual
	31 de dezembro de 2024		
Tesouro Selic - LFT	Selic + 0,1%	18.032	13%
Tesouro Selic - LFT	Selic + 0,2%	65.422	48%
Quotas de Fundo de Investimento	-	52.946	39%
Total das aplicações financeiras		**136.400**	**100%**
	31 de dezembro de 2023		
Tesouro Selic - LFT	Selic + 0,1%	16.262	20%
Tesouro Selic - LFT	Selic + 0,2%	58.977	73%
Quotas de Fundo de Investimento	-	5.039	7%
Total das aplicações financeiras		**80.278**	**100%**

5.2. Composição dos ativos financeiros por classificação e prazo
Composição dos ativos financeiros por classificação e por prazo

31 de dezembro de 2024

	Sem vencimento definido	Vencíveis em até um ano	Vencíveis entre um e três anos	Total	Percentual %
Total das aplicações financeiras	**52.946**	-	**83.454**	**136.400**	**40%**
Letras Financeiras do Tesouro - "Negociação"	-	-	83.454	83.454	25%
Quotas de Fundo de Investimentos	52.946	-	-	52.946	15%
Total dos empréstimos e recebíveis	-	**159.881**	**41.377**	**201.258**	**60%**
Prêmios a receber	-	141.192	41.342	182.534	54%
Operações com resseguradoras	-	18.689	-	18.689	6%
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	-	35	35	0%
Total dos ativos financeiros	**52.946**	**159.881**	**124.831**	**337.657**	**100%**

31 de dezembro de 2023

	Sem vencimento	Vencíveis em até um ano	Vencíveis entre um e três anos	Total	Percentual %
Ao valor justo por meio do resultado	**5.039**	-	**75.239**	**80.278**	**35%**
Tesouro Selic - LFT	-	-	75.239	75.239	33%
Quotas de fundo de investimentos	5.039	-	-	5.039	2%
Empréstimos e recebíveis	-	**135.726**	**11.508**	**147.234**	**65%**
Prêmios a receber	-	129.402	11.473	140.875	62%
Operações com resseguradoras	-	6.324	-	6.324	3%
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	-	35	35	0%
Total dos ativos financeiros	**5.039**	**135.726**	**86.747**	**227.512**	**100%**

5.3. Movimentação das aplicações financeiras

	Letras Financeiras do Tesouro
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**60.589**
(+) Rendimentos	9.223
(+) Aplicações	23.530
(-) Resgates	(13.842)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**80.278**
(+) Rendimentos	10.454
(+) Aplicações	80.714
(-) Resgates	(35.000)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado	(73)
(-) IoF	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**136.400**

5.4. Estimativa do valor justo: A divulgação por nível, baseia-se nos seguintes conceitos: • Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos. • Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros tratados ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como seguem abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Total
	31 de dezembro de 2024		
Tesouro Selic - LFT	83.454	-	83.454
Quotas de fundo de investimentos	-	52.946	52.946
Total dos títulos para negociação	**83.454**	**52.946**	**136.400**
	31 de dezembro de 2023		
Tesouro Selic - LFT	75.239	-	75.239
Quotas de fundo de investimentos	-	5.039	5.039
Total dos títulos para negociação	**75.239**	**5.039**	**80.278**

6. Crédito das operações: 6.1. Prêmios a receber: (a) Movimentação dos prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**132.479**
(+) Prêmios emitidos	153.728
(-) Prêmios cancelados	(2.752)
(-) Recebimentos	(142.187)
(+/-) Variação Cambial	(353)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**140.875**
(+) Prêmios emitidos	188.831
(-) Prêmios cancelados	(7.859)
(-) Recebimentos	(138.451)
(+/-) Variação Cambial	1.417
(-) FDD	(79)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**182.534**
Circulante	141.192
Não-Circulante	41.342

(b) Aging de prêmios a receber

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Prêmios a vencer	177.838	140.265
De 1 a 30 dias	93.035	82.879
De 31 a 60 dias	7.616	7.349
De 61 a 120 dias	10.204	7.359
De 121 a 180 dias	8.501	8.504
De 181 a 365 dias	17.136	22.282
Acima de 365 dias	41.342	11.473
Prêmios vencidos	4.696	610
De 1 a 30 dias	4.696	587
De 31 a 60 dias	-	23
Saldo final	**182.534**	**140.875**
Circulante	141.192	129.402
Não-Circulante	41.342	11.473

(c) Período médio de parcelamento: Os prêmios emitidos pela Seguradora são fracionados aos segurados, em média, em quatro parcelas com vencimentos bimestrais, para apólices com vigência de um ano.

6.2. Operações com resseguradoras

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Sinistros pagos	4.687	373
Recuperação despesas com sinistros	14.002	5.951
Saldo final	**18.689**	**6.324**

(a) Movimentação dos sinistros pagos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**314**
Sinistros pagos	330.657
Sinistros recuperados	(330.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**373**
Sinistros pagos	130.345
Sinistros recuperados	(126.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.687**

(b) Movimentação das recuperações de despesas com sinistros

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.768**
Despesa com sinistros pagos	1.339
Despesa com sinistros recuperados	(3.719)
Comissão de Resseguro a recuperar	(1.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.951**
Despesa com sinistros pagos	6.389
Despesa com sinistros recuperados	2.420
Comissão de Resseguro a recuperar	(657)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**14.003**

7. Ativos de resseguro - provisões técnicas

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	55.575	29.169
Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados (IBNeR)	3.241	1.032
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	92.551	19.152
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	827	329
Total dos ativos de resseguro de sinistros e despesas	**152.194**	**50.682**
Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas (PPNG)	120.316	98.722
Total dos ativos de resseguro de prêmios	**120.316**	**98.722**
Total de ativos de resseguro - provisões técnicas	**272.510**	**148.804**
Circulante	234.063	126.250
Não-Circulante	38.447	22.554

8. Arrendamentos: A Seguradora realizou a mensuração inicial de seus ativos e passivos de direito de uso durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em consonância com o CPC 06 (R2), com efeito cumulativo de utilização do pronunciamento na data de aplicação inicial. Em 2023 houve a atualização do estudo. Os contratos referem-se ao direito de utilização dos imóveis da Seguradora. Os prazos remanescentes de vigência variam de acordo com os diferentes contratos e são renovados periodicamente por aditivos contratuais. O cálculo do valor atual do fluxo de caixa das operações de locação foi dado pela atribuição de uma taxa livre de risco, sendo usada, neste caso, as taxas do CDI, extraídas do site da BM&FBovespa, de operações de longo prazo, que são títulos de renda fixa emitidos entre os bancos, anual e de periodicidade determinada pelo prazo dos contratos na data-base de cálculo. O ativo possui R$ 530 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 595 em 31 de dezembro de 2023). O Passivo possui R$ 543 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 563 em 31 de dezembro de 2023). A demonstração do resultado do exercício possui R$ 785 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 771 em 31 de dezembro de 2023), referentes à atualização do estudo supramencionado.

9. Títulos e créditos a receber: 9.1. Créditos tributários e previdenciários: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora efetua a adição da conta de provisão em seu Lalur e posteriormente são baixadas na medida em que ocorrem tais despesas, escrituradas em seu balanço nas contas de crédito tributário CSLL e IRPJ diferidos, R$ 199 (R$ 219 em 31 de dezembro de 2023) e R$ 331 (R$ 364 em 31 de dezembro de 2023) em valores respectivos, com expectativa de realização dentro do próprio exercício.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Impostos a compensar	-	219
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias	531	582
	531	**801**

9.1.1. Créditos tributários de diferenças temporárias: a) Expectativa de realização

	Diferenças Temporárias IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	TOTAL	Registrados
Constituído	**695**	**417**	**1.112**	**1.112**
Em 2023	364	219	582	582
Em 2024	331	199	530	530
Realizado	**(364)**	**(219)**	**(582)**	**(582)**
Em 2024	(364)	(219)	(582)	(582)
A realizar	**(331)**	**(199)**	**(530)**	**(530)**

b) Detalhamento dos saldos de constituição

Natureza dos Créditos	Bases	IRPJ 25%	CSLL 15%
Provisão Gratificação	780	195	117
Provisão PLR	123	30	18
Ajuste ao valor de mercado LFT	362	91	54
Provisão Publicação	60	15	9
Totais	**1.325**	**331**	**198**

10. Custos de aquisição diferidos: 10.1. Premissas: O Custo de Aquisição Diferido (CAD) é constituído com base nas comissões pagas e a pagar aos corretores e tem por objetivo diferir as parcelas correspondentes ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método pro rata die. Seu prazo de diferimento é de acordo com a vigência da apólice.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Crédito interno	17.538	14.651
Crédito à Exportação	810	959
	18.348	**15.610**
Circulante	12.893	12.749
Não circulante	5.455	2.861

10.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**17.140**
(+) Constituições	3.939
(-) Amortizações	(5.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15.610**
(+) Constituições	7.613
(-) Amortizações	(4.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**18.348**

10.3. Prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos

	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	Superior a 1 ano	Total
	31 de dezembro de 2024					
Custos de aquisição diferidos	4.794	824	1.023	6.251	5.456	18.348
	4.794	**824**	**1.023**	**6.251**	**5.456**	**18.348**
	31 de dezembro de 2023					
Custos de aquisição diferidos	5.154	633	650	6.312	2.861	15.610
	5.154	**633**	**650**	**6.312**	**2.861**	**15.610**

11.1. Imobilizado

	Depreciação - % a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
	31 de dezembro de 2024			
Equipamentos	20%	1.112	(343)	769
		1.112	**(343)**	**769**
	31 de dezembro de 2023			
Equipamentos	20%	1.422	(970)	452
Móveis	10%	6	(6)	-
Veículos	20%	476	(476)	-
		1.904	**(1.452)**	**452**

Em 2024 houve aquisição de equipamentos de informática, com custo de R$ 516 (R$ 99 em 31 de dezembro de 2023). O saldo está sendo depreciado em 20% a.a, em conformidade com os demais itens deste grupo. A Companhia efetuou um lançamento de White Off em seus imobilizados, reduzindo o valor do imobilizado em R$ 824.

11.1.1. Movimentação do Imobilizado

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**615**
(+) Aquisições	99
(-) Depreciação	(262)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**452**
(+) Aquisições	516
(-) Depreciação	(199)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**769**

11.2. Intangível

	Depreciação - % a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
	31 de dezembro de 2024			
Licença - Firewall	20%	457	(212)	245
		457	**(212)**	**245**
	31 de dezembro de 2023			
Licença - Firewall	20%	209	(125)	85
		209	**(125)**	**85**

Em 2024 houve aquisição novos sistemas de softwares, com custo de R$ 307 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023). O saldo está sendo depreciado de acordo com a duração de contrato de cada sistema. A Companhia efetuou um lançamento de White Off em seus intangíveis, reduzindo o valor do intangível em R$ 59.

11.2.1. Movimentação do Intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**90**
(+) Aquisições	-
(-) Depreciação	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**85**
(+) Aquisições	307
(-) Depreciação	(147)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**245**

12. Impostos, contribuições e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Impostos e encargos sociais a recolher	**7.778**	**4.793**
Contribuições previdenciárias	270	131
Imposto sobre operações financeiras	7.178	4.359
Imposto de renda retido na fonte	245	218
Outros impostos retidos	85	85
Impostos e contribuições	**1.452**	**199**
Impostos e Contribuições	1.452	199
	9.230	**4.992**

13. Operações com resseguradoras

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Prêmios de resseguro	85.893	93.627
Prêmios - RVNE	47.164	46.461
Adiantamentos sinistros	17.934	2.307
Ressarcimento resseguro	61.107	1.997
	212.098	**110.392**
Circulante	187.773	103.350
Não-Circulante	24.325	7.042

14. Corretores de seguros e resseguros

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Comissões a pagar - Seguros	11.651	6.375
Comissões - Riscos Vigentes e Não Emitidos	6.868	7.318
	18.519	**13.693**
Circulante	14.816	13.020
Não-Circulante	3.703	673

15. Passivos de contratos de seguros
15.1. Provisões técnicas por ramo

	PPNG	PSL Adm	PSL Jud	IBNR	IBNeR	PDR Adm	PDR Jud	Total
	31 de dezembro de 2024							
Risco interno	174.663	54.821	776	92.925	3.344	751	85	327.365
Crédito exportação comercial	11.025	1.330	-	386	49	9	-	12.799
	185.688	**56.151**	**776**	**93.311**	**3.393**	**760**	**85**	**340.164**
Circulante	127.727	56.151	-	93.311	3.393	760	-	281.342
Não-Circulante	57.962	-	776	-	-	-	85	58.822
	31 de dezembro de 2023							
Risco interno	139.907	29.745	725	18.066	1.181	264	79	189.967
Crédito exportação comercial	12.430	-	-	1.644	-	-	-	14.074
	152.337	**29.745**	**725**	**19.710**	**1.181**	**264**	**79**	**204.041**
Circulante	118.405	29.745	-	19.710	1.181	264	-	169.305
Não-Circulante	33.932	-	725	-	-	-	79	34.736

15.1.1. Composição do saldo de passivos de contratos de seguros

	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
	31 de dezembro de 2024		
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	185.687	(120.316)	65.372
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativa (PSL)	56.151	(54.861)	1.290
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL)	776	(714)	62
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	93.311	(92.550)	761
Provisão de Sinistros ocorridos não suficientemente avisados (IBNER)	3.393	(3.241)	152
Provisão de Despesas Relacionadas Administrativas (PDR)	760	(749)	11
Provisão de Despesas Relacionadas Judiciais (PDR)	85	(78)	7
	340.163	**(272.509)**	**67.653**
	31 de dezembro de 2023		
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	152.337	(98.722)	53.615
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativa (PSLa)	29.745	(28.902)	843
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL)	725	(667)	58
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	19.710	(19.152)	558
Provisão de sinistros ocorridos não suficientemente avisados (IBNeR)	1.181	(1.032)	149
Provisão de Despesas Relacionadas Administrativas (PDRa)	264	(256)	8
Provisão de Despesas Relacionadas Judiciais (PDR)	79	(73)	6
	204.041	**(148.804)**	**55.237**

15.1.2. Movimentação do saldo de passivos de contratos de seguros
PPNG

Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**132.918**	**(89.418)**	**43.500**
(+) Constituições	1.687.081	(2.155.889)	(468.808)
(-) Reversões	(1.667.659)	2.146.578	478.922
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**152.336**	**(98.723)**	**53.614**
(+) Constituições	1.814.944	(2.347.194)	(532.251)
(-) Reversões	(1.781.593)	2.325.601	544.009
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**185.688**	**(120.316)**	**65.372**
PSL - Adm			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**27.633**	**(26.770)**	**863**
Sinistros avisados e ajustados no período	524.350	(496.488)	27.863
Sinistros pagos	(344.760)	330.656	(14.104)
Sinistros baixados	(177.695)	163.906	(13.789)
Estimativa de ressarcimento PSL	217	(207)	10
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**29.745**	**(28.902)**	**843**
Sinistros avisados e ajustados no período	250.448	(245.328)	5.120
Sinistros pagos	(132.718)	130.345	(2.373)
Sinistros baixados	(90.061)	87.784	(2.277)
Estimativa de ressarcimento PSL	(1.263)	1.240	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**56.151**	**(54.861)**	**1.290**
IBNeR			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(734)**	**211**	**18**
(+) Constituições	(14.709)	14.211	(498)
(-) Reversões	16.624	(15.953)	671
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.181**	**(1.032)**	**149**
(+) Constituições	(40.934)	38.930	(2.004)
(-) Reversões	43.146	(41.140)	2.007
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.393**	**(3.241)**	**152**
IBNR			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**13.128**	**(12.672)**	**456**
(+) Constituições	317.490	(308.804)	8.686
(-) Reversões	(310.907)	302.325	(8.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**19.711**	**(19.151)**	**559**
(+) Constituições	464.738	(457.734)	7.004
(-) Reversões	(391.138)	384.335	(6.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**93.311**	**(92.550)**	**760**
PDR			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**211**	**(204)**	**7**
(+) Constituição	4.405	(4.305)	101
(-) Reversões	(4.352)	4.252	(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**265**	**(256)**	**8**
(+) Constituição	5.378	(5.287)	91
(-) Reversões	(4.882)	4.794	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**760**	**(749)**	**11**

15.1.3. Movimentação do saldo de passivos de contratos de seguros Judiciais

Provisão de Sinistros a Liquidar JUD (PSL)	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**698**	**(642)**	**52**
Sinistros avisados e ajustados no período	27	(25)	2
Sinistros pagos	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**725**	**(667)**	**58**
Sinistros avisados e ajustados no período	51	(47)	4
Sinistros pagos	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**776**	**(714)**	**62**

Provisão de Despesas Relacionadas JUD (PDR)	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**76**	**(70)**	**6**
(+) Constituição	3	-	3
(-) Reversão	-	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**79**	**(73)**	**7**
(+) Constituição	5	-	5
(-) Reversão	-	(6)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**85**	**(78)**	**6**

A Seguradora não possui uma metodologia própria para o provisionamento das ações judiciais provenientes de sinistro, visto que não há histórico de ações anteriores. Deste modo, a Administração baseia-se nas informações de seu escritório jurídico, que classificou a única ação existente como "perda possível". A Administração, com base em sua avaliação conservadora do risco, contudo, concluiu por efetuar uma provisão de 100% do valor reclamado, acrescido das devidas correções.

Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor corrigido e provisionado	(%) Provisionado
	31 de dezembro de 2024			
Possível	1	578	776	134%
Total	**1**	**578**	**776**	**134%**
	31 de dezembro de 2023			
Possível	1	578	725	125%
Total	**1**	**578**	**725**	**125%**

Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

CNPJ nº 08.587.950/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.1.4. Garantias dos passivos de contratos de seguros

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Provisões técnicas de seguros	340.164	204.041
Ativos redutores	(278.675)	(143.637)
Total a ser coberto	61.489	60.404
Letras Financeiras do Tesouro	83.454	75.239
Excesso de ativos	**21.965**	**14.835**

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital Social: Corresponde substancialmente ao capital estrangeiro e está representado por 43.657.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Capital Social da Seguradora está dividido em dois acionistas: Atradius Crédito y Caución S.A de Seguros y Reaseguros, sediada na Espanha, possui 99,99% das ações enquanto a Crédito y Caución do Brasil Gestão de Risco de Crédito e Serviços Ltda, sediada no Brasil, possui 0,01%.

16.2. Reserva de lucros

Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022	**30.881**
Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2023	9.024
Reserva legal - 5%	451
Reserva estatutária	8.573
Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023	**39.905**
Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2024	23.926
Reserva legal - 5%	1.196
Reserva estatutária	22.730
Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024	**63.832**

(a) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (a) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. Por proposta da Administração, o saldo da reserva estatutária está retido nos termos da Lei Societária e sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. **16.3. Dividendos mínimos:** São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Não obstante, a administração, consultado o acionista controlador, entende que os dividendos mínimos obrigatórios não necessitam ser distribuídos nos exercícios financeiros de 2024 e de 2023, devendo, por outro lado, fortalecer seu Patrimônio Líquido e, consequentemente, sua solvência. **16.4. Cálculo do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido:** De acordo com a Resolução CNSP nº 432/21, o patrimônio líquido ajustado (PLA) passou a ser calculado em três níveis: PLA de nível 1 - calculado com base no patrimônio líquido contábil, inciso I do artigo 56; PLA de nível 2 - calculado com base nos ajustes associados à variação dos valores econômicos, inciso II do artigo 56; PLA de nível 3 - calculado pela soma dos acréscimos contábeis no PLA, inciso I do artigo 56. Conforme a referida Resolução CNSP, as supervisionadas deverão apresentar mensalmente, quando do fechamento dos balancetes mensais, PLA igual ou superior ao CMR e, a qualquer tempo, suficiência de cobertura de provisões técnicas, respeitando: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31 de dezembro de 2024
Patrimônio líquido	104.322
Despesas antecipadas	(171)
Ativos intangíveis	(245)
Créditos tributários de diferenças temporárias	(530)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (Nível 1) (a)	**103.376**
% Cobertura em relação ao CMR	527,8%
Superávit entre as provisões constituídas e fluxo das emissões e saídas de prêmios	4.318
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (Nível 2) (b)	**4.318**
% Cobertura em relação ao CMR	22,0%
Créditos tributários de diferenças temporárias	582
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (Nível 3) (c)	**530**
% Cobertura em relação ao CMR	2,7%
PLA total - Soma de (a), (b) e (c)	**108.223**
Suficiência do PLA em relação ao CMR	**88.635**
% Cobertura em relação ao CMR	552,50%
Capital de risco (d)	**19.588**
Capital de risco de subscrição	6.618
Capital de risco de crédito	12.951
Capital de risco operacional	1.395
Capital de risco de mercado	2.703
(-) Correlação entre os riscos de subscrição, crédito e mercado	(4.079)
Capital base (e)	**8.100**
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre (d) e (e)	**19.588**

17. Detalhamento das contas de resultado

	2024	2023
Prêmios emitidos	163.727	140.698
Variação das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	(31.766)	(15.751)
Prêmios ganhos	**131.961**	**128.947**
Sinistros ocorridos	**(2.425)**	**(348.885)**
Indenizações avisadas	(161.256)	(348.842)
Despesas com sinistros	(772)	(709)
Variação de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(73.600)	(6.583)
Variação das despesas relacionadas ao IBNR	(364)	(33)
Ressarcimentos	233.568	7.282
Custo de aquisição	**(15.102)**	**(13.751)**
Comissão sobre prêmios emitidos	(17.841)	(12.221)
Variação do Custo de Aquisição Diferido (DAC)	2.739	(1.530)
Outras receitas e despesas operacionais	**(674)**	**(671)**
Outras despesas com operações de seguros	(674)	(671)
Resultado com resseguro	**(73.488)**	**266.280**
Receitas com resseguro	159.180	345.007
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	73.355	6.479
Variação da despesa relacionada do IBNR -Resseguro	363	33
Despesas com resseguro	(114.233)	(85.797)
Cancelamentos de resseguro	1.587	579
Restituição de resseguro	6.633	1.831
Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	(703)	(2.191)
Variação da despesa de resseguro	20.042	5.632
Receita com participação em lucros	2.430	515
Ressarcimento	(222.176)	(6.206)
Despesas administrativas	**(17.581)**	**(13.891)**
Pessoal próprio	(11.740)	(11.419)
Serviços de terceiros	(3.787)	(2.709)
Imóveis	(665)	(1.553)
Localização e funcionamento	(1.185)	(1.217)
Publicações	(45)	(51)
Administrativas diversas	(71)	(42)
Despesas com tributos	**(4.834)**	**(3.025)**
Tributos	(4.834)	(3.025)
Resultado financeiro	**22.493**	**12.597**
Receitas financeiras	**34.675**	**23.697**
Receita com títulos de renda fixa	8.361	8.513
Receitas financeiras com Operações de Seguros	3.233	1.518
Receita com aplicação automática conta corrente RF CP	8.898	3.952
Receita com aplicação automática conta corrente RF LP	2.205	459
Receita sobre créditos tributários	37	-
Outras receitas com oscilação cambial	3.888	1.520
Outras receitas Processos Judiciais - Resseguro	8.051	7.335
Despesas financeiras	**(12.182)**	**(11.100)**
Amortização Arrendamentos	(115)	783
Outras Despesas	(8.814)	(10.282)
Outras Despesas com Oscilação cambial	(3.108)	(1.430)
Ajuste ao valor de mercado - LFT	(145)	(171)
Resultado operacional	**40.438**	**15.681**

As variações observadas são majoritariamente atribuídas ao caso do Grupo Americanas. Em 2023, houve a indenização de diversos casos relacionados ao grupo. Em 2024, foi possível recuperar o montante de R$ 226.341, o que impactou diversas contas das demonstrações financeiras, especialmente na de Ressarcimentos.

18. Índice de sinistralidade e comissionamento

31 de dezembro de 2024	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de Aquisição	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento -%
Crédito interno	123.650	(2.331)	(14.237)	2%	12%
Crédito à Exportação	8.312	(94)	(865)	1%	10%
	131.962	(2.425)	(15.102)		

31 de dezembro de 2023	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de Aquisição	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento -%
Crédito interno	103.680	(344.773)	(11.706)	333%	11%
Crédito à Exportação	17.267	(4.112)	(2.045)	24%	12%
	120.947	(348.885)	(13.751)		

19. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31 de dezembro de 2024 IRPJ	31 de dezembro de 2024 CSLL	31 de dezembro de 2023 IRPJ	31 de dezembro de 2023 CSLL
Resultado antes dos impostos e após as participações sobre o resultado	40.272	40.272	15.405	15.409
Provisões dedutíveis quando pagas	1.489	1.489	1.387	1.387
Despesas não dedutíveis	714	319	730	338
Ajustes positivos de TVM	145	145	130	170
Ajustes negativos de TVM	(72)	(72)	(138)	(138)
Pagamento de provisões adicionadas	(1.608)	(1.608)	(1.148)	(1.348)
Lucro Real	40.540	40.545	16.410	16.017
IRPJ - 15%	(6.141)	-	(2.461)	-
IRPJ - 10%	(4.070)	-	(1.617)	-
CSLL - 15%	-	(6.082)	-	(2.402)
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	(33)	(19)	60	35
Pagamento a maior de CSLL	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(10.244)**	**(6.101)**	**(4.018)**	**(2.367)**

20. Partes Relacionadas: A Administração do grupo Atradius Crédito y Caución recebeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$ 3.470 (R$ 3.040 em 31 de dezembro de 2023) dos quais R$ 2.232 (R$ 2.063 em 31 de dezembro de 2023) são provenientes de salário, R$ 395 (R$ 395 em 31 de dezembro de 2023) são gratificações e R$ 843 (R$ 582 em 31 de dezembro de 2023) são benefícios.

DIRETORIA				
Daniel Nabor Martins Pinheiro Diretor Presidente	**Luis Carlos Fernandes** Diretor Administrativo e Financeiro	**Márcio dos Anjos Vieira** Diretor Técnico	**Mario Henrique Spoda Macedo** Contador - CRC 1SP344897/O-6	**Cristina Mano - MIBA 986** Atuário Responsável

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.** (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros Assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

pwc

Vinicius Oliveira Cecconi
MIBA 2693

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuam conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendam que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconheçam as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Thais Helena Ferreira Furat Cosentino
Contadora
CRC 1SP260324/O-0

ESTADÃO RI
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
ACESSE E CONHEÇA
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

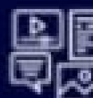


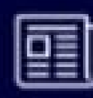
Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS


PORTAL ESTADÃO RI


ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Administradores no Estado de São Paulo faz saber que no dia 02.04.2025, das 1:00 às 17:00 horas na sede desta entidade, à Avenida Nove de Julho, 3.766 – São Paulo, será realizada a eleição para composição da Diretoria e Conselho Fiscal, que se fará de forma presencial e por correspondência, ficando aberto o prazo para informações e registro de chapas até às 17:00 horas do dia 14.03.2025. O requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro será dirigido ao Presidente da entidade podendo ser assinado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A secretaria da entidade funcionará no período destinado à informações e registro de chapas no horário das 1:00 às 17:00 horas. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2025. Adm. Roberto Carvalho Cardoso - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - VIRTUAL

A Associação dos Proprietários Terras do Barão, inscrita no CNPJ sob o nº 05.317.242/0001-27, por sua Diretoria Executiva, convoca todos os seus associados para se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, que será realizada no dia **15 de março de 2025 (sábado)**, por **meio eletrônico**, conforme previsto no artigo 48-A da **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2020** - Código Civil. Sendo tratados, por meio eletrônico, no dia **15 de março de 2025 às 09h00** em primeira convocação com a presença de mais da metade dos associados, ou às **09h30** em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

1) Prestação de contas período de 03/2024 a 02/2025

2) Previsão Orçamentária para o próximo exercício

3) Eleição dos Membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e Administrativo – mandato 2025/2026

Observações Importantes:

- O meio eletrônico utilizado será a "Assembleia Virtual Superlógica" que possui integração com o Zoom;
- O associado poderá acessar a Assembleia através da Área do Condômino no link: https://terrasdobarao.superlogica.net/clients/areadocondomino ou se preferir, pelo aplicativo Área do Condômino da Superlógica;
- O acesso à Assembleia será liberado às 08h45. A Assembleia será encerrada no dia 17/03/2025 às 09h00, pelo Presidente da Assembleia após a discussão e a votação dos assuntos constantes da pauta publicada no edital de convocação;
- A captação dos votos será exclusivamente por meio virtual. Os resultados das votações serão divulgados após o encerramento das votações no aplicativo Área do Condômino da Superlógica, por e-mail e no grupo oficial da Associação no aplicativo de mensagens WhatsApp;
- Será aceita a participação de apenas 01 (um) representante por lote;
- Os interessados em concorrer às vagas deverão providenciar a formação de "chapa fechada", que deverá conter os nomes e os cargos aos quais concorrem as pessoas interessadas, devendo ser protocolada junto à Associação no prazo IMPRORROGÁVEL de até 10 (dez) dias antes da realização do pleito, tudo nos termos dos artigos 39 e seguintes do Estatuto da Associação. A chapa deverá apontar os candidatos específicos para cada cargo da Diretoria Executiva, no total de 05 (cinco), sendo 01 Diretor-Presidente, 01 Diretor Administrativo, 01 Diretor de Obras, 01 Diretor de segurança e 01 Diretor Cultural e mais 03 conselheiros efetivos e 03 suplentes. No ato de apresentação da chapa, todos os seus componentes deverão ser qualificados com nome completo, CPF, RG, endereço, inclusive apontando Quadra e Lote de sua residência (Este dado é necessário para a verificação da situação financeira do candidato junto à Associação);
- As representações somente serão aceitas por instrumento de procuração, com firma reconhecida do outorgante e, prazo de validade máxima de 02 (dois) anos, ainda que por parente do(a) associado(a). O instrumento de procuração deverá ser entregue na Sede da Associação, localizada na rua Tsuruyo Namba, 09, Residencial Terras do Barão, Campinas/SP, no seguinte prazo: da data de publicação deste edital até o dia 14/03/2024, das 08h às 16h;
- Os associados que não estiverem quites com as obrigações sociais, não poderão discutir e votar os assuntos que forem tratados, inclusive não poderão fazer-se representar por mandatário, conforme disposto no artigo 1.335, inciso III do código civil.

Diretoria da Associação dos Proprietários Terras do Barão

BANCO JOHN DEERE S.A.

CNPJ nº 91.884.911/0001-32 - NIRE 35.3.0044346-2

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2024

Aos 17/12/2024, às 10 h., na sede, com a presença da totalidade. Mesa: Sr. Alex Strauvens Ferreira, como Presidente e Sra. Fabiola da Silva Alves, como Secretária. Deliberações Unânimes: (i) a lavratura desta ata sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida no § 1º do artigo 130 da Lei das S.A.; (ii) sujeito à homologação pelo Banco Central do Brasil, deliberou a acionista por alterar o Capítulo X (Do Comitê de Auditoria) do estatuto social da Sociedade, a fim de (a) refletir os requisitos de composição e funcionamento do Comitê de Auditoria da Sociedade previstos na Resolução 4.910/21; e (b) detalhar os requisitos e critérios de nomeação dos seus membros. Nesse sentido, o referido capítulo passará a viger com a seguinte redação: "Capítulo X. - Do Comitê de Auditoria: Artigo 29 - O Comitê de Auditoria da Sociedade será composto de, no mínimo, 03 até, no máximo, 06 membros, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, que fixará sua remuneração. Parágrafo Primeiro - O mandato dos integrantes do Comitê de Auditoria estará limitado a, no máximo, 5 anos, permitida a reeleição, nos termos da regulamentação em vigor. Parágrafo Segundo - O mandato dos membros do Comitê de Auditoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos. Parágrafo Terceiro - Independentemente do prazo de mandato, em nenhuma hipótese será admitida a permanência do membro no Comitê de Auditoria por período superior a: (a) dez anos consecutivos, para até um terço dos membros, e (b) cinco anos consecutivos para os demais membros. Parágrafo Quarto - O integrante do Comitê de Auditoria somente poderá voltar a integrar tal órgão após decorridos, no mínimo, três anos do final do seu mandato anterior. Artigo 30 - São requisitos básicos para o exercício no cargo de membro do Comitê de Auditoria: (a) não ser e não ter sido nos últimos doze meses: (i) funcionário da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; (ii) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Sociedade; e (iii) membro do conselho fiscal da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; (b) não ser cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas no inciso "a", alínea "ii"; (c) não receber qualquer outro tipo de remuneração da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, que não seja relativa à sua função de integrante do comitê de auditoria; e (d) não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse. Parágrafo Primeiro - Observadas as limitações acima, o Comitê de Auditoria poderá ser composto por diretores da Sociedade, desde que estes constituam menos da metade do total dos integrantes do Comitê de Auditoria. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral que eleger o Comitê de Auditoria, deverá indicar, dentre os integrantes, o Membro Qualificado, com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função. Artigo 31 - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria. Artigo 32 - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: (a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas; (b) recomendar, à Diretoria da sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a sua remuneração, e a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; (c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras, anuais e semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e relatório do auditor independente; (d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade, além de regulamentos e códigos internos; (e) avaliar o cumprimento, pela administração da sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; (f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (g) recomendar, à Diretoria, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (i) verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria; (j) reunir-se com o conselho fiscal, quando instalado, por solicitação do mesmo, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (k) monitorar e avaliar a independência do auditor independente; e (l) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil." (iii) sujeito à homologação do Banco Central do Brasil e em decorrência das deliberações acima aprovar a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, o qual passará a ter redação constante do Anexo I à presente ata. Nada mais. Indaiatuba / SP, 17/12/2024.

Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: https://www.estadao.com.br/ e https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Investidores da 98ª Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 98ª emissão, em série única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.5 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 98ª (Nonagésima Oitava) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Planagri S.A. e pela Vera Cruz Agropecuária Ltda.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de março de 2025, às 10:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, pelos votos favoráveis de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópias dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópias de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9

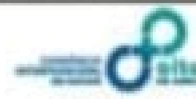
CNPJ nº 02.149.205/0001-69 | NIRE 35.300.151.666

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária de 28 de Março de 2025

A Porto Seguro S.A. ("Companhia") convida seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, em **28 de março de 2025, às 11h00, de modo exclusivamente digital**, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") para deliberarem sobre as seguintes matérias: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. 3. Ratificar as declarações de juros sobre capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, deliberadas pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 25 de março de 2024, 25 de junho de 2024, 24 de setembro de 2024 e 24 de dezembro de 2024. 4. Determinar as datas para o pagamento dos juros sobre capital próprio e dos dividendos aos acionistas. 5. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros dos Comitês de Assessoramento, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado. **Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Zoom" ("Plataforma"), com transmissão de imagem, som e possibilidade de exercício do direito de voto para cada item da ordem do dia, nos termos da Resolução CVM 81. Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma deverão se cadastrar por meio de correspondência eletrônica a ser enviada à Companhia (ao e-mail relacionamento.investidores@portoseguro.com.br) e submeter, de forma digital, os documentos indicados abaixo, bem como todos os demais documentos e informações que forem solicitados pela Companhia, **até o dia 26 de março de 2025, às 11h00**, nos termos do art. 6º, §3º, da Resolução CVM 81. Os e-mails de cadastro dos acionistas ou representantes deverão ser enviados com a seguinte indicação de assunto: "AGO de 28.03.2025 - Cadastro de Participante". Para realização de seu cadastro, de forma a possibilitar sua participação na Assembleia, nos termos do artigo 6º, §§1º e 3º, da Resolução CVM 81, o acionista, pessoalmente ou por meio de seu representante, deverá apresentar os seguintes documentos, conforme aplicável: **Acionistas Pessoas Físicas:** cópia do documento de identidade, com foto, do acionista. Os acionistas pessoas físicas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Acionistas Pessoas Jurídicas:** (i) cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) cópia do documento de identidade, com foto, dos respectivos representantes legais. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, de acordo com os atos constitutivos da sociedade, que não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, conforme decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no Processo CVM RJ2014/3578, de 04 de novembro de 2014. **Fundos de Investimento:** (i) cópia do regulamento atualizado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) cópia do estatuto ou contrato social atualizado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia do documento de identidade, com foto, dos representantes legais do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso. De forma a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia, a Companhia não exigirá cópias autenticadas, o reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro, nem a notarização, a consularização e o apostilamento de documentos assinados fora do Brasil. No entanto, a tradução simples de quaisquer documentos estrangeiros será obrigatória. As orientações para participação virtual por meio da Plataforma estão detalhadas na Proposta da Administração divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração") e encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia e nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3 S.A.") (www.b3.com.br). Os acionistas poderão participar da Assembleia, ainda, por meio do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81. As orientações para o envio do boletim de voto a distância constam do modelo de boletim de voto a distância e da Proposta da Administração, disponibilizados, nesta data, nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. (www.b3.com.br). A Companhia informa que a instalação do Conselho Fiscal dependerá de pedido de acionistas titulares de, pelo menos, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto, nos termos do art. 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, e do art. 5º, caput, inc. I-A, da Resolução CVM 81. A Companhia informa ainda que, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 81, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, a Proposta da Administração e todos os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social e no website da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. (www.b3.com.br). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicados no jornal "O Estado de São Paulo", em versões física e eletrônica, na edição de 21 de fevereiro de 2025, nos termos do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

Bruno Campos Garfinkel - Presidente do Conselho de Administração



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4485

EXTRATO DE CONTRATO

A Coordenadora Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber que o Consórcio firmou o Contrato nº 06/2025, pelo período de 12 (doze) meses, referente à Dispensa de Licitação Eletrônica, **Processo Administrativo nº 585/2024**, objeto: Contratação de empresa especializada em implementar Sistemas Completos de Biodigestor, a serem instalados em Unidades de Saúde da Zona Rural de Mogi Mirim, pelo valor global de R$ 33.183,60 (trinta e três mil, cento e oitenta e três reais e sessenta centavos), firmado com a empresa **MS LAR & CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 29.568.206/0001-02.

Mogi Mirim, 27 de fevereiro de 2025.

Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

Marice Costa Porto de Moraes

Coordenadora Geral

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 161ª (Centésima Sexagésima Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) Séries da 161ª (centésima sexagésima primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3.3 e seguintes do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 161ª (Centésima Sexagésima Primeira) Emissão, em até Três Séries, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Hortus Comércio de Alimentos S.A.*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **18 de março de 2025**, às 14h00 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tendo em vista a propositura da Medida Cautelar, conforme informado em Fato Relevante divulgado pela Securitizadora em 18 de fevereiro de 2025, deliberar pela contratação de Assessor Legal, para representação da Securitizadora no que tange as dívidas vinculadas ao lastro dos CRA em face da Devedora, no âmbito judicial e extrajudicial, inclusive para negociação, defesa, proteção dos direitos e interesses dos Titulares de CRA, bem como a ratificação das medidas eventualmente já tomadas para execução de todas as Garantias da operação, em especial para a recuperação do crédito, se aplicável, em conformidade com as propostas de honorários e detalhamentos de escopo constante em Material de Apoio, disponível no site da Securitizadora e no sistema Fundos Net, administrado pela CVM; e (ii) autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRA em Circulação ou dos Titulares dos CRA em Circulação da respectiva Série. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópias dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópias de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação destes Titulares de CRA via instrução de voto a distância.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Mineração **Mais cobiçado**

Com preços em alta, Aura Minerals mira em investimentos e aquisições

Única mineradora de ouro com ações na Bolsa brasileira, empresa inicia produção em mina no Rio Grande do Norte em março; onça troy do metal se aproxima dos US$ 3 mil

IVO RIBEIRO

Os preços do ouro começaram 2025 em alta, caminhando para superar a marca de US$ 3 mil a onça-troy (31,1 gramas), depois da escalada da cotação vista ao longo do ano passado. Há uma dose de efeito das medidas de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos eleito em novembro, mas só isso não explica a escalada do valor do metal precioso, um ativo de refúgio em momentos de incertezas geopolíticas e principalmente de turbulência global.

"No mundo, países e investidores estão buscando outras reservas de valor que não somente o dólar", diz Rodrigo Barbosa, CEO da Aura Minerals, única mineradora de ouro com ações na Bolsa brasileira, a B3. Diante da tendência de alta dos preços do ouro, a empresa planeja manter seu ciclo de investimentos e aquisições.

Barbosa conta que os bancos centrais de vários países, como China, Índia e Turquia, têm mantido o ritmo de aquisição do metal para ampliar suas reservas, conforme dados divulgados no mercado. E isso ajuda a sustentar os preços.

Neste mês, o metal atingiu cotação de US$ 2.950 a onça-troy no mercado internacional. No ano passado, a média foi de US$ 2.400, considerada ótima. Segundo Barbosa, relatórios de bancos que acompanham o mercado projetam para 2025 preços entre US$ 3.100 e US$ 3.500.

O executivo relata que nas últimas semanas houve uma corrida sem precedentes no setor, para garantir ouro físico, algo inusitado. "Cofres de bancos em Londres ficaram vazios, com transporte de lotes do metal principalmente para os EUA e a China", disse. Uma das razões seria a perspectiva de aumento das tarifas sobre produtos em geral, inclusive ouro, anunciada por Trump, o que levou investidores a antecipar posições de compra.

"O ouro voltou a ganhar muito destaque nas notícias macroeconômicas do mundo", diz Barbosa, que atua há muitos anos na indústria do ouro.

NOVOS INVESTIMENTOS. Para a indústria de mineração de ouro, ressalta ele, o cenário de preços em alta é positivo. "Os projetos para produção já eram viáveis ao preço de US$ 1.800. Agora, a situação é muito melhor, e projetos com custos mais elevados e menor teor do metal no minério começam a ser considerados."

Mas a instalação de uma mina nova, desde a descoberta da jazida mineral, passando por pesquisas e licenciamento ambiental, pode levar de seis a dez anos até início de operação. Isso exige cautela na decisão de investimento, que poderá ser concluído num momento de baixa, diz o executivo, que na quarta-feira apresentou ao mercado o balanço operacional e financeiro da Aura em 2024.



"No mundo, países e investidores estão buscando outras reservas de valor que não somente o dólar"
Rodrigo Barbosa
CEO da Aura Minerals

A mineradora tem se beneficiado do aumento da produção e do preço do ouro, enquanto mantém custos sob controle. A Aura tem um projeto em fase final de construção (Borborema, no Rio Grande do Norte), que deve entrar em operação ainda em março. E outros, como o de Matupá, em Mato Grosso, em fase avançada dos estudos de viabilidade. A decisão para o investimento deve ocorrer no terceiro trimestre.

A produção de Borborema, que fica em Currais Novos, na região do semiárido brasileiro, e cujo investimento total é de US$ 188 milhões (R$ 1,1 bilhão), chega em boa hora: é um projeto competitivo em custos e com os preços no atual patamar. "A nossa média de custo caixa de 2024 foi de US$ 1.320 a onça. Vai subir um pouco este ano devido a investimentos na mina de Apoena."

A projeção é de que a mina Borborema, adquirida em 2022, adicione, ainda em 2025, entre 33 mil e 40 mil onças (933 mil quilos e 1,24 tonelada) de ouro à produção da Aura. Quando estiver à plena operação, no próximo ano, produzirá 85 mil onças (2,64 toneladas), informa Barbosa. "Vamos tirar proveito dos preços – mais US$ 500 acima do valor médio do ano passado – e do maior volume de produção neste ano. E, em 2026, estaremos a plena operação dessa mina."

A Aura, que abriu o capital na B3 em 2020, é uma mineradora canadense, com sede em Toronto. Entre seus acionistas estão investidores brasileiros, inclusive o fundador da empresa. A mineradora tem atualmente quatro minas em operação: Almas, no Tocantins, e Apoena, em Mato Grosso; Minosa, em Honduras, e Aranzazu, no México.

Com a mina de Borborema ,mais a de Matupá – que juntas vão adicionar cerca da 150 mil onças por ano –, a mineradora projeta alcançar produção anual de 450 mil onças (13,99 toneladas) de ouro. "Essa foi uma meta traçada que está a caminho de se tornar efetiva. Depois disso, o foco é atingir 600 mil onças/ano, o que nos coloca no mapa de visibilidade dos produtores de ouro no mundo."

A empresa tem ainda um projeto em fase de pesquisa em Serra da Estrela, na região de Carajás, no Pará, que é para exploração de cobre e ouro. Essa etapa levará dois anos. A mineradora adquiriu, no ano passado, e está incorporando nessa mesma região as áreas de Pé Quente e Pezão, nas quais tem investido US$ 22 milhões (R$ 128 milhões) em prospecção de novas reservas por ano.

CERRO BLANCO. Fruto de outra aquisição, por US$ 59 milhões (R$ 343 milhões), o projeto de Cerro Blanco, na Guatemala, traz à Aura perspectivas de um salto relevante no tamanho da mineradora. O negócio foi fechado em outubro com a mineradora Bluestone Resources. "É um projeto de classe mundial, que agrega reservas à Aura da ordem de 3 milhões de onças (*93 toneladas*)."

Em 2024, a produção da Aura somou 267 mil onças de ouro (8,3 toneladas), alta de 13% ante 2023, com receita líquida de US$ 594 milhões (R$ 3,52 bilhões), 42% maior que o valor do exercício anterior. ●

> **Cofre**
>
> **8,3 toneladas**
> **de ouro foi a produção da Aura em 2024, uma alta de 13% sobre o volume de 2023, e que gerou receitas líquidas de US$ 594 milhões (R$ 3,5 bilhões), cifra 42% maior que os valores do exercício anterior**

Computação **Processamento mais rápido**

Com liderança de brasileiro, Amazon revela chip quântico

JOÃO PEDRO ADANIA

A Amazon revelou seu primeiro chip de computação quântica e afirmou que seu design vai ajudar empresas a construir sistemas de hardware "altamente eficientes". O processador se chama Ocelot, e veio em um momento em que mais empresas de tecnologia destacam seus avanços na computação quântica. O projeto foi liderado pelo brasileiro Fernando Brandão, atual diretor de ciência aplicada da Amazon Web Services (AWS).

Na semana passada, a Microsoft inaugurou sua participação nesse campo, ao apresentar o Majorana 1. A gigante publicou artigo na revista *Nature* onde documentou seu trabalho na área. A Amazon repetiu o gesto.

Especialistas em tecnologia acreditam que os computadores quânticos sejam capazes de resolver problemas que desafiam a computação clássica.

PCs e smartphones realizam cálculos e armazenam dados por meio de bits binários – representados por 0 ou 1 – enquanto na computação quântica os qubits (bits quânticos) podem assumir inúmeros estados entre 0 e 1. O fenômeno se chama superposição e aumenta exponencialmente a quantidade de dados que podem ser processados ao mesmo tempo.

"Acreditamos que escalar o Ocelot para um computador quântico completo, capaz de um impacto transformador na sociedade, exigiria apenas um décimo dos recursos necessários para as abordagens mais comuns, ajudando a aproximar a era da computação quântica prática", escreveram Fernando Brandão e Oskar Painter, chefe de hardware quântico do grupo de computação em nuvem, em um blog.

Empresas como IBM, Microsoft e Google buscam tornar os qubits tão confiáveis quanto os bits binários há anos. A preocupação as empresas é que essa tecnologia ainda é delicada e sensível a ruídos, o que pode criar erros ou perda de informações. ●

OCTO
Produções e Eventos

EMBRAESP
LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

e|investidor ESTADÃO

Planilha de gastos
e|investidor

Controle seus gastos mensais de forma **rápida e fácil** com a planilha automática de orçamento do E-Investidor

O QUE ESPERAR DESTE MATERIAL:

Planilha automatizada

Despesas por categorias

Real X Previsto

Visão anual

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** e acesse agora a nossa planilha exclusiva

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ/MF 12.489.315/0001-23 - NIRE 35.300.383.656

Aviso aos Acionistas

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a Administração da Companhia comunica que os documentos a que se refere o supracitado artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024, bem como aqueles referidos no artigo 10º da RESOLUÇÃO CVM nº 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas no site da CVM: www.gov.br/cvm, no site da Companhia: https://ferreiragomesenergia.com.br/ e na sede da Companhia: à Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 15º andar, conjunto 151, sala H, São Paulo/SP. A Administração.

Terminal de Serviços e Logística da Barra do Furado S.A.

CNPJ/MF nº13.121.800/0001-02 - NIRE 35.224.889.346

AVISO AOS ACIONISTAS DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Comunicamos aos senhores acionistas da Terminal de Serviços e Logística da Barra do Furado S.A. (**"Companhia"**), nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das S.A."**), que os documentos listados nos incisos I e II do *caput* do referido artigo, para o exercício social findo em 31.12.2024, se acham à vossa disposição na sede da Companhia e eletronicamente nos sites da Central de Balanço do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) (https://centraldebalancos.estaleiro.serpro.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes/13121800000102/2024/0/1). **Terminal de Serviços e Logística da Barra do Furado S.A. A Diretoria**

Leilão Compra de Energia 2025

somos coop

A COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE CACHOEIRAS - ITABORAÍ - CERCI promoverá no dia 04 de abril de 2025 (sexta-feira), a partir das 10:30 (horário de Brasília), Leilão Eletrônico de Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação livre - ACL.

Os interessados em participar do Leilão poderão acessar o Edital por meio da plataforma http://leilao.paradigmabs.com.br/leilao-cerci/ ou no sítio eletrônico www.cerci.com.br e enviar até as 17h do dia 21/03/2025, os documentos de habilitação com o Assunto: Leilão ACL - CERCI.

Cronograma:

Envio de dúvidas e esclarecimentos: até as 17h do dia 12/03/2025.

Divulgação dos proponentes habilitados: até as 17h do dia 28/03/2025.

Realização do Leilão: A partir das 10h30 do dia 04/04/2025

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2888/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8214/2024 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** as empresas abaixo para o fornecimento de **INVERSOR TRIFÁSICO 380-480V** com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM**.

COD	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	EMPRESA	CNPJ
85092	INVERSOR TRIFÁSICO 380-480V 12,5A 7,5CV, CONTROLE 4 A 20mA & 0 E 10V	Digel Elétrica Ltda	57.384.478/0001-77
85091	INVERSOR TRIFÁSICO 380-480V 7,3A 4CV, CONTROLE 4 A 20mA & 0 E 10V	Amorim Equipamentos E Materiais Ltda	27.677.952/0001-69
85089	INVERSOR TRIFÁSICO 380-480V 3,3A 1,5CV, CONTROLE 4 A 20mA & 0 E 10V	Amorim Equipamentos E Materiais Ltda	27.677.952/0001-69
85090	INVERSOR TRIFÁSICO 380-480V 5,6A 3CV, CONTROLE 4 A 20mA & 0 E 10V	Amorim Equipamentos E Materiais Ltda	27.677.952/0001-69

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICADO – RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO: WS1330305189. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** 90044/2024. Considerando a inconsistência no agendamento do certame nº 90044/2024, publicado no dia 25/02/2024 no jornal O Estado de São Paulo, caderno Economia & Negócios (pág. B4) e no Diário Oficial, caderno empresarial (pág) 08, foi necessária a Retificação da data e horário de abertura do certame. **ONDE SE LÊ:** Abertura está marcada para o dia 17/03/2025 a partir das 09h30min. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 25/02/2025. **LEIA-SE:** Abertura está marcada para o dia 19/03/2025 a partir das 09h30min. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 28/02/2025

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 001/2024. Modalidade: Concorrência eletrônica Lei Federal nº 14.133/2021 - Tipo: Menor preço. **OBJETO DA SELEÇÃO:** Contratação de empresa especializada em engenharia, com o intuito de executar a obra estrutural do projeto P1026 (Planta de HPV - Fase I). **DATA: 30/04/2025, HORA: 10h**, através da plataforma de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). A versão completa contendo as especificações e demais documentos técnicos relacionados à contratação poderão ser obtidos gratuitamente no endereço eletrônico www.fundacaobutantan.org.br. Autoridade signatária: Beatriz Archidi Martins Leal – Analista de Compras e Licitações PL.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EXTRATO DE CONTRATO

A Coordenadora Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber que o Consórcio firmou o Contrato nº 03/2025, pelo período de 12 (doze) meses, referente a Dispensa de Licitação Eletrônica, **Processo Administrativo nº 085/2025**, objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria orçamentária, financeira e contábil para o CONS, pelo valor global de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), firmado com a empresa R. DE OLIVEIRA JUNIOR CONSULTORIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – M.E, inscrita no CNPJ/MF o nº 28.166.722/0001-20.

Mogi Mirim, 21 de fevereiro de 2025

Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

Marice Costa Porto de Moraes

Coordenadora Geral

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EXTRATO DE CONTRATO

A Coordenadora Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber que o Consórcio firmou o Contrato nº 04/2025, pelo período de 12 (doze) meses, referente a Dispensa de Licitação Eletrônica, **Processo Administrativo nº 082/2025**, objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra terceirizada de auxiliar de limpeza geral e jardinagem, pelo valor global de R$ 21.150,00 (vinte e um mil, cento e cinquenta reais), firmado com a empresa CALLE RS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.131.883/0001-81.

Mogi Mirim, 21 de fevereiro de 2025.

Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

Marice Costa Porto de Moraes

Coordenadora Geral

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EXTRATO DE CONTRATO

A Coordenadora Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber que o Consórcio firmou o Contrato nº 05/2025, pelo período de 12 (doze) meses, referente a Dispensa de Licitação Eletrônica, **Processo Administrativo nº 081/2025**, objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assinatura digital e outros, pelo valor global de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), firmado com a empresa ZAPSIGN PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.058.073/0001-44.

Mogi Mirim, 24 de fevereiro de 2025

Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

Marice Costa Porto de Moraes

Coordenadora Geral

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP

CNPJ Nº 63.025.530/0085-12

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025 – HU

PROCESSO SEI Nº 154.00009137/2024-70

REF.: ALTERAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA

Devido divergências do descritivo do edital e ComprasGOV foram cancelados os lotes 12 e 13 e acrescentado os Lotes 14 e 15. Demais informações e condições permanecem inalteradas. NOVA DATA: Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 às 08h00 Sessão de abertura: dia 14/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Demais informações estarão disponíveis nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 1517/2024-01 "FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 01 ELEVADOR DE ACESSIBILIDADE"

FFM 2096/2024-02 "EMPRESA ESPECIALIZADA P/ REALIZAÇÃO ADEQUAÇÕES CASA DE MÁQUINAS DO AR CONDICIONADO"

FFM 0154/2025-00 "SONDAS DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DESC. E SONDA URETRAL DESC., TAM. 8/10/12/14, P/ O INSTITUTO PERDIZES-HCFMUSP"

SINDICATO RURAL DE TAMBAÚ

C.N.P.J nº 46.669.941/0001-13

Rua João Godoy, 126, Tambaú - SP - CEP-13710-000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato Rural de Tambaú, na forma do seu Estatuto Social e das Portarias MTE 3.472 de 4 de outubro de 2023 e Portaria 1.342 de 8 de agosto de 2024, convoca a categoria dos empregadores rurais e representantes e da categoria econômica dos ramos da agropecuária e extrativismo rural dos municípios de **TAMBAÚ e SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS**, para a Assembleia Geral de ratificação de fundação do Sindicato Rural de Tambaú e extensão de base territorial para o município de Santa Cruz das Palmeiras, a ser realizada na sede social do Sindicato, sita na Rua João Godoy, 126, Tambaú - SP - CEP-13710-000, no dia **24 de março de 2025, às 14h00**, em primeira convocação. Não havendo número legal de associados presentes, ficam convocados para a segunda convocação, que se realizará às 15h00, com qualquer número de associados para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Ratificação de Fundação do Sindicato Rural de Tambaú; b) Deliberação e votação de extensão de base territorial com abrangência de representação para o município de Santa Cruz das Palmeiras; c) Aprovação e alteração do Estatuto Social; d) Ratificação da eleição, apuração dos votos e posse da diretoria executiva, Conselho Fiscal e respectivos Suplentes; e) Filiação à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo e à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil; f) Outros assuntos de interesse da categoria.

Tambaú-SP, 26 de fevereiro de 2025

OTAVIO CAMAROTE JUNIOR - PRESIDENTE

DNIT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

Concorrência nº 0360/2024 - UASG 393003

Nº Processo: 50600025898202413. Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no DOU de 30/09/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de restauração de pista na rodovia BR-262/MG, km inicial 0,00 ao km 50,80 final (Lote 1A), e km inicial 50,80 ao km 96,00 (Lote 1B). Total de Itens Licitados: 2. Novo Edital: 28/02/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Mezanino - Cgd. Asa Norte - BRASILIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90360-2024. Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/04/2025 às 15h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras.

CAMILA DUARTE E SILVA

Agente de Contratação

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA – ICESP

CNPJ 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2920/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº2112/2025

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Manutenção Corretiva da processadora de tecidos SN ET61271810 cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras e Contratação da FFM.

COMPRA REGULAMENTO FFM 2903/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 2120/2025

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E TRANSPORTE DO PET CT – DE ICESP X POLO PACAEMBU cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras e Contratação da FFM.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA – ICESP

CNPJ 56.577.059/0001-01

COMPRA REGULAMENTO FFM 2927/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8256/2025

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO** para contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAIS MÉDICOS-INSTRUMENTAIS cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras e Contratação da FFM.

ECOPARK S.A. - Sociedade por Ações

CNPJ/MF nº 09.425.776/0001-28 - NIRE 35.300.379.349

Edital de Convocação Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Ecopark S.A. ("Companhia") convocados, na forma prevista no artigo 121, § único c.c. o artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), para participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias"), sendo certo que a Assembleia Geral Ordinária será realizada às 16h do dia 10 de março de 2025 e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada às 16h30min do dia 10 de março de 2025, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Google Meet ("Plataforma Digital"), a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária Tomar as contas dos administradores da Companhia; (i) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Aprovar a proposta de destinação dos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, se houver; (iii) Apreciar o pedido de renúncia do Diretor Presidente, Sr. Eduardo Gomes Tavares; (iv) Eleger um novo membro para o cargo de Diretor Presidente, que terá um mandato unificado de 2 (dois) anos, a encerrar na próxima Assembleia Geral Ordinária que eleger a nova Diretoria, que será realizada até o dia 30 de março de 2027; e (v) Deliberar sobre a remuneração global anual da administração da Companhia. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária (i) Autorizar a implementação de procedimento administrativo interno para a realização de aumento do capital social; (ii) Incluir no Estatuto Social da Companhia regras e procedimentos para realização de aumento de capital da Companhia; (iii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (iv) Autorizar a Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários, para os fins de implementar o quanto aprovado nas Assembleias. Conforme disposto no artigo 125 da LSA, as Assembleias serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital social com direito a voto da Companhia. Caso não se atinja o referido quórum de instalação em primeira convocação, as Assembleias serão instaladas em segunda convocação, com qualquer número. 3. Instruções Gerais 3.1. Para participação nas Assembleias, os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia deverão apresentar os seguintes documentos: (i) se pessoa natural, documento de identificação com foto recente e com validade em todo o território nacional; e (ii) se pessoa jurídica, cópia do Estatuto Social ou do Contrato Social atualizado e do ato que investe o representante de poderes como representante legal para comparecimento às Assembleias. 3.2. Nos termos do artigo 126, §1º, da LSA, o acionista pode ser representado nas Assembleias: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); e (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil. 3.3. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos descritos acima. A Companhia não adotará o sistema de votação a distância por meio do boletim de voto a distância para estas Assembleias. 3.4. A Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia assegurará: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante as Assembleias que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral das Assembleias; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. 3.5. Para participarem das Assembleias, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (https://meet.google.com/buu-pmcu-uim), onde devem preencher o seu cadastro e anexar os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto nas Assembleias. 3.6. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio da cópia simples das vias originais de tais documentos, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros, quando aplicável, através da Plataforma Digital (link acima mencionado).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Antônio Vicente da Silva

Diretor Sem Designação Específica

PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast **'Estadão Analisa'**.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de **segunda a sexta-feira, às 7h**.





Assista **AO VIVO** pelo **canal** do **Estadão** no **Youtube.**

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza

DE **SEGUNDA** A **SEXTA**
7h DA MANHÃ



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

ESTADÃO

Eufrázio

e|investidor
ESTADÃO

48 DICAS

PARA ALCANÇAR
O SUCESSO
FINANCEIRO

Um guia para que você tenha uma melhor relação com seu dinheiro e uma vida financeira saudável.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito



Eufrázio

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CYNTHIA DECLOEDT,
MATHEUS PIOVESANA E GABRIEL BALDOCCHI
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Em reestruturação, Viveo libera marca Cremer para venda e prepara cortes

Em negociação com credores, a Viveo, que atua com distribuição de insumos hospitalares, liberou a Cremer para uma potencial venda. A unidade focada em produtos para saúde e higiene pessoal era fiadora de R$ 2,3 bilhões em títulos de dívida (debêntures). A empresa aproveitou a negociação para liberar a venda da subsidiária que estava dada como garantia dos papéis até 2029. A companhia conseguiu também aprovar o aumento do limite de alavancagem de 3,5 vezes para até 5 vezes até meados de 2026, considerando a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Em contrapartida, os credores receberam a sinalização de que a companhia vai voltar ao patamar inicial.

Empresa vai cortar gastos e unidades

Entre as ações para isso, estão corte de gastos, fechamentos de centros de distribuição e junção de fábricas, neste primeiro semestre. A Viveo se comprometeu ainda com mais garantias aos investidores e com limites máximos em pontos como endividamento bruto, investimentos em 2025 e distribuição de dividendos.

Negociação durou três meses

A renegociação durou mais de três meses e foi diferente de outras recentes. A empresa não precisou mudar o perfil da dívida, alongar prazos e taxas. Ocorreram cinco assembleias. Como a Cremer é fiadora, se fosse vendida até 2029, uma nova assembleia precisaria ser chamada. Por isso, a decisão foi fazer esse processo já.

ALÍVIO. Em dezembro de 2024, a Viveo conseguiu seu primeiro "waiver", ou um perdão ao descumprimento de determinadas cláusulas para índices financeiros que, se não atingidos, são um gatilho para decretar a antecipação dos vencimentos. Só em debêntures, a Viveo tem R$ 3,4 bilhões em dívidas, de acordo com o balanço do terceiro trimestre do ano passado. A alavancagem estava em 3,14 vezes e a companhia encerrou o período com prejuízo de R$ 234 milhões.

ORIGEM. Em poucos anos, a Viveo fez 25 aquisições – só em 2023, foram 18. Além disso, mudanças macroeconômicas, como a alta recente de juros, desafios no setor de saúde e questões internas – como problemas operacionais para digerir todas as companhias adquiridas –, afetaram a saúde financeira da empresa.

NEGOCIAÇÕES. A companhia acabou descumprindo cláusulas de alavancagem das debêntures. Com isso, a Viveo está desde o ano passado em conversas com os credores para mudar essas métricas. Embora a Cremer tenha sido liberada para venda, a *Coluna* apurou que não há nenhum banco contratado para tocar um eventual processo. Procurada, a Viveo não se pronunciou.

ATRASO

ANDRE DUSEK/ESTADÃO-9/1/2018



A oferta subsequente de ações da Caixa Seguridade foi adiada após as ações caírem para perto do preço mínimo definido para a operação

ADIOU. A Caixa Econômica Federal atrasou o lançamento da oferta subsequente de ações da Caixa Seguridade após as ações da holding caírem para um preço muito próximo ao valor mínimo definido para a transação. Na mínima de fevereiro, o papel caiu a R$ 14,28 durante o pregão do dia 12. Procurada, a Caixa não se manifestou sobre o preço mínimo e disse que manterá o mercado informado sobre a evolução da oferta.

ARBITRAGEM. Havia o risco de a ação ficar abaixo do patamar mínimo definido na oferta e, assim, a operação foi "recolhida" até que as condições de mercado e de preço estejam favoráveis novamente. Inicialmente, a expectativa era de que a oferta saísse logo após a divulgação do balanço do quarto trimestre de 2024, que ocorreu no dia 13.

LEMBRANDO. A oferta da Caixa Seguridade é totalmente secundária, com a Caixa vendendo ações da empresa equivalentes a cerca de R$ 1,2 bilhão, pelos preços de mercado. A operação deve ser uma das poucas no mercado acionário neste primeiro semestre.

NA PAUTA. Entidades ligadas a empresas de comércio eletrônico, restaurantes e fintechs reforçaram ao Ministério da Fazenda um pedido para avançar na abertura do mercado de vale-refeição e vale-alimentação. Em documento enviado à Secretaria de Reformas Econômicas, o grupo cobra a elaboração de normas que permitam tirar do papel a interoperabilidade (compartilhamento de infraestrutura por terceiros) e a portabilidade (que permite ao trabalhador mudar de fornecedor).

REFERÊNCIA. A abertura foi proposta num decreto de 2021, mas não entrou em prática. A coalizão pede também que a regulamentação siga os moldes do setor de cartões. A ideia é que seja feita por normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e com supervisão do Banco Central.

SOBE

Rolls-Royce lucra mais que o previsto e ações saltam 15%

DIVULGAÇÃO/ROLLS-ROYCE



As ações da Rolls-Royce, indústria britânica de motores para aviões, subiram 15,2% ontem na Bolsa de Londres, após a empresa anunciar um lucro maior que o previsto em 2024, a retomada de pagamentos de dividendos depois de uma pausa de cinco anos, a elevação de suas projeções de desempenho de médio prazo e o lançamento de um programa de recompra de ações de 1 bilhão de libras (R$ 7,35 bilhões), o primeira em uma década.

DESCE

Família Agnelli vende ações e Ferrari cai 7,9% em Milão

DARIO BANDIC/AP



As ações da Ferrari caíram 7,9% ontem na Bolsa de Milão, após a Exor, holding da família Agnelli, anunciar a venda de 4% dos papéis em circulação da companhia. A marca de carros esportivos concordou em comprar parte disso, 666.666 ações ordinárias no valor de € 300 milhões (R$ 1,82 bilhão). A família Agnelli é fundadora da Fiat e é a maior acionista individual da Ferrari e da multinacional Stellantis, que reúne diversas marcas de automóveis.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 124.798,96 PTS. | Dia 0,02% | Mês -1,06% | Ano 3,75%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
EMBRAER ON NM	68,90	12,2	87.237
MARFRIG ON NM	15,17	8,90	38.858
IRBBRASIL RECN NM	48,40	7,80	16.785

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
PETROBRAS ON N2	38,24	-5,56	71.318
PETROBRAS PN N2	36,61	-3,53	179.814
MARCOPOLO PN ED	7,15	-3,51	16.790

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

24/2 a 24/3	0,0744	0,8450	0,5148	0,5000
25/2 a 25/3	0,0744	0,8450	0,5148	0,5000
26/2 a 26/3	0,0750	0,8464	0,5154	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	43.239,50	-0,45	-2,93	1,63
FRANKFURT - DAX	22.550,89	-1,07	3,77	13,27
LONDRES - FTSE	8.756,2	0,28	0,95	7,14
TÓQUIO - NIKKEI	38.256,70	0,30	-3,37	-4,5

TESOURO DIRETO (*)

	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,56	3.270,53
	15/8/2040	7,41	1.478,96
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,67	4.018,05
PREFIXADO	1º/1/2028	14,70	679,11
	1º/1/2032	14,94	388,31
SELIC	1º/3/2029	0,05	16.172,62

(*) TAXAS DE VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	0,00	0,00	4,17
IGP-M (FGV)	0,94	0,27	0,27	6,75
IGP-DI (FGV)	0,87	0,11	0,11	7,27
IPC (FIPE)	0,24	0,24	0,24	4,46
IPCA (IBGE)	0,52	0,16	0,16	4,56
CUB (Sinduscon)	0,16	0,00	0,00	4,13
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,50	0,41	0,41	6,70

Índices de reajuste do aluguel (Janeiro)

IGP-M (FGV)	1,0675	IPCA (IBGE)	1,0456
IGP-DI (FGV)	1,0727	INPC (IBGE)	1,0417
IPC-FIPE	1,0446	ICV-DIEESE	

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS COM CLÁUSULA DE REAJUSTE ANUAL. BASTA MULTIPLICAR O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,54	0,15	2,81	1,61
CDI	13,15	0,00	0,00	0,23

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR N° 11*	MAI/25	19,61	48.483	19,61	20,01	-1,48
CAFÉ N°	MAI/25	373,60	81.284	369,85	373,85	-0,43
SOJA CBOT**	MAI/25	10,23	21.832	10,21	10,24	-0,17
MILHO CBOT**	MAI/25	4,81	823.958	4,80	4,90	-2,53

(*) EM US$ CTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	R$	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	137,33	0,86	15,16
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	311,40	0,00	33,40
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	87,88	0,30	36,37
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.433,30	-8,52	147,99

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,8387	0,43	-0,14	-5,48
DÓLAR TURISMO	6,0030	0,68	-0,44	-5,90
EURO	6,0650	-0,30	0,17	-5,68
OURO LEGENDA TROY	2.871,80	-44,70	1,90	8,37
WTI (US$/BARRIL)	70,0300	1,69	-4,75	-2,35
BRENT (US$/BARRIL)	73,2600	0,57	-4,11	-2,03

	US$ 1/NY	1 Euro/Europa	1 Libra/Londres	R$ 1/Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,0000	1,0400	1,2600	0,1712
EURO	0,9610	1,0000	1,2117	0,1648
FRANCO SUÍÇO	0,9000	0,9357	1,1337	0,1542
LIBRA ESTERLINA	0,7940	0,8253	1,0000	0,1360
IENE	149,1100	155,1200	188,0100	25,5300

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Os pratos mais cativantes da temporada

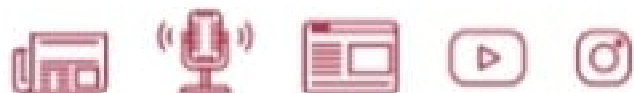


Descubra em Paladar

paladar 20 ANOS ESTADÃO 150

Acompanhe conteúdos exclusivos sobre o mundo da gastronomia em nossa multiplataforma





Por aí
Rádio Eldorado

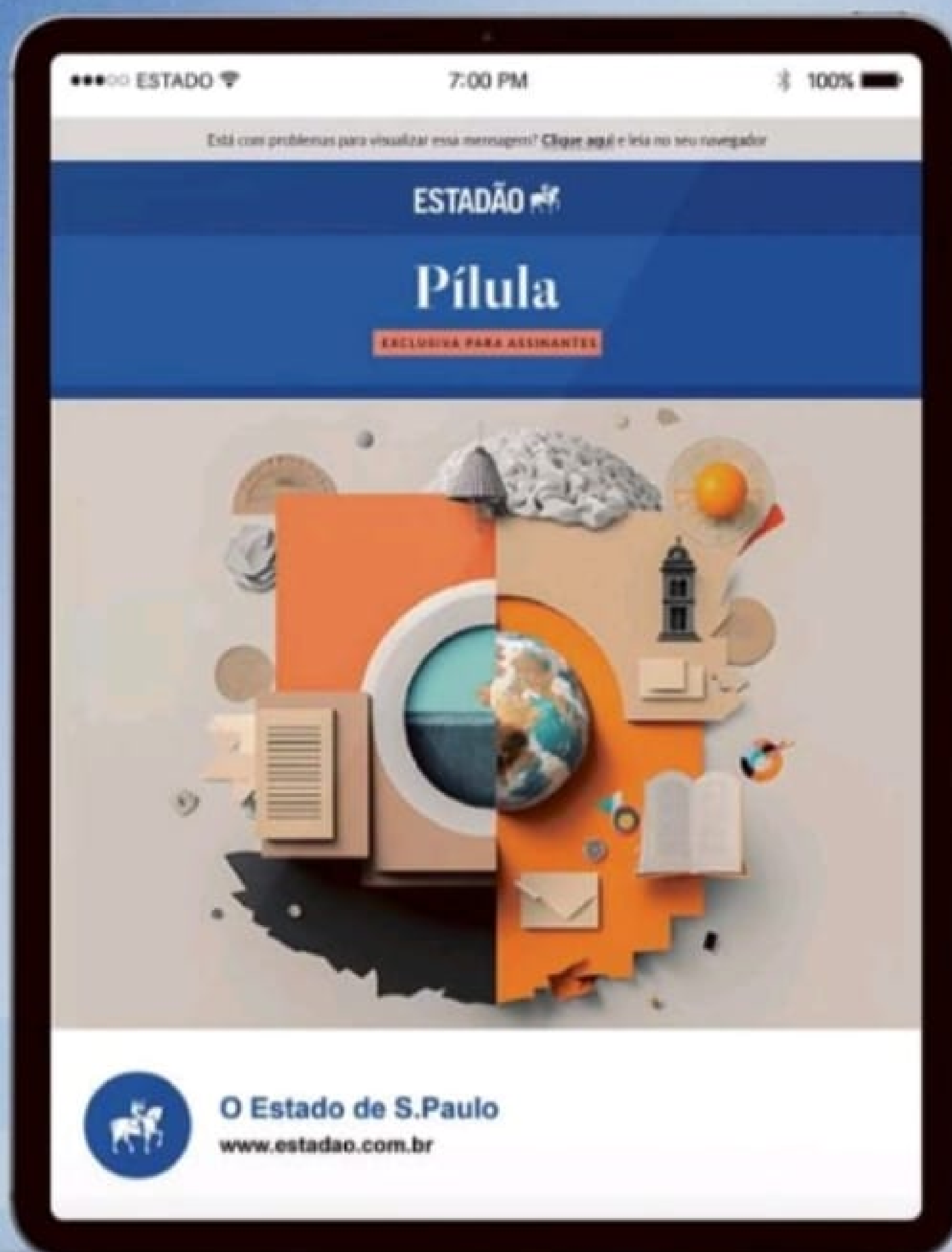
Paladar testou
no site: estadao.com.br

Cozinha do Brasil
Evento Gastronômico

A gosto do freguês
Websérie

Desafio Paladar
Canal Estadão no YouTube

ESTADÃO



NEWSLETTER

Pílula

Um resumo leve e descontraído das principais notícias do dia, além de colunas, dicas de entretenimento e jogos.

Política, Economia, Internacional, Cultura, Saúde e muito mais!

Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber por e-mail, de **segunda a sexta, sempre no início da noite**.



EXCLUSIVA PARA ASSINANTES

bit.ly/news-pilula

Guerra comercial **Taxação**

Trump confirma tarifaço para o próximo dia 4

Presidente dos EUA diz que taxas de 25% para México e Canadá vão mesmo entrar em vigor, assim como tarifa extra de 10% para a China

WASHINGTON

Mesmo com a previsão do Fed, o banco central americano, de um impacto sobre a inflação já alta, o presidente dos EUA, Donald Trump, não deve recuar de sua política de taxar parceiros comerciais. Ontem, ele afirmou que as tarifas de 25% sobre importações do Canadá e do México passarão a vigorar no próximo dia 4. Ele disse ainda que a China será taxada em mais 10% na mesma data, além dos 10% que o republicano já havia anunciado.

O presidente americano justificou a medida como represália ao que ele classifica de pouco empenho dos países para conter a entrada de fentanil nos EUA. "Drogas ainda estão chegando ao nosso país vindas do México e do Canadá em níveis muito altos e inaceitáveis", escreveu ele, na sua rede social, a Truth Social. "Uma grande porcentagem dessas drogas, muitas delas na forma de fentanil, é feita e fornecida pela China."

"Não podemos permitir que esse flagelo continue a prejudicar os EUA e, portanto, até que ele pare ou seja seriamente limitado, as tarifas propostas programadas para entrar em vigor no dia 4 de março entrarão, de fato, em vigor, conforme programado", escreveu o presidente.

No começo do mês passado, Trump impôs um tarifaço ao México e Canadá, os dois maiores parceiros comerciais dos Estados Unidos. A medida foi suspensa por 30 dias com a promessa dos líderes vizinhos de conter a imigração ilegal e o tráfico de drogas nas fronteiras com os EUA.

Além disso, na quarta-feira, Trump indicou que a União Europeia (UE) será taxada em 25% em produtos como automóveis, chips de computador e medicamentos. As taxas seriam cobradas além das tarifas recíprocas, conforme a Casa Branca. O presidente dos EUA já anunciou também que está removendo as isenções em suas tarifas de aço e alumínio de 2018, além de planejar impostos sobre as importações de cobre.

De acordo com técnicos do Fed, as expectativas sobre a inflação futura começaram a subir. Até o momento, os dados não indicam uma disparada repentina nos preços, mas os dados passaram a ser observados com mais atenção.

> ***"Não podemos permitir que esse flagelo continue a prejudicar os EUA e, portanto, até que ele pare ou seja seriamente limitado, as tarifas programadas para entrar em vigor no dia 4 de março entrarão, de fato, em vigor"***
> **Donald Trump**
> Presidente dos EUA

As perspectivas de uma alta da inflação é alimentada, dizem economistas, pela abordagem de Trump em relação ao comércio exterior, imigração e tributação. Na terça-feira, pesquisa do Conference Board mostrou que a confiança do consumidor caiu drasticamente em fevereiro e as expectativas de inflação aumentaram.

A possibilidade de preços mais altos e crescimento mais lento poderia criar um revés político para Trump, que prometeu aos eleitores na eleição presidencial do ano passado que poderia reduzir a taxa de inflação, que aumentou durante o mandato do ex-presidente Joe Biden.

INFLAÇÃO. Em janeiro, pressionada por alimentos e energia (incluindo gasolina), a inflação nos Estados Unidos voltou a acelerar e fechou em 3% na taxa anualizada, ante 2,9% em dezembro.

Entre 2022 e 2023, o Fed aumentou as taxas de juros ao maior nível em duas décadas, quando chegou a um patamar entre 5% e 5,50%, na tentativa de conter um pico de inflação de 9,1%, registrado em junho de 2022. Hoje, o juro básico está entre 4,25% e 4,50%, após três cortes no ano passado.

Em janeiro, a autoridade monetária decidiu manter a faixa atual e não indicar mais cortes. A meta de inflação anualizada perseguida pelo Fed é de 2%.

RESPOSTA. O ministro do Comércio da China, Weng Wentao, manifestou ontem a "firme oposição" do país às tarifas de 10% impostas pelos Estados Unidos sobre produtos chineses, destacando as implicações prejudiciais da medida. O governo chinês afirmou que as diferenças comerciais entre os países devem ser tratadas "por meio de diálogos e negociações equitativas". ● NYT

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

CASAS

ZONA OESTE

PINHEIROS
Ocasião !!!. Vendo sobrado, na Rua: Hermes Fontes nº 164, com excelentes acomodações Terreno 10x25. Garagem para 5 carros. Vale a pena ser visto !!!! Tratar com Palau Adm. Imobiliária.
☎(11) 3032-6555

OPORTUNIDADES

LEILÕES

IMÓVEL 1.347M² A.T., SÃO PAULO/SP
Rua do Céu, Vila do Encontro, Jabaquara. Inicial R$ 817.826,00. (Parcelável) portaldeleiloes.com.br ☎0800-707-9272 Leil. Ofic. Bruno Coan - JUCESP 1061/2018

CLÍNICA TERAPÊUTICA E ESTÉTICA

LINGAN/ TÂNTRICA / NURU
Massagem (11)91324-2183

COMUNICADOS

COMUNICADO
Conforme artigo 482 Letra i da CLT convocamos o funcionário Srº. OSVALDINO PEREIRA DE SOUZA, CTPS/SÉRIE: 00074148.00100-SP, a retornar ao trabalho no prazo de 48hs, o não comparecimento caracterizará Abandono de Emprego. CHARU LANCHES LTDA - CNPJ 46.053.104/0001-65.

PUBLICAÇÃO AO SEMASA
"GEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA torna público que recebeu do SEMASA a Renovação de sua LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO nº 000034/2018 para fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle na Rua das Hortências, 539, Vila Helena, conforme Processo Ambiental nº 129575/2025. E declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao SEMASA."

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

FRIGORÍFICO ENTREPOSTO
Locação! SP/SP-Z.Oeste. (11)3836-7300/99990-9239

JAZIGO

JAZIGO
R$48.000,00 3 gavetas, transferência inclusa ☎(11)98834-0061

RELAX / ACOMPANHANTES

MASSAGEM Q.VIRA SEXO!!!
Tons ☎(11)98398-1091 - LARA

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores: (11) 3855-2001
ESTADÃO

PESTANA LEILÕES
Santander
11/03/25 - 10h
Terça | Eletrônico
LEILÃO - 118 IMÓVEIS RESIDENCIAIS
Apartamento em Campinas/SP
Rua Dr. Antonio Da Costa Carvalho, 577
Apto 81, c/2 vagas de garagem - Box 01
Box 02. Condomínio Edifício Saint Martin
Área privativa: 214,00m²
Lance inicial: R$ 1.100.000,00
Casa em Suzano/SP
Rua Inglaterra, 479, Chacara Recreio Internacional. C/ vaga de garagem
Área terreno: 100,00 m²
Área construída: 141 m²
Lance inicial: R$ 377.000,00
Excelentes oportunidades em todo o Brasil - Acesse nosso site e confira
COND. DE PGTO: À vista | Financiamento a partir de 20% de entrada e saldo em até 420 meses | Comissão de 5% à Leiloeira. | Edital completo, descrição e fotos dos imóveis no site
Lilamar Pestana Gomes - Leiloeira Oficial | JUCISRS 168/00 | 51 3535.1000 | pestanaleiloes.com.br

PESTANA LEILÕES
bradesco
17/03/2025
SEGUNDA | 9h
ELETRÔNICO
LEILÃO - 15 IMÓVEIS
Residenciais e Terreno - Diversos Estados
SP • SC • GO • AM • MT • PR • RJ • RS
Registra Fácil
DEIXE A BUROCRACIA POR NOSSA CONTA.
Apartamento em São Paulo/SP
Bairro Parq. São Jorge. R. Vitório Ramalho 80, Ap. 203, c/2 vagas de garagem, Cond Absoluto Tatuapé, Área priv.: 124,24 m²
Lance mínimo: R$ 626.000,00
Agilidade no Processo
Gestão Documental
Previsibilidade Financeira
Assessoria especializada
Edital completo, descrição e fotos dos imóveis no site
COND. DE PGTO: À vista c/ 10% de desc | Parcelado c/ sinal e o saldo em até 12, 24, 36 ou 48x | Comissão de 5% à Leiloeira | Honorários de serviço de R$ 1.000,00 e taxa administrativa, conforme edital
Lilamar Pestana Gomes - Leiloeira Oficial | JUCISRS 168/00 | 51 3535.1010 | pestanaleiloes.com.br

negócios & **oportunidades**
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio
✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
✓Forneça seus dados apenas pessoalmente
✓Faça a transação apenas pessoalmente
✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
✓Não adiante nenhum valor

Pensou em anunciar, pensou Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h
ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

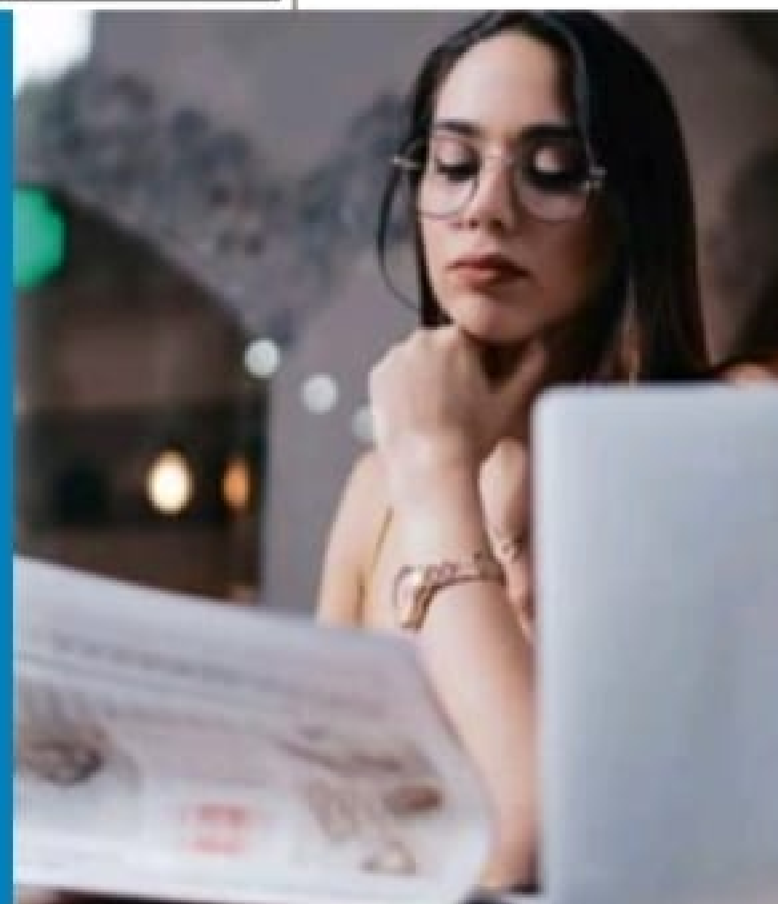




FOTO: PEDRO KIRILOS

ESTADÃO

VODCAST

doispontos

Forme sua **opinião** ouvindo os "Dois Pontos"



Ainda Estou Aqui: os bastidores do filme

Depois de 26 anos, o Brasil voltou a ter indicações no Oscar para as categorias de Melhor Filme Internacional e Melhor Atriz. E 'Ainda Estou Aqui', estrelado por Fernanda Torres no papel de Eunice Paiva, foi além: conquistou uma inédita nomeação a Melhor Filme. O Oscar 2025, que ocorre no domingo de Carnaval, 2 de março, será o mais representativo para o Brasil na história.

Para falar sobre os bastidores da obra adaptada do livro de Marcelo Rubens Paiva, o 'Dois Pontos' convidou **Rodrigo Teixeira**, um dos produtores de 'Ainda Estou Aqui', e **Barbara Demerov**, jornalista e crítica de cinema.

O episódio tem a apresentação da colunista do Estadão, **Roseann Kennedy**, e a participação de **Beatriz Amendola**, editora-assistente de Cultura.

////////// **EPISÓDIO 65**

CONFIRA O VÍDEO COMPLETO

@estadao

ASSISTA AGORA



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code ao lado.



C10 E C11 A fundo



Arquitetos chamam a atenção para erros básicos em 'O Brutalista'

CULTURA & COMPORTAMENTO
Sextou! | Divirta-se | UM GUIA SEMANAL
C2



O ESTADO DE S. PAULO
SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2025

ORION PICTURES/AMAZON/MGM

C2 Streaming

Sextou!

Drama real

Último indicado para o Oscar de melhor filme a chegar ao Brasil, 'O Reformatório Nickel' conta história de abusos em escola dos EUA



O LUGAR DE MUITOS LUGARES

PRA VIAJAR POR OUTROS UNIVERSOS

PRA SENTIR NOVAS EMOÇÕES

VEM PRO CENTRO CULTURAL FIESP, ONDE ARTE, CULTURA E DIVERSÃO SE ENCONTRAM



AVENIDA PAULISTA, 1313
EM FRENTE À ESTAÇÃO TRIANON-MASP
TERÇA A DOMINGO | DAS 10H ÀS 20H

SESI

CENTRO CULTURAL FIESP

Streaming

Baseado em vencedor do Pulitzer

Filme dá ao público olhar de testemunha

Continuação da página C1

Em 'O Reformatório Nickel', pouco se vê o personagem principal, mas observamos a violência a partir de sua perspectiva

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Adaptar um livro ganhador do Prêmio Pulitzer não é exatamente fácil. Pior ainda quando a obra em questão teve tanta repercussão quanto *O Reformatório Nickel* (2019), de Colson Whitehead (que também ganhou o Pulitzer com *The Underground Railroad: Os Caminhos para a Liberdade*, adaptado como minissérie por Barry Jenkins).

A expectativa era enorme, até porque o diretor escolhido, RaMell Ross, fazia sua estreia em longas de ficção, depois do documentário indicado para o Oscar *No Interior do Alabama: A Vida em Hale County* (2018).

O Reformatório Nickel, que acaba de estrear no Prime Video, concorre a dois Oscars neste domingo, 2, nas categorias melhor filme e roteiro adaptado – e merecia mais. Na temporada, o longa ganhou o prêmio do Sindicato dos Diretores de melhor direção de primeiro longa de ficção, o Film Independent Spirit de fotografia e o prêmio de direção e fotografia da associação de críticos de Nova York.

É uma pena que os brasileiros só terão a chance de vê-lo no computador ou na televisão. *O Reformatório Nickel* é uma experiência de cinema, goste-se ou não do filme, porque pretende que o espectador se coloque no lugar de seus personagens – literalmente.

A história do livro e do longa-metragem é inspirada em fatos. A Escola para Meninos Arthur G. Dozier, na cidade de Marianna, na Flórida, era o maior reformatório dos Estados Unidos e funcionou entre 1900 e 2011. Em sua história, foi um local de espancamentos, abusos, tortura, estupro e até assassinato de internos, especialmente de negros. Até 1966, como em todo o sul do país, havia segregação racial no câmpus, dividido entre um setor para alunos brancos e outro para negros.

ORION PICTURES/AMAZON PRIME VIDEO



Brandon Wilson como o interno Turner, um garoto com uma visão pouco esperançosa do mundo

No livro, Whitehead alterna entre os anos 1960 e o presente. No filme, o salto temporal é mais sutil, e a ação se concentra mesmo no passado. Elwood (Ethan Herisse) é um garoto estudioso que, inspirado por Martin Luther King Jr. e a luta pelos direitos civis, acredita na Justiça e em um futuro melhor. Ele consegue uma vaga na universidade, mas, no caminho, acaba preso ao pegar carona em um carro roubado, sem saber.

"Quis colocar o espectador, tanto quanto possível, no lugar da pessoa sendo submetida a essa experiência, fazendo-o imaginar o que vê. Porque uma pessoa não vê todo o horror acontecendo com ela. É normal olhar para longe e distanciar-se daquele momento"
RaMell Ross
Diretor de 'O Reformatório Nickel'

VIVÊNCIAS. Ele é enviado ao Reformatório Nickel do título, onde conhece Turner (Brandon Wilson), que tem uma visão muito menos esperançosa do mundo. Apesar de encararem a vida de maneiras opostas, os dois viram amigos improváveis.

Logo de início, Ross, que também é fotógrafo e artista visual, deparou com o desafio de como transpor o livro para a tela. "Whitehead não descreve, explica. Ele conta tudo o que está acontecendo, mas não faz uma descrição muito detalhada", diz o diretor, em entrevista ao **Estadão**. "Ele permite que imaginemos, e para mim não há nada mais generoso do que um artista que nos leva com uma certa liberdade para ver como é aquele mundo. E isso se alinha muito com os valores que tenho como um criador de imagens."

Em *Hale County*, Ross mostrou a vida simples dos moradores negros do local. Foi a maneira como ele registrou essas imagens que fez com que Aunjanue Ellis-Taylor (indicada para o Oscar de atriz coadjuvante por *King Richard: Criando Campeãs*, de 2021) o procurasse apenas para dizer o quanto amava o documentário. "O filme mostra uma área rural do Estado do Alabama, não muito diferente da região onde eu cresci, no Mississippi. Já vi muitos filmes e fotografias sobre pessoas do sul e nunca me enxerguei refletida. Sempre me parece algo alienígena e objetificante. Não foi o sentimento que tive com *Hale County*. Era como se eu estivesse dividindo uma experiência com o cineasta." Foi assim que ela acabou sendo escalada para um papel pequeno e significativo: a avó de Elwood.

PASSADO E PRESENTE. Ross usou essa sua experiência como documentarista para costurar passado e presente na mesma narrativa. De vez em quando, uma imagem antiga surge na tela. Ela pode ser algo simples, como uma pessoa negra tropeçando. Assim, coloca em evidência a falta de imagens de minorias, mas também mostra essas experiências comuns a todos, como fez em seu documentário. Elas são representantes de indivíduos, mas também de uma cultura. "Meu trabalho surge da escassez dessas imagens", afirmou Ross. "Muitas vezes as imagens de pessoas que se parecem comigo foram feitas por alguém que não tinha as melhores das intenções, ou mesmo não tinha interesse nenhum em nós, em nossa cultura, perpetuando essa imagem através dos tempos e dos espaços."

A maneira como ele coloca o passado evidencia o que todo o mundo sabe e sente: que aquilo que aconteceu 20 anos atrás segue influenciando a maneira como alguém vive hoje. Mas, no caso de pessoas negras, as imagens no cinema costumam ser apenas um reflexo de seus traumas. As experiências negras quase sempre vêm associadas à violência, ao racismo. Ross não queria reforçar os traumas reproduzindo cenas de violência, mesmo contando uma história aterrorizante e real sobre o racismo e a violência contra pessoas negras.

"Foi por isso que quis colocar o espectador, tanto quanto possível, no lugar da pessoa sendo submetida a essa experiência, fazendo-o imaginar o que vê. Porque uma pessoa não vê todo o horror acontecendo com ela. É normal olhar para longe e distanciar-se daquele momento", explica.

Por essa razão, ele optou, com a ajuda do diretor de fotografia Jomo Fray, por imagens que refletem o ponto de vista dos personagens. Durante boa parte do filme, não vemos Elwood, mas, sim, o que ele enxerga. Os atores utilizaram uma parafernália de equipamentos para mostrar essa perspectiva.

Há quem se distraia com o recurso, chamado de videogame por alguns. Mas ele também oferece a possibilidade de ver o mundo como aqueles garotos, sentir o que estão sentindo. Literalmente, coloca o espectador na pele do outro – necessário em tempos de tanto tribalismo, de enxergar o mundo a partir de um ponto de vista pessoal, sem levar em conta as experiências diferentes e variadas geradas por culturas e circunstâncias diversas de bilhões de outros ao redor do planeta. "Eu não sei se agora é um momento importante para este filme, para mim parece que é sempre relevante", afirma Ross. "E é essencial de qualquer maneira criar imagens dessas pessoas, tendo ideias por trás e com o objetivo de fazer arte." ●

Eufrázio

Sem carnaval

Música e cinema

De Grande Otelo à Jovem Guarda, passando por Lô Borges

Para quem não quer saber de carnaval – e, vá lá, de Oscar – algumas opções de programação estarão disponíveis, ligadas à música. No Museu da Imagem e do Som, uma mostra marca o aniversário de 60 anos da Jovem Guarda. A exposição conta com diversos álbuns, pôsteres, fotografias, capas de revistas, matérias de jornais e itens pessoais de alguns membros do movimento em sete espaços.

No Sesc 14 Bis, Lô Borges vai apresentar canções de seu álbum mais recente, *Tobogã*, que reúne músicas vibrantes, com estética e temáticas contemporâneas, que dialogam enormemente com as novas gerações. No show, que tem canções do álbum e sucessos e clássicos de mais de 50 anos de carreira, acompanham Lô Borges os músicos Henrique Matheus (guitarra e vocais), Thiago Corrêa (baixo), Robinson Matos (bateria) e Felipe D'Ângelo (teclados e vocais).



JOÃO DINIZ

Lô Borges mostra disco 'Tobogã' e hits de mais de 50 anos de carreira

A banda Aláfia, em show no Sesc Santana, apresenta as músicas do álbum *Além do Lá* em uma apresentação que traz temas do dia a dia, como amor, dor, família, prazer e destino, interpretados à luz da tradição da literatura de Ifá, forte influência da banda.

Para fãs de cinema, a Cinemateca Brasileira realiza uma homenagem ao ator Grande Otelo, com filmes clássicos como *Macunaíma*, *Carnaval Atlântida*, *Amei um Bicheiro* e *Matar ou Correr*. Todos são mantidos pela instituição e serão exibidos na mostra, que termina nesta sexta-feira, dia 28.

● SABRINA LEGRAMANDI E DANIEL SILVEIRA

Jovem Guarda
MIS. Av. Europa, 158. 3ª a domingo (fecha às segundas). R$ 30

Lô Borges
Sesc 14 Bis. R. Dr. Plínio Barreto, 285. Domingo (2) e 2ª (3), 18h. R$ 70

Aláfia
Sesc Santana. Av. Luiz Dumont Villares, 579. 6ª (28). 20h. R$ 60

Revisitando Grande Otelo.
Cinemateca Brasileira. Largo Sen. Raul Cardoso, 207. Gratuito

Sesc

/ Afoxé Vozes do Órun
Com Voz dos Tambores
1/3. Sábado, 15h.
Consolação

/ Os Bicudos na Folia
1/3. Sábado, 12h.
Ipiranga

/ Bloco Afro é di Santo
Projeto "Macumbarias Femininas"
1/3. Sábado, 14h.
Santo Amaro

/ Silvan Galvão e Carimbloco
Com Teatro Popular Solano Trindade
1/3. Sábado, 14h.
Santo André

/ Bloco Afro Ilú Obá De Min
1/3. Sábado, 15h.
Interlagos

/ Roberto Seresteiro
Show "E as marchinhas v[redacted]
1/3. Sábado, 1[redacted]
Santo André

/ Baile da Samucagem
1 e 3/3.
Sábado e segunda, 16h.
Pinheiros

/ Banda do Seu Lalá
1 e 2/3.
Sábado e domingo, 17h.
Avenida Paulista

/ Douglas Germano e Batuqueiros e sua Gente
Part.: Fabiana Cozza e Francineth
1 e 2/3. Sábado, 21h.
Domingo, 18h.
Pompeia

/ Cortejo Voador
2/3. Domingo, 11h.
São Caetano

/ Bloco Pagu
2/3. Domingo, 16h.
Guarulhos

/ Carnaval dos Quatro Cantos
Com Tatá Alves e Rodrigo Régis
2 e 4/3.
Domingo e terça, 16h.
[redacted]

tecnologias e artes

/ Caia na Folia: Oficina de ritmos afrobaianos
Com Mamuh Soares
1 a 4/3. Sábado a terça, 10[redacted]
Pinheiros

/ Colares, pulseiras e penduricalhos
Com Renato Renda
1 e 3/3. Sábado e segunda, 10h30, 11h, 13h, 13h30, 14h e 14h30.
14 Bis

/ Maquiagem Drag King
Com Tici Pam
1 e 3/3. Sábado e segunda, 13h, 13h30, 14h e 14h30.
14 Bis

/ Bonecão de Papelão
Com De Brinks com Rolê
1 a 4/3.
Sábado a terça, 13h às 16h.
Itaquera

/ Estandartes de Carnaval
Com Natália Onnori e equipe
1 a 4/3.
Sábado a terça, 13h, 14h e 15h.
[redacted]rulhos

/ [redacted]ssórios de orelhas
[redacted]n Ateliê Fonfinfan
[redacted]/3.
[redacted]do a terça, 13h e 14h.
[redacted]to Amaro

literatura

/ Mulhere[redacted] seus car[redacted] de histó[redacted]
Contação [redacted] histórias [redacted] Coletivo [redacted]
1/3. Sába[redacted]
Interlago[redacted]

artes visuais

/ Acessórios carnavalescos botânicos
Oficina com Coletivo Laranja Azul
1 a 4/3.
Sábado a terça, 11h às 16h.
Avenida Paulista

/ Tiaras carnavalescas de bicho
Oficina com De Brinks no Rolê
2 e 4/3.
Domingo e terça, 10h e 13h.
Mogi Das Cruzes

crianças

/ Zabumbando os Carnavais: Oficina de confecção de instrumentos
Com Afonsinho Menino e Renata Gobatti, da Yiú Brazil
1 e 2/3. Sábado e domingo, 12h.
Consolação

/ Máscaras e adereços de feltro para o Carnaval
Com Kawanny Barbosa, Alexandre Silva e Ynaia Barros
1 a 4/3. Sábado a terça, 13h e 14h.
Ipiranga

/ Cortejo Sampalhaças
1/3. Sábado, 15h.
Itaquera

/ Bloquinho Baitaclã Mirim
Carnavalzinho de Cultura Popular
2/3. Domingo, 11h30.
Santo Amaro

/ Carnaval da Pia Fraus
2 e 4/3. Domingo e terça, 13h.
Vila Mariana

/ Bloquinho dos Bichos
Com a Casa do Ritmo
2/3. Domingo, 16h.
Mogi Das Cruzes

/ Samba de roda para crianças com Nega Duda
2 e 4/3. Domingo e terça, 16h.
Pompeia

ações para a cidadania

/ Máscaras de Papel de Inspiração Diablada
Oficina com LEVA (Laboratório Experimental de Vivências Artísticas)
1 a 4/3. Sábado a terça, 11h às 16h.
Avenida Paulista

/ Vivência de Samba – Bateria diversa
Com Fernando Neninho
2 e 4/3.
Domingo e terça, 15h30.
Belenzinho

esporte e atividade física

/ Praça de Esportes - Atletismo
1 a 29/3. Sábados, 12h30.
Santana

/ Sesc no Parque
Atividades esportivas no Parque Provincia de Treviso
2/3. Domingo, 9h às 13h.
São Caetano

circo

/ Carnavalhaço - o carnaval dos palhaços
1 e 3/3.
Sábado e segunda, 11h30 e 14h.
Casa Verde

teatro

/ O Carnaval dos Bichos
Com Evoé Cia. de Teatro
1 e 8/3.
Sábados, 16h30.
São Caetano

dança

/ Bloco do Boi
Com Bumba Bloco
1/3. Sábado, 16h.
Vila Mariana

/ Samba no pé
Oficina com Arthur Marques e Marcela Ramos
2/3 a 27/4.
Domingos, 10h30.
Exceto 13/4.
Campo Limpo

pessoas idosas

/ Mergulho nos Ritmos da Bahia
Com Timbaleiro Negro, Luciana Farias e Ettore [redacted] do Bloco Atabatimba
28/2. Sexta, 12h30.
Bom Retiro

/ Mariel
Especial de Carnaval 6[redacted]
28/2. Sexta, 17h30.
Carmo

Confira os horários de funcionamento das unidades durante o Carnaval em sescsp.org.br/feriados

Trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, com registro em carteira de trabalho, podem aproveitar benefícios exclusivos com a Credencial Sesc!

A Credencial é grátis para o titular e seus dependentes e garante acesso prioritário às atividades e serviços oferecidos pelo Sesc em todo o território nacional, além de descontos na compra de ingressos, inscrições em atividades e excursões.

Mais informações em sescsp.org.br/credencialplena

Consulte a Classificação Indicativa das atividades em

SESCSP.ORG.BR

Paladar

À mesa

Na culinária italiana, receitas se misturam à memória afetiva

Para celebrar essa tradição, chefs de várias regiões contam como a influência das nonnas segue viva em suas cozinhas

MATHEUS MANS

O Brasil comemorou na semana passada o Dia da Imigração Italiana, data que reforça a profunda influência desse povo na cultura e na gastronomia do País. Mais do que técnicas ou ingredientes, a cozinha italiana carrega memórias, afeto e tradições transmitidas de geração em geração, muitas vezes pelas mãos das nonnas. São elas que, entre histórias de família e panelas fumegantes, ensinam não só a preparar massas perfeitas e molhos encorpados, mas também a essência da hospitalidade e do prazer à mesa.

Essa herança culinária se reflete nos cardápios de diversos restaurantes pelo Brasil, onde chefs revisitam os sabores da infância e resgatam as receitas que marcaram suas trajetórias. Entre a farinha espalhada pelo balcão e massas recheadas com afeto, muitos desses profissionais encontram nas lembranças de suas avós a inspiração para criar pratos que misturam tradição e inovação.

Para celebrar essa tradição, o *Paladar* ouviu chefs de diferentes regiões para entender como a influência das nonnas segue viva em suas cozinhas e na forma de receber clientes.

IAN BAIOCCHI
Chef da 1929 Trattoria Moderna

Quando fala de sua avó Colombina, o chef Ian Baiocchi não esconde o quanto ela foi peça-chave na sua formação – não só profissional, mas afetiva. "No íntimo, ainda faço a comida que agradaria a ela", diz ele, ao lembrar dos tempos em que a casa dela nunca ficava sem algo gostoso sobre a mesa: enroladinho de queijo no café, bife no pão ao meio-dia, carne de panela no fogo para o almoço. Esses momentos construíram as memórias que hoje orientam as criações de Ian, reverberando nos temperos caipiras que aprendeu a apreciar com as duas avós.

É nesse afeto que se baseia a 1929 Trattoria Moderna, batizada com o ano de nascimento de Colombina e decorada com fotos que eternizam sua presença. Ali, a "macarronada da minha avó" é um abraço em forma de prato: massa fresca, carne de panela e queijo curado – tudo com o mesmo refogado caseiro que Ian jura ter herdado de dona Anita, a outra avó, que preferia um estilo mais rústico e simples, mas não menos saboroso.

Para ele, não há técnica moderna que supere o sabor de "pingar e fritar" devagar, adicionando alho, cebolinha e o jeitinho da avó. O resultado faz sucesso: em cada garfada, clientes são transportados para as cozinhas de suas próprias famílias, como se também tivessem crescido ao redor do fogo lento típico da casa de dona Colombina.

VICTOR E VINICIUS BRANCO
Chefs da Osteria Taipa

No caso dos irmãos Victor e Vinicius Branco, da Osteria Taipa, foi a avó materna, a vó Nele, que os apresentou a uma rotina de cilindros barulhentos, panelas de ferro e farinhas voando pela cozinha.

Doceira e salgadeira de encomendas grandes – chegava a preparar milhares de salgadinhos e docinhos em um único dia –, ela ainda encontrava tempo para cozinhar para a família: polenta, costela, tortei de rolo, galinhada, peixe frito.

De acordo com a lembrança de Victor e Vinicius, sempre havia alguma panela no fogo, enquanto os netos descobriam, quase sem perceber, a paixão pela gastronomia.

A combinação ítalo-gaúcha vivenciada no dia a dia transparece no cardápio da Osteria, em Lages. O tortelli de abóbora, por exemplo, massa recheada com abóbora cabotiá, queijo artesanal serrano, e finalizada com ragu de frescal e linguiça Blumenau, é feito "à moda da vó", com aquele cuidado minucioso que não aceita atalhos – tanto que ela pagava aos netos por quilo fechado de massa, para incentivá-los.

Outro destaque é o agnolini recheado com um preparado de galinha caipira, queijo parmesão e noz-moscada, cozida em caldo da mesma galinha do recheio, e funghi porcini. Hoje, além de inspirar receitas à la carte, dona Nele ainda é homenageada nos rótulos das massas secas comercializadas pela Merca Taipa, espaço dentro da Osteria que oferece produtos de fabricação própria, como as massas, molhos, condimentos e outras iguarias locais.

BIANCA GIACOMELLI
Restaurateur do Borgo Mooca

Para Bianca Giacomelli, neta de imigrantes italianos operários, a comida sempre foi sinônimo de família unida e boas memórias. O primeiro Borgo Mooca, que conquistou o paladar dos paulistanos, ficava em uma casa da década de 1950 encontrada por Bianca em um de seus passeios por seu bairro da infância, mais precisamente atrás do emblemático clube Juventus, de que ela e a família eram sócias.

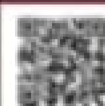
A antiga casa carregava a identidade da sua história, com peças que pertenciam aos seus avós e a seu sócio, além de objetos originais da casa, que também pertencia a uma família de italianos.

Hoje, já instalado na região de Santa Cecília, no centro da cidade, e sob comando do chef executivo Thiago Gonçalves, o Borgo Mooca mantém viva a herança familiar aliada a um toque contemporâneo.

Entre as receitas está o gnocchi da nonna Elisa Giacomelli, homenageando a avó de Bianca. "Esse prato me transporta para um lugar mágico, onde posso sentir aromas e sabores do gnocchi da minha avó. Capaz de criar para mim um universo de sensações ⊕



Salvatore Loi mostra massa usada no Modern Mamma Osteria



Confira receita de panna cotta, o doce italiano saboroso, cremoso e bem suave



ROGÉRIO LACANNA

LEO MARTINS/ESTADÃO

que quis reproduzir de forma genuína aos clientes do Borgo", conta Bianca. Ao lado de outras massas frescas e preparos sazonais, esse gnocchi reforça a essência do restaurante: valorizar a herança italiana e as histórias de família, sem abrir mão de um toque atual e criativo.

DIANA BEATRICE
Chef do Far Niente

A história do Far Niente está diretamente ligada às lembranças de infância da chef e proprietária Diana Beatrice. Sua nonna, que mantinha um bar em Jaçanã frequentado por caminhoneiros, acabou transformando o espaço em um restaurante simples, impulsionada pelos pedidos frequentes para que preparasse refeições.

Entre os pratos mais marcantes desse período estava o fusili, uma tradição que Diana preserva até hoje no Far Niente, preparando a massa no arame. A influência da avó também se estende à escolha dos ingredientes: os tomates, sempre adquiridos no mercado, eram deixados para reduzir lentamente aos domingos, dia reservado para as visitas em família. Entre as sugestões mais emblemáticas da casa, assim, está o fusili de mignon (R$ 74), prato típico do sul da Itália, preparado com pasta no arame, iscas de filé-mignon, cogumelos e pomodoro, uma verdadeira homenagem à tradição familiar da chef.

FELLIPE ZANUTO
Chef do Hospedaria

Quando concebeu o seu restaurante na Mooca, o chef Fellipe Zanuto tinha dois direcionamentos: a boa cozinha da avó italiana e suas pesquisas nos cadernos de receitas dos imigrantes – principalmente italianos – que chegaram a São Paulo.

Da sua avó, vieram muitas referências, receitas e até mesmo o estilo de servir. O prato de que Fellipe mais se lembra da "nonna" é o lagarto da vó Terna – que fica marinando de um dia para outro e é servido no restaurante com pão italiano na manteiga (R$ 46).

"Ela deixava o pão torradinho para nos servirmos antes da refeição principal", conta Fellipe. Outro hit do restaurante de Zanuto é o pão com molho para chuchar (R$ 38) que é servido na panelinha antiga "também lembrança de como todo mundo tinha um pão a postos para limpar a panela depois do bife ao molho", comenta. E algo que o restaurante criou foi o modo de servir o café: numa térmica antiga. E não por acaso, explica Fellipe. "Ela é muito parecida com a da minha avó." Para completar, a bebida vem sempre em copos americanos.

SALVATORE LOI
Chef do Modern Mamma

Por motivos óbvios, o chef sardo Salvatore Loi tem na sua cozinha muitas lembranças da mãe e da avó cozinhando. Aliás, Loi se tornou chef por dormir e acordar sentindo os aromas saindo da cozinha de casa. "Me lembro do cheiro do manjericão, da massa sendo aberta, de estar sujo de farinha enquanto elas preparavam o prato que representa muito a minha infância: o ravióli de ricota de búfala e limão-siciliano ao sugo de tomate. Esse prato me acompanha há muitos anos e está no Moma desde a abertura", diz Loi.

DANIEL RICCIARDI
Chef do Grotta Cucina

A tradição italiana sempre esteve presente na família do chef Daniel Ricciardi, com forte influência de sua bisavó, Líbera Malvezzi. Com cerca de 80% da família vinda da Itália, a culinária sempre foi uma conexão entre gerações. Além de Líbera, seus avós, Nadir Albertini Ricciardi e Mauro Ricciardi, também deixaram sua marca na gastronomia que ele pratica hoje. O ragu servido no restaurante, por exemplo, segue a receita da bisavó, mantendo viva a lembrança dos almoços de domingo, quando a família se reunia para preparar a massa fresca, recheios e molhos que levavam horas para atingir o sabor perfeito. Essas tradições foram passadas de geração em geração – dos bisavós para os avós, depois para sua mãe, e, finalmente, para ele, que hoje as aplica na cozinha do Grotta Cucina. Entre os destaques no menu, o ragu da casa, que é encontrado no Julius (R$ 107), feito com fagotini recheado de ragu Grotta, crema de porcini, manteiga trufada e demi-glace, e o Pisa (R$ 93), uma lasanha al ragu preparada com ricota, parmigiano reggiano, fonduta trufada e demi-glace. ●

As melhores pizzas romanas da cidade

MÁRIO RODRIGUES



Da Mooca Pizza Shop

Direto no balcão, você pode escolher sua fatia de pizza no mesmo estilo encontrado em Roma. Entre os sabores mais pedidos estão brócolis assado, muçarela e calabresa artesanal (R$ 14), de batata laminada com muçarela e alecrim (R$ 13), de molho bechamel, muçarela, mix de cogumelos e calabresa artesanal (R$ 17) e também as clássicas, como casteloes (R$ 16) e marguerita (R$ 15). No almoço, de segunda a sexta, também é possível pedir um combo com duas fatias de sua preferência e um refrigerante (R$ 39,90).

Rua Fradique Coutinho, 154; @damoocapizzashop

TAGLIO PIZZA



Taglio

Dos mesmos donos da padaria Fabrique, a Taglio é um endereço especializado em pizzas romanas. A pizza vendida em fatias "al taglio" é o carro-chefe da casa. Com massa bem fofinha, cada fatia parte de R$ 15 e há sabores como marguerita, parma e rúcula, calabresa, salame com pimentão e cebola caramelizada, e de cogumelos com azeite trufado. Além da loja oficial na Santa Cecília, você também pode provar alguns sabores da Taglio na própria Fabrique (Pinheiros, Santa Cecília ou Vila Romana).

R. Conselheiro Brotero, 870; @tagliopizzaromana

PIZZA OMBRA



Ombra

O Ombra é um bar, bem italiano, com drinques e pizzas romanas perfeitas para comer com a mão enquanto se circula pelo espaço. Na vitrine, são expostos diferentes sabores de pizza, todas eles levando massa feita com farinha italiana tipo 00, molho de tomate "pelati italiani" e ingredientes frescos. Alguns dos sabores disponíveis são salaminho artesanal levemente apimentado; muçarela de búfala, tomatinho, manjericão; e aspargos com brie e mel. Os preços variam de R$ 16 a R$ 21 o pedaço, também com opções de queijos veganos.

Rua Lisboa 579; @ombra_sp


MATT SAYLES/INVISION

Divirta-se

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

O Teatro Oficina terá transmissão ao vivo da cerimônia, além de apresentações musicais

Torcida

O Oscar em clima de Copa do Mundo

Restaurantes, bares e até teatros preparam programações especiais para quem quiser acompanhar a cerimônia de premiação

SABRINA LEGRAMANDI

A presença histórica do brasileiro *Ainda Estou Aqui* no Oscar vai gerar um verdadeiro clima de Copa do Mundo no próximo domingo, 2. O filme de Walter Salles, estrelado por Fernanda Torres, tem chances de levar a estatueta em três categorias.

Em Salvador, por exemplo, a cerimônia será transmitida em um telão instalado no Pelourinho, no centro histórico da cidade. "Hollywood, não! Pelourinho! A festa e a torcida pelo cinema brasileiro se encontrarão em uma celebração única durante o nosso carnaval do Pelô! Vamos torcer juntos pelo Brasil, pela atriz Fernanda Torres e vibrar nessa noite mágica em que o cinema e o carnaval da Bahia se unem rumo à vitória", afirma uma publicação do governo da Bahia.

No Rio, as atenções estarão divididas entre a preparação para os desfiles de carnaval na Sapucaí e a cerimônia de premiação, que será vista em diversos bares, restaurantes e salas de cinema espalhadas pela cidade, que prepararam programações e eventos especiais.

E São Paulo não fica atrás: vários locais farão eventos pensados sob medida para acompanhar a maior premiação do cinema. Há opções para todos os gostos: festas, bares, sessões em salas de cinemas. A festa, independentemente do resultado, vai ser grande. Afinal, é a primeira vez que o Brasil é indicado para melhor filme e a segunda para melhor atriz. ●

Festas

Noite das Mil Fernanda Torres

A Zig promoverá uma festa à fantasia com o tema Fernanda Torres. Quem usar fantasias inspiradas na atriz ou em personagens dela entrará de graça.

R. Araújo, 155. Dom. (2), 20h às 5h. R$ 30/R$ 40

Ultralove Oscar's Party

A Casa Abe realiza festa com transmissão da cerimônia na pista. Antes e depois do Oscar, os DJs convidados tocarão house music, funk, hyperpop e electro.

R. Augusta, 339. Dom. (2), 18h às 1h. R$ 15/R$ 30

Bloco Evoé Zé!

O Teatro Oficina terá transmissão ao vivo da cerimônia, além de um show ao vivo da banda, da bateria do Oficina e do DJ Thy San. Também haverá um concurso de fantasias.

R. Jaceguai, 520. Dom. (2), 18. R$ 40

Baile do Seu Lalá

O baile de carnaval que ocorre há 10 anos também traz uma transmissão do Oscar, que inclui uma miniorquestra com 14 músicos que tocarão marchinhas, marchas-rancho e sambas carnavalescos. Haverá concurso de fantasias.

Rua Treze de Maio, 830. Dom. (2), 21h às 5h. R$ 45

Cinemas

Reag Belas Artes

Quem comprar o ingresso também ganha uma máscara de Fernanda Torres. Haverá opções de transmissão com áudio original e com tradução simultânea.

R. da Consolação, 2.423. Domingo (2), 21h

Reserva Cultural

O espaço promete uma verdadeira imersão na cerimônia: o cinema terá um tapete vermelho, drinks, um menu-degustação e um concurso de melhor traje original.

Avenida Paulista, 900. Domingo (2), 19h às 2h

Bares

O'Malley's Bar

O pub tradicional da noite paulistana, localizado na Alameda Itu, nos Jardins, contará com uma transmissão especial da cerimônia de premiação. A entrada para o dia é R$ 13.

Alameda Itu, 1.529.
Domingo (2), a partir das 21h

Cana

O bar terá uma programação especial com horário estendido no domingo. Antes da cerimônia, haverá apresentação do DJ Vini Dejota. O lugar também oferece uma promoção de drink com sanduba.

R. Gen. Jardim, 415. Domingo (2), 17h

Hitch Bar

O bar promove um evento especial que vai ter até festa com entrada gratuita. O local também vai realizar um bolão valendo drinks para quem acertar o maior número de vencedores.

Praça Franklin Roosevelt, 252.
Domingo (2), 17h às 21h

Shuffle Bar

O espaço nos Campos Elísios vai abrir no domingo especialmente para receber o público com a transmissão da cerimônia do Oscar. A cozinha estará fechada, mas serão servidos drinques nos dois salões da casa, ambos com telões exibindo a premiação.

R. Ana Cintra, 132. Domingo (2), 20h.



Ao longo da semana, nas edições do **Caderno 2**, este selo identifica outros destaques da programação cultural. Acompanhe!

Onde ver os 10 indicados para melhor filme

'Anora'


NEON

A jovem stripper Anora (Mikey Madison) conhece o filho de um oligarca russo e engata um improvável romance. Após um casamento realizado por impulso em Los Angeles, a família de Ivan Zakharov (Mark Eydelshteyn) retorna para os Estados Unidos com um único objetivo – anular a união entre o casal.
Em cartaz nos cinemas

'Emilia Pérez'


SHANNA BESSON/NETFLIX

Cansada de uma carreira defendendo criminosos, a advogada Rita (Zoe Saldaña) aceita a proposta de um poderoso chefe do cartel mexicano – auxiliá-lo em sua transição de gênero. Emilia Pérez (Karla Sofía Gascón) finge sua morte e foge do México. A saudade da família, no entanto, faz a ex-criminosa colocar tudo a perder.
Em cartaz nos cinemas

'O Brutalista'


A24

Em 1947, o arquiteto húngaro László Toth (Adrien Brody) foge da devastação da 2.ª Guerra e encontra um novo lar nos Estados Unidos. Ao lado da esposa Erzsébet (Felicity Jones), ele busca reconstruir sua carreira e se firmar como um dos mais importantes arquitetos do seu tempo.
Em cartaz nos cinemas

'Ainda Estou Aqui'


ALILE DARA ONAWALE

A vida da família Paiva é destruída quando o ex-deputado federal Rubens Paiva (Selton Mello) é sequestrado pela ditadura militar. Sem ideia do que aconteceu, cabe a Eunice Paiva (Fernanda Torres) manter sua família unida e lutar pelo esclarecimento do sumiço de seu companheiro.
Em cartaz nos cinemas

'Um Completo Desconhecido'


SEARCHLIGHT PICTURES

A cinebiografia de Bob Dylan (interpretado pelo ator Timothée Chalamet) acompanha a ascensão meteórica do músico durante a década de 1960 em Nova York. Entre a pressão da mídia e dos fãs, o longa narra a jornada musical e pessoal de um dos poetas mais populares do último século.
Em cartaz nos cinemas

'O Reformatório Nickel'


ORION PICTURES

Baseado no livro de Colson Whitehead, longa narra a história de dois adolescentes negros – Elwood (Ethan Herisse) e Turner (Brandon Wilson) – que estão em um reformatório na Flórida, nos anos 1960. No auge da luta pelos direitos civis, uma amizade se forma entre os garotos, que têm de sobreviver à instituição.
Prime Video

'Conclave'


DIAMOND FILMS

Após a morte do papa, cabe ao cardeal Lawrence (Ralph Fiennes) organizar a eleição que elegerá o próximo líder da Igreja Católica. Os corredores do Vaticano, no entanto, estão repletos de segredos que ameaçam o processo. Entre os postulantes ao trono, haverá algum sacerdote digno de assumir o posto?
Em cartaz nos cinemas

'A Substância'


MUBI

Após ser demitida por conta de sua idade, a apresentadora Elisabeth Sparkle (Demi Moore) toma uma substância que promete lhe transformar em uma versão jovem de si. Com o surgimento de Sue (Margaret Qualley), as duas devem agora encontrar o balanço entre fama e identidade.
Disponível na Mubi

'Duna 2'


WARNER BROTHERS

Na segunda parte do épico baseado nos livros de Frank Herbert, Paul Atreides (Timothée Chalamet) organiza a sua vingança contra a família Harkonnen. Ao se aliar aos Fremen, o herdeiro da casa Atreides se depara com uma escolha – o amor de sua vida ou o destino do universo.
Em cartaz nos cinemas e disponível na Max

'Wicked'


UNIVERSAL PICTURES

Em Oz, a jovem Elphaba (Cynthia Erivo) enfrenta todo tipo de preconceito por conta de sua pele verde. Ao se juntar à Universidade de Shiz, a bruxa vai precisar lidar com sua companheira de quarto Galinda (Ariana Grande) e lutar contra uma maldição que parece silenciar todos os animais falantes.
Disponível na AppleTV+ e no Prime Video

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Entrega incondicional
Data estelar: Lua Nova em Peixes

O tanto de medo em que confiamos, porque imaginamos que sem ele estaríamos perdidos e à deriva no mundo perigoso em que existimos, é o tanto de falta de amor que experimentamos, porque o amor só pode ser experimentado num ato de entrega incondicional, e ansiamos loucamente por viver essa experiência, mas pomos tantos obstáculos e requisitos para nos entregar ao amor, que acaba não acontecendo.

Amor é entrega incondicional, porque onde houver condições há também medo, e o medo, não o ódio, é o oposto do amor. É o medo que nos deixa tensos, hostis, preparados para o pior, porque confiamos nele, enquanto se quisermos experimentar o amor sonhado, temos de confiar mais em que o amor nos salva do que depositar a confiança de que sem o medo estaríamos perdidos e à deriva no mundo perigoso em que existimos. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Escolha a dedo as pessoas com quem se abrir, porque apesar de ainda ser necessário você guardar segredo sobre suas reais intenções, mesmo assim seria interessante ir testando as reações diante de suas propostas.

TOURO 21-4 a 20-5
Se quiser moleza, coma pudim. A vida não precisa ser dura o tempo inteiro, porém, se acomodar em situações que pareçam brindar com conforto, mas que custam caro do ponto de vista emocional, não é essa uma atitude sábia.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Entre caprichos e desejos anda a alma humana, tendo de discernir a não tão evidente diferença entre uns e outros. Os desejos são sempre imperativos, enquanto as necessidades só fazem sugestões, muito sutis às vezes.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Acomode em sua mente as percepções que anda tendo sobre as pessoas e o mundo em geral, porque isso garantirá que você aproveite o conhecimento e tome impulso para se reinventar, num processo que levará anos.

LEÃO 22-7 a 22-8
Tudo se resolve, mesmo que não seja do jeito que você imaginava. Tudo se resolve porque ninguém vai suportar a manutenção do estado atual das coisas, e em algum momento, inevitável, todos darão o braço a torcer. Todos.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Aquilo que parecia claro e evidente, e que fez com que você se autorizasse a julgar certas pessoas, agora encontra outros argumentos completamente diferentes, e seria interessante você aceitar as contrariedades.

LIBRA 23-9 a 22-10
Como o rumo do mundo está completamente fora de qualquer capacidade de se fazer previsões, então as pessoas também andam mais desnorteadas do que o normal, voltando atrás nas promessas que fizeram. Compreenda.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Está tudo muito caro, e nem sempre do ponto de vista financeiro, porque enquanto encarecem os produtos e objetos, encarece também o trato social, porque as pessoas vão ficando mais e mais mesquinhas.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
O entusiasmo das pessoas é encantador, mas precisa ser administrado com cuidado, porque nesta parte do caminho anda todo mundo experimentando tamanhas limitações, que se fazem promessas impossíveis de cumprir.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Em certo momento parecerá a você que chegou aonde pretendia, mas depois perceberá que esse seria apenas um novo estágio, porque ainda haveria muito caminho pela frente. Se muna de entusiasmo, e se divirta com tudo.

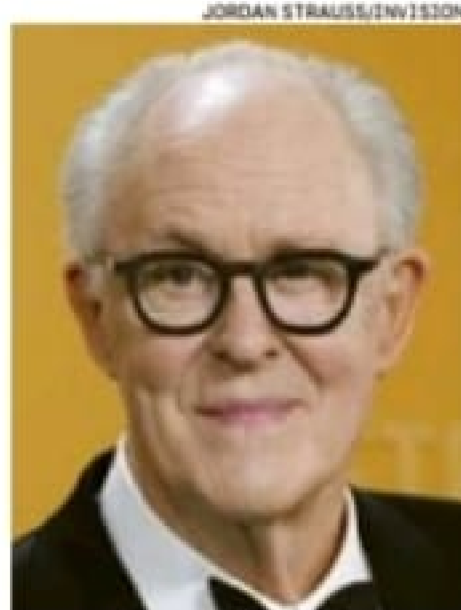
AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Tudo requer negociação, para sua alma não ser atropelada pela ganância excessiva das pessoas desta parte do caminho. E isso não se circunscreve aos assuntos financeiros, se estende também aos emocionais. É por aí.

PEIXES 20-2 a 20-3
Sonhos e pesadelos se acotovelam na consciência, e você precisa se equilibrar numa corda bamba para não cair nem para um nem para outro lado, mas permanecer com a cabeça no devido lugar para seguir em frente e para cima.

Streaming

John Lithgow confirma que será Dumbledore em série de 'Harry Potter'

Ator diz que hesitou ante o convite por causa da idade; produção encabeçada pela HBO começa entre julho e agosto



JORDAN STRAUSS/INVISION

Ator está no elenco de 'Conclave', filme indicado para o Oscar

O ator John Lithgow confirmou que interpretará o mago Alvo Dumbledore na nova série da saga *Harry Potter*, que está em desenvolvimento na HBO. Aos 79 anos, ele acaba de atuar no filme *Conclave*, que tem 7 indicações para o Oscar 2025.

Lithgow revelou ao ScreenRant que o papel foi oferecido em janeiro e que, após pensar bastante, resolveu aceitá-lo.

"É verdade, foi uma surpresa para mim. Eu recebi a ligação quando estava no Festival de Sundance e não foi uma decisão fácil porque vai me definir pelo último capítulo da minha vida", disse o ator.

"Mas estou muito animado. Algumas pessoas incríveis estão virando sua atenção de volta a Harry Potter", completou.

Em seguida, o repórter perguntou se ele estava pronto para gravar a série por sete temporadas, e Lithgow afirmou que, justamente por isso, "foi uma decisão muito difícil". "Terei cerca de 87 anos na festa de encerramento, mas disse sim." Nos cinemas, o personagem foi vivido por Richard Harris (1930-2002) e Michael Gambon (1940-2023). ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"O segredo das artes é corrigir a natureza"* **Voltaire**

Eufrázio

Literatura

São Paulo ganha nova livraria de rua, especializada em livros sobre livros

Livraria Gráfica é uma iniciativa da Lote 42, que também administra a Banca Tatuí e a escola de publicação Sala Tatuí

JULIA QUEIROZ

O bairro de Santa Cecília acaba de ganhar mais uma livraria de rua: a Livraria Gráfica, na Rua Barão de Tatuí, 509. A loja é uma iniciativa da editora Lote 42, que também administra a Banca Tatuí e a escola de publicação Sala Tatuí. A livraria é especializada em livros sobre livros. João Varella, da Lote 42, explica: "Aqui, o leitor vai encontrar livros que vão falar sobre criação literária, discutir questões de produção gráfica dos livros, design, bastidores de editoras, tudo que tem a ver com o universo do livro". Ele esclarece que a loja também terá livros de ficção dentro desse universo.

A loja ainda está em processo de "abertura suave" – ou "soft opening", em inglês –, funcionando de segunda a sexta, das 10h às 19h. "Ainda estamos experimentando muitas coisas, a Livraria Gráfica ainda não tem uma fachada propriamente dita, parte do acervo ainda está em construção, é um trabalho em progresso."

MARIANA LENSONI



João Varella e a sócia, Cecília Arbolave; 'É um trabalho em progresso'

Varella afirma que em breve será divulgada uma programação com eventos e iniciativas voltadas para editoras independentes, leitores e até parcerias com outras livrarias da região. Uma dessas iniciativas já disponíveis é o Curso Tatuí de Publicação, promovido pela Sala Tatuí e que neste ano terá formato híbrido, com aulas ministradas em um espaço do Galpão Comum.

"Nosso interesse é reforçar a cultura do livro, deixá-la no dia a dia, na calçada, para as pessoas terem acesso aos livros, conversas e cursos. Queremos realmente proporcionar esse mergulho na cultura literária", diz Varella, que afirma ter visto uma mudança na região desde a instalação da Banca Tatuí. ●

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4b5lnJj

- Corrupção típica em licitação de obras
- Recipiente para guardar o óleo de oliva
- Concepção segundo a qual o ser humano é razão da existência do universo
- Zuzu Angel, estilista brasileira
- Veículos das escolas de samba
- Móvel de roupas (pl.)
- Músico homenageado em álbum por Gil
- Letra do dígrafo de "carro" (Gram.)
- Colocar um dia futuro em (cheque)
- Voga! entoada no vocativo
- Danny Glover, ator
- Interjeição de aversão ou nojo
- "Regional", em Crea
- Habitat da baleia: MAR
- Mulher do rajá
- País sob a autoridade de outro
- Nacionalidade dos nascidos em Bucareste
- Capital europeia do Louvre
- A primeira cangaceira
- Indolência
- "As Bruxas de (?)", peça (Teat.)
- Considerada
- Cidade da Holanda
- Navegador que garante a privacidade na internet
- Algumas pessoas
- "(?) & Stimpy", desenho (TV)
- Ela, em inglês
- Violento e satírico (o discurso)
- Zilda (?), sanitarista catarinense
- Tipo de conector de áudio e vídeo (sigla)
- Pedra do amolador de facas
- Tornar-se abastado
- Recipiente de cinzas
- Masp, Mar ou Mam
- Dicionário (abrev.)
- Ex-capital armênia
- (?) coisa: isto
- (?) vezes: quantidade indefinida
- Letra símbolo do real (Fin.)
- Gonorreia, sífilis ou candidíase (sigla)
- Tecla para fechar janelas (Inform.)
- Grupos culturais
- Serviço do "call center"
- Sensação provocada pela barata
- Perversas

BANCO 3/ani — rca — ren — she — tor. 9/azeteira. 11/panfletário. 15/antropocentrismo.

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o filme em que Kevin Spacey interpreta um homem em crise de meia-idade que se apaixona pela melhor amiga da filha.

Baga gordurosa.	1		1	2	1	3	4
Fritada de ovos.	5	6		7	4	3	4
Orixá masculino das doenças (bras.).	5	8	1		9	1	4
Escola de samba com mais títulos no Carnaval carioca.	10	5	11	3		7	1
Gian (?) Bernini, escultor barroco italiano.	7	5	11	4	12		5
A esposa do irmão.	2	9	12	13	1	14	
Cachorro símbolo da Croácia.	14		7	6	1	3	1
"Futuros (?)", música de Chico Buarque.	1		1	12	3	4	15
Seu protetor é Santo Onofre (pop.).	8		8	1	14	5	15
Colado; aderido.	16		9	14	1	14	5
Artista como a brasileira Tarsila do Amaral.	10		12	3	5	11	1
Que é oito vezes maior que outro.	5		3	9	10	7	5
Sucesso de Leoni (MPB).	16		11	5	3	5	15
Doença frequente num determinado local.	4		14	4	6	17	1
As três irmãs Aelo, Ocípite e Celeno, na Mitologia grega.	13		11	10	17	1	15

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/4lICBHN

Nível Médio

		1	3				5	
5								
				8	9			2
		7	9		5			1
		4		1		6		
9			4		2	5		
4			7	3				
								7
	2				6	9		

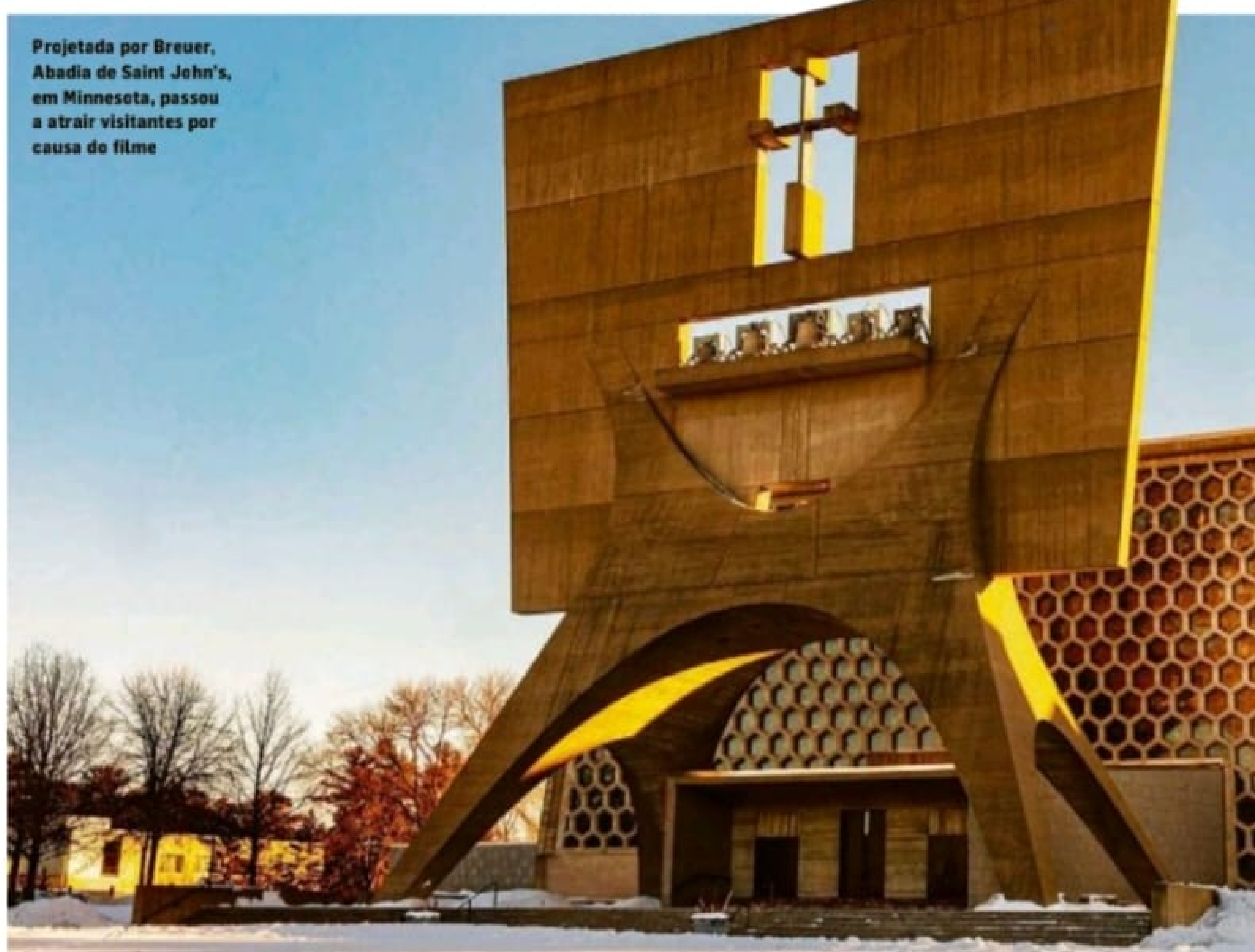
SOLUÇÕES



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel



ASSINE AGORA!


Projetada por Breuer, Abadia de Saint John's, em Minnesota, passou a atrair visitantes por causa do filme

Distorções e inspiração em caso real têm confundido especialistas

Erros em 'O Brutalista' incomodam arquitetos

ANDREW MARSZAL / AFP

O filme *O Brutalista*, drama épico vagamente inspirado na vida e obra do arquiteto e designer húngaro-americano Marcel Breuer (1902-1981), é um dos favoritos para ganhar o Oscar neste domingo, 2 – ele foi indicado em dez categorias, entre elas a de melhor filme.

Mas a produção, em cartaz nos cinemas do Brasil, tem sido bastante criticada por especialistas em arquitetura, que acusam o roteiro de trazer erros – e questionam se seu protagonista, interpretado pelo ator Adrian Brody, é, de fato, um arquiteto brutalista.

O diretor Brady Corbet disse que seu personagem principal, László Tóth, é um "amálgama" de vários arquitetos famosos, especialmente Breuer, mas não unicamente. Mas o fato é que não são poucas as semelhanças entre eles.

Assim como o fictício Tóth, Breuer nasceu na Hungria, estudou na influente Bauhaus na Alemanha entreguerras e emigrou para os Estados Unidos. Ambos criaram projetos emblemáticos de móveis antes de planejar edifícios. Os dois são judeus e foram contratados para erguer gigantescas estruturas cristãs em áreas remotas dos Estados Unidos que, com o tempo, se tornariam verdadeiras obras-primas.

Desde que o longa estreou no Festival de Veneza, onde Corbet ganhou o Leão de Prata, o diretor tem dito em entrevistas que um livro sobre o trabalho de Breuer na Abadia de São João, na zona rural de Minnesota, foi uma inspiração fundamental para a criação do roteiro.

Breuer também é conhecido por ter projetado partes da sede da Unesco em Paris, o Museu Whitney de Arte Americana, em Nova York, e o Pirelli Tire Building, em Connecticut.

CONCRETO. O brutalismo é um estilo de design polêmico que surgiu durante a reconstrução da Europa na década de 1950, depois da 2.ª Guerra. É reconhecível pelo seu concreto aparente, pela ausência de adornos e pelas formas geométricas imensas e ousadas. Acredita-se que seu nome venha de béton brut, expressão francesa para "concreto bruto".

Surpreendentemente, porém, o que tem incomodado os arquitetos é que *O Brutalista* não mostra quase nenhuma arquitetura brutalista até o final do filme, que dura três horas e meia, quando revela uma parte da obra completa de Tóth.

Em um podcast intitulado *Por Que O Brutalista É um Filme Horrível?*, a crítica de design Alexandra Lange comentou: "Os cineastas disseram que leram vários livros sobre brutalismo, mas absolutamente nada foi usado para fins dramáticos, nem parece ter sido levado em consideração".

Victoria Young, professora da Universidade de St. Thomas, afirma que o edifício que aparece no final do filme não é nem mesmo brutalista, mas sim do início do modernismo, o que gera confusão cronológica.

Alguns especialistas apontaram outras distorções históricas. No filme, antes de ser descoberto por um benfeitor milionário, Tóth é um sobrevivente do Holocausto que, ao chegar aos Estados Unidos do pós-guerra, procura emprego e espera na fila por pão de graça. Mas alunos da Bauhaus, como Breuer e Walter Gropius, cruzaram o Atlântico na década de 1930, antes da 2.ª Guerra. Eles chegaram como profissionais renomados e foram recebidos com cargos de prestígio em instituições importantes, como a Universidade Harvard.

Além disso, a arquitetura modernista estava profundamente enraizada e na moda nos Estados Unidos muito antes da época retratada no filme. "Como historiadora da arquitetura, minha cabeça ainda está girando depois de assistir ao filme", diz Young, lembrando ainda que Tóth é retratado como devoto religioso e viciado em heroína: Breuer não usava drogas e era avesso à religião.

David Jancso, editor de *O Brutalista*, confirmou a utilização de inteligência artificial para renderizar imagens dos edifícios e plantas de Tóth. E a tecnologia, cujo uso está au-


CHRIS PIZZELLO/AP

De onde vem

O diretor Brady Corbet afirma que seu protagonista foi inspirado em um "amálgama" de personalidades

Eufrázio

KEREM YUCEL / AFP



Monumentalismo não apela para o funéreo e o artificial

ESTADÃO ANALISA

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Como costuma acontecer com grandes obras, O *Brutalista* tem vários filmes num só. História de um imigrante europeu nos Estados Unidos; história pessoal de um casamento tornado problemático pela mudança de país e de cultura. Acrescenta um comentário sobre a adaptação de formas culturais (no caso, arquitetura, mas não só) a paragens muito diferentes de sua origem. Fala da ambição desmedida em reconstruir, por meio da arte, partes inteiras da experiência individual e coletiva soterradas pelos caprichos da História.

O *Brutalista* é gigante em seu tamanho. Com 215 minutos de duração, divide-se em duas partes. O intervalo, de 15 minutos, é marcado por um cronômetro em contagem regressiva estampado na tela.

Vem de uma temporada de prêmios, tendo vencido o Leão de Prata de melhor direção no Festival de Veneza e melhor filme de drama, direção (Brady Corbet) e ator de drama (Adrien Brody) no Globo de Ouro. O Bafta, o "Oscar britânico" o premiou pela direção e ator, além de dar a ele dois outros troféus técnicos.

O filme acompanha a história de László Tóth, arquiteto judeu húngaro que sobrevive ao campo de concentração e resolve tentar a vida nos Estados Unidos. De certa forma, é mais uma história do "sonho americano", essa imagem ideal do país das oportunidades – hoje bastante desgastada na América de Trump com seus delírios de muros e xenofobia explícita, mas ideia forte no imaginário ocidental no pós-guerra e décadas seguintes.

Essa imagem do país onde tudo é possível parece mais uma fachada do que realidade palpável, mas o desencontro entre fato e versão nunca impediu o funcionamento de máscaras ideológicas. László logo descobre o engodo, mas, depois de trabalhar um tempo na humilde oficina de reformas de um primo, conhece um milionário de gostos excêntricos, Harrison Lee van Buren (Guy Pearce).

Primeiro, a pedido do filho do ricaço, que deseja impressionar o pai, vai desenhar uma biblioteca original na mansão da família. Depois, o próprio Van Buren o convida para um projeto bem maior, gigantesco na verdade – a construção de uma espécie de memorial para a matriarca morta, a ser edificado no amplo terreno da casa.

Ao vê-lo na tela grande, O *Brutalista* parece também ela uma obra monumental, quase grandiloquente em sua beleza ostensiva. Mas não cai no monumentalismo funéreo e paralisante. Sua beleza não esmaga. Não soa artificial. É funcional e mantém-se no calibre exato daquilo que se propõe exprimir. Sugere diferentes formas em que os personagens, estes sim, podem ser oprimidos.

A começar por László, cuja relação com Van Buren é sem dúvida assimétrica, para dizer o mínimo. Trabalhar para o miliardário é sua grande oportunidade, mas o preço é abaixar a cabeça. Uma cena acontecida em Carrara, na Itália, onde vão buscar mármore para o memorial, simboliza essa relação de dominação. Acontecerá também com a mulher, Erzsébet Tóth (Felicity Jones), quando ela consegue se reunir ao marido.

Cuidado
Corbert tem um método rigoroso de direção, que impacta por sua grandeza e atenção aos detalhes

ILUSÃO. O *Brutalista* é uma obra de época, situada no imediato pós-guerra, mas também comenta o mundo contemporâneo. Ao conceber o desenho visual para a época retratada, Corbet opta pelo antigo sistema Vitavision, em 35mm, dando grandiosidade e tom vintage ao longa. Vê-lo com todos esses recursos cria a ilusão de mega blockbuster de orçamento estratosférico, mas nos espantamos ao saber que custou meros US$ 10 milhões. Criatividade é tudo.

O filme é também obra de cinéfilo, de artista que se diz inspirado por filmes tão díspares como *Vontade Indômita*, de King Vidor, *A Barriga do Arquiteto*, de Peter Greenaway, *Fitzcarraldo*, de Werner Herzog, *Era uma Vez na América*, de Sergio Leone, e em vários filmes de Luchino Visconti. São, quase todos, obras da ambição e da decadência.

O projeto faraônico de Corbet concatena-se num estilo de direção rigoroso, que impacta por sua grandeza, mas também por sua atenção aos detalhes. Vai do macro ao micro e faz o caminho de volta com fluidez. Trabalha não apenas com um acervo de informação cinematográfica denso, mas se diz formado também pela literatura, em particular pelos romances de ideias. Ou seja, aqueles que, através de uma trama ficcional, fazem a prospecção da estrutura social, de suas fraturas e contradições.

É assim também nos dois longas anteriores de Corbet. Em *A Infância de um Líder* (2016), ele faz uma espécie de estudo alegórico da ascensão do fascismo na Europa, ao fim da 1.ª Guerra. Trata da história de uma criança cujo pai faz parte da delegação americana do presidente Woodrow Wilson, que vai discutir em Versalhes os termos do tratado de paz. Como se sabe, as pesadas reparações impostas à Alemanha, que também perdeu parte do seu território, são tidas como uma das causas da posterior ascensão do nazismo, forma criminal do populismo que soube capitalizar o ressentimento do povo alemão.

Em *Vox Luz* (2018), o diretor estuda a trajetória de Celeste (Raffey Cassidy, depois Natalie Portman), uma cantora pop ferida na juventude por um atentado na escola. Dependente de drogas que aliviam suas dores na coluna vertebral atingida no tiroteio, Celeste mantém uma relação ambígua com a irmã, que a acompanha e compõe suas músicas. Ressente-se também com a multidão de fãs, com a perda completa da intimidade. O filme não fica na superfície, prospectando bastidores do showbiz americano, conhecido moedor de carne humana daqueles que se tornaram ídolos das massas.

Essa tendência de diálogo entre indivíduos e a História está presente nesses dois primeiros filmes e se intensifica em O *Brutalista*. Seus personagens são seres em crise, confrontados com circunstâncias desafiadoras. A criança norte-americana transplantada para a Europa num momento crucial de fim de guerra. Um pequeno observador de manobras palacianas que talvez não compreenda muito, mas calam fundo na sua formação de futuro líder autoritário. A estrela pop, ferida de corpo e alma, que busca na fama um narcótico e, depois de consegui-la, não suporta seu peso monumental. Por fim, o arquiteto de gênio, artista perdido numa sociedade em que só contam valores como dinheiro e poder, e que tenta, em vão, restaurar aquilo que perdeu no Holocausto. Fazer da obra uma reparação da vida – esse sonho de artista é a meta impossível de László Toth, magistralmente interpretado por Adrien Brody. ●

Para lembrar

Estilo incorpora proposta filosófica em edifícios

- **Estilo que coloca ênfase em materiais, texturas e na construção, buscando formas expressivas, o brutalismo aparece de forma marcante no final dos anos 1940 na obra do arquiteto francês Le Corbusier, em projetos como a Unité d'Habitation em Marselha.**
- **O termo foi usado em 1953 pela arquiteta Alison Smithson para se referir ao projeto de uma casa em Londres, baseada "em uma estética de concreto, tijolos e madeira".**
- **O arquiteto Dario Goodwin define o brutalismo não apenas como um estilo arquitetônico, "mas também como abordagem filosófica ao projeto arquitetônico, pautado, entre outras características, para criar edifícios simples, honestos e funcionais que acomodem seu propósito, habitantes e localização".**
- **A partir dos anos 1970, o brutalismo foi perdendo espaço e gerando críticas do público e de especialistas por seu caráter muitas vezes monumental e sólido e pelo que consideram uma "frieza".**

➔ mentando junto com o desdém por ele, também aguçou o sotaque húngaro dos atores.

Corbet se apressou para esclarecer que os projetos foram desenhados à mão. Mas ele explicou que a inteligência artificial foi usada para criar "intencionalmente (...) reproduções digitais ruins dos anos 1980" para o epílogo do filme.

TEMPESTADE. O *Brutalista* é um dos favoritos ao Oscar. E as críticas a ele empalidecem diante da tempestade que se abateu sobre *Emilia Pérez* por causa das postagens ofensivas de sua estrela Karla Sofía Gascón nas redes sociais.

"Não me incomoda", diz Robert McCarter, arquiteto e autor do livro *Breuer*, sobre as distorções históricas do filme. "Eles estão só usando a biografia dele de uma forma conveniente. E acho que não há problema nisso."

E o que pensam os monges que rezam diariamente no edifício que supostamente inspirou o filme, a Abadia de São João? Alan Reed, integrante da abadia, admite que o suposto brutalismo do título do filme o faz pensar em "edifícios russos modernos, que parecem construções militares" ou em "um monte de caixas empilhadas", em vez da igreja. Ainda assim, ele diz que seus colegas monges estão "emocionados" com a atenção extra que sua casa está recebendo.

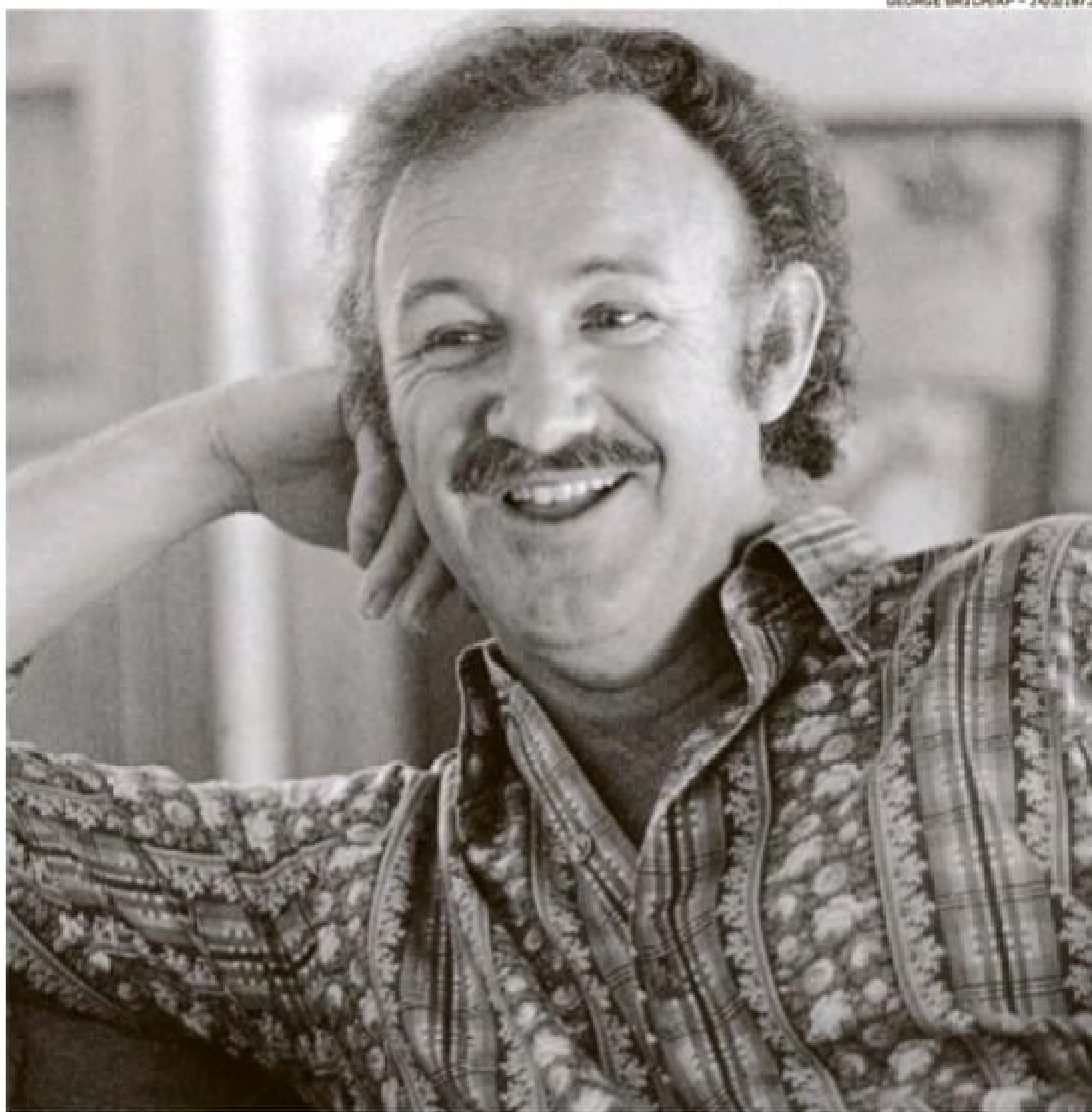
● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Gene Hackman 1930 – 2025

Protagonista de 'Operação França' era ator versátil

Ganhador de dois Oscars, astro foi encontrado morto com sua mulher e um cachorro em sua casa no Novo México

GEORGE BRICH/AP - 24/3/1972



'Fui treinado para ser ator, não estrela', dizia Hackman, que se recusava a se portar como celebridade

OBITUÁRIO

O ator americano Gene Hackman, de 95 anos, sua mulher, a pianista Betsy Arakawa, de 63 anos, e um cachorro da família foram encontrados mortos na quarta-feira, 26, na casa em que moravam em Sunset Trail, no Novo México.

Elizabeth Jean Hackman, filha do astro, disse ao TMZ que suspeitava de envenenamento por monóxido de carbono como causa da morte, mas uma porta-voz da polícia do Condado de Santa Fé afirmou ontem que não há indício de vazamentos na propriedade onde o casal vivia. Segundo ela, os dois não estavam machucados e foram encontrados comprimidos espalhados em um balcão. A polícia trabalha com múltiplas hipóteses.

"Um grande ator, magnífico em sua complexidade", resumiu o amigo e diretor Francis Ford Coppola diante da notícia. "Lamento a sua perda e celebro a sua existência e sua contribuição." Em mensagem no X, sua companheira em *Superman*, Valeria Perrine, destacou que "seu trabalho foi lendário".

Com cerca de seis décadas de carreira em mais de 80 papéis no cinema, Hackman deixa mais dois filhos, além de Elizabeth – Christopher e Leslie, de seu primeiro casamento, com Faye Maltese.

Vencedor de dois Oscars – melhor ator em 1971 por *Operação França* e melhor coadjuvante em 1992 por *Os Imperdoáveis* –, ele também se tornou conhecido por seus papéis em produções históricas como *Mississippi em Chamas*, *Bonnie e Clyde* e *A Conversação*.

Em 1978, Hackman interpretou a primeira versão de Lex Luthor, o vilão do Super-Homem. Ao lado do ator Christopher Reeve, teve um papel importante em toda uma geração dos icônicos personagens de *Superman*. Além disso, destacou-se como colaborador de cineastas de peso – além de Francis Ford Coppola, era grande amigo de Clint Eastwood.

NA MARINHA. "Acho que decidi ser ator lá pelos 10 anos", disse certa vez o ator. Antes de se tornar uma das figuras mais versáteis e conhecidas de Hollywood, serviu na Marinha, atuando em missões na China, no Havaí e Japão.

Passou, depois, algum tempo em Nova York e estudou jornalismo e produção de TV na Universidade de Illinois – antes de decidir voltar à Califórnia para retomar o seu sonho de infância de atuar.

Apesar de ser amado pela indústria cinematográfica, Hackman não fazia a menor questão de se portar como uma celebridade. "Eu fui treinado para ser um ator, não uma estrela. Treinado para desempenhar papéis, não para lidar com a fama, com agentes, com advogados, com a imprensa", dizia ele. Uma definição comprovada na prática. Recluso, ele evitava aparições públicas e foi sempre claro em seu desdém pelo show business.

Além das duas vitórias no Oscar, foi indicado para em outras três ocasiões – 1967, 1970 e 1988. Também venceu quatro Globos de Ouro, três prêmios Bafta e ainda faturou um Urso de Ouro de melhor ator no Festival de Berlim. A última vez que participou de um evento foi no Globo de Ouro de 2003, em que recebeu o prêmio Cecil B. DeMille por suas "contribuições excepcionais ao mundo do entretenimento".

Em 2004, estrelou seu último filme – *Uma Eleição Muito Atrapalhada*. O anúncio de sua aposentadoria só veio a público quatro anos depois, em 2008. "Não dei uma entrevista para anunciar minha aposentadoria, mas, sim, eu não vou mais atuar. Me disseram para não dizer isso, caso surgisse algum papel realmente maravilhoso, mas eu não quero mais fazer isso", insistiu em entrevista à Reuters.

LIVROS. Mas não foi só com cinema que Hackman trabalhou. Em tempos recentes, dedicou-se à escrita, completando três romances com o arqueólogo submarino Daniel Lenihan: *Wake of the Perdido Star* (O Despertar de Perdido Star), de 1999; *Justice for None* (Justiça para Ninguém), de 2004; e *Escape from Andersonville* (Fuga de Andersonville), de 2008. Suas últimas publicações foram *Payback at Morning Peak* (2011) e *Pursuit* (2013).

Desde então, na última década, o ator fez poucas aparições públicas ou na mídia, levando uma vida pacata ao lado de Betsy em sua casa no Novo México. ● COM AP

No streaming

Humor e drama, vilões e heróis na carreira do astro

PRIME VIDEO



● **Operação França**

No filme de 1971, dois detetives de Nova York descobrem uma rede de tráfico de drogas da França. O trabalho lhe rendeu o Oscar.
Disponível no Disney+

WARNER BROS.



● **Superman – O Filme**

O longa do super-herói, na versão original de 1978, tem Hackmann no papel do vilão Lex Luthor
Disponível no Max, na AppleTV+ e no Prime Video

WARNER BROS.



● **Os Imperdoáveis**

Pistoleiros buscam um assassino para receber uma recompensa, mas encontram um xerife que não aceita vigilantes em sua cidade.
Disponível na Max, na AppleTV+ e no Prime Video

PARAMOUNT



● **A Firma**

Estrelado por Tom Cruise, é um thriller sobre um advogado que trabalha em um renomado escritório e descobre que seus clientes estão "do lado errado" da lei e se encontra em uma encruzilhada após investigações do FBI.
Disponível no Prime Video

AMAZON



● **Os Excêntricos Tenenbaums**

Gene Hackman interpreta pai de três filhos que resolve mudar a dinâmica familiar após o anúncio de que sua ex-mulher se casaria novamente. De Wes Anderson.
Disponível no Disney+

WARNER BROS.



● **Bonnie e Clyde – Uma Rajada de Balas**

Hackman também fez parte do clássico de Arthur Penn, *Bonnie e Clyde – Uma Rajada de Balas*, de 1967. No papel de um criminoso, ele contracena com Faye Dunaway e Warren Beatty.
Disponível no Prime Video

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.
CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

Relatório da Administração

A Omint Seguros S/A tem a satisfação de apresentar aos seus segurados, parceiros comerciais e acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024.

O setor de seguros tem se tornado cada vez mais essencial para a economia e a sociedade. Nesse contexto, a Omint Seguros se destaca como uma referência nacional, oferecendo soluções de excelência em seguro de vida individual, seguro de vida em grupo e seguro-viagem.

Em 2024, a companhia alcançou um crescimento de 7% em prêmios, com destaque para o Seguro de Vida Individual, que registrou um aumento de 10% em relação a 2023. O Seguro de Vida em Grupo também apresentou resultados positivos, com um crescimento de 9% em prêmios.

No ranking de vendas de seguros de viagem, o plano Coletivo se destacou entre os produtos oferecidos, evidenciando a crescente conscientização das empresas sobre a importância de proteger seus executivos e a busca por soluções mais completas, com coberturas ampliadas e maior valor agregado.

No exercício de 2024, a empresa registrou um prejuízo de aproximadamente R$ 4.3 milhões. Esse resultado negativo está diretamente associado a despesas administrativas, principalmente relacionadas à contratação de serviços de Tecnologia da Informação (TI). Tais despesas foram essenciais para a manutenção e aprimoramento da infraestrutura tecnológica da empresa, visando a continuidade e a modernização dos seus processos operacionais.

Para isso, lançamos e aperfeiçoamos produtos em seguro de vida, expandimos nossa atuação em seguro-viagem, aprimoramos nosso portal de vendas, conquistamos novos parceiros estratégicos e inauguramos uma nova unidade no Rio de Janeiro.

A cada ano, superamos nossas metas e estabelecemos novos marcos para ampliar nossa presença no Brasil. Em 2024, lançamos em regiões estratégicas uma campanha institucional em shoppings e prédios comerciais, além da mídia on line, reafirmando nosso compromisso de proteger pessoas com o mais alto padrão de excelência.

Entendemos que os corretores de seguros e assessores financeiros desempenham um papel crucial na conscientização dos brasileiros sobre a importância de se proteger contra riscos e imprevistos, e são em grande parte responsáveis pelo avanço do setor. Por isso, o reconhecimento aos nossos parceiros tem sido à altura de suas conquistas. Em 2024, levamos os profissionais que mais se destacaram à nossa Convenção de Vendas Internacional, que aconteceu em Paris, durante um dos maiores eventos esportivos do mundo.

A Companhia declara que os ativos financeiros são administrados de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os ativos avaliados ao custo amortizado, mantendo-os até o vencimento, no montante de R$ 87,6 milhões, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 678/2022.

Perspectivas

O setor de seguros no Brasil definiu objetivos ousados para os próximos anos, com a meta de alcançar uma participação de 10% do PIB nacional até 2030. Para 2025, a expectativa é que o mercado de seguros atinja 6.4% do PIB, com uma previsão de crescimento de 10.1%, segundo dados da CNseg.

O principal fator para o aumento na arrecadação é o segmento de Cobertura de Pessoas, que deve registrar um crescimento de 15.6% em 2023 e 9,5% em 2024, respectivamente. Além disso, a tecnologia tem desempenhado um papel importante no crescimento do mercado de seguros.

Apesar de ser historicamente conservador em termos de inovação, o setor está sendo impulsionado a se transformar. Segundo um relatório da Deloitte, 76% das seguradoras no mundo já utilizam IA generativa e dados alternativos, embora muitas ainda estejam nos estágios iniciais dessa adoção.

A utilização da IA tem transformado processos como a avaliação de sinistros e a personalização de apólices, enquanto o blockchain garante mais segurança e transparência nos contratos. O uso de aplicativos e plataformas digitais também tem se destacado com soluções integradas.

Destinação dos Lucros

Conforme estatuto, o lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: (a) 5%(cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja o montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Seguradora; (b) 1% (um por cento) do lucro líquido auferido no exercício, ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas; e (c) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos atuou por meio de programas que apoiaram a estratégia, impulsionaram entregas e excelência operacional, promoveram a evolução na gestão de custos e contribuíram para iniciativas de atrativos.

Para isso foram realizados em 2024 (janeiro a dezembro):

- Treinamentos presenciais e através da ferramenta de e-learning, com trilhas de desenvolvimento para 500 colaboradores. Os treinamentos foram direcionados para trilhas obrigatórias (Prevenção a Fraudes e ao Crime de Lavagem de Dinheiro e Gestão de Riscos), reciclagem de processos, segurança da informação, LGPD, qualidade de vida, saúde e prevenção, integração e outros diversos temas.

Total de horas de capacitação: 16.985

- 516 ações de Comunicação Interna realizadas pelos canais: Portal Omint (intranet), TV's corporativas e Yammer (rede social corporativa), e informações enviadas regularmente pelo canal de e-mail corporativo.
- 40 ações do Programa de Qualidade de Vida, com participações nas frentes de Saúde e Esporte, Lazer e Cultura e Responsabilidade Socioambiental, com uma avaliação positiva de 99% na pesquisa de satisfação.
- Acompanhamento da produtividade e administração da rotatividade de nossos colaboradores.

As ações de Recursos Humanos são desenvolvidas para todas as empresas do Grupo Omint, incluindo a Omint Saúde.

Responsabilidade Social

As ações de Responsabilidade Socioambiental são apoiadas pelo Programa de Qualidade de Vida, que tem como finalidade construir uma jornada de sustentabilidade, voluntariado, inclusão e saúde social.

No ano de 2024, seguimos com o patrocínio institucional do Grupo Omint ao Centro Assistencial Cruz de Malta. Além disso, foram realizadas ações de incentivo a doação de agasalhos e alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade, doação de mechas de cabelo para apoio a pessoas em tratamento contra o câncer, ações solidárias na Páscoa e no Natal, e atuação presencial com orientações sobre higiene bucal para crianças e adolescentes.

Ações educativas internas de coletas de resíduos orgânicos, recicláveis e outros tipos para reutilização sustentável, informações e incentivo a doação de sangue e lives com a conscientização de diversos temas ligados a saúde integral.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

A Administração

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		117.863	99.829
Disponível		944	391
Caixa e Bancos	5	104	120
Equivalente de Caixa	5	840	271
Aplicações	6	52.311	40.021
Créditos das operações com seguros e resseguros		43.863	41.347
Prêmios a Receber	7	42.716	40.092
Operações com resseguradoras		1.147	1.255
Outros créditos operacionais		268	334
Ativos de Resseguro	8	3.824	3.421
Títulos e Créditos a Receber	9	10.932	8.127
Créditos tributários e previdenciários		3.608	2.531
Outros Créditos		7.324	5.596
Despesas Antecipadas		9	9
Custo de Aquisição Diferidos	10	5.772	6.179
Seguros		5.772	6.179
Ativo não circulante		89.511	50.636
Aplicações	6	87.691	49.620
Títulos e Créditos a Receber		1.802	902
Prêmios a Receber	7	50	902
Créditos tributários e previdenciários	9	1.752	–
Custos de Aquisição Diferidos	10	18	114
Seguros		18	114
Total do Ativo		207.374	150.465

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		92.942	73.640
Contas a pagar		2.615	1.467
Obrigações a pagar	11	1.497	463
Impostos e encargos sociais a recolher	12	449	445
Encargos Trabalhistas		428	318
Impostos e Contribuições	13	241	241
Débitos de operações com seguros e resseguros		29.126	31.253
Prêmios a restituir		81	111
Operações com resseguradoras		7.785	8.152
Corretores de seguros e resseguros		18.316	19.756
Outros débitos operacionais		2.944	3.234
Depósito de terceiros	14	4.469	1.071
Provisões técnicas	15	56.765	39.849
Pessoas		56.765	39.849
Passivo não circulante		48.170	27.977
Provisões técnicas	15	48.156	27.977
Pessoas		48.156	27.977
Outros débitos		14	–
Obrigações fiscais		14	–
Patrimônio líquido		66.228	48.848
Capital Social	17a	43.000	43.000
Aumento de Capital (Em aprovação)	17a	21.700	–
Reservas de Lucros		1.528	5.848
		207.374	150.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado – Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações)*

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos		114.508	106.948
(+/-) Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		(36.279)	(24.710)
(=) Prêmios Ganhos	18a	78.229	82.238
(-) Sinistros ocorridos	18b	(19.851)	(17.606)
(-) Custos de Aquisição	18c	(39.527)	(42.873)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	18d	(1.481)	(1.356)
(+) Resultado com Resseguro	18e	(3.347)	(4.991)
(+) Receita com resseguro		4.000	2.767
(-) Despesa com resseguro		(7.347)	(7.758)
(-) Despesas Administrativas	18f	(28.676)	(18.778)
(-) Despesas com Tributos	18g	(3.075)	(2.942)
(+) Resultado Financeiro	18h	10.779	8.140
(=) Resultado Operacional		(6.949)	1.832
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(6.949)	1.832
(-) Imposto de Renda	19	1.729	(6)
(-) Contribuição Social	19	1.037	(55)
(-) Participações sobre o Lucro		(124)	(127)
(=) Prejuízo líquido do exercício		(4.307)	1.644
(/) Quantidade de ações	17a	64.700	43.000
(=)(Prejuízo)/ Lucro líquido por lote de mil ações (R$)		(66,57)	38,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social		Reserva de Lucros			
	Capital Social – Integralizado	Capital Social – Em aprovação	Reserva Legal	Reserva Retenção Lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	43.000	–	258	3.948	–	47.206
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.645	1.645
Ajustes – provisão CSLL/IRPJ	–	–	–	14	–	14
Transferências para Reserva de Lucros	–	–	–	1.644	(1.645)	(1)
Transferências para Reserva Legal	–	–	82	(82)	–	–
Dividendos	–	–	–	(16)	–	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.000	–	340	5.508	–	48.848
Prejuízo Líquido do exercício	–	–	–	–	(4.307)	(4.307)
Outros ajustes	–	–	–	(13)	–	(13)
Transferências para Reserva de Lucros	–	–	–	(4.307)	4.307	–
Aumento de Capital em Aprovação	–	21.700	–	–	–	21.700
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.000	21.700	340	1.188	–	66.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro líquido do exercício	(4.307)	1.644
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	(4.307)	1.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades Operacionais		
Recebimento de prêmios de seguros	104.291	85.526
Resgate de Aplicações Financeiras	74.288	90.625
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	1	5
Outros Recebimentos Operacionais	23	–
Recuperações de sinistros	1.147	1.294
Pagamentos de sinistro e comissões	(50.955)	(46.369)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(4.276)	(5.114)
Pagamento de despesas e obrigações	(27.068)	(18.619)
Aplicações Financeiras	(112.676)	(100.986)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	(15.225)	6.362
Impostos e contribuições pagos	(5.922)	(7.112)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	(21.147)	(750)
Atividades de Investimento	–	–
Atividades de Financiamento	21.700	–
Aumento de Capital	21.700	–
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Financiamento	21.700	–
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	553	(750)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	391	1.141
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	944	391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Omint Seguros S.A. ("Seguradora") é uma Seguradora por ações de capital fechado autorizada a operar pela portaria SUSEP nº 6.244 de 12 de maio de 2015. Tem por objeto social a exploração de seguros de pessoas em todo o território nacional.

O endereço da sede da Seguradora é Rua Franz Schubert, 33, 3º andar, sala 3C, Jardim Paulistano, no município de São Paulo-SP.

A Seguradora é integrante do Grupo Omint. Sua controladora direta é VL Participações Ltda. com 99,99% de participação e Premium Assistance Serviços de Assistências Ltda. com 0,01% de participação e o controlador em última instância é Villa Larroudet y Compañía S.A., sediadas no Brasil e na Argentina, respectivamente.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados "SUSEP", incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referenciadas pela SUSEP.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2025.

b) Comparabilidade e continuidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas do exercício anterior, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e da Circular SUSEP nº 678/22 e Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2024.

A Administração acredita que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade às suas operações no futuro. Além disso, não há conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa levantar dúvidas substanciais sobre a sua capacidade de continuidade. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

e) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste dentro do próximo período financeiro:

- Notas 3b) e 6 – Aplicações financeiras e instrumentos financeiros;
- Notas 3d) e 19 – Imposto de renda e contribuição social;
- Notas 3e), 15 – Provisões técnicas.

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

g) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

O IFRS 17 (CPC 50) "Contratos de Seguros" (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora está aguardando a publicação das normas regulatórias (SUSEP).

A Seguradora pretende adotar as normas aplicáveis quando às mesmas entrarem em vigor. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no patrimônio líquido ou no resultado da Seguradora.

h) Adoção do CPC 48 e as Alterações Introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022

A Circular SUSEP nº 678/22 entrou em vigor em 02 de janeiro de 2024, e trouxe dentre outras alterações algumas mudanças em provisões e na apuração do resultado do Teste de Adequação do Passivo (TAP). Além disso, a circular ainda adotou o CPC 48 (IFRS 9), com algumas modificações do regulador local, como a necessidade de cálculo de impairment utilizando perda esperada sobre os prêmios a receber. Tal rubrica não estava no escopo do CPC 48, por se tratar de fluxo de caixa esperado dentro da IFRS 17 (CPC 50).

Com relação às classificações dos ativos financeiros, a gestão do portfólio de investimentos estar alinhada com o modelo de negócio, a Companhia não apurou impactos em seu balanço em relação à reclassificação dos instrumentos financeiros.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras anuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalente de caixa

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.

b) Aplicações financeiras e instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada pelo modelo de negócios da entidade e pelas características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, incluindo os custos de transação, exceto quando classificados como valor justo através do resultado, onde os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado. Os principais ativos financeiros da seguradora consistem em títulos públicos e fundos de investimento, além de operações compromissadas, que estão registrados como ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado (VJR) e ao custo amortizado.

c) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez

continua...

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.
CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$240 (R$120 no semestre) e a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável no ano calendário de 2024.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

e) Provisões técnicas e Custos de Aquisição Diferido

As provisões técnicas são calculadas e constituídas em concordância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG corresponde à parcela do prêmio comercial referente ao período de risco que ainda não decorreu, para os produtos de com regime de Repartição Simples ou Repartição de Capitais de Cobertura, emitidos até a base do fechamento contábil.

O cálculo considera o início e o fim de vigência do risco e a data-base do cálculo, sendo realizado de forma pro rata die. A relação entre o período de risco a decorrer e o período de vigência total do risco é aplicada ao prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação.

Provisão de Prêmios Não Ganhos Relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos Relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), corresponde à estimativa do montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e não emitidos na data-base de cálculo. Apuramos o valor médio dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, considerando uma defasagem de 1 mês.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – (PMBAC)

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC visa assegurar os eventos futuros assumidos pela companhia na contratação da apólice. É constituída por meio de um percentual do prêmio e está baseado na idade de contratação, sexo, temporariedade (tempo de pagamento), capital segurado e período de cobertura, é constituído individualmente para as apólices vigentes, está estruturado no regime financeiro de capitalização, acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos ativos garantidores mantidos pela seguradora, nos termos da legislação vigente.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída para a cobertura dos valores esperados de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, por meio da experiência da Seguradora.

Custo de Aquisição Diferidos

As despesas de corretagem diferidas são compostas por gastos diretamente relacionados à comercialização dos contratos. Estes valores são amortizados ao longo da vigência de cada risco, conforme o período do contrato para as coberturas de riscos e de acordo com o prazo médio de permanência das contribuições.

O prazo médio de amortização em 31 de dezembro de 2024 para o produto de vida foi de 24 meses e para o produto viagem foi de 19 meses. (24 e 18 meses, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023)

Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Avisados (IBNR)

A Provisão de IBNR deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Calculada através de metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Provisão de Despesas Relacionadas – PDR é constituída mensalmente com o objetivo de cobrir as despesas futuras diretamente relacionadas ao pagamento de sinistros já ocorridos ou benefícios até a data-base. A estimativa da provisão é calculada aplicando ao valor dos sinistros pendentes (PSL) por ramo, um percentual de rateio, obtido pela razão entre o pagamento de despesas e o pagamento dos sinistros por ramo.

f) Tábua de Mortalidade

A seguir apresentamos, tábua de mortalidade, taxa de carregamento e taxa de juros dos produtos comercializados até 31 de dezembro de 2024

Produto	Tábua	Taxas de carregamento	Taxas de juros
Vida Individual	Experiência do Ressegurador Scor RE	0% a 15%	2,5% a 3%*

* A depender do produto submetido para a Susep.

g) Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pela Circular SUSEP 648/21, a Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data base do teste. O teste considerou como valor líquido contábil (net carrying amount) os passivos de contratos de seguro brutos de resseguro, deduzidos do custo de aquisição diferido (CAD) e de outros ativos intangíveis. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/2022 e alterações posteriores. Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste, a Seguradora deverá registrar a provisão complementar de prêmios. Para esse teste a premissa de mortalidade utilizada foi a tábua brasileira BR-EMS mais atual, foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados até a data base do cálculo para as opções Pré-Fixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP 648/21. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações, e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas. As principais estão descritas a seguir:

• Estrutura a termo da taxa de juros ("ETTJ"): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices IGPM, IPCA, TR e Pré-fixado, conforme divulgado pela SUSEP.

• Cancelamento/Resgate: foram utilizadas as bases históricas observadas de 60 meses para compor o estudo.

• Despesas administrativas: obtida considerando a relação histórica de 36 meses das despesas sobre o prêmio emitido.

• Sinistralidade: para estimativa de morte foi utilizada a tábuas BR-EMS 2021.

A média da sinistralidade aplicada nos fluxos do Teste de Adequação de Passivos foram: Seguros de Viagem Coletivo – 47,94% Seguro de Vida Coletivo 41,35%, Seguro de Viagem Individual 20,40% Seguro de Vida Individual 44,67%

Os contratos foram agrupados por grupo conforme segue:

• Seguro de Vida Individual – 1329 (Seguro Funeral), 1381 (Acidentes Pessoais), 1384 (Doenças Graves ou Doenças Terminais), 1390 (Eventos Aleatórios) e 1391 (Vida).

• Seguro de Vida Coletivo – 0929 (Seguros Funeral), 0982 (Acidentes Pessoais), 0984 (Doenças graves ou doença terminal), 0990 (Eventos aleatórios) e 0993 (Vida em Grupo). Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

• O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, PDR e IBNR. O teste de adequação dos passivos realizado para a data base de 31 de dezembro de 2024, apresentou suficiência de R$ 3.214.214 para os produtos de repartição simples e R$26.634.333 para os produtos Capitalizados, não sendo necessária a constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

h) Classificação dos contratos de seguro

Um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

i) Mensuração dos contratos de seguros

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com a resseguradora. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas à análise pelos demais resseguradores.

j) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

a) Ativos financeiros

A IFRS 9 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e Valor justo por meio do resultado. Além da classificação e mensuração, a norma possui a abordagem geral e simplificada para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro. A Companhia possui ativos de investimentos em títulos de dívida mensurados pelo custo amortizado, portanto, se enquadra na abordagem geral. Na abordagem geral as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com estágio das operações:

Estágio 1: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas no estágio 1. Cálculo das perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses.

Estágio 2: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e

Estágio 3: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros do Grupo, exceto para os títulos públicos brasileiros onde a Administração entende que não há risco de perda, pois trata-se de risco soberano. Como todos os ativos mensurados a VJR ou a custo amortizado da carteira são títulos públicos, não houve perda esperada futura reconhecida nas demonstrações financeiras anuais.

b) Operações de seguros e resseguros

Os prêmios de seguros também são analisados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é avaliada conforme determina a Circular SUSEP 648/21.

A seguradora possui atualmente 4 contratos vigentes desde 2019 celebrados com uma única resseguradora local, Swiss Re, com as seguintes características e abrangências.

Nº	Nome Contrato	Tipo	Carteira
1	VI Capitalizado	Proporcional QS E/VER	Vida Individual Capitalizado
2	VI Tradicional	Proporcional ER	Vida Individual Repartição Simples
3	VG	Proporcional ER	Vida em Grupo
4	Catástrofe	Não proporcional Excess of Loss	Seguro Viagem e Vida em Grupo

O único contrato que não teve acionamento foi o de catástrofe.

E, conforme estudo técnico elaborado por atuário responsável, todos as recuperações de sinistros foram devidamente efetuadas, em 100% dos registros de sinistros reportados no acerto trimestral ao ressegurador, sem histórico de reduções do valor de prêmios a receber, razão pela qual não há a necessidade de provisionamento de PVR.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

As receitas oriundas dos prêmios de contratos de seguro são reconhecidas no momento da emissão da apólice ou quando iniciada a vigência do risco (o que ocorrer primeiro), pro-rata die de acordo com a cobertura do risco das respectivas apólices, através da constituição ou reversão da PPNG.

O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

O resultado financeiro é composto pela contabilização de receitas provenientes de fundos de investimento, juros, atualização de créditos tributários, descontos concedidos e atualização monetária, e outros resultados financeiros.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Gestão de riscos

A área de Gestão de Riscos da Omint Seguros está estruturada com o objetivo de identificar, classificar e mitigar, quando possível, os riscos, a fim de viabilizar a continuidade e a rentabilidade do negócio.

As atividades da área de Gestão de Riscos estão pautadas nos requisitos estabelecidos pelo órgão regulador, e o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança, desde a Alta Administração até as áreas de negócios da Companhia.

Os riscos em espécie que são mapeados, classificados e eventualmente mitigados num processo mais granular de análise (os quais são denominados como "fatores de riscos") são sempre vinculados a uma das cinco categorias de riscos a seguir descritas.

b) Risco legal e regulatório

Risco relacionado ao não cumprimento de leis, regulamentações, acordos ou padrões éticos aplicáveis, assim como o risco legal inerente às características dos produtos comercializados.

O setor de Compliance atua em conjunto com a área de Gestão de Riscos da Companhia para identificar leis e normas regulatórias que sejam aplicáveis à Omint e garantir, junto às áreas de negócio, a adequada aderência legal e regulatórias às normas mapeadas.

c) Risco de crédito

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e pela desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Política de Investimentos da Companhia prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo para as alocações dos ativos. No caso de rebaixamento do rating, a Administração avalia a manutenção da posição.

A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados de tais análises são utilizados para a mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão para a identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

31/12/2024	AAA	AA	A	BB	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	–	104	104
Equivalentes de Caixa	–	–	–	–	840	840
Títulos Públicos Federais (*)	127.518	–	–	–	–	127.518
Títulos Privados	5.357	2.159	45	–	–	7.560
Quotas de Fundos de Investimentos	4.925	–	–	–	–	4.925
Prêmio a Receber	–	–	–	–	42.716	42.716
Exposição máxima ao risco de Crédito	**137.800**	**2.159**	**45**	**–**	**43.660**	**183.662**

31/12/2023	AAA	AA	A	BB	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	–	120	120
Equivalentes de Caixa	–	–	–	–	271	271
Títulos Públicos Federais (*)	84.897	–	–	–	–	84.897
Títulos Privados	2.704	1.090	23	–	–	3.817
Quotas de Fundos de Investimentos	635	–	–	–	292	927
Prêmio a Receber	–	–	–	–	46.092	46.092
Exposição máxima ao risco de Crédito	**88.236**	**1.090**	**23**	**–**	**46.775**	**136.124**

(*) A classificação AAA atribuída aos Títulos Públicos Federais reflete o menor risco de crédito possível, dado o elevado grau de segurança associado ao risco soberano do Brasil. Essa classificação é amplamente aceita e compreendida pelos investidores e pelo mercado financeiro, sendo um indicativo de alta qualidade de crédito. A manutenção dessa classificação reforça a estabilidade e a confiança no perfil de risco da dívida pública federal.

d) Risco de subscrição

O risco de Subscrição se refere à possibilidade de ocorrências de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

Com o objetivo de mitigar o risco de Subscrição, a Companhia adota práticas de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro, conforme as diretrizes dispostas em normas regulatórias que trata do tema, o que inclui a construção de um arcabouço de políticas e procedimentos estabelecidos com vistas a identificar, classificar e qualificar clientes de forma recorrente.

e) Análise de sensibilidade

As estimativas das provisões técnicas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Deste modo, o montante atual de sinistros estimados é confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que a Análise de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da Seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, a Análise de Sensibilidade realizada para a Seguradora, na data-base de 31/12/2024, foi aplicada sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os grupos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir

Sensibilidade	31/12/2024 Bruto de Resseguro	31/12/2024 Líquido de Resseguro	31/12/2023 Bruto de Resseguro	31/12/2023 Líquido de Resseguro
Aumento de 5% na Sinistralidade	79.172	81.395	54.628	57.526
Redução de 5% na Sinistralidade	87.109	89.194	55.349	58.108
Aumento de 1% na taxa de juros	82.850	82.850	54.988	54.988
Redução de 1% na taxa de juros	83.143	83.143	54.988	54.988

f) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora, seja em estrutura de contratos de Cota Parte ou Excedente de Responsabilidade.

Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: morte, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente por doença e doenças graves. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que o ressegurador nos acompanhe nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Omint Seguros. No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora

possui outro acordo de resseguro vigente para cobertura da carteira de Vida em Grupo, Acidentes Pessoais, Viagem e Vida Individual. Os contratos de resseguro da Seguradora foram todos acordados com uma resseguradora local.

g) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a instituição não deter recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão de descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Omint Seguros possui estrutura para monitorar e controlar os riscos de liquidez, realizados pela diretoria financeira. O objetivo geral do gerenciamento deste risco é acompanhar a necessidade de liquidez frente ao vencimento projetado dos compromissos, evitando descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos. São realizados comitês para a gestão de ativos e passivos, com periodicidade mínima semestral, tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas em um horizonte de dois anos. O caixa é monitorado diariamente, com reportes aos gestores e diretores responsáveis. Adicionalmente, a Seguradora reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

h) Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pela Diretoria Financeira, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

31/12/2024 Descrição	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	–	944	–	–	944
Aplicações	–	17.410	344	122.248	140.002
Prêmios a receber	7.412	852	36.204	50	44.518
Operações com resseguradoras	–	–	1.147	–	1.147
Outros créditos operacionais	–	–	208	–	208
Créditos tributários e previdenciários	–	3.608	–	–	3.608
Outros créditos	–	–	7.324	–	7.324
Total do Ativo	**7.412**	**22.814**	**45.227**	**122.298**	**197.751**
Passivo					
Contas a Pagar	–	–	2.615	–	2.615
Prêmios a Restituir	–	–	81	–	81
Operações com resseguradoras	–	–	7.785	–	7.785
Corretores de seguros e resseguros	–	–	18.316	–	18.316
Outros débitos operacionais	–	–	2.910	–	2.910
Depósitos de terceiros	4.465	–	–	–	4.469
Provisões Técnicas (*)	–	–	56.766	48.156	104.922
Total do Passivo	**4.465**	**–**	**88.473**	**48.156**	**141.098**

(*) As aplicações financeiras estão registradas a valor justo, de acordo com as normas contábeis vigentes. Além disso, essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem restrições de prazo, garantindo à empresa a liquidez necessária para suas operações.

continua...

Eufrázio

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.
CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Descrição	31/12/2023 Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	–	391	–	–	391
Aplicações	–	12.927	4.401	72.313	89.641
Prêmios a receber	8.094	527	31.471	902	40.994
Operações com resseguradoras	–	–	1.255	–	1.255
Outros créditos operacionais	–	–	334	–	334
Créditos tributários e previdenciários	–	2.531	–	–	2.531
Outros créditos	–	–	5.596	–	5.596
Total do Ativo	8.094	16.376	43.057	73.215	140.742
Passivo					
Contas a Pagar	–	69	1.398	–	1.467
Prêmios a Restituir	–	–	111	–	111
Operações com resseguradoras	–	191	7.961	–	8.152
Corretores de seguros e resseguros	–	228	19.528	–	19.756
Outros débitos operacionais	–	–	3.234	–	3.234
Depósitos de terceiros	1.071	–	–	–	1.071
Provisões Técnicas	–	18.182	21.667	27.977	67.826
Total	1.071	18.670	53.899	27.977	101.617

i) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros que causem mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos, incluindo alterações em preços de mercado, como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações.

Com o objetivo de adequadamente gerenciar o risco de mercado, a política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo o risco de mercado calculado pela diretoria financeira com base em cenários de *stress* e histórico, utilizando-se a metodologia do *Value at Risk (VaR)*.

O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos e aos ativos em carteira própria, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é a seguinte:

Veículo de Alocação	31/12/2024 VaR	31/12/2024 Patrimônio	31/12/2023 VaR	31/12/2023 Patrimônio
Carteira Administrada	96	87.691	223	49.620
Fundo Exclusivo Mendoza	18	17.984	14	20.243
Fundo Banicche	41	27.407	4	14.654
Fundo Variação Cambial	385	6.920	283	5.123
Total	540	140.002	525	89.641

j) Risco operacional

O risco operacional considera a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos.

As atividades da área de Gestão de Riscos realizadas no processo de identificação, classificação e avaliação dos controles contribuem para a mitigação do risco operacional na Companhia.

k) Concentração de riscos

A concentração de risco da Omint Seguros é monitorada por área geográfica. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e linha de negócios tendo como base os prêmios diretos subscritos antes do resseguro.

Região por UF	31/12/2024 Bruto de Resseguro Valor	%	Líquido de Resseguro Valor	%
Sudeste	77.137	67%	72.088	67%
Sul	11.904	10%	11.174	10%
Centro-Oeste	6.326	6%	5.937	6%
Nordeste	10.041	9%	9.422	9%
Norte	9.101	8%	8.540	8%
Total	114.509	100%	107.161	100%

Região por UF	31/12/2023 Bruto de Resseguro Valor	%	Líquido de Resseguro Valor	%
Sudeste	80.437	75%	74.654	75%
Sul	13.934	13%	12.865	13%
Centro-Oeste	5.943	6%	5.502	6%
Nordeste	5.314	5%	4.919	5%
Norte	1.320	1%	1.220	1%
Total	106.948	100%	99.190	100%

l) Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos é parte integrante da estrutura de governança da Omint Seguros, e busca assegurar a existência de um processo efetivo de concepção, implementação, operacionalização, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua dos controles internos. O Sistema de Controles Internos é o conjunto de todas as atividades coordenadas para o monitoramento dos riscos que podem afetar o alcance dos objetivos da Companhia por meio da implementação de controles, que devem ser efetivos e consistentes com a natureza e a complexidade das operações realizadas, especialmente no que tange à asseguração da confidencialidade e da fidedignidade de registros e informações.

m) Compliance

A área de Compliance da Omint Seguros tem como atividades o acompanhamento e a divulgação, às áreas responsáveis, das atualizações ocorridas na legislação, incluindo as normativas emanadas pelo órgão regulador. Adicionalmente, o Compliance também auxilia as áreas da Companhia a avaliar e revisar seus respectivos procedimentos, normas e políticas, visando manter a Seguradora em conformidade com a lei e os colaboradores alinhados às diretrizes e processos.

A área de Compliance também acompanha e provê suporte para as auditorias realizadas pela SUSEP, sempre que estas ocorram.

n) Ramos de atuação

31/12/2024	Prêmios Ganhos	Sinistros Ocorridos	Custos de aquisição	Índices – % Sinistralidade	Índices – % Comercialização
Vida individual	38.871	7.009	28.695	18,0%	73,8%
Viagem individual	21.185	4.214	9.074	19,9%	42,8%
Viagem em grupo	10.795	5.702	16	52,8%	0,1%
Vida em grupo	7.378	2.926	1.742	39,7%	23,6%
Total	78.229	19.851	39.527	25,4%	50,5%

31/12/2023	Prêmios Ganhos	Sinistros Ocorridos	Custos de aquisição	Índices – % Sinistralidade	Índices – % Comercialização
Vida individual	41.116	5.371	30.686	13,1%	74,6%
Viagem individual	23.883	6.397	10.595	26,8%	44,4%
Viagem em grupo	10.250	3.745	8	36,5%	0,1%
Vida em grupo	6.989	2.093	1.584	29,9%	22,7%
Total	82.238	17.606	42.873	21,4%	52,1%

o) Sustentabilidade ESG

A Companhia está aderente ao que preceitua a Circular SUSEP nº 666/2022, que dispõe sobre todos os aspectos relacionados à sustentabilidade. A Omint possui uma política de sustentabilidade e realizou um estudo sobre a materialidade dos riscos relacionados à sustentabilidade no ano de 2023, o qual está publicado no site da Omint.

Assim, os riscos relacionados à ESG (sustentabilidade) já foram mapeados e continuam sendo avaliados.

5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta corrente	104	120
Caixa e equivalente de caixa (*)	840	271
Total	944	391

(*) Referem-se substancialmente a Fundos de Investimentos não exclusivos, com prazo de resgate inferiores a 90 dias.

6 APLICAÇÕES

a) Composição das aplicações

Ativos	Hierarquia de valor justo	Aging: Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Classificação: Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ajuste ao valor justo (G – F)	Total: 31/12/2024 (E)	%	31/12/2023 (H)	%
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		7.264	33.565	992	10.490	52.311	42.263	52.311	-75	52.311	37%	40.021	45%
Fundos de Investimentos		6.920	–	–	–	6.920	6.920	6.920	–	6.920	13%	5.123	13%
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos	1	6.920	–	–	–	6.920	6.920	6.920	–	6.920	100%	5.123	100%
Fundo de Investimento Exclusivo		344	33.565	992	10.490	45.391	35.343	45.391	-75	45.391	87%	34.897	87%
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos	1	–	–	–	10.122	10.122	10.122	10.122	–	10.122	22%	5.793	17%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	194	21.850	–	–	22.044	22.044	22.044	–	22.044	49%	14.520	42%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	1.011	230	–	1.240	1.268	1.240	-28	1.240	3%	594	2%
Operações Compromissadas	2	–	7.557	–	–	7.557	7.557	7.557	–	7.557	17%	8.859	25%
Títulos Privados CDB-DEB-LF-FIDIC-DPGE	2	150	3.147	762	368	4.427	4.474	4.427	-46	4.427	10%	5.131	15%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	1	0%
Mensuradas a Custo Amortizado		–	10.782	76.909	–	87.691	87.635	87.635	–	87.691	63%	49.620	55,4%
Carteiras Administradas		–	10.782	76.909	–	87.691	87.635	87.635	–	87.691	100%	49.620	100,0%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	10.272	73.778	–	84.050	84.050	84.050	–	84.050	96%	46.151	93,0%
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	1	–	510	–	–	510	516	510	–	510	1%	507	1,0%
Debêntures	1	–	–	3.132	–	3.132	3.075	3.075	–	3.132	4%	2.962	6,0%
Total		7.264	44.347	77.901	10.490	140.002	128.898	139.946	-75	140.002	100%	89.641	100,0%

a) Composição das aplicações
Taxa de juros contratada

	31/12/2024 Maior taxa	31/12/2024 Menor taxa	31/12/2023 Maior taxa	31/12/2023 Menor taxa
	100%	100%	100%	100%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	SELIC	SELIC	SELIC	SELIC
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	6,75%	5,95%	5,84%	5,16%

b) Movimentação das Aplicações

Movimentação	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Valor Justo por meio do Resultado	40.021	77.701	70.893	5.482	52.311
Custo Amortizado	49.620	32.202	808	6.677	87.691
Total	89.641	109.903	71.701	12.159	140.002

Movimentação	Saldo em 31/12/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2023
Valor Justo por meio do Resultado	48.836	75.006	88.777	4.956	40.021
Mantidos até o vencimento	22.313	25.977	1.849	3.179	49.620
Total	71.149	100.983	90.626	8.135	89.641

7 PRÊMIOS A RECEBER

a) Ramos de seguro

	31/12/2024	31/12/2023
Vida individual	37.070	35.091
Viagem individual*	5.020	5.419
Viagem em grupo	111	–
Vida em grupo	565	484
	42.766	40.994

(*) Para o produto Viagem individual, a empresa disponibiliza a seus clientes a opção de parcelamento em até 6 parcelas.

b) Composição quanto aos prazos de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Até 30 dias	6.728	5.395
De 31 a 60 dias	5.117	5.863
De 61 a 120 dias	8.345	8.709
De 121 a 180 dias	6.273	4.372
De 181 a 365	7.989	7.132
Superior a 365 dias	50	902
Total a vencer	34.502	32.373
Vencidos		
Até 30 dias	3.752	2.179
De 31 a 60 dias	1.469	1.419
De 61 a 120 dias	1.032	2.449
De 121 a 180 dias	666	640
De 181 a 365 dias	853	1.474
Superior a 365 dias	6.245	2.080
Total vencidos	14.017	10.241
Prêmios de risco vigente e não emitido - (RVNE)	852	527
Redução ao valor recuperável – RVR (*)	(6.605)	(2.147)
Total Prêmio a Receber	42.766	40.994

(*) A RVR é calculada conforme política interna, que considera em regra geral o prazo de 60 dias das parcelas vencidas mais o atraso.

c) Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	40.994	26.972
Prêmios emitidos	114.662	107.979
IOF	25	56
Prêmios recebidos	(108.132)	(92.924)
Prêmio RVNE	(325)	243
Redução ao valor recuperável	(4.458)	(1.332)
Saldo no final do exercício	42.766	40.994

8 ATIVOS DE RESSEGURO

A Omint Seguros mantém contrato de resseguro com um único ressegurador Local, o que implica que os resultados financeiros e operacionais da Companhia estão diretamente vinculados a este ressegurador. Devido à exclusividade dessa relação, todos os prêmios, sinistros e provisões relacionadas ao resseguro são integralmente atribuídos a esse parceiro.

a) Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Prêmios Não Ganho	2.744	2.760
Sinistros Pendentes de Pagamento	230	60
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados	850	601
Total	3.824	3.421

b) Movimentação de ativos de resseguros

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganho	2.760	32.778	(32.795)	2.744
Sinistros Pendentes de Pagamento	60	8.348	(8.178)	230
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados	601	8.751	(8.502)	850
Total	3.421	49.878	(49.475)	3.824

9 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a Compensar	3.266	1.493
CSLL a Compensar	2.089	1.035
Créditos COFINS e PIS	–	4
Créditos COFINS e PIS	5	–
Adiantamentos a funcionários	22	18
Outros créditos – Cartão de Crédito	5.550	5.577
Total Ativo Circulante	10.932	8.127
Créditos tributários e previdenciários	1.752	–
Total Não Ativo Circulante	1.752	–

10 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	31/12/2024	31/12/2023
Vida individual	4.552	4.673
Viagem individual	1.205	1.609
Viagem em grupo	28	9
Vida em grupo	5	2
Total	5.790	6.293

11 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	1.412	364
Dividendos a pagar	85	85
Obrigações a Pagar	–	14
Total	1.497	463

12 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda (IRRF)	106	131
ISS	19	20
IOF	172	171
INSS	127	105
FGTS	25	18
Total	449	445

13 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda	14	–
Contribuição Social	–	–
PIS	26	32
COFINS	164	196
Contribuição a recolher	37	13
Total	241	241

14 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores eventualmente recebidos e ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como demais operações com seguradoras.

	31/12/2024	31/12/2023
De 0 – 30 dias	359	738
De 31 a 60 dias	859	128
De 61 a 120 dias	1.405	205
De 121 a 180 dias	1.453	–
De 181 a 365 dias	367	–
Superior a 365 dias	26	–
Total	4.469	1.071

15 PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição

31/12/2024	Bruto de resseguro	Parcela Ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG	16.837	(2.744)	14.093
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	68.241	–	68.241
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	11.216	–	11.216
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	5.943	(230)	5.713
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR	2.603	(850)	1.753
Ajuste de Provisão de Sinistros a Liquidar – IBNER	(843)	–	(843)
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNR	50	–	50
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	875	–	875
Total	104.922	(3.824)	101.098

31/12/2023	Bruto de resseguro	Parcela Ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG	16.449	(2.760)	13.689
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	36.263	–	36.263
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	7.907	–	7.907
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	4.728	(60)	4.668
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR	2.058	(601)	1.457
Provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR)	102	–	102
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNR	54	–	54
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	265	–	265
Total	67.826	(3.421)	64.405

b) Abertura por grupo de ramos

	Provisões técnicas brutas de resseguro 31/12/2024	Provisões técnicas brutas de resseguro 31/12/2023	Provisões técnicas líquidas de resseguro 31/12/2024	Provisões técnicas líquidas de resseguro 31/12/2023
Vida individual	94.909	58.287	91.361	55.105
Viagem individual	5.387	6.392	5.385	6.388
Viagem em grupo	3.226	2.148	3.224	2.141
Vida em grupo	1.400	999	1.128	771
Total	104.922	67.826	101.098	64.405

continua...

Eufrázio

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.
CNPJ 20.646.890/0001-10 - SUSEP 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

c) Movimentação das provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Pagamentos de sinistros	Saldo em 31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG	16.448	3.636	(3.247)	–	16.837
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	36.265	31.977	–	–	68.242
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	7.907	6.650	(3.342)	–	11.215
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	4.728	(33.525)	(16.690)	(15.984) -	5.579
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR	2.058	588	(44)	–	2.602
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNR	102	23	(26)	–	1.000
Provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR)	53	–	(1)	–	52
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	265	3.705	(544)	(3.130)	296
Total	**67.826**	**48.275**	**(11.179)**	**–**	**104.922**

	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Reversões	Pagamentos de sinistros	Saldo em 31/12/2023
Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG	16.191	5.632	(5.375)		16.448
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	16.873	19.391	–		36.264
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	3.795	4.289	(177)		7.907
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	4.606	29.729	(15.226)	(14.381)	4.728
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR	1.861	280	(83)		2.058
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNR	62	4	(13)		53
Provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR)	153	35	(85)		103
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	398	3.285	(483)	(2.937)	265
Total	**43.937**	**62.645**	**(21.442)**	**(17.318)**	**67.828**

d) Cobertura das provisões técnicas

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas	104.922	67.826
Direito creditório	(7.043)	(7.066)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(754)	(1.903)
Ativos de resseguros redutores de:		
Provisão de sinistros a liquidar(PSL)	(230)	(60)
Provisão de PPNG	(1.011)	(1.186)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(850)	(601)
Total a ser coberto	**95.023**	**57.010**
Aplicações financeiras vinculadas	112.585	65.634
Suficiências	17.562	8.624

e) Tabela de desenvolvimento de sinistros

Estimativas Finais

Valores Bruto de Resseguro Judiciais e Não Judiciais

Mês/ano de ocorrência:	2020	2021	2022	2023	2024
Incorridos + IBNR + IBNeR					
Até a data base:	7.988	10.482	13.546	18.165	21.567
1 ano mais tarde	7.977	10.238	13.148	18.000	–
2 anos mais tarde	7.988	10.395	13.516	–	–
3 anos mais tarde	7.996	10.460	–	–	–
4 anos mais tarde	7.997	–	–	–	–
Posição em 31/12/2024	**7.997**	**10.460**	**13.516**	**18.000**	**21.567**
Pagos Acumulados					
Até a data base:	(7.305)	(7.045)	(8.668)	(12.178)	(14.136)
1 ano mais tarde	(7.977)	(9.665)	(13.148)	(18.000)	–
2 anos mais tarde	(7.988)	(10.313)	(13.516)	–	–
3 anos mais tarde	(7.996)	(10.460)	–	–	–
4 anos mais tarde	(7.997)	–	–	–	–
Posição em 31/12/2024	**(7.997)**	**(10.460)**	**(13.516)**	**(18.000)**	**(14.136)**
Pagos	**(7.997)**	**(10.460)**	**(13.516)**	**(18.000)**	**(14.136)**
Falta	**0**	**23**	**30**	**165**	**7.431**

Estimativas Finais

Valores Líquido de Resseguro Judiciais e Não Judiciais

Mês/ano de ocorrência:	2020	2021	2022	2023	2024
Incorridos + IBNR + IBNeR					
Até a data base:	7.967	7.140	12.210	15.306	17.198
1 ano mais tarde	7.967	6.604	11.896	14.759	–
2 anos mais tarde	7.978	6.861	12.265	–	–
3 anos mais tarde	7.986	6.892	–	–	–
4 anos mais tarde	7.987	–	–	–	–
Posição em 31/12/2024	**7.987**	**6.892**	**12.265**	**14.759**	**17.198**
Pagos Acumulados					
Até a data base:	(7.305)	(4.398)	(7.793)	(9.880)	(10.847)
1 ano mais tarde	(7.967)	(6.147)	(11.896)	(14.759)	–
2 anos mais tarde	(7.978)	(6.795)	(12.265)	–	–
3 anos mais tarde	(7.986)	(6.892)	–	–	–
4 anos mais tarde	(7.987)	–	–	–	–
Posição em 31/12/2024	**(7.987)**	**(6.892)**	**(12.265)**	**(14.759)**	**(10.847)**
Pagos	**(7.987)**	**(6.892)**	**(12.265)**	**(14.759)**	**(10.847)**
Falta	**(21)**	**248**	**(54)**	**547**	**7.431**

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco inerente às reservas de sinistros, comparando os sinistros pagos com as respectivas provisões.

Os triângulos superiores dos quadros apresentam a provisão estimada para as últimas perdas e ajustes de despesas de perdas no final de cada ano do acidente como o final do período de referências, a provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

Incorridos mais IBNR

Pagos acumulados

Demonstram o desenvolvimento de pagamentos em cada período subsequente.

Provisão de sinistros total

São baseados na provisão de sinistro a liquidar e na provisão de despesas relacionadas.

Falta acumulada

Valor monetário referente a diferença entre o que foi estimado na constituição e quanto ainda falta incidir de pagamentos.

Por motivo de inexpressiva massa de dados no que diz respeito a sinistros judiciais, a Seguradora optou por unificar os quadros sinistros Judiciais e Não Judiciais.

16 PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Para o exercício de 2024, a empresa está envolvida em 12 ações cíveis possíveis, totalizando um valor de R$ 2.153. Em comparação, no exercício de 2023, foram registradas 10 ações possíveis, somando R$ 1.427.

Importante destacar que todas as ações mencionadas são classificadas como contingências possíveis, ou seja, o resultado dessas ações é incerto e não é possível prever o impacto financeiro de forma definitiva neste momento. Não há outras contingências adicionais a serem destacadas. A empresa segue monitorando o andamento dessas ações e adotando as medidas necessárias para mitigação de riscos.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social de R$ 64.700 (Sessenta e Quatro milhões e Setecentos mil reais), sendo que R$ 43.000 (Quarenta e três milhões de reais) foi autorizado pela SUSEP totalmente subscrito e integralizado e é representado por 43.000.000 (quarenta e três milhões) de ações ordinárias conforme o Estatuto Social e R$ 21.700 (Vinte e Um milhões e Setecentos mil reais) estão aguardando aprovação da SUSEP para que seja efetuada a sua integralização.

	Quantidade de ações	Capital social – R$ mil
Capital integralizado	43.000.000	43.000
Aumento de Capital em Aprovação	21.700.000	21.700
Posição em 31 de dezembro de 2024	**64.700.000**	**64.700**

b) Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	66.228	48.848
Ajustes Contábeis		
(-) Despesas antecipadas/Créditos tributários (-)	(3.036)	(1.129)
(-) PLA Nível 3	–	–
PLA NIVEL 1 (a)	**63.193**	**47.720**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	5.587	6.148
PLA NIVEL 2 (b)	**5.587**	**6.148**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	–	–
PLA NIVEL 3 (c)	–	–
Patrimônio Líquido Ajustado Total (PLA) = (a) + (b)+(c) +(d)	**68.779**	**53.868**
Capital base(I)	8.100	8.100
Capital de risco (II)	24.885	18.321
Capital de risco de subscrição	10.231	9.682
Capital de risco de crédito	5.028	4.252
Capital de risco de mercado	17.121	10.058
Capital de risco operacional	284	315
Benefício da correlação de riscos	(7.780)	(5.986)
Capital mínimo requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (I) e (II)	**24.885**	**18.321**
(=) Suficiência de Capital (S= PLA-CMR)	**43.895**	**35.547**
Suficiência(PLA-CMR) /CMR)	**1,76**	**1,94**

c) Reserva legal

Constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com o Estatuto Social. Para o ano de 2024, não haverá distribuição de dividendos devido a não obtenção de lucro no período.

18 DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Prêmios ganhos

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos – diretos	114.183	107.191
Prêmios de riscos vigentes não emitidos – (RVNE)	325	(243)
Variação das Provisões Técnicas	(36.279)	(24.710)
Total	78.229	82.238

b) Sinistros ocorridos

	31/12/2024	31/12/2023
Sinistros diretos	(15.561)	(14.663)
Despesas com sinistros – diretos	(3.749)	(2.763)
Ressarcimentos	–	8
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	(544)	(197)
Despesas Relacionadas do IBNR	3	9
Total	(19.851)	(17.606)

c) Custos de aquisição

	31/12/2024	31/12/2023
Comissão sobre prêmios emitidos – diretos	(21.180)	(33.774)
Comissão de agenciamento	(211)	(216)
Outros custos de aquisição – representantes	(7.577)	(8.832)
Comissão riscos vigentes e não emitidos – (RVNE)	(56)	109
Variação do custo de aquisição diferido	(611)	(139)
Variação do custo de aquisição diferido – (RVNE)	108	(21)
Total	(29.527)	(42.873)

d) Outras receitas e despesas c/ operações de seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas e despesas c/ operações de seguros	(1.481)	(1.356)
Total	(1.481)	(1.356)

e) Resultado de resseguro

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de resseguro	**4.000**	**2.767**
Recuperação de indenização	3.751	2.617
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	249	150
Despesa de resseguro	**(7.347)**	**(7.758)**
Prêmios de resseguros cedidos	(7.317)	(8.253)
Prêmio de resseguro risco vigentes e não emitidos (RVNE)	(14)	149
Provisão de Prêmios não ganhos – PPNG – ED	(16)	346
Total	(3.347)	(4.991)

f) Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal próprio	(7.725)	(7.236)
Despesas com serviços de terceiros	(10.598)	(5.124)
Despesas com localização e funcionamento	(666)	(463)
Despesas com publicidade e propaganda	(8.400)	(5.474)
Despesas com publicações	(33)	(42)
Despesas com donativos e contribuições	(30)	(29)
Outras Despesas	(1.096)	(49)
Despesas com convênio DPVAT	(128)	(361)
Total	(28.676)	(18.778)

g) Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos federais	–	(2)
Impostos Municipais	–	(1)
COFINS	(2.377)	(2.404)
PIS	(386)	(390)
Taxa de fiscalização	(312)	(145)
Total	(3.075)	(2.942)

h) Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras	**12.328**	**9.082**
Títulos classificados como valor justo por meio do resultado	5.485	8.768
Custo Amortizado	6.677	–
Receitas com créditos tributários	98	33
Receitas com operações de seguros e resseguros	68	281
Despesas Financeiras	**(1.549)**	**(942)**
Títulos de renda fixa – públicos	(182)	(632)
Despesas com operações de seguros – PSL ADM	(686)	208
Outras despesas financeiras (Taxas e Juros)	(681)	(518)
Total	10.779	8.140

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O resultado fiscal foi apurado como se segue:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos e participação nos lucros	(7.073)	1.705	(7.072)	1.705
Base de cálculo	(7.072)	1.705	(7.072)	1.705
Adições	2.401	1.417	2.401	1.417
Exclusões	(55)	(1.585)	(55)	(1.542)
Resultado fiscal do Exercício	(4.726)	1.537	(4.726)	1.580
(-) Compensação de prejuízo	–	(461)	–	(474)
Resultado fiscal após compensação de prejuízo	(4.726)	1.076	(4.726)	1.106
Tributo calculado pela alíquota oficial	–	245	–	196
(-) Imposto de renda e Contribuição Social – Diferidos	1.729	(236)	1.037	(141)
Alíquota efetiva	0,00%	0,35%	0,00%	3,23%

A Seguradora fechou o exercício de 2024 com um prejuízo fiscal do Imposto de Renda R$ 4.726 (em com lucro fiscal de 2023 de R$ 1.076) e da Contribuição Social no montante de R$ 4.726 (em 2023 com lucro fiscal de R$1.106). A Seguradora apresenta um saldo de crédito tributário proveniente de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa acumulado no montante de R$ 3.027 (em 2023 de R$1.120) e um crédito de diferença temporária acumulado no montante de R$ 1.752 (em 2023 de R$ 893). O referido crédito tributário foi constituído com base no estudo que demonstrou uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para que o crédito seja utilizado no prazo que determina norma regulatória.

20 PARTES RELACIONADAS

Os contratos de seguro de viagem, acidentes pessoais e de vida em grupo dos funcionários e carteira de clientes do Grupo Omint foram contratados com a própria Seguradora.

Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Passivo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Débitos de operações com seguros e resseguros	**584**	**527**
Comissões a pagar	584	527
Premium Assistance Serviços de Assistência Ltda.	584	527
Resultado	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Prêmios emitidos	11.061	10.550
Omint Serviços de Saúde Ltda.	11.061	10.550
Sinistros avisados	(6.230)	(3.878)
Omint Serviços de Saúde Ltda.	(6.230)	(3.878)
Despesas Administrativas	(608)	(927)
Omint Serviços de Saúde Ltda.	(608)	(927)
Resultado	**4.223**	**5.745**

<u>Remuneração do pessoal-chave da administração</u>

Foi fixado em Estatuto Social um montante global anual da remuneração dos administradores de até R$4.000. O Total da remuneração com o pessoal-chave da administração da seguradora em 31 de dezembro de 2024 foi de R$1.498 (R$1.519 em 31 de dezembro de 2023).

21 CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(4.367)	1.644
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(28.661)	(20.677)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.516)	(12.436)
Outros créditos operacionais	126	196
Ativos de Resseguro	(403)	(546)
Créditos fiscais e previdenciários	(1.077)	(715)
Custo de Aquisição Diferidos	503	159
Despesas Antecipadas	–	(1)
Outros Ativos	(2.641)	(46)
Obrigações a pagar	1.034	(1.325)
Impostos e contribuições	114	11
Outras contas a pagar	–	–
Débitos de operações com seguros e resseguros	(2.127)	8.447
Depósitos de terceiros	3.398	674
Provisões técnicas – seguros e resseguros	37.096	23.889
Outros ajustes – Contingências Previdenciárias	14	14
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	**553**	**(756)**

22 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Diretoria

Juan Carlos Villa Larroudet — André do Amaral Coutinho — Eduardo Octaviano Filho — Cicero Venício Barreto de Souza — Ricardo Ferraz

Contadora

Luiza de Marilac Freire Araujo
CRC 1CE 015.592/O-0 "T" SP

Atuário

Adilson Salvadori
MIBA 1517

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Diretores e Acionistas da Omint Seguros S.A. – São Paulo-SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Omint Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Omint Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo

continua...

Eufrázio

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.
CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

... continuação do Parecer dos Atuários Independentes

os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Omint Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Omint Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.
Joel Garcia – Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. – CIBA 48 – CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400, 04715-002 – São Paulo-SP – Brasil

Anexo I
Omint Seguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2024**
Total de provisões técnicas auditadas	**104.922**
Total de ativos de resseguro	**3.824**
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**1.147**
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2024**
Provisões Técnicas auditadas (a)	104.922
Valores redutores auditados (b)	9.889
Total a ser coberto (a-b)	**95.033**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2024**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	24.885
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**24.885**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)	68.779
Ajustes Econômicos do PLA	5.587
Exigência de Capital (CMR) (b)	24.885
Suficiência/(insuficiência) do PLA (c = a -b)	**43.895**
Ativos Garantidores (d)	112.595
Total a ser Coberto (e)	95.033
Suficiência/ (insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**17.562**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2024**
0929, 0982, 0990, 0993, 1329, 1381, 1384, 1390, 1391	1.952
0969, 1369	2.186

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Omint Seguros S.A.** – São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Omint Seguros S.A. (Seguradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omint Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027 685/O-0 F SP
Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP 246031/O-8

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.

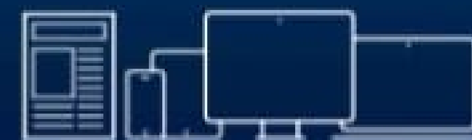













ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?

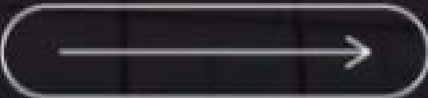
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.





ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL (11) 3856-2442

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107,3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22



OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
CNPJ 44.673.382/0001-90

Relatório da Administração

Com gestão estratégica, fidelização de clientes, parcerias sólidas e uma escuta ativa constante, a Omint Saúde se destaca no setor, oferecendo soluções de excelência em Planos Médicos e Odontológicos.

Em 2024, a companhia alcançou um crescimento histórico em vendas. Esse crescimento contínuo reflete um trabalho consistente, baseado em soluções personalizadas e serviços de alto padrão para clientes, empresas e corretores.

Para atingir esse objetivo, lançamos novos produtos em planos médicos, implementamos uma nova plataforma de cotação para corretores, oferecemos treinamentos contínuos e adotamos diversas iniciativas que aprimoraram a eficiência operacional, alinhando-a ainda mais às necessidades do mercado.

A reestruturação dos canais comerciais também permitiu uma entrega mais individualizada. Parte do sucesso nas vendas dos produtos "PME" e "Coletivo", deve-se à segmentação estratégica, que ampliou o número de corretores.

Além disso, esses esforços resultam em uma percepção extremamente positiva por parte dos clientes da Omint, que apresentam uma taxa de permanência superior a 9 anos, evidenciando a solidez e a confiança construídas ao longo do tempo.

A pesquisa de satisfação periódica com clientes Omint Saúde, realizada em parceria com o Instituto IPSOS em 2024, mostrou uma melhoria de 7 pontos no NPS em relação ao ano anterior, mantendo-se em níveis altíssimos.

Os investimentos em tecnologia e certificações, como ISO 9001, também fazem parte da estratégia da companhia para garantir aos seus *stakeholders* o melhor atendimento, eficiência operacional e processos mais ágeis e seguros.

Cenário Econômico

2024 foi marcado por desafios e oportunidades que impactaram o cenário econômico brasileiro. Durante esse período, observamos flutuações relevantes no PIB, a menor taxa de desemprego da série histórica iniciada em 2012, alterações nos índices de inflação e os reflexos de decisões importantes nas políticas fiscal e monetária.

A inflação no Brasil ultrapassou o teto da meta estabelecida pelo Banco Central, alcançando 4,71%. Esse aumento nos preços afetou diretamente o dia a dia da população, especialmente aqueles com menor renda, que sentiram uma redução significativa no poder de compra.

Condições climáticas desfavoráveis, como secas, afetaram a produção agrícola, resultando em um aumento nos preços de itens essenciais da cesta básica. As chuvas no Rio Grande do Sul também foram um marco de impacto em 2024. Além disso, a desvalorização do real em relação ao dólar encareceu produtos importados, contribuindo para a elevação geral dos preços.

Nesse contexto, o Ipea projetou um crescimento do PIB de 3,5% para 2024, mantendo a previsão de 2,4% para 2025. O grupo destaca que os níveis de incerteza envolvidos nas projeções estão elevados neste momento. A expectativa de que a economia possa terminar 2025 com um crescimento superior ao inicialmente previsto pode, em parte, compensar a deterioração observada no balanço de riscos.

Setor de Saúde

Segundo a Agência Nacional de saúde Suplementar (ANS), o setor de saúde suplementar manteve um crescimento contínuo em 2024, registrando 51,5 milhões de beneficiários em planos de assistência médica até outubro (aproximadamente 850 mil a mais do que no mesmo período de 2023), e 34,1 milhões de beneficiários em planos exclusivamente odontológicos (um aumento de 2,2 milhões em relação ao ano anterior). Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro destacaram-se pelo maior crescimento em números absolutos nos planos de assistência médica, enquanto, nos planos odontológicos, os destaques foram São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Desempenho Econômico-financeiro

A Omint encerrou 2024 com um faturamento 20% superior a 2023. A estratégia aplicada nos últimos anos foi determinante para o crescimento, resultando na criação de valor para a companhia e seus clientes.

Para o ano de 2025 a Omint continuará investindo em projetos que ofereçam experiências ainda mais acessíveis, seguras e convenientes, impulsionando o crescimento contínuo da companhia e gerando valor significativo tanto para a organização quanto para seus *stakeholders*.

Destinação dos Lucros

Conforme estatuto, o lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: (a) 5%(cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja o montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Operadora; (b) 1% (um por cento) do lucro líquido auferido no exercício, ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas; e (c) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos atuou por meio de programas que apoiaram a estratégia, impulsionaram entregas e excelência operacional, promoveram a evolução na gestão de custos e contribuíram para iniciativas de atrativos.

Para isso foram realizados em 2024 (janeiro a dezembro):

- Treinamentos presenciais e através da ferramenta de e-learning, com trilhas de desenvolvimento para 500 colaboradores. Os treinamentos foram direcionados para trilhas obrigatórias (Prevenção a Fraudes e ao Crime de Lavagem de Dinheiro e Gestão de Riscos), reciclagem de processos, segurança da informação, LGPD, qualidade de vida, saúde e prevenção, integração e outros diversos temas.

Total de horas de capacitação: 16.989

- 516 ações de Comunicação Interna realizadas pelos canais: Portal Omint (intranet), TV's corporativas e Yammer (rede social corporativa), e também informações enviadas regularmente pelo canal de e-mail corporativo.
- 40 ações do Programa de Qualidade de Vida, com participações nas frentes de Saúde e Esporte, Lazer e Cultura e Responsabilidade Socioambiental, com uma avaliação positiva de 99% na pesquisa de satisfação.
- Acompanhamento da produtividade e administração da rotatividade de nossos colaboradores.

As ações de Recursos Humanos são desenvolvidas para todas as empresas do Grupo Omint, incluindo a Omint Saúde.

Responsabilidade Social

As ações de Responsabilidade Socioambiental são apoiadas pelo Programa de Qualidade de Vida, que tem como finalidade construir uma jornada de sustentabilidade, voluntariado, inclusão e saúde social.

No ano de 2024, seguimos com o patrocínio Institucional do Grupo Omint ao Centro Assistencial Cruz de Malta. Além disso, foram realizadas ações de incentivo a doação de agasalhos e alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade, doação de mechas de cabelo para apoio a pessoas em tratamento contra o câncer, ações solidárias na Páscoa e no Natal, e atuação presencial com orientações sobre higiene bucal para crianças e adolescentes.

Ações educativas internas de coletas de resíduos orgânicos, recicláveis e outros tipos para reutilização sustentável, informações e incentivo a doação de sangue e lives com a conscientização de diversos temas ligados a saúde integral.

Agradecimentos

A Omint agradece aos acionistas pela confiança e apoio, indispensáveis para o desenvolvimento contínuo da companhia. Aos médicos, dentistas e demais profissionais da saúde, centros de diagnóstico e hospitais credenciados, parceiros de negócios e, principalmente, aos nossos clientes, a quem procuramos retribuir com um atendimento que satisfaça suas necessidades de serviços de saúde de alta qualidade e conveniência. Expressamos também o reconhecimento aos nossos colaboradores pelo esforço que têm dedicado à Omint, levando-a a excelentes resultados e à constante melhoria de nossos serviços.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante		1.022.910	831.176
Disponível	4	8.871	9.106
Realizável		1.014.039	822.070
Aplicações Financeiras	5	997.026	798.163
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		426.100	379.403
Aplicações Livres		570.926	418.760
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		11.082	11.511
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	6.1	9.356	6.904
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.2	1.726	4.607
Despesas Diferidas	7	–	7.152
Comissões Diferidas de Operações de Assistência à Saúde		–	7.152
Créditos Tributários e Previdenciários	8	3.008	4.409
Bens e Títulos a Receber	9	2.875	790
Despesas Antecipadas		48	45
Não Circulante		47.165	40.233
Realizável a longo prazo		41.854	35.911
Créditos Tributários e Previdenciários	8	18.920	18.920
Títulos e Créditos a Receber	9	81	198
Ativo Fiscal Diferido	8	12.926	6.542
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	9.927	10.251
Imobilizado	11	5.257	4.167
Imobilizado de Uso Próprio		4.018	3.945
Imobilizações em Curso		–	189
Outras Imobilizações		1.239	33
Intangível		54	155
Total do ativo		1.070.075	871.409

Passivo	Notas	2024	2023
Circulante		363.296	281.907
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		304.540	240.639
Provisões de Prêmios/ Contraprestação Não Ganha		455	527
Provisão para Remissão		136	220
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	12	71	57
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	12	138.081	109.756
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		165.797	130.079
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13	13.506	7.778
Receita Antecipada de Contraprestação		6.092	7.349
Comercialização sobre Operações		6.986	429
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		428	–
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	16.542	21.103
Débitos Diversos	15	28.708	12.387
Não Circulante		31.982	24.846
Provisões para ações judiciais	16	31.982	24.846
Patrimônio líquido		674.797	564.656
Capital social	17	53.889	53.889
Reservas		620.908	510.767
Reservas de lucros		620.908	510.767
Total do passivo + patrimônio líquido		1.070.075	871.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação/cota)

	Notas	2024	2023
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		2.723.290	2.268.734
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		2.760.644	2.297.745
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	19a.	2.760.560	2.297.726
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		84	19
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	19b.	(37.354)	(29.011)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos		(2.289.603)	(1.930.488)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	19c.	(2.253.885)	(1.911.512)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(35.718)	(18.976)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		433.687	338.246
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	19d.	29.216	18.911
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	19d.	1.379	358
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		–	(46)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(4.807)	(2.036)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	19d.	(2.141)	705
Provisão para Perdas Sobre Créditos	19d.	(2.766)	(2.741)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	19d.	(10.914)	(10.344)
Resultado Bruto		448.461	345.089
Despesas de Comercialização	19e.	(139.941)	(86.845)
Despesas Administrativas	19f	(199.868)	(183.615)
Resultado Financeiro Líquido	19g.	100.138	97.986
Receitas Financeiras		101.335	100.609
Despesas Financeiras		(1.197)	(2.623)
Resultado Patrimonial		(34)	1.981
Receitas Patrimoniais		245	2.144
Despesas Patrimoniais		(279)	(163)
Resultado antes dos impostos e participações		208.756	174.596
Imposto de Renda	19h.	(55.519)	(41.545)
Contribuição Social	19h.	(20.359)	(15.508)
Impostos Diferidos	19h.	6.384	925
Resultado Líquido		139.262	118.468
Quantidade de cotas/ações		53.889.032	53.889.032
Lucro por ação/cota		2,58	2,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva de Incentivos Fiscais	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Reserva de Investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	53.889	887	–	644.715	–	699.491
Distribuição de lucros	–	–	–	(238.891)	–	(238.891)
Resultado líquido	–	–	–	–	118.468	118.468
Transferências para reserva de lucros	–	–	–	118.468	(118.468)	–
Outros Ajustes	–	–	–	(14.412)	–	(14.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	53.889	887	–	509.880	–	564.656
Saldo em 01 de janeiro de 2024	53.889	887	–	509.880	–	564.656
Distribuição de lucros	–	–	–	(26.700)	–	(26.700)
Resultado líquido	–	–	–	–	139.262	139.262
Transferências para reserva de lucros	–	–	–	139.262	(139.262)	–
Outros Ajustes	–	–	–	(1.028)	–	(1.028)
Transferências para reserva legal	–	–	6.963	(6.963)	–	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	(1.393)	–	(1.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53.889	887	6.963	613.058	–	674.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Resultado líquido	139.262	118.468
Resultado abrangente	139.262	118.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	2.804.925	2.331.039
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	2.081.413	1.959.659
(+) (Resgate) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	7	27
(+) Outros Recebimentos Operacionais	1.014	1.771
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(2.228.354)	(1.904.491)
(-) Pagamento de Comissões	(121.232)	(85.538)
(-) Pagamento de Pessoal	(51.666)	(55.939)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(6.243)	(6.849)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(34.924)	(36.893)
(-) Pagamento de Tributos	(122.890)	(116.982)
(-) Pagamento de Aluguel	(14.402)	(17.621)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(7.833)	(9.573)
(-) Aplicações Financeiras	(2.200.700)	(1.798.536)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(68.518)	(27.993)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	36.597	232.081
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado	245	204
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(4.377)	(1.673)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(4.132)	(1.469)
Atividades de financiamento		
(-) Distribuição de lucros	(26.700)	(225.000)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(26.700)	(225.000)
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	(235)	5.612
CAIXA – Saldo Inicial	9.106	3.494
CAIXA – Saldo Final	8.871	9.106
Ativos Livres no Início do Exercício	9.106	3.494
Ativos Livres no Final do Exercício	8.871	9.106
Aumento/Diminuição de Recursos Livres	(235)	5.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Omint Serviços de Saúde S.A. (Companhia ou Operadora), localizada na Rua Franz Schubert, nº 33, no bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo, tem por atividade a intermediação na prestação de serviços médicos, hospitalares, odontológicos, e serviços associados a saúde, sejam de ordem profissional, técnica, tecnológica, de investigação ou de desenvolvimento, a serem executados por pessoas naturais ou jurídicas, devidamente habilitadas para prestar tais serviços, no país ou no exterior, a administração de planos de saúde e a participação em outra sociedade, na qualidade de sócia, cotista ou acionista.

Conforme estatuto social, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), em dezembro de 2024, as sócias, de mútuo e comum acordo, resolvem transformar o tipo societário da sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, em conformidade com o disposto no art. 1.113 e seguintes da lei nº 10.406/02 ("Código Civil Brasileiro") e no art. 220 e seguintes da lei nº 6.404/76 ("lei das S.A."), sem solução de continuidade dos negócios sociais, nem a alteração da personalidade jurídica da sociedade, mantendo-se o patrimônio.

A Operadora é integrante do Grupo Omint, cuja a composição do capital social está demonstrado na nota 17a.

A autorização para a conclusão destas demonstrações pela Diretoria foi realizada em 27 de fevereiro de 2025.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS e inclusive as normas instituídas pela própria Agência.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de plano de contas contido na Resolução Normativa RN nº 528/2022, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

2.1. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS; e
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

2.2. Moeda funcional e Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As informações são comparativas com exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos

continua...



OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (a) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício no próximo período contábil:

- Nota 3b e 5 – Aplicações financeiras
- Nota 3d e 6.1- Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde
- Nota 8 – Créditos tributários e previdenciários
- Nota 3i e 12 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
- Nota 3j e 16 – Provisões judiciais

2.4. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora

O IFRS 17 (CPC 50) "Contratos de Seguros" (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 foi aplicável a partir de 1º Janeiro de 2024, sendo permitida a aplicação antecipada. Em 2021 com a publicação da Resolução 472/2021 a ANS formalizou que não recepcionará o IFRS 17 (CPC 50).

A Operadora pretende adotar as demais normas aplicáveis quando houver a aprovação do órgão regulador. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no patrimônio líquido ou no resultado da Operadora.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalente de caixa

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias, investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição da controladora. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pelas rubricas "Caixa e equivalente de caixa", conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

b) Instrumentos financeiros (aplicações financeiras)

A classificação dos ativos financeiros é determinada pelo modelo de negócios da entidade e pelas características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, incluindo os custos de transação, exceto quando classificados como valor justo através do resultado, onde os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado. Os principais ativos financeiros da Operadora incluem títulos públicos e fundos de investimento, operações compromissadas registrados como Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

c) Redução ao Valor Recuperável (ativos financeiros)

A IFRS 9 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para todos os ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado. Além da classificação e mensuração, a norma possui a abordagem geral e simplificada para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro. Na abordagem geral as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com estágio das operações:

Estágio 1: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas no estágio 1. Cálculo das perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses;

Estágio 2: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e.

Estágio 3: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos *ratings* das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros do Grupo, exceto para os títulos públicos brasileiros onde a Administração entende que não há risco de perda, pois trata-se de risco soberano.

Como todos os ativos mensurados a VJR são títulos públicos, não houve perda esperada futura reconhecida nas Demonstrações financeiras anuais.

d) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC

Conforme determina a Resolução Normativa RN nº 528/2022, a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é constituída, nos planos individuais com preço pré-estabelecido, pela totalidade do crédito do contrato, a partir da existência de uma parcela vencida há mais de 60 dias. Para todos os demais planos, pela totalidade do crédito do contrato, a partir da existência uma parcela vencida há mais de 90 dias.

e) Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment*, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado, sendo móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos de 05 anos.

f) Segregação entre Circulante e Não Circulante

A Operadora revisa periodicamente os valores registrados no ativo e passivo circulante na data de elaboração das demonstrações contábeis, visando reclassificar para o não circulante os montantes cuja realização seja esperada em prazo superior a 12 meses após a respectiva data-base.

g) Despesa Diferida

Conforme RN 528/2022, o valor das despesas de comercialização diferidas deve manter estreita relação com a população dos referidos contratos comercializados e com a vigência contratual.

A operadora reconhece no resultado do exercício o total da despesa de comissão com agenciamento de forma a refletir à realidade econômica das operações.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda do exercício e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que excede R$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa RN nº 574/2023 e alterações posteriores.

i) Provisão de Prêmio ou Contraprestação Não Ganhas (PPCNG)

A provisão para contribuições não ganhas (PPCNG) corresponde ao rateio diário – "pró-rata" dia das contribuições a decorrer relativamente ao período de cobertura do risco. Os valores constituídos são apropriados ao resultado no último dia do mês cuja vigência tenha iniciado.

ii) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL e PESL SUS

A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL representa o montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela OPS. A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL SUS representa os ressarcimentos ao SUS que são registrados mediante avisos de beneficiários identificados (ABI), notificados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados por prestadores de serviços até a data do encerramento do exercício.

iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e (PEONA) SUS

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. A provisão é calculada com base em método estatístico atuarial, conhecido como "triângulos de run-off" e "sinistralidade esperada", que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, observado o período de 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, é referente à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à OPS.

iv) Provisão para Remissão

A provisão para remissão é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, utilizando-se como metodologia o "Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura".

v) Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC

A Provisão para Insuficiências de Contraprestação/Prêmio – PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada. Conforme cálculos atuariais, a operadora não apresentou insuficiências.

vi) Teste de Adequação de Passivo – TAP

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as operadoras de planos de saúde consideradas de grande porte (acima de 100.000 beneficiários) devem realizar o Teste de Adequação de Passivo – TAP.

A ANS, através da RN 435 de 27 de novembro de 2018 e suas atualizações, definiu os requisitos mínimos para serem utilizados no teste, tais como: segregação da carteira por modalidade de contratação, estimativa do fluxo de caixa limitado a 8 anos, utilização da tábua BR-EMS, os fluxos de caixa deverão ser descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

A Omint segregou a carteira em contratos com Planos Individuais/Familiares, Planos Coletivos Medicina e Planos Coletivos Odontológicos, para cada grupo foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Os parâmetros médios utilizados foram:

Carteira	Tábua BR-EMS	Taxa de decremento a.a.	Reajuste (1)	VCMHO (2)	Desp. Adm.	Desp. Com.	ETTJ
Individual	por sexo	4,75%	10,79%	8,85%	1,4%	0,0%	Anbima- PRÉ-FIXADA
Coletivo Medicina	por sexo	20,18%	6,63%	6,44%	10,3%	4,0%	Anbima- PRÉ-FIXADA
Coletivo Odontologia	por sexo	20,84%	4,24%	0,15%	8,2%	4,0%	Anbima- PRÉ-FIXADA

(1) Não contempla o efeito do reajuste por alteração de faixa etária, pois o mesmo já está incluído na curva de crescimento da receita em função da idade.

(2) Não contempla o efeito da idade, pois o mesmo já está incluído na curva de crescimento do custo em função da idade.

Parâmetros mínimos para a elaboração da TAP:

- Cálculo da estimativa do número de expostos – Foram aplicadas as taxas da tábua e de decremento da carteira (saída sem ser por óbito) a partir do mês base.
- Cálculo do faturamento anual – Foi calculado a partir da multiplicação do número de expostos, receita por faixa etária e taxa de reajuste anual.
- Cálculo do custo assistencial anual – Foi calculado a partir da multiplicação do número de expostos, custo por idade (calculado a partir de uma função de ajuste linear, polinomial e/ou exponencial) e taxa anual de variação dos custos.
- Cálculo das despesas administrativas e comerciais foram calculadas a partir da multiplicação das taxas pelo faturamento; os impostos foram calculados multiplicando as taxas pelo resultado bruto da operação.
- Os resultados líquidos obtidos para os próximos 8 anos foram trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ).

O teste de adequação de passivos realizado para a data base de 31 de dezembro de 2024, apresentou insuficiência de R$ 62,4 milhões para a carteira de Planos Individuais e/ou Familiares, mas o resultado global da Omint é positivo, compensado pelo bom desempenho da carteira de planos coletivos. Em consequência desse cenário, não foi necessária a realização de provisão.

j) Ativos e passivos contingentes (provisões)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25. As obrigações legais fiscais são reconhecidas independente da probabilidade de êxito das ações, conforme previsto no item 10.23.5 da Resolução Normativa RN nº 528/2022.

Ativos contingentes – Os ativos contingentes são registrados contabilmente quando transitado em julgado.

Passivos contingentes – São constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas.

k) Benefícios aos empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

A Omint fornece ao seu quadro de colaboradores, benefícios como: plano de saúde e odontológico aos funcionários e dependentes, seguro de vida e vale refeição.

l) Apuração do resultado

(i) *Receitas operacionais de saúde* – As receitas decorrentes dos planos de assistência médico-odontológico são contabilizadas pelo regime de competência e de acordo com a vigência do risco.

(ii) *Custos médicos* – Os custos de atendimento médico-odontológico dos planos de assistência são contabilizados no resultado de acordo com a notificação de aviso dos eventos.

(iii) *Receita operacional com prestação de serviço odontológico* – A receita decorre de prestação de serviços de assistência odontológica e está sendo contabilizada pelo regime de competência.

(iv) *Resultado financeiro* – O resultado financeiro é composto pela contabilização de receitas provenientes de fundos de investimento, juros, atualização de créditos tributários, descontos concedidos e atualização monetária.

4 DISPONÍVEL – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2024	2023
Banco Conta Corrente	870	4.823
Caixa e Equivalente de Caixa	8.001	4.283
Total	8.871	9.106

Os valores que compõe caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e aplicações automáticas dos bancos e fundos substancialmente não exclusivos.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por categoria

Ativos	Hierarquia de valor justo	Aging: Até 1 ano (A)	Aging: De 1 a 5 anos (B)	Aging: Acima de 5 anos (C)	Aging: Sem vencimento (D)	Classificação: Valor contábil (E = A + B + C + D)	Classificação: Valor de curva (F)	Classificação: Valor justo (G)	Classificação: Ajuste ao valor justo (G – F)	Total: 31/12/2024 (E)	%	Total: 31/12/2023 (H)	%
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		66.103	480.329	137.684	312.909	997.026	998.036	997.026	(1.011)	997.026	100%	798.163	100%
Fundos de investimento		4.395	201.540	50.408	314.582	570.926	571.342	570.926	(416)	570.926	57%	418.760	52%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	2.438	150.900	–	–	153.338	153.338	153.338	–	153.338	27%	106.223	25%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	3.285	6.286	–	9.571	9.571	9.571	–	9.571	2%	10.365	2%
Cotas de Fundos de Investimentos	1	–	–	–	311.716	311.716	311.716	311.716	–	311.716	55%	197.566	47%
Operações Compromissadas	2	–	20.768	37.272	–	58.040	58.040	58.040	–	58.040	10%	69.560	17%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	1.957	26.588	6.850	4.251	39.645	40.062	39.645	(416)	39.645	7%	35.069	8%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	(1.384)	(1.384)	(1.384)	(1.384)	–	(1.384)	0%	(22)	0%
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		61.709	278.789	87.275	(1.673)	426.100	426.694	426.100	(595)	426.100	4%	379.403	48%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	37.613	205.344	66.648	–	309.605	309.605	309.605	–	309.605	73%	256.879	68%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	–	1.581	–	1.581	1.581	1.581	–	1.581	0%	20.384	5%
Debentures	2	4.097	10.628	17.163	–	31.888	32.191	31.888	(303)	31.888	7%	31.251	8%
Letra Financeira (LF)	2	3.135	28.630	1.883	–	33.648	33.901	33.648	(252)	33.648	8%	25.408	7%
Operações Compromissadas	2	14.842	34.187	–	–	49.029	49.029	49.029	–	49.029	12%	45.411	12%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	2.022	–	–	–	2.022	2.061	2.022	(39)	2.022	0%	–	0%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	(1.673)	(1.673)	(1.673)	(1.673)	–	(1.673)	0%	(30)	0%
Total		66.103	480.329	137.684	312.909	997.026	998.036	997.026	(1.011)	997.026	100%	798.163	100%

b) Hierarquia do valor justo

A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis de hierarquias do valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Taxa de juros contratada

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). A composição da carteira de investimentos da companhia é 100% em cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos.

d) Movimentação das aplicações financeiras

	2024	2023
Saldo no início do exercício	798.163	882.372
Aplicações	2.200.700	1.798.536
Resgates	(2.081.413)	(1.959.659)
Rendimento	96.409	94.068
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(16.833)	(17.154)
Saldo no final do exercício	997.026	798.163

e) Garantia das provisões técnicas

	2024	2023
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	426.100	379.403
Aplicações livres	570.926	418.760
Total ativos garantidores	997.026	798.163
Provisões técnicas		
Provisões de Prêmios/ Contraprestação Não Ganha	455	527
Provisão para remissão	136	220
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	165.797	130.079
Provisão de eventos avisados a liquidar e Provisão SUS em mais de 30 dias	8.107	2.741
Provisão de eventos avisados a liquidar em até 30 dias	130.045	107.073
Total a ser coberto	304.540	240.640
Suficiência de cobertura	692.486	557.523

6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

6.1. Contraprestação pecuniária/prêmio a receber: a) Composição dos saldos

	2024	2023
Pessoa jurídica	14.637	10.413
Pessoa física	2.086	1.741
Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(7.367)	(5.250)
Total	9.356	6.904

continua...



OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

b) Idade dos saldos

	2024	2023
A vencer de 1 a 30 dias	101	118
Vencidos de 1 a 30 dias	7.282	5.965
Vencidos de 31 a 60 dias	1.407	605
Vencidos de 61 a 90 dias	581	251
Vencidos há mais de 90 dias	7.352	5.215
Subtotal	16.723	12.154
Provisão para perdas sobre créditos	(7.367)	(5.250)
Total	9.356	6.904

6.2. Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde

Composição dos saldos

	2024	2023
Participação dos beneficiários em eventos	1.558	3.681
Outros créditos de operações com plano de saúde	168	926
Total	1.726	4.607

7 DESPESAS DIFERIDAS

	2024	2023
Comissões Diferidas de Operações de Assistência à Saúde	–	7.152
Total	–	7.152

Considerando a necessidade de refletir com maior aderência a realidade econômica das operações, a Operadora procedeu com a baixa integral das despesas diferidas de comissões, reconhecendo seus efeitos no resultado do exercício.

8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2024	2023
IRPJ e CSLL a compensar (*)	44	3.959
ISS – PMRJ	2.929	–
Pis e Cofins (*)	–	339
Créditos Lei 10.833 (*)	35	111
Total ativo circulante	3.008	4.409
	2024	**2023**
Outros créditos tributários e previdenciários	18.920	18.920
Impostos de renda diferido (IRPJ) – Diferenças Temporárias (**)	9.504	4.810
Contribuição social diferida (CSLL) – Diferenças Temporárias (**)	3.422	1.732
Total ativo não circulante	31.846	25.462
Total	34.854	29.871

(*) Referem-se a antecipações e saldo negativos de impostos e contribuições.

(**) Referem-se a provisões contingenciais, provisões para perdas (PPSC) e outras provisões não dedutíveis.

9 BENS, TÍTULOS E CRÉDITOS À RECEBER

	2024	2023
Valores a Receber – Fornecedores	2.783	664
Outros Bens e Títulos a Receber	92	126
Total ativo circulante	2.875	790
	2024	**2023**
Títulos e créditos a receber	81	198
Total ativo não circulante	81	198
Total	2.956	988

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Omint está envolvida em ações judiciais, como autora ou ré, e este saldo se refere a depósitos efetuados para garantir as ações em discussão judicial, conforme segue:

	2024	2023
Fiscais	7.113	7.113
ISS	407	407
Tributos federais	6.706	6.706
Trabalhistas	813	867
Cíveis	2.001	2.271
Total	9.927	10.251

11 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

2024

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	6.717	(6.447)	270
Máquinas e equipamentos	67	(3)	64
Equipamentos proc. dados	11.486	(9.127)	2.359
Móveis e utensílios	5.816	(5.496)	320
Veículos	1.484	(479)	1.005
Bens não depreciáveis	13	–	13
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.213	(4)	1.209
Outras imobilizações – Não Hospitalar/Odonto	27	(10)	17
Total	26.823	(21.566)	5.257

2023

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	6.701	(6.396)	305
Equipamentos	10.989	(8.864)	2.125
Móveis e utensílios	5.779	(5.286)	493
Veículos	1.335	(312)	1.023
Bens não depreciáveis	13	–	13
Imobilizado em Andamento	188	–	188
Outras imobilizações – Não Hospitalar/Odonto	27	(7)	20
Total	25.032	(20.865)	4.167

b) Movimentação do imobilizado

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Proc. Dados	Móveis e utensílios	Veículos	Bens não depreciáveis	Outras Imobilizações – Não Hospitalar/Odonto	Benfeitorias em imóveis de Terceiros	Outras Imobilizações	Total
Custo de aquisição										
Saldo em 01 de janeiro de 2023	6.503	–	10.343	5.786	1.133	13	–	–	27	23.799
Aquisições	198	–	823	–	464	–	189	–	–	1.674
Baixa – doação	–	–	(177)	–	(262)	–	–	–	–	(439)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.701	–	10.989	5.786	1.335	13	189	–	27	25.034
Aquisições	16	67	1.178	38	528	–	1.337	1.213	–	4.377
Baixa – doação	–	–	(681)	(2)	(379)	–	(1.526)	–	–	(2.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.717	67	11.486	5.816	1.484	13	–	1.213	27	26.823
Depreciação										
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(6.350)	–	(8.222)	(5.101)	(249)	–	–	–	(5)	(19.927)
Depreciação do exercício	(46)	–	(786)	(186)	(188)	–	–	–	(3)	(1.209)
Alienações	–	–	144	–	125	–	–	–	–	269
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(6.396)	–	(8.864)	(5.287)	(312)	–	–	–	(8)	(20.867)
Depreciação do exercício	(51)	(3)	(922)	(209)	(292)	–	–	(4)	(2)	(1.483)
Alienações	–	–	659	–	125	–	–	–	–	784
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(6.447)	(3)	(9.127)	(5.496)	(479)	–	–	(4)	(10)	(21.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	270	64	2.359	320	1.005	13	–	1.209	17	5.257

c) Composição do intangível

	2024 Custo	2024 Amortização acumulada	2024 Saldo líquido	2023 Custo	2023 Amortização acumulado	2023 Saldo líquido
Sistema de Computação	3.056	(3.025)	31	3.056	(2.924)	132
Marcas	23	–	23	23	–	23
Total	3.079	(3.025)	54	3.079	(2.924)	155

12 PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Provisão de eventos a liquidar

	2024	2023
Hospitais	87.751	68.489
Clínicas	23.939	20.438
Laboratórios	23.497	16.922
Outros	2.894	3.907
Total	138.081	109.756

b) Idade dos saldos – Provisão de eventos a liquidar

	2024	2023
A vencer	130.082	108.118
Vencidos de 1 a 30 dias	1.653	59
Vencidos de 31 a 60 dias	6.273	340
Vencidos de 61 a 90 dias	41	98
Vencidos de 91 a 120 dias	20	164
Vencidos há mais de 120 dias	12	977
Total	138.081	109.756

c) SUS

	2024	2023
SUS	71	57
Total	71	57

13 DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2024	2023
Contraprestação Recebida Antecipadamente – PJ	3.866	5.435
Contraprestação Recebida Antecipadamente – PF	2.226	1.914
Comercialização sobre operações	6.986	429
Operadoras de planos de assistência a saúde	428	–
Total	13.506	7.778

14 OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

Tributos e encargos a recolher:

Descrição	2024	2023
PIS	329	268
COFINS	2.023	1.775
Impostos sobre serviços	2.685	2.795
Imposto de renda retido na fonte	2.156	2.233
INSS	1.439	6.114
FGTS	445	425
Outros tributos e encargos	2.335	1.810
Subtotal	11.412	15.440
Provisão para IRPJ – PAT	1.721	–
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Pagar	2.367	3.179
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Pagar	1.042	2.484
Total	16.542	21.103

15 DÉBITOS DIVERSOS DA OPERADORA

	2024	2023
Obrigações com pessoal	6.378	5.692
Fornecedores	19.503	5.833
Depósitos de beneficiários e de terceiros	1.227	682
Outros débitos a pagar	1.600	180
Total	28.708	12.387

16 CONTINGÊNCIAS

A Operadora está envolvida como ré ou como requerente em algumas ações trabalhistas, fiscais e cíveis. As obrigações legais e ações, cujas chances de perda são consideradas prováveis, estão provisionadas e totalizam os valores abaixo:

	Saldo no início do exercício	Principal	Reversão/ pagamento	Saldo no final do exercício 2024
Fiscais	19.522	5.425	(113)	24.834
Outras ações fiscais (Impostos Federais e Previdenciários)	19.522	5.425	(113)	24.834
Trabalhistas	949	1.385	(1.701)	633
Cíveis	4.375	2.214	(74)	6.515
Total	24.846	9.024	(1.888)	31.982

As outras ações fiscais contingenciais são compostas por impostos Federais (IRPJ e CSLL – questionamento de compensação de Perdcomp – R$ 6.072, dedução de IRPJ – PAT – R$ 12.848 e outros valores discutidos administrativamente – R$ 602) e Contribuição Previdenciárias (INSS – R$ 5.312)

	Saldo no início do exercício	Principal	Reversão/ Pagamento	Saldo no final do exercício 2023
Fiscais	8.024	27.441	(15.943)	19.522
ISS (a)	515	7.148	(7.663)	–
Outras ações fiscais	7.509	20.293	(8.280)	19.522
Trabalhistas	109	3.408	(2.568)	949
Cíveis	4.469	17.382	(17.476)	4.375
Total	12.602	48.231	(35.987)	24.846

Para o ano de 2024 as ações, cujas chances de perda foram consideradas possíveis pelos assessores jurídicos não estão provisionadas. Os valores de ações fiscais (possíveis) foram provisionadas em atendimento à Resolução Normativa RN nº 528/2022.

	2024	2023
Cíveis	4.775	5.123
Trabalhistas	188	376
Total	4.963	5.499

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

2024

Distribuição do Capital Social	Nº ações	R$	%
Villa Larroudet y Compañia S.A	28.580.129	28.580	53.04
Cobo Cichero y Compañia S.A.	24.669	25	0.05
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.	25.284.234	25.284	46.91
Total	53.889.032	53.889	100

O capital social da operadora é de R$53.889 (2023 – R$53.889), totalmente integralizado, está distribuído entre os acionistas/cotistas conforme composição abaixo.

2023

Distribuição do Capital Social	Nº quotas	R$	%
Villa Larroudet y Compañia S.A	28.580.129	28.580	53.04
Cobo Cichero y Compañia S.A.	24.669	25	0.05
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.	25.284.234	25.284	46.91
Total	53.889.032	53.889	100

b) Cálculo dos riscos

O cálculo dos riscos foi realizado considerando a RN 569, datada de 19 de dezembro de 2022, e foi elaborado utilizando os parâmetros descritos no Anexo III desta resolução. Foram aplicados os modelos convencionais de avaliação de risco, incluindo risco de subscrição, risco de crédito, risco operacional e risco de mercado, com dados específicos da Omint Saúde. Este cálculo levou em conta fatores e diretrizes estabelecidos para essa finalidade conforme resolução da Agencia Nacional de Saúde Suplementar – ANS

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	674.797	564.656
Ajustes Contábeis e Econômicos:	103	7.353
Capital base(I)	3.020	2.898
Capital de risco(II)	279.551	225.739
Capital de risco de subscrição	200.721	161.601
Capital de risco de crédito	14.120	12.460
Capital de risco de mercado	22.475	17.824
Capital de risco operacional	64.512	52.094
Capital mínimo requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (I) e (II)	279.551	225.739
Suficiência (PLA-CMR)	395.143	331.564

c) Destinação dos lucros

Conforme capítulo VI do Estatuto Social, o lucro líquido do exercício da Operadora, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja o montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) 1% (um por cento) do lucro líquido auferido no exercício, ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas; e (c) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Após as destinações previstas nos itens (a) a (c) do Parágrafo 1, até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido do exercício será alocado para a Reserva de Investimentos, até o limite máximo permitido por lei, exceto se de outra maneira deliberado pelos acionistas.

O propósito da Reserva de Investimentos deverá ser prover fundos que garantam investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia. Os fundos da Reserva de Investimentos deverão ser utilizados conforme determinação da Assembleia Geral. Quando a Assembleia Geral entender que o valor da Reserva de Investimentos é suficiente, poderá determinar a distribuição do excesso para os acionistas; ou a sua capitalização, mediante aumento de capital social, sem a necessidade de emissão de novas ações.

Cálculo – reserva legal

5% do Lucro Líquido ou até que atinja 20% do Capital Social da companhia	
Capital Social	53.889
Limite 20% Capital Social	10.778
Lucro 2024	139.262
5% Lucro do exercício	6.963
Reserva Legal 2024	6.963

Cálculo – dividendo obrigatório

1% do Lucro Líquido ajustado Cfe. Art. 202 Lei 6.404/76	
Lucro do exercício	139.262
Reserva Legal	6.963
Base para cálculo Dividendo Obrigatório	132.299
Dividendo Obrigatório 2024*	1.323

* Foi reconhecido no exercício em 2024 R$ 1.393 e a diferença de R$ 70 será revertida em janeiro de 2025

18 PARTES RELACIONADAS

a) Kipp Serviços de Saúde e Odontologia Ltda.

A Kipp Serviços de Saúde e Odontologia Ltda., mantém contrato com a Omint e presta serviços odontológicos e clínicos a seus segurados. Os eventos são pagos pela Omint em bases mensais em razão do volume de serviços prestados. Em 2024, os serviços prestados pela Kipp contra a Omint totalizaram R$ 35.686 (R$ 26.048 em 31 de dezembro de 2023 – sob a razão social de Del Sol Odontologia Ltda.) e o saldo a pagar à Kipp em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.594 (R$ 1.937 em 31 de dezembro de 2023 – sob a razão social de Del Sol Odontologia Ltda.).

As empresas do Grupo Omint compartilham os serviços administrativos para a consecução de suas atividades, negócios e objetivos sociais, com o propósito de otimizar a utilização de recursos. Em 2024 a Kipp pagou pelos serviços compartilhados o valor de R$ 324 (R$ 254 em 31 de dezembro de 2023 – sob a razão social de Del Sol Odontologia Ltda.) a título de rateio de despesas.

b) Cinco de Mayo Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A Omint Saúde pagou aluguel no valor de R$ 17.123 em 2024 (R$ 17.498 em 31 de dezembro de 2023) referente aos imóveis, à Cinco de Mayo Empreendimentos Imobiliários – Ltda., empresa do Grupo Omint.

Em 2024 a Cinco de Mayo pagou pelos serviços compartilhados o valor de R$ 152 (R$ 150 em 31 de dezembro de 2023) a título de rateio de despesas.

c) Omint Seguros S.A.

Os contratos de seguro de viagem, acidentes pessoais e de vida em grupo dos funcionários e carteira de clientes do Grupo Omint foram contratados com a própria Seguradora.

O total de premio emitido na Omint Seguros contra a Omint Saúde em 2024 foi de R$ 11.081 (2023 R$ 10.550). O total de Sinistro avisados em 2024 foi de R$ 6.230 (2023 R$ 3.878).

Em 2024 a Omint Seguros pagou pelos serviços compartilhados o valor de R$ 627 (R$ 908 em 31 de dezembro de 2023) a título de rateio de despesas.

19 DETALHAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Contraprestações líquidas

	2024	2023
Planos individuais e familiares	482.100	467.302
Planos coletivos pré-estabelecidos	2.278.460	1.830.424
Total	2.760.560	2.297.726

b) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	2024	2023
PIS	(3.498)	(2.615)
COFINS	(21.529)	(16.092)
ISS	(1.197)	(1.579)
ISS judicial	(12.225)	(8.725)
Reversão de Tributos Diretos	1.095	–
Total	(37.354)	(29.011)

c) Eventos conhecidos ou avisados

	2024	2023
Rede credenciada	(1.693.878)	(1.402.820)
Rede credenciada – Capitation	(7.981)	–
Rede indireta	(18.931)	(14.556)
Reembolsos a usuários	(532.906)	(494.022)
Ressarcimento ao SUS	(189)	(114)
Total	(2.253.885)	(1.911.512)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	2024	2023
Outras receitas	30.595	19.269
Outras receitas operacionais de Planos de Assistência à Saúde	29.216	18.911
Receitas de Assist. Saúde não relacionada c/ Plano Saúde	1.379	358
Outras receitas	1.379	358
Outras despesas	(15.821)	(12.426)
Outras despesas operacionais de plano de saúde	(2.141)	705
Provisão para perdas sobre créditos	(2.766)	(2.741)
Tributos diretos de outras atividades	–	(46)
Outras despesas operacionais	(10.914)	(10.344)
Total	14.774	6.843

e) Despesas de comercialização

	2024	2023
Comissão/Agenciamento – Individual	(1.715)	(430)
Comissão/Agenciamento – Coletivos Empresariais	(121.817)	(79.742)
Comissão/Agenciamento – Coletivos Empresariais Odonto	(16.409)	(6.673)
Total	(139.941)	(86.845)

No exercício de 2024, a Operadora registrou um aumento significativo nas despesas com comissões, impactando diretamente o resultado do período. Esse incremento decorre do reconhecimento no resultado do saldo de comissão diferida.

f) Despesas administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal	(95.989)	(95.219)
Serviços de terceiros	(35.496)	(38.192)
Localização e funcionamento	(28.629)	(29.398)
Despesas com publicidade e propaganda	(12.163)	(11.275)
Despesas com contribuições e donativos	(303)	(203)
Tributos e taxas	(2.932)	(2.315)
Multas e acréscimos moratórios	(591)	(46)
Outras	(23.765)	(6.967)
Total	(199.868)	(183.615)

continua...



OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

g) Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas com fundos de investimento	96.410	94.069
Juros sobre equivalentes de caixa	57	192
Atualização dos créditos tributários	1.041	1.050
Juros por recebimentos em atraso	2.609	2.054
Outras receitas financeiras	1.218	3.244
Receitas financeiras*	101.335	100.609
Juros e multas s/ tributos	(116)	(1.555)
Descontos concedidos	(95)	–
Atualização monetária	(50)	(20)
Outras	(936)	(1.048)
Despesas financeiras	(1.197)	(2.623)
Total	100.138	97.986

h) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda 2024	Imposto de renda 2023	Contribuição social 2024	Contribuição social 2023
Resultado antes dos impostos	208.755	174.596	208.755	174.596
Adições	34.693	26.512	34.693	26.512
Exclusões	(20.576)	(31.502)	(14.857)	(26.152)
Resultado fiscal do exercício	222.872	169.606	228.591	174.956
Tributo calculado pela alíquota oficial	56.114	42.205	20.573	15.746
(-) Recuperação créd. Imp. s/ lucro	(595)	(660)	(214)	(238)
Total dos impostos	55.519	41.545	20.359	15.508
(-) Imposto e contribuição diferidos	(4.694)	(680)	(1.690)	(245)
Alíquota efetiva	24%	23%	9%	9%

A Omint Saúde apresenta um resultado do período com diferenças temporárias relacionadas ao IRPJ e CSLL Diferida, totalizando R$ 6.384. Registrou-se o ativo fiscal diferido, considerando a alíquota de 25% do IRPJ Diferido (com um saldo de R$ 9.504 em 31/12/2024) e a alíquota de 9% da CSLL Diferida (com um saldo de R$ 3.422 em 31/12/2024), o qual será recuperável nos períodos futuros quando esses passivos forem dedutíveis para determinar o lucro tributável, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 e RN 435.

i) Corresponsabilidade assumida

Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de Assistência Médico-Hospitalar (grupo 411X1)	Corresponsabilidade assumida (beneficiários de outras operadoras) 2024	2023
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(178)	(709)
Total	(178)	(709)

Contraprestação Assumida (grupo 311X1)	Corresponsabilidade assumida (beneficiários de outras operadoras) 2024	2023
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	–	886
Total	–	886

- A Operadora não possui corresponsabilidade cedida.

20 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A área de Gestão de Riscos da Omint Saúde está estruturada com o objetivo de identificar, classificar e mitigar, quando possível, os riscos, a fim de viabilizar a continuidade e a rentabilidade do negócio.

As atividades da área de Gestão de Riscos estão pautadas nos requisitos estabelecidos pelo órgão regulador, e o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança, desde a Alta Administração até as áreas de negócios da Companhia.

Os riscos em espécie que são mapeados, classificados e eventualmente mitigados num processo mais granular de análise (os quais são denominados como "fatores de riscos") são sempre vinculados a uma das cinco categorias de riscos a seguir descritas:

Risco operacional

O risco operacional considera a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos.

As atividades da área de Gestão de Riscos realizadas no processo de identificação, classificação e avaliação dos controles contribuem para a mitigação do risco operacional na Companhia.

Risco legal e regulatório

Risco relacionado ao não cumprimento de leis, regulamentações, acordos ou padrões éticos aplicáveis, assim como o risco legal inerente às características dos produtos comercializados. O setor de Compliance atua em conjunto com a área de Gestão de Riscos da Companhia para identificar leis e normas regulatórias que sejam aplicáveis à Omint e garantir, junto às áreas de negócio, a adequada aderência legal e regulatórias às normas mapeadas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de atividades nas quais o êxito depende do cumprimento pela outra parte, emitente ou tomador, em relação a termos contratuais acordados. A Omint Saúde utiliza como controle e avaliação do risco de crédito a classificação das emissões não bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Sempre que duas ou mais agências classificarem o mesmo título e valor mobiliário, a Operadora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora. A Omint Saúde conta com um comitê de Risco de Crédito no qual concentra a governança de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito, bem como, assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco e os ativos classificados na categoria "sem *rating*" são Fundos de Investimentos, Empréstimos e Recebíveis e ações de empresas que não possuem *rating* definido por agências de risco.

31/12/2024	AAA	AA	A	BBB	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	–	870	870
Equivalente de caixa	–	–	–	–	8.001	8.001
Quotas de Fundos de Investimentos – Restritos ao Grupo Econômico	981.746	9.918	4.168	–	1.194	997.026
Prêmio a Receber	–	–	–	–	11.082	11.082
Exposição máxima ao risco de Crédito	981.746	9.918	4.168	–	21.147	1.016.979

31/12/2023	AAA	AA	A	BBB	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	–	4.835	4.835
Equivalente de caixa	–	–	–	–	4.271	4.271
Quotas de Fundos de Investimentos – Restritos ao Grupo Econômico	759.930	26.074	3.582	–	8.577	798.163
Prêmio a Receber	–	–	–	–	11.511	11.511
Exposição máxima ao risco de Crédito	759.930	26.074	3.582	–	29.194	818.780

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade da instituição não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O Grupo possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez, realizados pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos e Investimento.

O objetivo geral do gerenciamento deste risco é acompanhar a necessidade de liquidez frente ao vencimento projetado dos compromissos, evitando descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos. São realizados comitês para a gestão de ativos e passivos, com periodicidade no mínimo semestral tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas em um horizonte de dois anos. O caixa é monitorado diariamente, com reportes aos gestores e diretores responsáveis.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pela Diretoria Financeira, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

2024	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	–	8.871	–	8.871
Aplicações financeiras	–	930.922	66.103	997.025
Créditos de oper.c/planos de assist. à saúde	10.582	–	101	11.083
Créditos tributários e previdenciários	–	3.008	–	3.008
Bens e títulos a receber	–	2.875	–	2.875
Despesas antecipadas	–	48	–	48
Total do ativo circulante	10.582	945.724	66.204	1.022.910
Passivo circulante				
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(8.000)	(166.388)	(130.081)	(304.469)
SUS	(71)	–	–	(71)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	–	–	(13.506)	(13.506)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(16.542)	(16.542)
Débitos diversos	–	–	(28.708)	(28.708)
Total do passivo circulante	(8.071)	(166.388)	(188.837)	(363.296)

2023	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	–	9.106	–	9.106
Aplicações financeiras	–	798.163	–	798.163
Créditos de oper.c/planos de assist. à saúde	–	11.393	118	11.511
Despesas diferidas	–	7.152	–	7.152
Créditos tributários e previdenciários	–	4.409	–	4.409
Bens e títulos a receber	–	790	–	790
Despesas antecipadas	–	45	–	45
Total do ativo circulante	–	831.058	118	831.176
Passivo circulante				
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(1.695)	(130.826)	(108.118)	(240.639)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	–	–	(7.778)	(7.778)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(21.103)	(21.103)
Débitos diversos	–	–	(12.387)	(12.387)
Total do passivo circulante	(1.695)	(130.826)	(149.386)	(281.907)

Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros, uma vez que em suas carteiras ativas e passivas, podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores. Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados. O Grupo Omint não possui riscos significativos de mercado.

Sistema de controles internos

O gerenciamento do ambiente de Controles Internos tem como premissas que os riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos do Grupo devem ser identificados e avaliados, considerando a probabilidade de ocorrerem e os impactos sobre os negócios, inclusive, sobre a imagem da companhia, caso se materializassem.

A cultura de controles internos é disseminada ao Grupo Omint, ressaltando a importância de mitigação dos riscos de acordo com a complexidade do negócio, onde métodos e controles adequados foram definidos para assegurar o cumprimento das leis, normas, regulamentos e aderência às políticas e procedimentos internos.

Tecnologia da informação

O Grupo Omint entende que a informação e os equipamentos de Tecnologia Informática utilizados para seu tratamento são recursos estratégicos e considera a Segurança da Informação como parte integrante de suas práticas empresariais, convencido de que estas medidas darão um valor intrínseco à companhia, incrementado sua credibilidade, sua reputação e cumprindo com seu dever de salvaguardar o investimento de seus acionistas principais.

Risco de Subscrição

O risco de subscrição está relacionado à possibilidade da Operadora incorrer em perdas devido à inadequação na precificação dos planos de assistência à saúde, impactos decorrentes da alta sinistralidade e variações nos custos dos serviços assistenciais. Esse risco decorre, principalmente, da divergência entre as premissas atuariais utilizadas na definição das contraprestações pecuniárias e os custos efetivos dos atendimentos prestados aos beneficiários.

A Operadora adota políticas e metodologias para a mitigação desse risco, incluindo a revisão periódica das hipóteses atuariais, a implementação de mecanismos de controle de sinistralidade e a aplicação de medidas de regulação e auditoria dos serviços contratados. Além disso, são realizadas análises preditivas e estudos estatísticos que auxiliam na precificação dos produtos, garantindo que as reservas técnicas sejam suficientes para a cobertura dos compromissos assumidos.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado por meio de modelos estatísticos e atuariais, em conformidade com as regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo a constituição e manutenção de reservas técnicas obrigatórias, conforme normativas vigentes.

21 CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	139.262	118.468
Ajustes por:		
(-) Resultado da equivalência patrimonial	–	(1.940)
(+) Baixa imobilizado	1.803	169
(+) Depreciação	1.485	1.209
(+) Amortização	101	156
(+) Outras perdas	4.808	1.250
(+/-) Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	35.717	18.977
(+/-) Variação da provisão de remissão	(84)	(19)
(+/-) Provisões de Prêmios/ Contraprestação Não Ganha	(72)	527
(+/-) Variação de crédito tributário diferido	(6.384)	(925)
(+/-) Variação de PPSC	2.766	2.741
(+/-) Variação de provisões e reversões	1.357	399
(-) Receita patrimonial	(245)	–
(-) Rendimento de aplicação financeira	(96.467)	(94.261)
(+/-) Juros, variação monetária e descontos	(117)	(2.006)
(+/-) Recuperação crédito imp. s/lucro	(810)	(898)
(+/-) Outros Ajustes	(1.028)	(14.412)
Diminuição (aumento) das contas do ativo		
Aplicações financeiras	(102.396)	178.470
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(7.145)	(8.501)
Créditos Oper. Assistência à Saúde Não relacionados P Saúde	–	73
Despesas diferidas	7.152	(2.328)
Bens e títulos a receber	(1.968)	11
Créditos tributários e previdenciários	2.328	45
Depósitos judiciais e fiscais	323	(104)
Despesas antecipadas	(2)	(7)
Aumento (diminuição) das contas do passivo		
Provisão de eventos a liquidar	28.338	11.444
Tributos e contribuições a recolher	(4.561)	7.413
Débitos de operações de assistência à saúde	5.728	564
Outras contas a pagar	14.929	3.322
Provisões para ações judiciais	5.779	12.244
Caixa líquido das atividades operacionais	30.597	232.081

22 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Diretoria

André do Amaral Coutinho — Cícero Venício Barreto de Souza — Eduardo Monteiro Lopes dos Santos — Eduardo Octaviano Filho

Conselheiros

Juan Carlos Villa Larroudet — Victoria Maria Villa Larroudet — Santiago Juan Villa Larroudet

Contadora

Luiza de Marilac Freire Araujo – CRC 1CE 015.592/O-0 "T" SP

Atuário

Gilberto Mendonça de Oliveira – MIBA 2150

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Omint Serviços de Saúde S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Omint Serviços de Saúde S.A. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Operadora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP - 027.685/O-0 F SP
Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP 246031/O-8

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma
de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.



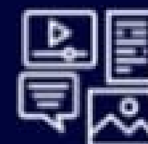
AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS



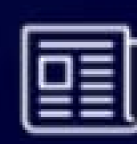
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL



BUSCADOR INTELIGENTE



PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS



CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS



PORTAL ESTADÃO RI



ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AE AGÊNCIA ESTADO broadcast

Eufrázio

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO ESTADÃO
+56 MM de impactos / mês



+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

HDI Seguros S.A.

CNPJ nº 29.980.158/0001-57

www.hdi.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do Grupo HDI relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A HDI Seguros faz parte do Grupo HDI, aqui representado pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguradora, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (anteriormente denominada Sompo Consumer Seguradora), uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DIORE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetivada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias. Como parte das iniciativas de reestruturação do Grupo HDI, em 14 de fevereiro de 2025, foi assinada uma Carta de Intenções (*Letter of Intent*) entre os acionistas da HDI Global Seguros S.A. e a HDI International AG, formalizando a intenção de ambas as partes de implementar uma reorganização societária intra-grupo, a ser realizada em 1º de abril de 2025. Essa reorganização envolve a alteração do controle direto da HDI Global Seguros S.A. Após o *closing* todas as atividades da HDI A Global Seguros S.A. será consolidada pela HDI Seguros S.A., sem que haja alteração do controlador final. **Resultados e Evolução patrimonial:** No exercício de 2024, a HDI Seguros registrou o total de R$ 5,6 bilhões de prêmios emitidos e lucro líquido de R$ 777 milhões. Para sustentar essa operação, a HDI Seguros conta com ativos de R$ 13,1 bilhões e reservas de R$ 4 bilhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos de todas as marcas ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. A prioridade da Companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Companhia. **Governança corporativa:** Segundo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		**4.713.748**	**3.659.278**
Disponível		**35.970**	**6.403**
Caixa e bancos		35.970	6.403
Aplicações	5	**1.522.523**	**1.303.956**
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	**2.173.437**	**1.638.976**
Prêmios a receber	6	2.057.460	1.578.667
Operações com seguradoras		208	7.918
Operações com resseguradoras		115.769	52.385
Outros créditos operacionais		**28.594**	**17.836**
Ativos de resseguros e retrocessão	7	**97.051**	**39.311**
Títulos e créditos a receber		**141.857**	**137.262**
Títulos e créditos a receber	8.1a	65.935	77.952
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	69.298	53.951
Outros créditos		6.624	5.359
Outros valores e bens	9	**107.667**	**84.039**
Bens à venda	9b	64.935	43.896
Outros valores		42.732	40.143
Despesas antecipadas		**28.126**	**22.208**
Custos de aquisição diferidos	10	**578.523**	**409.301**
Seguros		578.523	409.301
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**8.403.246**	**8.252.132**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**1.786.241**	**1.301.232**
Aplicações	5	**1.447.354**	**1.095.215**
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	**318**	–
Prêmios a receber		318	–
Ativos de resseguros e retrocessão	7	**16.853**	**46.187**
Títulos e créditos a receber		**292.345**	**128.078**
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	279.791	118.642
Depósitos judiciais e fiscais		12.554	9.436
Outros valores e bens	9d	**25.381**	**28.157**
Despesas antecipadas		**1.010**	**301**
Custos de aquisição diferidos	10	**2.980**	**3.284**
Seguros		2.980	3.284
INVESTIMENTOS	11	**3.757.330**	**6.620.472**
Participações societárias		3.757.330	6.620.472
IMOBILIZADO	12	**26.782**	**30.398**
Bens móveis		24.066	25.836
Outras imobilizações		2.716	4.562
INTANGÍVEL	13	**2.832.893**	**300.030**
Ágio		2.587.813	176.478
Outros intangíveis		245.080	123.552
TOTAL DO ATIVO		**13.116.994**	**11.911.410**

PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		**4.440.303**	**3.391.331**
Contas a pagar	14a	**370.743**	**271.262**
Obrigações a pagar		169.339	98.700
Impostos e encargos sociais a recolher		161.424	128.070
Encargos trabalhistas		27.318	21.737
Impostos e contribuições		11.464	7.953
Outras contas a pagar		1.198	14.802
Débitos de operações com seguros e resseguros	15	**274.260**	**144.703**
Prêmios a restituir		2.111	1.132
Operações com seguradoras		235	247
Operações com resseguradoras		134.938	36.387
Corretores de seguros e resseguros		124.210	94.257
Outros débitos operacionais		12.766	12.680
Depósitos de terceiros	16	**26.146**	**4.125**
Depósitos de terceiros		26.146	4.125
Provisões técnicas - seguros	17	**3.759.073**	**2.958.929**
Danos		3.691.828	2.933.734
Pessoas		67.245	25.195
Outros débitos	9d	**10.081**	**12.312**
Débitos diversos		10.081	12.312
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**587.140**	**579.527**
Contas a pagar	14	**266.278**	**236.887**
Tributos diferidos		94.319	86.887
Outras contas a pagar		171.959	150.000
Débitos de operações com seguros e resseguros	15	**74**	–
Corretores de seguros e resseguros		74	–
Provisões técnicas - seguros	17	**278.022**	**297.667**
Danos		275.822	295.164
Pessoas		2.200	2.503
Outros débitos		**27.101**	**28.626**
Provisões judiciais	18	21.246	23.062
Outros débitos operacionais		5.855	5.564
Débitos diversos	9d	**15.665**	**16.347**
Débitos diversos		15.665	16.347
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	**8.089.521**	**7.940.552**
Capital social		7.434.220	2.304.624
Aumento de capital (em aprovação)		–	5.129.305
Reservas de lucros		797.541	482.179
Ajuste de avaliação patrimonial		(142.240)	24.444
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.116.994**	**11.911.410**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	20.1	5.561.333	4.466.495
Variações das provisões técnicas de prêmios	20.2	(610.878)	68.967
PRÊMIOS GANHOS		**4.950.455**	**4.535.462**
Sinistros ocorridos	20.3	(3.155.744)	(2.674.928)
Custos de aquisição	20.4	(1.011.784)	(845.252)
Outras receitas e despesas operacionais	20.5	(68.144)	(52.721)
Resultado com resseguro	20.6	40.664	(51.433)
Receita com resseguro		143.853	17.393
Despesa com resseguro		(103.189)	(68.826)
Despesas administrativas	20.7.1	(620.535)	(548.846)
Despesas com tributos	20.7.2	(126.035)	(111.638)
Resultado financeiro	20.8	176.763	169.999
Resultado patrimonial	20.9	558.990	99.480
RESULTADO OPERACIONAL		**744.660**	**520.123**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	20.10	(25.600)	(42.034)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**719.060**	**478.089**
Imposto de renda	20.11	77.150	(40.228)
Contribuição social	20.11	46.684	(24.811)
Participações sobre o lucro		(65.656)	(56.389)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**777.238**	**356.661**
Quantidade de ações		439.509	439.493
Lucro líquido por ação - R$		1.768,42	811,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	777.238	356.661
Variação no valor justo dos ativos avaliados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(135.716)	102.171
Variação no valor justo dos ativos avaliados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) em controladas	(141.378)	(736)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	54.285	(40.844)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes em controladas	56.551	294
Perdas esperadas de ativos financeiros	(61)	–
Resultados abrangentes	(166.319)	60.885
Total dos resultados abrangentes	**610.919**	**417.546**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	Lucros acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.074.624**	–	**60.477**	**227.561**	**(36.441)**	–	**1.326.221**
Aumento de capital AGE´s 10/08/2023 e 20/11/2023	1.230.000	5.129.305	–	–	–	–	6.359.305
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	–	–	–	–	61.150	–	61.150
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras em controladas	–	–	–	–	(265)	–	(265)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	356.661	356.661
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	–	–	17.833	–	–	(17.833)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	176.308	–	(176.308)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(162.520)	(162.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.304.624**	**5.129.305**	**78.310**	**403.869**	**24.444**	–	**7.940.552**
Aumento de capital AGE 20/11/2023 e 23/05/2024	5.129.596	(5.129.305)	–	–	–	–	291
Dividendos	–	–	–	(109.111)	–	–	(109.111)
Ajuste adoção inicial CPC 48	–	–	–	(1.816)	(365)	–	(2.181)
Ajuste ao valor justo das aplicações	–	–	–	–	(81.431)	–	(81.431)
Ajuste ao valor justo das aplicações - em controladas	–	–	–	–	(84.827)	–	(84.827)
Perdas esperadas de ativos financeiros	–	–	–	–	(61)	–	(61)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	777.238	777.238
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	–	–	38.862	–	–	(38.862)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	387.427	–	(387.427)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(350.949)	(350.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**7.434.220**	–	**117.172**	**680.369**	**(142.240)**	–	**8.089.521**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

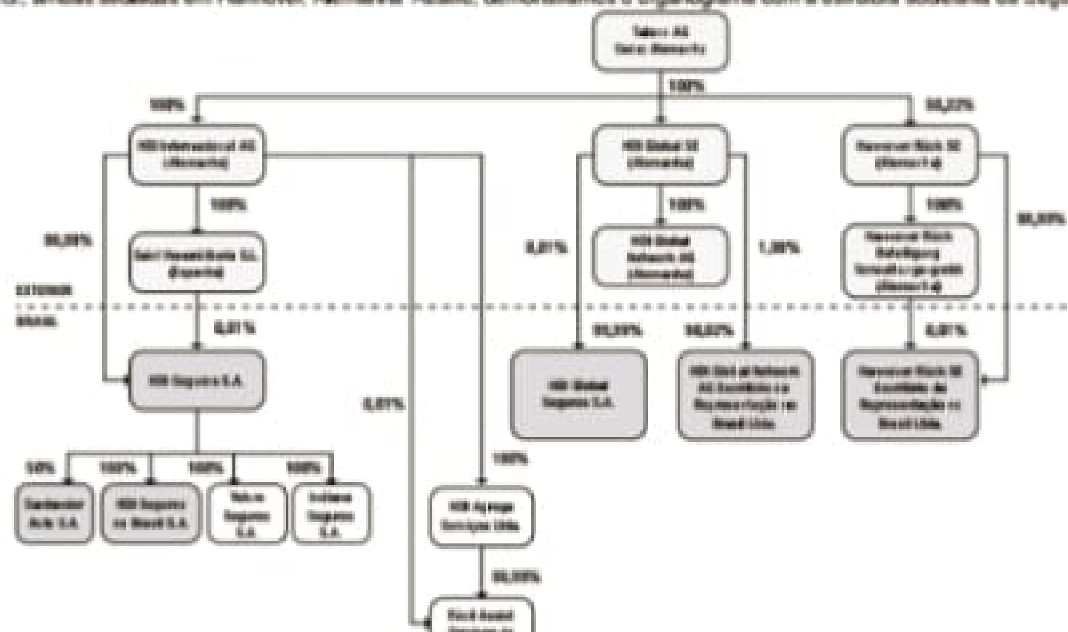
	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**777.238**	**356.661**
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	610.878	(68.967)
Variação do custo de aquisição diferido	(168.796)	5.131
Variação da despesa de resseguro	(60.878)	3.960
Depreciações e amortizações	36.372	44.044
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de mais valia	(582.807)	(99.480)
Perdas esperadas de ativos financeiros	10.232	1.194
Ganho ou perda na alienação de imobilizado	–	42.034
Outros ajustes	25.971	60.884
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(608.613)	(246.201)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(546.788)	52.276
Outros créditos operacionais	(10.759)	(8.743)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas	32.483	29.848
Títulos e créditos a receber	6.764	(5.042)
Outros valores e bens	(20.852)	25.115
Despesas antecipadas	(6.628)	(8.080)
Custos de aquisição diferidos	(128)	29
Contas a pagar	142.888	150.081
Débitos de operações com seguros e resseguros	129.662	(10.515)
Depósito de terceiros	22.020	208
Provisões técnicas - seguros	169.622	(37.867)
Outros débitos	(4.440)	(6.886)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	**(46.559)**	**274.684**
Recebimentos de dividendos e Juros sobre o capital próprio	11.074	1.879
Impostos sobre o lucro pago	(5.277)	(83.627)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**(40.762)**	**192.936**
Atividades de investimento		
Investimentos	567.447	(6.501.283)
Aquisição de imobilizado	(37.058)	(61.787)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**530.389**	**(6.563.070)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	6.359.305
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(460.060)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(460.060)**	**6.359.305**
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**29.567**	**(10.829)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.403	17.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.970	6.403
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**29.567**	**(10.829)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HDI Seguros S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de ramos elementares e vida em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.261, 21º ao 23º andar, Ala B, Condomínio WT Morumbi - Brooklin Paulista, São Paulo. A Companhia é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Seguradora:



Em 31 de janeiro de 2024, a HDI Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da YLM Holding Brasil Ltda. (Controlada) pela HDI Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.603606/2024-92, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 4/2024/DIR1/SUSEP, na data de 23 de fevereiro de 2024. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificação de incorporação, em 1º de maio de 2024 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada YLM Holding Brasil Ltda., pela sua controladora HDI Seguros S.A. Como resultado desta incorporação, a YLM Holding Brasil Ltda. foi extinta de pleno direito e a sua controladora HDI Seguros S.A. se tornou sua sucessora. Todas as 2.014.014.616 ações ordinárias de emissão da YLM Holding Brasil Ltda. foram canceladas, sendo 2.013.949.115 de titularidade da HDI Seguros S.A. e 65.501 ações de titularidade da Saint-Honoré Ibérica S.L., nos termos do §1º do artigo 226 da Lei 6.404/76 e posteriores alterações. O valor patrimonial da YLM Holding Brasil Ltda. no montante de R$ 2.914.061.168,79 (Dois bilhões, novecentos e quatorze milhões, sessenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos), para fins de incorporação, foi avaliado por empresa especializada na data-base de 30 de abril de 2024 que emitiu laudo datado de 20 de maio de 2024. Os saldos contábeis da YLM Holding Brasil Ltda. incorporados através do patrimônio líquido da Seguradora foram contabilizados com base no acervo líquido contábil de 30 de abril de 2024. Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DIORE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetivada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas

continua →

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.14 e 3.15 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 13 - Ativo intangível; • Notas 3.8, 3.9 e 17 - Provisões técnicas; • Notas 3.13 e 18 - Provisões judiciais; • Nota 3.17 e 9 - Arrendamentos; e • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.4 Novas normas e interpretações: 2.4.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de Seguro (*IFRS* 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **2.4.2 Novas normas e interpretações adotadas: a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros: O pronunciamento substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (i) classificação e mensuração de ativos financeiros e (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*). **Transição para o CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas à classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. **(i) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:** O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. • **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; • ***SPPI Test*:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: • As categorias de classificação de ativos financeiros mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir. • Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: • **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis, Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e • **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os derivativos e ativos financeiros mantidos para negociação. • As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. • A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente. **(ii) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios, a depender da situação inicial no momento da compra do ativo e da situação atual de capacidade de pagamento da contraparte: **Estágio 1** - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses: calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses; este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontravam em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2** - (*Life-long calculation*) Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro: neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3** - Perda esperada a partir do valor de mercado: Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada de crédito, desta forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir de seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior.

Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48:

		01/01/2024 Patrimônio Líquido
Saldo inicial de acordo com o CPC 38		7.940.552
Perdas esperadas de ativos financeiros	(a)	(1.816)
Modificação de ativos financeiros	(b)	(787)
Impostos diferidos sobre os ajustes		315
Saldo final de acordo com o CPC 48		7.938.264

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023. Sobre o valor registrado de adoção inicial (R$ 1.334) foi calculado impostos de R$ 454 de CSLL e R$ 272 de IRPJ. (b) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Reconciliação dos ativos financeiros entre CPC 38 e CPC 48

Ativos financeiros	CPC 38 31/12/2023 Categoria	Saldo contábil	Reclassificações	Remensurações	Saldo contábil	CPC 48 01/01/2024 Categoria
Mantidos para negociação	**Mantidos para negociação**	**929.864**	**(929.864)**	–	–	
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira		12.992	(12.992)	–	–	
Letras financeiras		851	(851)	–	–	
Certificado de depósito bancário		282	(282)	–	–	
Quotas de fundos de investimento		744.281	(744.281)	–	–	
Fundo de investimento em participações		171.458	(171.458)	–	–	
Disponíveis para venda	**Disponíveis para venda**	**1.383.351**	**(1.383.351)**	–	–	
Certificado de cédula de crédito bancário		26.155	(26.155)	–	–	
Certificados de depósito bancário		50.000	(50.000)	–	–	
Depósito à prazo com garantias especiais		15.651	(15.651)	–	–	
Letras financeiras		82.358	(82.358)	–	–	
Notas do tesouro nacional		924.155	(924.155)	–	–	
Letras do tesouro nacional		273.805	(273.805)	–	–	
Debêntures		11.227	(11.227)	–	–	
Mantido até o vencimento	**Mantido até o vencimento**	**85.950**	–	**(85.950)**	–	
Notas do tesouro nacional		85.950	–	(85.950)	–	
Empréstimos e recebíveis	**Empréstimos e recebíveis**	**1.638.970**	**(1.650.255)**	**11.285**	–	
Prêmios a receber de segurados		1.588.923	(1.588.923)	–	–	
Operações com congêneres		8.219	(8.219)	–	–	
Operações com resseguradoras		53.113	(53.113)	–	–	
(–) Redução ao valor recuperável		(11.285)	–	11.285	–	
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		–	**929.864**	–	**929.864**	**Ao valor justo por meio do resultado (VJR)**
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira		–	12.992	–	12.992	
Letras financeiras		–	851	–	851	
Certificado de depósito bancário		–	282	–	282	
Quotas de fundos de investimento		–	744.281	–	744.281	
Fundo de investimento em participações		–	171.458	–	171.458	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		–	**1.383.351**	**85.163**	**1.468.514**	**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Certificado de cédula de crédito bancário		–	26.155	–	26.155	
Certificados de depósito bancário		–	50.000	–	50.000	
Depósito à prazo com garantias especiais		–	15.651	–	15.651	
Letras financeiras		–	82.358	–	82.358	
Notas do tesouro nacional		–	924.155	85.163	1.009.318	
Letras do tesouro nacional		–	273.805	–	273.805	
Debêntures		–	11.227	–	11.227	
Custo amortizado		–	**1.650.255**	**(12.314)**	**1.637.941**	**Custo amortizado**
Prêmios a receber de segurados		–	1.588.923	–	1.588.923	
Operações com congêneres		–	8.219	–	8.219	
Operações com resseguradoras		–	53.113	–	53.113	
(–) Redução ao valor recuperável		–	–	(12.314)	(12.314)	
Total de ativos financeiros		**4.038.135**	–	**(1.816)**	**4.036.319**	

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. ***SPPI Test*:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: ***SPPI test*:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de duas *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+, para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte: baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias e nestes casos são considerados 100% como *default*. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar, as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos e adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Participações Societárias:** Refere-se a investimentos nas controladas Santander Auto S.A. (controlada em conjunto entre HDI Seguros S.A. e SANCAP Investimentos e Participações S.A.), HDI Seguros do Brasil S.A., YLM Seguros S.A. e Indiana Seguros S.A. que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o ágio por expectativa de rentabilidade futura e a mais-valia, decorrente dos ativos intangíveis identificados provenientes da combinação de negócio da HDI Seguros do Brasil S.A. em 2023 (vide nota 11a). A Seguradora efetua a amortização da mais-valia na aquisição de controladas baseados nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (*PPA*). O *impairment* (teste de recuperabilidade) sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura será calculado de acordo com o CPC 01 (R1). O teste de recuperabilidade do ágio é feito em conjunto com o ágio reconhecido no intangível (vide nota 3.7.1). Em 1º de maio de 2024, os valores correspondentes ao ágio e saldos dos intangíveis identificados na Alocação do Preço de Compra (*PPA*) da YLM Holding Brasil Ltda. foram reclassificados para a rubrica de intangíveis, em decorrência da incorporação. **3.6 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. É reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.7 Ativo intangível: 3.7.1. Ágio: Ágio da aquisição da HSBC Seguros de Automóveis e Bens S.A.:** O ágio no valor de R$ 215.000, registrado na aquisição da HSBC Seguros de Automóveis e Bens (Brasil) S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2005, foi classificado como intangível no ativo não circulante em 1º de abril de 2006, data de sua incorporação. Esse ativo intangível está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. A amortização do ágio, registrada contabilmente até 2008, foi calculada considerando a proporção decorrida da referida expectativa de rentabilidade futura. A partir de 2009 em função da mudança da prática contábil o ágio no valor de R$ 176.478 deixou de ser amortizado para efeito contábil e a sua recuperabilidade é testada anualmente no encerramento do ano, ou em períodos menores se houver indicação de *impairment*. **Ágio da aquisição da YLM Holding Brasil Ltda.:** O ágio no valor de R$ 2.372.813, registrado na aquisição da YLM Holding Brasil Ltda., ocorrida em 22 de novembro de 2023, foi classificado como intangível no ativo não circulante em 1º de maio de 2024, data de sua incorporação (vide nota 13). Esse ativo intangível está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. A sua recuperabilidade será testada anualmente no encerramento do ano, ou em períodos menores se houver indicação de *impairment*. **Teste de recuperabilidade:** A recuperação do valor contábil do ágio é avaliada anualmente com base no seu valor em uso. O processo de estimativa desse valor envolve a aplicação de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, representando a melhor estimativa da Seguradora, devidamente aprovada pela Administração. A metodologia adotada consiste na projeção dos resultados da empresa considerando um horizonte alinhado ao planejamento de negócios, com a posterior aplicação de um desconto a valor presente utilizando a taxa de custo de capital esperado para os próximos anos, fundamentada em orçamentos financeiros. Em conformidade com as diretrizes do CPC 01 (R1), as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) foram definidas com base no menor conjunto de ativos e passivos no qual a Seguradora estrutura seu planejamento e controla seus resultados, abrangendo as operações Auto e Não Auto. As premissas de projeção foram estabelecidas com base no planejamento de negócios aprovado pela Administração até 2029 e, para os períodos subsequentes, foram baseados na perpetuidade do último fluxo de caixa projetado. Além disso, foram realizados testes de sensibilidade das premissas de projeção de longo prazo, cujos resultados foram analisados pela Administração. Com base nas análises conduzidas e nos cenários avaliados, o teste de recuperação do ativo não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (*impairment*). **3.7.2. Outros intangíveis:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. Em 1º de maio de 2024, os valores correspondentes aos saldos dos intangíveis identificados na Alocação do Preço de Compra (*PPA*) da YLM Holding Brasil Ltda. foram reclassificados para a rubrica de intangíveis, em decorrência da incorporação. Os intangíveis com vida definida são amortizados baseado nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (*PPA*) enquanto os intangíveis sem vida definida são testados em conjunto com ágio (vide nota 13). **3.8 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG-RVE é calculada pelo método "*pro rata die*" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o complemento da PPNG-RVE, dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativas a riscos já vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Não Avisados (*IBNR*) é constituída para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. É calculada com base em três metodologias atuariais distintas usualmente praticadas pelo mercado. O Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados (*DFM*) considera a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo registro na Companhia, utilizando-se triângulos de *run-off* para sinistros ocorridos a partir de janeiro/2000. Em conjunto ao Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados, a Companhia também aplica as metodologias de Sinistralidade Esperada e *Bornhuetter - Ferguson* (*BF*) a fim de atingir a melhor estimativa final. A atualização da provisão é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, sendo distinta para *short* e *long tail*, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas a sinistros já ocorridos, considerando as Despesas Alocáveis (*ALAE*) e Despesas Não Alocáveis (*ULAE*). Para estimativa das Despesas Alocáveis (*ALAE*) é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes *ALAE* para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off* e no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas. Para estimativa das Despesas Não Alocáveis (*ULAE*) é considerada a relação entre os valores pagos das despesas e montante pago com indenizações de sinistros observados via Teste de Consistências. Estima-se o montante de Despesas Não Alocáveis com base na aplicação dos percentuais apurados sobre o saldo total de provisões técnicas de sinistros com defasagem. A Provisão de Sucumbências, contabilizada juntamente à PDR, é constituída com metodologia análoga a *ALAE*. A atualização da provisão PDR é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, com o posterior rateio entre as parcelas de *ALAE*, *ULAE* e Sucumbências. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (*IBNER*) é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson* (*BF*)) para estimativa do *IBNP* - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros judiciais, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas prefixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da

continua →

Eufrázio

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Estimativa de Recebimento de Salvados e Ressarcidos corresponde à expectativa de recuperação futura de salvados e ressarcimentos de sinistros ocorridos e ainda não liquidados. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson (BF)*) para estimativa do montante final de recuperações. Sobre a parcela administrativa estimada de salvados, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas de recebimento com base nas taxas prefixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) e sua atualização é realizada com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.9 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/22, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para a opção prefixada, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP de prêmios registrados foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, *IBNR* e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 63,49% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados correntes dos fluxos de caixa e os sinistros a ocorrer, acrescidos das estimativas das respectivas despesas; deduzida dos custos de aquisição e cancelamento. O Resultado do fluxo de sinistros a ocorrer está apresentado abaixo: Registrados:

Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel	1.848.992	1.390.146	(458.847)
Patrimonial	312.337	193.874	(118.463)
Rural	61.850	36.872	(24.977)
Transporte	5.524	3.461	(2.063)
Responsabilidades	19.203	8.100	(11.103)
Pessoas Coletivo	18.504	10.685	(7.820)
Pessoas Individual	8.510	5.678	(2.832)
Total	2.274.920	1.648.816	(626.105)

Não registrados:

Grupo de ramo	Fluxo de caixa Estimado - Consolidado
Transporte	13.553
Pessoas Coletivo	5.334
Habitacional	5.263
Total	24.150

3.10 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.11 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 21b. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.13 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.14 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.15 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.16 Dividendos recebidos:** As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **3.17 Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (*IFRS 16*), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach - Presidente
João Francisco S. Borges da Costa - Vice-Presidente
Nicolas Masjuan
Maximiliano Javier Casas Sanchez
Fabiana Valério Arana

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri - CEO
Reinaldo Amorim Lopes - CFO
Rafael de Gouveia Ramalho - Vice-Presidente Técnico de Automóvel
Igor Di Beo - Vice-Presidente Técnico Demais Ramos
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Vice-Presidente de Controles Internos
Marcos Machini - Vice-Presidente Comercial
André Steiner Truzzi - Vice-Presidente de Transformação

Rogerio do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

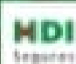
Mirela Barboza Pontes
Atuária Responsável Técnico
MIBA 1916

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da HDI Seguros S.A. - "As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/. Os referidos relatórios do auditor independente, auditor atuarial independente e do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 26 de fevereiro de 2025, sem modificações."

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
ACESSE E CONHEÇA
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)
ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS
LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast
FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22



HDI Seguros do Brasil S.A.

CNPJ nº 49.786.401/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do semestre findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A HDI Seguros do Brasil faz parte do Grupo HDI, aqui representado pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguradora, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (inicialmente denominada Sompo Consumer Seguradora), uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais de 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DICRE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetivada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias. **Resultados e evolução patrimonial:** No exercício de 2024, a HDI Seguros do Brasil registrou o total de R$ 344,3 milhões de prêmios emitidos e lucro líquido de R$ 50,7 milhões. Para sustentar esta operação, a companhia conta com ativos de R$ 1,3 bilhão e reservas de R$ 682,2 milhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Governança corporativa:** Segundo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de compliance e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		462.158	1.497.291
Disponível		1.657	1.552
Caixa e bancos		1.657	1.552
Aplicações	5	251.507	556.653
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	70.662	550.624
Prêmios a receber	6b	29.468	544.231
Operações com seguradoras		6	6
Operações com resseguradoras		41.188	6.387
Outros créditos operacionais		8.747	21.278
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	14.478	44.112
Títulos e créditos a receber		37.834	49.442
Títulos e créditos a receber	8.1a	6.011	30.976
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	31.823	18.016
Outros créditos		–	450
Outros valores e bens		29.903	39.890
Bens à venda	9a	21.174	26.631
Outros valores	9a	8.729	13.259
Despesas antecipadas		–	2.323
Custos de aquisição diferidos	10	47.370	231.416
Seguros		47.370	231.416
ATIVO NÃO CIRCULANTE		809.132	982.119
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		796.127	949.906
Aplicações	5	628.953	758.156
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	79	76
Prêmios a receber	6b	79	76
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	29.690	24.146
Títulos e créditos a receber		34.284	42.453
Títulos e créditos a receber	8.1a	1.466	2.333
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	29.031	36.408
Depósitos judiciais e fiscais	17c	3.787	3.712
Outros valores e bens	9a	3.291	5.845
Custos de aquisição diferidos	10	99.829	119.226
Seguros		99.829	119.226
IMOBILIZADO	11	2.425	3.391
Bens móveis		975	1.313
Outras imobilizações		1.450	2.078
INTANGÍVEL	12	10.580	28.822
Outros intangíveis		10.580	28.822
TOTAL DO ATIVO		1.271.290	2.479.410

PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		450.862	1.665.096
Contas a pagar	13	25.346	97.894
Obrigações a pagar		20.584	42.684
Impostos e encargos sociais a recolher		1.359	40.579
Encargos trabalhistas		–	9.789
Impostos e contribuições		854	4.842
Outras contas a pagar		2.149	–
Débitos de operações com seguros e resseguros	14	19.785	137.811
Prêmios a restituir		(105)	(5.464)
Operações com seguradoras		–	39
Operações com resseguradoras		19.680	38.161
Corretores de seguros e resseguros		90	102.195
Outros débitos operacionais		134	2.880
Depósitos de terceiros	15	27.818	9.007
Depósitos de terceiros		27.818	9.007
Provisões técnicas - seguros	16	377.139	1.419.048
Danos		241.838	1.276.405
Pessoas		129.045	128.090
Vida individual		6.256	14.553
Outros débitos		764	1.336
Débitos diversos	9d	764	1.336
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		312.160	356.911
Contas a pagar	13	529	377
Tributos diferidos		529	377
Débitos de operações com seguros e resseguros	14	11	15
Corretores de seguros e resseguros		11	15
Provisões técnicas - seguros	16	305.019	348.683
Danos		154.751	177.605
Pessoas		148.004	169.594
Vida individual		2.264	1.484
Outros débitos		4.082	3.002
Provisões judiciais	17b	4.082	3.002
Débitos diversos		2.519	4.834
Débitos diversos	9d	2.519	4.834
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		508.268	457.403
Capital social	18	465.000	465.000
Reservas de lucros		42.514	–
Ajuste de avaliação patrimonial		754	566
Prejuízos acumulados		–	(8.163)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.271.290	2.479.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro/(prejuízo) líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	19.1	344.288	1.414.936
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	910.768	92.204
PRÊMIOS GANHOS		1.255.056	1.507.140
Sinistros ocorridos	19.3	(689.853)	(909.806)
Custos de aquisição	19.4	(341.007)	(380.786)
Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(39.453)	(61.915)
Resultado com resseguro	19.6	48.441	(14.508)
Receita com resseguro		83.536	9.518
Despesa com resseguro		(35.095)	(24.026)
Despesas administrativas	19.7.1	(170.911)	(210.221)
Despesas com tributos	19.7.2	(37.340)	(37.576)
Resultado financeiro	19.8	67.484	97.626
RESULTADO OPERACIONAL		92.417	(16.141)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(8.842)	(2.829)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		83.575	(12.970)
Imposto de renda	19.9	(21.011)	4.200
Contribuição social	19.9	(12.717)	2.451
Participações sobre o lucro		830	(3.995)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		50.677	(10.314)
Quantidade de ações	18	9.300	9.300
Lucro líquido por ação - R$		5.449,14	(1.109,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	50.677	(10.314)
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	338	947
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(151)	(377)
Resultados abrangentes	187	566
Total dos resultados abrangentes - atribuível aos acionistas controladores	50.864	(9.748)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	50.677	(10.314)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	18.869	8.225
Provisão para redução ao valor recuperável	3.520	7.526
Saldo de incorporação - Imobilizado e intangível	–	(43.025)
Outros ajustes	188	5.653
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	434.348	(1.314.806)
Créditos das operações com seguros e resseguros	479.962	(558.224)
Outros créditos operacionais	12.532	(21.276)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	24.083	(68.252)
Títulos e créditos a receber	16.258	(91.895)
Outros valores e bens	12.545	(45.736)
Despesas antecipadas	2.323	(2.323)
Custos de aquisição diferidos	203.446	(350.645)
Contas a pagar	(72.396)	98.271
Débito das operações com seguros e resseguros	(118.020)	137.826
Depósitos de terceiros	18.811	9.007
Provisões técnicas - seguros	(1.085.573)	1.767.731
Outros Débitos	(1.807)	9.172
Caixa gerado pelas operações	(234)	(463.100)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(234)	(463.100)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	339	(348)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	339	(348)
Atividades de financiamento		
Constituição de capital	–	465.000
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	–	465.000
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	105	1.552
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.552	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.657	1.552
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	105	1.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Aporte de capital inicial portaria SUSEP nº 8.107	15.000	–	–	–	–	15.000
Aumento de capital social portaria SUSEP nº 1.426	435.000	–	–	–	–	435.000
Aumento de capital social com incorporação de acervo líquido portaria SUSEP nº 8.169	15.000	–	–	–	–	15.000
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	566	–	566
Cisão excedente	–	–	–	–	2.151	2.151
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(10.314)	(10.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	465.000	–	–	566	(8.163)	457.403
Ajuste adoção inicial CPC 48	–	–	–	1	–	1
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	187	–	187
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	50.677	50.677
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	2.126	–	–	(2.126)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	40.388	–	(40.388)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	465.000	2.126	40.388	754	–	508.268

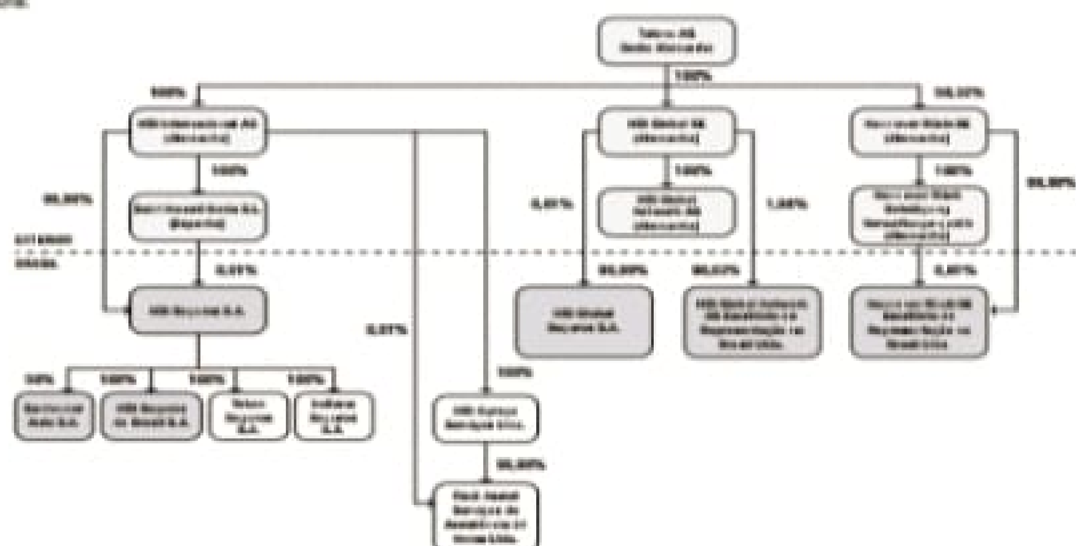
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é integrante do grupo segurador alemão Talanx, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo. O endereço da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.261, 21º a 23º andar, Ala B, Condomínio WT Morumbi - Brooklin Paulista, São Paulo. Tem por objeto social a exploração de todas as modalidades de seguros de danos e de pessoas em todo território nacional. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. A HDI Seguros do Brasil S.A. anteriormente denominada Sompo Consumer Seguradora S.A. era uma subsidiária integral da Sompo Seguros S.A. ("Sompo Seguros"), foi constituída para deter os negócios de produtos massificados da Sompo Seguros, com o objetivo de celebrar a venda de ações e outras avenças à HDI Seguros S.A. ("HDI Seguros"). A Companhia foi constituída em 2 de março de 2023, através do registro de aporte inicial de R$15.000 em espécie pelos acionistas e, obteve a aprovação da SUSEP através da Portaria SUSEP nº 8.107, de 10 de fevereiro de 2023, publicada no DOU em 22 de fevereiro de 2023, para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Em 30 de março de 2023, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 450.000. Em 1º de abril de 2023, ocorreu a cisão parcial de ativos e passivos Sompo Seguros, vertendo-se a parcela cindida para a Companhia. A Companhia incorporou a parcela cindida ocorrendo a transferência dos seguros de Automóvel, Residencial, Pessoas (Vida, incluindo Prestamista), Empresarial com Limite Máximo de Garantia até R$ 30.000 (trinta milhões de reais), Condomínio e Habitacional (Apólices de Mercado, excluídos os produtos de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SFH) operados pela Sompo Seguros em todo território nacional. A Companhia se tornou a exclusiva responsável pelo cumprimento de todos os direitos e obrigações relativos a estes seguros, incluindo todos os sinistros ocorridos anteriormente a 1 de abril de 2023. A incorporação do acervo de ativos e passivos cindidos foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2023. O laudo de avaliação do acervo líquido apurado por meio de livros contábeis, com base nos valores contábeis de 31 de dezembro de 2022 ("Acervo incorporado inicial"), foi emitido pela empresa Apsis Consultoria e Avaliação Ltda. em 31 de março de 2023. Conforme permitido pela legislação aplicável, os valores apurados no laudo de avaliação foram complementados pela variação dos saldos ocorrida entre o período de 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, portanto, apurando-se os valores finais incorporados ("Acervo incorporado final"). O acervo incorporado inicial no valor líquido de R$15.000 foi registrado como Capital e a variação líquida negativa de R$ 5.838 foi registrada em conta de patrimônio líquido. Em julho de 2023, após a incorporação foram identificados ajustes patrimoniais positivos no valor de R$ 7.989, passando a variação líquida ser positiva em R$ 2.151 registrada em conta de patrimônio líquido, portanto totalizando um acervo incorporado final no montante de R$17.151. Conforme contrato de compra e venda celebrado em 24 de maio de 2022, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos regulatórios competentes e o cumprimento das condições contratuais, em 24 de agosto de 2023 foi concluída a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia para a HDI Seguros, com recebimento, pela Sompo Seguros, dos recursos acordados pela respectiva venda. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Seguradora:



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2024. **2.1. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.6 e 12 - Ativo intangível; • Notas 3.7 e 16 - Provisões técnicas; • Notas 3.12 e 17 - Provisões judiciais; • Notas 3.15 e 9 - Arrendamentos; e • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.4. Novas normas e interpretações: 2.4.1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações contábeis avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **2.4.2. Novas normas e interpretações adotadas: a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros: O pronunciamento substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (i) classificação e mensuração de ativos financeiros e (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*). **Transição para a CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas a classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. **(i) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:** O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. • **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; • ***SPPI Test:*** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: • As categorias de classificação de ativos financeiros mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir. • Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: • **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em empréstimos e recebíveis foram contabilizados nesta categoria; • **Valor Justo**

continua →

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e • **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os ativos financeiros mantidos para Negociação. • As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. • A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente. **(ii) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios: **Estágio 1** - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses: calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses: este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontravam em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2** - (*Life-long calculation*) Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro: neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3** - Perda esperada a partir do valor de mercado: Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada de crédito, desta forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir de seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior.

Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48:

		01/01/2024 Patrimônio líquido
Saldo inicial de acordo com o CPC 38		**457.403**
Modificação de ativos financeiros	(a)	1
Total dos ajustes		**457.404**

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023.

Reconciliação dos ativos financeiros entre CPC 38 e CPC 48

Ativos financeiros disponíveis para venda	CPC 38 01/01/2024 Saldo Contábil	Reclassificações	Remensurações	CPC 48 01/01/2024 Saldo contábil
	880.460	**(867.990)**	–	**12.470**
Certificado de depósito bancário (CDB)	12.470	–	–	12.470
Quotas de fundos de investimento	179.040	(179.040)	–	–
Letras financeiras do tesouro (LFT)	628.953	(628.953)	–	–
Letras financeiras (LF)	59.997	(59.997)	–	–
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	–	**179.040**	**1**	**179.041**
Certificado de depósito bancário (CDB)	–	–	1	1
Quotas de fundos de investimento	–	179.040	–	179.040
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	**688.950**	–	**688.950**
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	628.953	–	628.953
Letras financeiras (LF)	–	59.997	–	59.997
Total de ativos financeiros	**880.460**	–	**1**	**880.461**

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou ii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. ***SPPI Test:*** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv) Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: ***SPPI Test:*** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação as normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, AA+ -> AA -> AA-) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos e adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. É reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução do valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: imóveis - 25 anos, móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.6 Ativo intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos hardwares e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG-RVE é calculada pelo método "*pro rata die*" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o complemento da PPNG-RVE, dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativas a riscos já vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) é constituída com base em metodologia atuarial para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência, considerando a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo aviso à Seguradora, utilizando-se triângulos de *run-off* para o período de 24 trimestres, podendo ainda ser aplicado um fator de agravo caso a estimativa seja inferior à necessidade de provisionamento do grupo analisado, em função de ainda existir pouco histórico de dados para fins de IBNR. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter - Ferguson (BF)) para estimativa do IBNP - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção orçamentária que é projetada com base na expectativa de crescimento em prêmios ou sinistros da Companhia, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas a sinistros já incorridos, considerando as despesas alocáveis (ALAE) e não alocáveis (ULAE). Para o cálculo da PDR Provisão de ULAE, foi adotado o critério de aplicação de percentuais esperados de despesas, obtido a partir do estudo do histórico de despesas observadas da companhia por grupo de ramo, sobre o saldo total de provisões técnicas de sinistros com defasagem. Para estimativa das Despesas Alocáveis (ALAE) e de Sucumbências, é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes despesas alocadas ou de sucumbências, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off*, no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas e metodologia de Bornhuetter - Ferguson (BF). **3.8 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/2022, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para a opção Prefixada, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP de prêmios registrados foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, IBNR e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 57,52% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados correntes dos fluxos de caixa e os sinistros a ocorrer, acrescidos das estimativas das respectivas despesas; deduzida dos custos de aquisição e cancelamento. O Resultado consolidado do TAP está apresentado abaixo: O Resultado do fluxo de sinistros a ocorrer do TAP está apresentado abaixo:

Registrados:

Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	(Suf)/Def
Automóvel	5.406	2.807	(2.599)
Patrimonial	2.086	1.421	(665)
Responsabilidades	1.280	474	(806)
Transportes	67.532	38.701	(28.831)
Pessoas Coletivo	2.989	1.778	(1.211)
Pessoas Individual	4.063	1.940	(2.123)
Microsseguros	2.032	1.591	(441)
Total	**85.388**	**48.712**	**(36.676)**

Não registrados:

Grupo de ramo	Fluxo de caixa estimado - Consolidado
Pessoas Coletivo	68.290
Pessoas Individual	2.946
Total	**71.236**

3.9 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.12 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou quando os acordos são celebrados. **3.13 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.15 Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria:

Aplicação/ categoria	Nível hierárquico (1)	31/12/2024 Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%	31/12/2023 Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%
Certificado de depósito bancário	2	4.477	39	4.516	4.516	0,5%	403	–	403	403	0,0%
Quotas de fundos de investimento	2	179.040	–	179.040	179.040	20,3%	544.155	–	544.155	544.155	41,4%
Valor justo por meio do resultado (VJR)		**183.517**	**39**	**183.556**	**183.556**	**20,8%**	**544.558**	**–**	**544.558**	**544.558**	**41,4%**
Certificado de depósito bancário	2	7.954	2	7.956	7.956	0,9%	227	3	230	230	0,0%
Letras financeiras	2	59.942	54	59.996	59.996	6,8%	–	–	–	–	0,0%
Letras financeiras do tesouro	1	627.725	1.228	628.953	628.953	71,4%	769.081	940	770.021	770.021	58,6%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		**695.622**	**1.283**	**696.905**	**696.905**	**79,2%**	**769.308**	**943**	**770.251**	**770.251**	**58,6%**
Total		**879.139**	**1.322**	**880.461**	**880.461**	**100,0%**	**1.313.866**	**943**	**1.314.809**	**1.314.809**	**100,0%**
Ativo circulante		–	–	–	251.507	–	–	–	–	556.653	
Ativo não circulante		–	–	–	628.953	–	–	–	–	758.156	

Hierarquia do valor justo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Movimentação das aplicações financeiras:

	Títulos Públicos	Títulos Privados	Fundos de Inv.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**770.021**	**633**	**544.155**	**1.314.809**
Aplicações	186.203	242.864	271.983	704.050
Resgates	(401.132)	(185.149)	(667.060)	(1.253.341)
Rendimentos (vide nota 19.8)	70.574	14.067	29.962	114.602
Variação no valor justo dos ativos classificados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	287	53	–	340
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**628.953**	**72.467**	**179.040**	**880.461**

c. Taxa de juros contratada:

Título	Classe	31/12/2024 Taxa de Juros Contratada (média)	Valor Contábil	31/12/2023 Taxa de Juros Contratada (média)	Valor Contábil
Certificado de depósito bancário (% CDI)	Título privado de renda fixa	118,99%	4.515	115,63%	319
Certificado de depósito bancário (PRÉ)	Título de renda fixa privado	13,09%	317	13,38%	314
Certificado de depósito bancário (CDI+)	Título de renda fixa privado	0,62%	7.638		–
Letras financeiras (CDI+)	Título privado de renda fixa	0,62%	30.468		–
Letras financeiras (PRÉ)	Título privado de renda fixa	10,48%	29.529		–
Letras financeiras do tesouro	Título de renda fixa público	Selic	628.953	Selic	770.021

d. Desempenho das aplicações financeiras: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global das aplicações financeiras atingiu 10,72% no acumulado até dezembro de 2024, representando 99,44% do CDI que foi de 10,78% no mesmo período.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach - Presidente
Nicolas Masjuan - Vice-Presidente
Maximiliano Javier Casas Sanchez

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri - CEO
Reinaldo Amorim Lopes - CFO
Rafael de Gouveia Ramalho - Vice-Presidente Técnico de Automóvel
Igor Di Beo - Vice-Presidente Técnico Demais Ramos
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Diretora Vice-Presidente de Controles Internos
Marcos Machini - Diretor Vice-Presidente Comercial

Rogerio do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mirela Barboza Pontes
Atuário Responsável Técnico
MIBA 1916

COMITÊ DE AUDITORIA

Maria Salete Garcia Pinheiro — Nicolas Masjuan — Maximiliano Javier Casas Sanchez

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da HDI Seguros S.A..

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da HDI Seguros do Brasil S.A. - "As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/. Os referidos relatórios do auditor independente, auditor atuarial independente e do comitê de auditoria sobre essas demonstrações financeiras foram enviados em 26 de fevereiro de 2025, sem modificações". São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores
Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.
PORTAL ESTADÃO RI
ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS
SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Yelum seguradora

Yelum Seguros S.A.

CNPJ nº 61.550.141/0001-72

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A Yelum Seguradora faz parte do Grupo HDI, aqui representado pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguradora, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (inicialmente denominada Sompo Consumer Seguradora), uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. **Resultados e Evolução patrimonial:** A Yelum Seguradora registrou o total de R$ 7 bilhões de prêmios emitidos no exercício de 2024 e lucro líquido de R$ 519 milhões. Para sustentar esta operação, a seguradora conta com ativos de R$ 9 bilhões e reservas de R$ 5,5 bilhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. A prioridade da companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Governança corporativa:** Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de compliance e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.


São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		6.153.397	7.305.190
Disponível		90.310	76.530
Caixa e bancos		90.310	76.530
Aplicações	5	1.453.499	2.871.338
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	2.688.277	2.655.723
Prêmios a receber	6b	2.598.464	2.567.628
Operações com seguradoras		24.793	30.514
Operações com resseguradoras		65.020	57.581
Outros créditos operacionais	4.2	330.098	263.456
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	496.695	481.816
Títulos e créditos a receber	8	275.903	239.306
Títulos e créditos a receber	8.1	257.660	227.420
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	16.498	9.653
Outros créditos		1.745	2.233
Outros valores e bens	9a	142.405	95.954
Bens a venda		142.405	95.954
Despesas antecipadas		3.166	5.566
Custos de aquisição diferidos	10	673.044	615.407
Seguros		673.044	615.407
Ativo não Circulante		2.799.044	1.523.542
Realizável a longo prazo		2.687.420	1.400.575
Aplicações	5	1.973.224	692.128
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	135.912	109.163
Prêmios a receber	6b	135.650	108.220
Operações com seguradoras		262	943
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	244.415	292.885
Títulos e créditos a receber	8	229.159	204.731
Títulos e créditos a receber	8.1	75.140	82.318
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	142.207	109.084
Depósitos judiciais e fiscais	17	11.812	13.329
Outros valores e bens	9c	12.194	21.359
Outros valores		12.194	21.359
Custos de aquisição diferidos	10	92.516	80.533
Seguros		92.516	80.533
Imobilizado	11	13.943	18.474
Imóveis de uso próprio		1.215	1.267
Bens móveis		12.728	17.005
Outras imobilizações		–	202
Intangível	12	97.681	104.485
Outros intangíveis		97.681	104.485
Total do Ativo		8.952.441	8.828.732

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		6.332.913	6.092.139
Contas a pagar	13	434.415	582.983
Obrigações a pagar		82.515	231.912
Impostos e encargos sociais a recolher		203.090	201.136
Encargos trabalhistas		26.088	29.159
Impostos e contribuições		46.875	25.837
Outras contas a pagar		75.841	94.939
Débitos de operações com seguros e resseguros	14	918.876	886.921
Prêmios a restituir		10.665	9.077
Operações com seguradoras		28.473	52.581
Operações com resseguradoras		384.971	374.531
Corretores de seguros e resseguros		462.487	438.342
Outros débitos operacionais		32.270	12.390
Depósitos de terceiros	15	58.908	25.093
Provisões técnicas - seguros	16	4.915.450	4.590.860
Danos		4.602.701	4.274.559
Pessoas		194.431	181.041
Vida individual		118.318	135.260
Outros débitos	9c	5.260	6.282
Débitos diversos		5.260	6.282
Passivo não circulante		619.486	620.239
Contas a pagar	13	9.039	9.173
Tributos diferidos		29	29
Outras contas a pagar		9.010	9.144
Débitos das operações com seguros e resseguros	14	6.041	12.429
Operações com seguradoras		935	3.582
Corretores de seguros e resseguros		5.106	8.847
Provisões técnicas - seguros	16	561.262	551.052
Danos		420.106	428.808
Pessoas		130.872	115.617
Vida individual		10.284	6.627
Outros débitos		43.144	47.585
Provisões judiciais	17	35.594	32.391
Débitos diversos		7.550	15.194
Patrimônio líquido	18	2.000.042	2.116.354
Capital social		819.704	819.704
Reservas de reavaliação		(81)	(26)
Reservas de lucros		1.252.842	1.293.445
Ajuste de avaliação patrimonial		(72.423)	3.231
Total do Passivo		8.952.441	8.828.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do resultado do exercício	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	19.1	6.972.615	6.699.568
(–) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(174.092)	(308.291)
(=) Prêmios ganhos		6.798.523	6.391.277
(–) Sinistros ocorridos	19.3	(3.745.654)	(3.452.306)
(–) Custos de aquisição	19.4	(1.515.516)	(1.361.958)
(–) Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(83.400)	(87.322)
(+/–) Resultado com resseguro	19.6	(112.940)	25.714
(+) Receita com resseguro		222.026	266.744
(–) Despesa com resseguro		(369.946)	(272.863)
(–) Outros resultados com resseguro		34.980	31.833
(–) Despesas administrativas	19.7.1	(687.783)	(701.706)
(–) Despesas com tributos	19.7.2	(166.803)	(174.075)
(+) Resultado financeiro	19.8	407.276	370.025
(=) Resultado operacional		893.703	1.009.663
(+/–) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(1.627)	12
(=) Resultado antes dos impostos e participações		892.076	1.009.675
(–) Imposto de renda	19.9	(195.323)	(222.688)
(–) Contribuição social	19.9	(125.372)	(143.271)
(–) Participações sobre o lucro	22.1	(51.920)	(59.603)
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		519.461	584.113
(/) Quantidade de ações	18f	34.418	34.418
(=) Lucro/(prejuízo) líquido por ação básico (em reais)	18f	15.093	16.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	519.461	584.113
Outras receitas abrangentes		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(126.094)	86.176
Efeito tributário sobre ajustes com títulos e valores mobiliários	50.440	(34.470)
Outros resultados abrangentes do exercício	–	85
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(75.654)	51.791
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	443.807	635.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Reserva de lucros: Reserva legal	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	819.704	80	784.854	63.013	(48.475)	–	1.619.176
Reserva de reavaliação:							
Realização	–	(106)	–	–	–	191	85
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	51.706	–	51.706
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	584.113	584.113
Reservas Estatutárias	–	–	555.098	–	–	(555.098)	–
Reserva Legal	–	–	–	29.206	–	(29.206)	–
Dividendos	–	–	(138.726)	–	–	–	(138.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	819.704	(26)	1.201.226	92.219	3.231	–	2.116.354
Ajuste adoção CPC 48	–	–	–	–	–	1.154	1.154
Reserva de reavaliação:	–	–	–	–	–	–	–
Realização	–	(55)	–	–	–	55	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(75.654)	–	(75.654)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	519.461	519.461
Reservas estatutárias	–	–	494.697	–	–	(494.697)	–
Reserva legal	–	–	–	25.973	–	(25.973)	–
Dividendos	–	–	(561.273)	–	–	–	(561.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	819.704	(81)	1.134.650	118.192	(72.423)	–	2.000.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Demonstração de fluxo de caixa - método indireto	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	519.461	584.113
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	35.851	34.013
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(8.588)	2.295
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	2.120	1.883
Adoção Inicial CPC 48	1.154	–
Outros ajustes	–	85
	549.998	622.389
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	61.089	(830.018)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(50.715)	(188.046)
Ativos de resseguro	33.465	(235.556)
Créditos fiscais e previdenciários	(39.968)	10.349
Depósitos judiciais e fiscais	1.517	2.610
Despesas antecipadas	2.400	1.475
Custos de aquisição diferidos	(69.620)	(84.148)
Outros ativos	(126.502)	(50.670)
Impostos e contribuições	21.038	(3.099)
Outras contas a pagar	(169.736)	170.661
Débitos de operações com seguros e resseguros	25.567	207.685
Depósitos de terceiros	33.815	(17.557)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	334.800	507.712
Provisões judiciais	3.203	(651)
Outros passivos	(8.666)	5.819
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	601.685	118.955
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	–	1.090
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3.007)	(4.969)
Intangível	(23.625)	(23.496)
Redução de Caixa nas atividades de investimento	(26.632)	(27.375)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(561.273)	(138.726)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de financiamento	(561.273)	(138.726)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	13.780	(47.146)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.530	123.676
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	90.310	76.530
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	13.780	(47.146)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Yelum Seguros S.A. (nova denominação de "LIBERTY SEGUROS S.A") foi constituída em 1º de setembro de 2005, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e de vida em todo o território nacional conforme definido pela legislação em vigor. No dia 27 de maio de 2023, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Participação (EPA - Equity Purchase Agreement) com a Talanx AG, HDI International AG, Saint Honoré Iberia S.A., Liberty UK and Europe Holdings Limited e YLM International Holdings Inc. Através do EPA, (i) a Companhia adquiriu 99,99% do capital da YLM International Brasil Ltda., que é detentora de 100% das ações emitidas pela Yelum Seguros S.A e 100% das ações emitidas pela Indiana Seguros S.A., e (ii) a Saint Honoré Iberia S.L (acionista minoritária da Companhia) adquiriu uma participação não controladora de 0,01% do capital da YLM International Brasil Ltda. Após a aprovação da transação por parte da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o cumprimento de todas as condições precedentes, o fechamento ocorreu em 22 de novembro de 2023. A Companhia a partir desse momento é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. Em 31 de janeiro de 2024, a HDI Seguros S.A protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da YLM International Brasil Ltda. (Controlada) pela HDI Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.603606/2024-92, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 4/2024/DIR1/SUSEP, na data de 23 de fevereiro de 2024. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificação de incorporação, em 1º de maio de 2024 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada YLM International Brasil Ltda., pela sua controladora HDI Seguros S.A.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

4 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri	Reinaldo Amorim Lopes	Marcos Machini	Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
CEO	CFO	Diretor Vice-Presidente	Diretora Vice-Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach	Nicolas Masjuan	Maximiliano Javier Casas Sanchez
Presidente do Conselho	Vice-Presidente do Conselho	Conselheiro

CONTADOR	ATUÁRIA	DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO	DIRETOR RESPONSÁVEL CONTROLES INTERNOS
Rogerio do Nascimento	Mirela Barboza Pontes	Marcos Machini	Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
CRC 1SP259014/O-4	MIBA 1916	Diretor Vice-Presidente	Diretora Vice-Presidente

COMITÊ DE AUDITORIA

Maria Salete Garcia Pinheiro — Nicolas Masjuan — Maximiliano Javier Casas Sanchez

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da HDI Seguros S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da Yelum Seguros S.A. "As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://estadaoestadao.com.br/publicacoes/. Os referidos relatórios do auditor independente, auditor atuarial independente e do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 26 de fevereiro de 2024, sem modificações."

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

www.yelumseguros.com.br

Eufrázio



INDIANA SEGUROS S.A.

C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A Indiana Seguros S.A. faz parte do Grupo HDI, aqui representado pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguradora, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (inicialmente denominada Sompo Consumer Seguradora), uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. **Resultados e Evolução patrimonial:** A Indiana Seguros registrou o total de R$ 137 milhões de prêmios emitidos no exercício de 2024 e lucro líquido de R$ 29,5 milhões. Para sustentar essa operação, a Indiana Seguros conta com ativos de R$ 1 bilhão e reservas de R$ 345 milhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. A prioridade da companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Declaração sobre capacidade financeira:** A companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Governança corporativa:** Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de compliance e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação básica)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		386.175	496.676
Disponível		720	4.606
Caixa e bancos		720	4.606
Aplicações	5	215.655	244.333
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	88.788	125.311
Prêmios a receber	6b	73.684	113.750
Operações com seguradoras		48	181
Operações com resseguradoras		15.056	11.380
Outros créditos operacionais		4.851	6.564
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	24.640	43.197
Títulos e créditos a receber	8	1.712	2.315
Títulos e créditos a receber	8.1	501	178
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	1.106	1.938
Outros créditos		105	199
Outros valores e bens	9a	617	466
Bens à venda		598	447
Outros valores		19	19
Despesas antecipadas		12	11
Custos de aquisição diferidos	10	49.180	69.267
Seguros		49.180	69.267
Ativo não circulante		659.704	642.323
Realizável a longo prazo		658.876	641.342
Aplicações	5	253.943	244.744
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	6	49
Prêmios a receber	6b	6	49
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	24.066	23.507
Títulos e créditos a receber	8	324.038	304.875
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	68.121	66.922
Depósitos judiciais e fiscais	16	255.917	237.953
Custos de aquisição diferidos	10	56.823	68.167
Seguros		56.823	68.167
Investimentos		102	121
Imóveis destinados à renda		102	121
Imobilizado	11	726	860
Imóveis de uso próprio		726	860
Total do Ativo		1.045.879	1.138.393

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		254.415	365.684
Contas a pagar	12	6.898	12.781
Obrigações a pagar		1.302	1.151
Impostos e encargos sociais a recolher		1.046	2.053
Impostos e contribuições		2.020	828
Outras contas a pagar		2.530	8.749
Débitos de operações com seguros e resseguros	13	36.506	56.020
Prêmios a restituir		1.261	1.213
Operações com seguradoras		2.031	2.514
Operações com resseguradoras		9.105	17.401
Corretores de seguros e resseguros		27.048	33.482
Outros débitos operacionais		(2.939)	1.410
Depósitos de terceiros	14	12.554	5.649
Provisões técnicas - seguros	15	198.457	291.234
Danos		197.822	290.620
Pessoas		635	614
Passivo não circulante		406.492	406.516
Contas a pagar	12	1.861	2.541
Tributos diferidos		209	247
Outras contas a pagar		1.652	2.294
Débitos das operações com seguros e resseguros	13	2	13
Corretores de seguros e resseguros		2	13
Provisões técnicas - seguros	15	146.586	159.906
Danos		145.670	158.775
Pessoas		916	1.131
Outros débitos	16	258.043	244.056
Provisões judiciais		258.043	244.056
Patrimônio líquido	17	384.972	366.193
Capital social		311.199	311.199
Reservas de capital		44	44
Reservas de reavaliação		340	397
Reservas de lucros		86.582	56.814
Ajuste de avaliação patrimonial		(13.193)	(2.261)
Total do Passivo		1.045.879	1.138.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do resultado do exercício	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	18.1	136.646	324.232
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios	18.2	81.192	(30.220)
(=) Prêmios ganhos		217.832	294.012
(–) Sinistros ocorridos	18.3	(104.672)	(172.497)
(–) Custos de aquisição	18.4	(77.339)	(102.426)
(+/–) Outras receitas e despesas operacionais	18.5	5.658	2.337
(–) Resultado com resseguro	18.6	(12.703)	(13)
(+) Receita com resseguro		26.543	31.722
(–) Despesa com resseguro		(40.889)	(36.904)
(–) Outros resultados com resseguro		1.643	5.169
(–) Despesas administrativas	18.7.1	(22.482)	(29.822)
(–) Despesas com tributos	18.8	(8.153)	(10.696)
(+) Resultado financeiro	18.9	50.876	42.282
(+) Resultado patrimonial		(19)	(19)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		48.998	23.164
(+/–) Imposto de renda	18.10	(12.018)	(5.614)
(+/–) Contribuição social	18.10	(7.448)	(3.541)
(=) Lucro líquido do exercício		29.532	14.009
(/) Quantidade de ações	17	37.548.261	37.548.261
(=) Lucro líquido por ação básica (em reais)		0,79	0,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	29.532	14.009
Outras receitas abrangentes		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(18.221)	21.064
Imposto de renda sobre componentes de outras receitas abrangentes	7.289	(8.426)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(10.932)	12.638
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	18.600	26.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Demonstração de fluxo de caixa - método indireto	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	29.532	14.009
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	153	226
(Perda)/Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(880)	695
Adoção inicial CPC 48	179	–
	28.984	14.930
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	8.547	(66.221)
Créditos das operações de seguros e resseguros	37.446	(14)
Ativos de resseguro	17.998	(19.406)
Créditos fiscais e previdenciários	832	(12)
Ativo fiscal diferido	(1.199)	10.646
Depósitos judiciais e fiscais	(17.964)	(18.979)
Despesas antecipadas	(1)	(11)
Custos de aquisição diferidos	31.431	(9.104)
Outros ativos	1.333	(809)
Impostos e contribuições	1.192	18
Outras contas a pagar	(7.755)	7.085
Débitos de operações com seguros e resseguros	(19.525)	3.315
Depósitos de terceiros	6.905	2.574
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(106.097)	45.071
Provisões judiciais	13.987	22.270
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(3.886)	(8.647)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(3.886)	(8.647)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.606	13.253
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	720	4.606
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(3.886)	(8.647)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Reserva de lucros: Reserva legal	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	311.199	44	454	29.545	13.203	(14.900)	–	339.545
Reserva de reavaliação:								
Realização	–	–	(57)	–	–	–	57	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	12.639	–	12.639
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	14.009	14.009
Reservas estatutárias	–	–	–	13.366	–	–	(13.366)	–
Reserva legal	–	–	–	–	700	–	(700)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	311.199	44	397	42.911	13.903	(2.261)	–	366.193
Ajuste adoção CPC 48							179	179
Reserva de reavaliação:								
Realização	–	–	(57)	–	–	–	57	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	(10.932)	–	(10.932)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	29.532	29.532
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva Estatutária	–	–	–	28.291	–	–	(28.291)	–
Reserva legal	–	–	–	–	1.477	–	(1.477)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	311.199	44	340	71.202	15.380	(13.193)	–	384.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Indiana Seguros S.A (doravante "Seguradora") foi constituída em 18 de maio de 1945, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e de vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. No dia 27 de maio de 2023, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Participação (EPA - Equity Purchase Agreement) com a Talanx AG, HDI International AG, Saint Honoré Iberia S.A., Liberty UK and Europe Holdings Limited e YLM International Holdings Inc. Através do EPA, (i) a Companhia adquiriu 99,99% do capital da YLM International Brasil Ltda., que é detentora de 100% das ações emitidas pela Yelum Seguros S.A e 100% das ações emitidas pela Indiana Seguros S.A., e (ii) a Saint Honoré Iberia S.L. (acionista minoritária da Companhia) adquiriu uma participação não controladora de 0,01% do capital da YLM International Brasil Ltda. Após a aprovação da transação por parte da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e o cumprimento de todas as condições precedentes, o fechamento ocorreu em 22 de novembro de 2023. A Companhia a partir desse momento é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. Em 31 de janeiro de 2024, a HDI Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da YLM International Brasil Ltda (Controlada) pela HDI Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.603606/2024-92, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 4/2024/DIR1/SUSEP, na data de 23 de fevereiro de 2024. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificação de incorporação, em 1º de maio de 2024 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada YLM International Brasil Ltda. pela sua controladora HDI Seguros S.A.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri – CEO
Reinaldo Amorim Lopes – CFO
Marcos Machini – Diretor Vice-Presidente
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon – Diretora Vice-Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wim Langenbach – Presidente do Conselho
Nicolas Masjuan – Vice-Presidente do Conselho
Maximiliano Javier Casas Sanchez – Conselheiro

CONTADOR

Rogerio do Nascimento – CRC 1SP259014/O-4

ATUÁRIA

Mirela Barboza Pontes – MIBA 1916

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcos Machini – Diretor Vice-Presidente

DIRETOR RESPONSÁVEL CONTROLES INTERNOS

Karen Ferraz de Aguiar Schiavon – Diretora Vice-Presidente

COMITÊ DE AUDITORIA

Maria Salete Garcia Pinheiro
Nicolas Masjuan
Maximiliano Javier Casas Sanchez

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da HDI Seguros S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da Indiana Seguros S.A. "As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/. Os referidos relatórios do auditor independente, auditor atuarial independente e do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 26 de fevereiro de 2025, sem modificações."

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

www.indianaseguros.com.br

Eufrázio

Santander Auto

Santander Auto S.A.

CNPJ nº 30.617.319/0001-21

portal.santanderauto.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Santander Auto S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **A empresa:** Através da parceria entre HDI Seguros S.A. e o Banco Santander Brasil criou-se a Santander Auto S.A., com intuito de comercializar seguros de automóveis de forma 100% digital. **O Grupo:** A Companhia é integrante dos grupos HDI e Santander. Suas controladoras diretas são HDI Seguros S.A. e SANCAP Investimentos e Participações S.A. **Resultados e evolução patrimonial:** A Seguradora registrou o total de R$ 354.977 milhões de prêmios emitidos, e R$ 52.576 milhões de lucro líquido. Para sustentar essa operação a Santander Auto conta com ativos de R$ 402.334 milhões e reservas de R$ 251.787 milhões. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI e Santander, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		170.197	170.626
Disponível		1.550	279
Caixa e bancos		1.550	279
Aplicações	5	85.420	120.390
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	33.238	15.489
Prêmios a receber	6b	32.874	15.489
Operações com resseguradoras		364	–
Outros créditos operacionais		375	100
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	2	1
Títulos e créditos a receber		2.167	930
Títulos e créditos a receber		–	38
Créditos tributários e previdenciários	8a	2.099	850
Outros créditos		68	42
Outros valores e bens	9a	3.833	1.151
Bens à venda		3.833	1.151
Despesas antecipadas		38	181
Custos de aquisição diferidos	10	43.574	32.105
Seguros		43.574	32.105
ATIVO NÃO CIRCULANTE		232.137	126.624
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		226.374	120.973
Aplicações	5	217.208	115.413
Títulos e créditos a receber		3.191	1.987
Títulos e créditos a receber		–	1.987
Créditos tributários e previdenciários	8a	3.191	–
Custos de aquisição diferidos	10	5.975	3.573
Seguros		5.975	3.573
IMOBILIZADO	11	334	431
Bens móveis		334	431
INTANGÍVEL	12	5.429	5.220
Outros intangíveis		5.429	5.220
TOTAL DO ATIVO		402.334	297.250

PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		260.031	206.042
Contas a pagar	13	24.924	35.450
Obrigações a pagar		15.219	27.620
Impostos e encargos sociais a recolher		4.621	3.991
Encargos trabalhistas		466	209
Impostos e contribuições		3.279	1.912
Outras contas a pagar		1.339	1.718
Débitos de operações com seguros e resseguros	14	8.531	3.702
Prêmios a restituir		9	104
Operações com resseguradoras		455	–
Corretores de seguros e resseguros		8.067	3.598
Depósitos de terceiros	15	3.950	166
Depósitos de terceiros		3.950	166
Provisões técnicas - seguros	16	222.626	166.724
Danos		222.626	166.724
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.491	17.683
Contas a pagar	13	43	18
Tributos diferidos		43	18
Provisões técnicas - seguros	16	29.161	17.442
Danos		29.161	17.442
Outros débitos	17	287	223
Provisões judiciais		287	223
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	112.812	73.525
Capital social		41.000	41.000
Reservas de lucros		71.145	32.498
Ajuste de avaliação patrimonial		67	27
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		402.334	297.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	19.1	354.977	254.628
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(56.290)	(50.793)
PRÊMIOS GANHOS		298.687	203.835
Sinistros ocorridos	19.3	(107.910)	(66.322)
Custos de aquisição	19.4	(66.964)	(45.105)
Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(8.448)	(6.736)
Resultado com resseguro	19.6	(315)	(393)
Receita com resseguro		334	–
Despesa com resseguro		(649)	(393)
Despesas administrativas	19.7.1	(50.948)	(40.166)
Despesas com tributos	19.7.2	(11.671)	(8.427)
Resultado financeiro	19.8	28.826	24.572
RESULTADO OPERACIONAL		81.257	61.258
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		81.257	61.258
Imposto de renda	19.9	(17.393)	(14.352)
Contribuição social	19.9	(10.926)	(8.448)
Participações sobre o lucro		(1.362)	(77)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		51.576	38.381
Quantidade de ações		44.903.896	44.903.896
Lucro líquido por ação - R$		1,15	0,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	51.576	38.381
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	63	67
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(25)	(27)
Perdas esperadas de ativos financeiros	1	–
Resultados abrangentes	39	40
Total dos resultados abrangentes	51.615	38.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.000	1.410	19.159	(13)	–	61.556
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	–	–	–	40	–	40
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	38.381	38.381
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	1.919	–	–	(1.919)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	10.010	–	(10.010)	–
Juros sobre o capital próprio / dividendos	–	–	–	–	(26.452)	(26.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.000	3.329	29.169	27	–	73.525
Ajuste adoção inicial CPC 48	–	–	(79)	1	–	(78)
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	–	–	–	38	–	38
Perdas esperadas de ativos financeiros	–	–	–	1	–	1
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	51.576	51.576
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	2.579	–	–	(2.579)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	36.747	–	(36.747)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(5.060)	(5.060)
Dividendos	–	–	–	–	(7.190)	(7.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.000	5.908	65.837	67	–	112.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	51.576	38.381
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	56.290	50.793
Variação do custo de aquisição diferido	(13.871)	(11.905)
Variação da despesa de resseguro	(1)	–
Provisão para redução ao valor recuperável	–	(213)
Outros ajustes	–	40
Depreciações e amortizações	1.421	647
Perdas esperadas de ativos financeiros	208	–
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(66.762)	(68.426)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(17.990)	(6.127)
Outros créditos operacionais	(276)	(100)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas	(1)	–
Títulos e créditos a receber	(2.466)	(1.438)
Outros valores e bens	(2.682)	(456)
Despesas antecipadas	143	(42)
Contas a pagar	12.653	40.918
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.819	1.615
Depósito de terceiros	3.783	(683)
Provisões técnicas - seguros	11.332	7.772
Outros débitos	63	134
Caixa gerado pelas operações	38.237	50.910
Impostos sobre o lucro pago	(30.374)	(23.246)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	7.863	27.664
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.532)	(2.221)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.532)	(2.221)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.060)	(26.452)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(5.060)	(26.452)
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.271	(1.009)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	279	1.288
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.550	279
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.271	(1.009)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santander Auto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de ramos elementares em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041/2235, 19º andar, Parte - Vila Olímpia, São Paulo. O capital da Companhia é detido em bases iguais pelas empresas HDI Seguros S.A. e Sancap Investimentos e Participações S.A. Os controladores em última instância são a HDI V.a.G. com sede em Hannover - Alemanha e Banco Santander S.A. com sede em Madri - Espanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2025. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 16 - Provisões técnicas; • Notas 3.12 e 17 - Provisões judiciais; • Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários; • Nota 11 - Imobilizado; • Nota 12 - Intangível. **2.4 Novas normas e interpretações: 2.4.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de Seguro (*IFRS 17*):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **2.4.2 Novas normas e interpretações adotadas: a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O pronunciamento substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (i) classificação e mensuração de ativos financeiros e (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*). **Transição para o CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. **(i) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:** O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. • **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros. • ***SPPI Test*:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: • As categorias de classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento, disponíveis para venda, mantidos para negociação e empréstimos e recebíveis deixaram de existir. • Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: • **Custo amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em empréstimos e recebíveis foram contabilizados nesta categoria; • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; • **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como mantidos para negociação foram classificados nesta categoria; • As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações; • A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente. **(ii) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios, a depender da situação inicial no momento da compra do ativo e da situação atual de capacidade de pagamento da contraparte: **Estágio 1** - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses: calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses; este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontravam em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2** - (*Life-long calculation*) Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro: neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3** - Perda esperada a partir do valor de mercado: Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada de crédito, desta forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir de seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior.

Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48

		01/01/2024 Patrimônio Líquido
Saldo inicial de acordo com o CPC 38		73.525
Adoção inicial CPC 48	(a)	(78)
Saldo final de acordo com o CPC 48		73.447

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023. Sobre o valor registrado de adoção inicial (R$ 78) foi calculado impostos de R$ 12 de CSLL e R$ 19 de IRPJ.

Reconciliação dos ativos financeiros entre CPC 38 e CPC 48

Ativos financeiros	CPC 38 31/12/2023 Categoria	CPC 38 31/12/2023 Saldo contábil	Reclassificações	Remensurações	CPC 48 01/01/2024 Saldo contábil	CPC 48 01/01/2024 Categoria
Mantidos para negociação	Mantidos para negociação	120.390	(120.390)	–	–	
Quotas de fundos de investimentos abertos		120.390	(120.390)	–	–	
Disponíveis para venda	Disponíveis para venda	115.413	(115.413)	–	–	
Letras financeiras do tesouro		115.413	(115.413)	–	–	
Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis	15.489	(15.814)	325	–	
Prêmios a receber de segurados		15.814	(15.814)	–	–	
(–) Redução ao valor recuperável		(325)	–	325	–	
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		–	120.390	–	120.390	Ao valor justo por meio do resultado (VJR)
Quotas de fundos de investimentos abertos		–	120.390	–	120.390	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		–	115.413	–	115.413	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Letras financeiras do tesouro		–	115.413	–	115.413	
Custo amortizado		–	15.814	(362)	15.452	Custo amortizado
Prêmios a receber de segurados		–	15.814	–	15.814	
(-) Redução ao valor recuperável		–	–	(362)	(362)	
Total de ativos financeiros		251.292	–	(37)	251.255	

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. ***SPPI Test*:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. ***i.* Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. ***ii.* Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. ***iii.* Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. ***iv.* Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que

continua →

Eufrázio

➜ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. v. **Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: *SPPI Test*: O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não-exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+ para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminências de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplências com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. vi. **Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos de contratos não-proporcionais e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos de informática, móveis, máquinas e utensílios que são utilizados na condução dos negócios. São mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática - 5 anos. **3.6 Ativo intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG é calculada pelo método "*pro rata die*" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o complemento da PPNG-RVE dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de até 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos vigentes, mas ainda não emitidos da data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Não Avisados (*IBNR*) é constituída para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. É calculada com base em três metodologias atuariais distintas usualmente praticadas pelo mercado. O Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados (*DFM*) considera a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo registro na Companhia, utilizando-se triângulos de *run-off*. Em conjunto ao Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados, a Companhia também aplica as metodologias de Sinistralidade Esperada e *Bornhuetter - Ferguson (BF)* a fim de atingir a melhor estimativa final. A atualização da provisão é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, sendo distinta para *short* e *long tail*, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já ocorridos. O cálculo é realizado considerando a experiência histórica de ocorrências de sinistros e de pagamentos das correspondentes *ALAE*, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off* e no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas. A Provisão de Sucumbências, contabilizada juntamente à PDR, é constituída com metodologia análoga à *ALAE*. A atualização da provisão PDR é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, com o posterior rateio entre as parcelas de *ALAE* e Sucumbências. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (*IBNER*), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson (BF)*) para estimativa do *IBNP* - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de prêmios ou sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/22, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções Prefixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, *IBNR* e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 12 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 44,03% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O Resultado consolidado do fluxo de "sinistros a ocorrer" do TAP está apresentado abaixo:

Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel	168.634	91.900	(76.734)
Total	168.634	91.900	(76.734)

3.9 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 20b. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.12 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.13 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Stefanello Dal Ri - Presidente
Denis Ferro Junior - Vice-Presidente
Cezar Augusto Janikian
Reinaldo Amorim

DIRETORIA

Paolla Gray Caldas
Diretora Presidente
Gustavo da Rocha Rodrigues
Diretor Administrativo-Financeiro
Rafael de Gouveia Ramalho
Diretor Técnico
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Diretora de Controles Internos

Rogerio do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mireia Barboza Pontes
Atuário Responsável Técnico
MIBA 1916

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da Santander Auto S.A. - "As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/. Os referidos relatórios do auditor independente, do auditor atuarial independente e do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 2025, sem modificações." O relatório do auditor independente foi emitido em 26 de fevereiro de 2025, e o relatório do auditor atuarial independente em 25 de fevereiro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
ACESSE E CONHEÇA
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)
ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS
LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast
FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



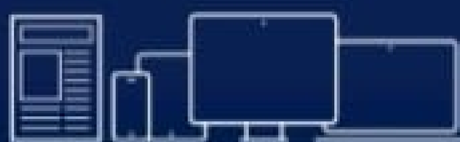
A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

ESTADÃO 

QUER RESULTADOS?

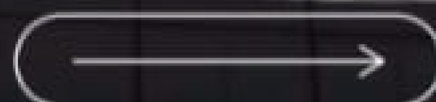
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.





ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL (11) 3856-2442

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22